

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCIELLY GIACHINI BARBOSA MENIM

*SOCIOGÊNESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE MILÍCIAS DE AFRICANOS E  
AFRODESCENDENTES LIVRES E LIBERTOS NA AMÉRICA PORTUGUESA: BAHIA  
E RIO DE JANEIRO (1638 –1766)*

CURITIBA

2019

FRANCIELLY GIACHINI BARBOSA MENIM

*SOCIOGÊNESE* E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE MILÍCIAS DE AFRICANOS E  
AFRODESCENDENTES LIVRES E LIBERTOS NA AMÉRICA PORTUGUESA: BAHIA  
E RIO DE JANEIRO (1638 –1766)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História do Setor de Ciências Humanas da Universidade  
Federal do Paraná, Área de concentração em História,  
Cultura e Sociedade, Linha de pesquisa Espaço e  
Sociabilidades, como requisito parcial à obtenção do  
título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos Silva

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Menim, Francielly Giachini Barbosa

*Sociogênese e institucionalização de milícias de africanos afrodescendentes  
livres e libertos na América portuguesa : Bahia e Rio de Janeiro (1638 – 1766).* /  
Francielly Giachini Barbosa Menim. – Curitiba, 2019.

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade  
Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos Silva

1. Milícia – Bahia - História – Séc. XVII-XVIII. 2. Milícia – Rio de Janeiro -  
História – Séc. XVII-XVIII. 3. Africanos – Brasil - História. 4. Mobilidade social –  
Brasil - História. I. Título.

CDD – 322.420981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -  
40001016009P0



### TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **FRANCIELLY GIACHINI BARBOSA MENIM**, intitulada: **SOCIOGÊNESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE MILÍCIAS DE AFRICANOS E AFRODESCENDENTES LIVRES E LIBERTOS NA AMÉRICA PORTUGUESA: BAHIA E RIO DE JANEIRO (1638-1766)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 29 de Agosto de 2019.

  
ANDRÉA CARLA DORÉ  
Presidente da Banca Examinadora

  
MARCO ANTONIO SILVEIRA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO  
PRÉTO)  
  
FERNANDO PRESTES DE SOUZA  
Avaliador Externo (SEM VÍNCULO)

  
PRISCILA DE LIMA SOUZA  
Avaliador Externo (SEM VÍNCULO)

  
ANDRE LUIZ MOSCALESKI CAVAZZANI  
Avaliador Interno (CENTRO UNIVERSITÁRIO  
INTERNACIONAL)



*Dedico este trabalho ao Rafael, filho amoroso que me inspira e fortalece.*



## AGRADECIMENTOS

Ensinar-me na caminhada “dar graças” em todas as circunstâncias. Confesso, de antemão, que a memória falha não me permitirá agradecer na completude. Muitas foram as pessoas que me ajudaram até aqui. Começo agradecendo a Deus, pela vida, saúde e inspiração.

Também registro minha gratidão a meu núcleo familiar. Meu pai Wilson e minha mãe Eli sempre foram fantásticos e insuperáveis. Sem vocês dificilmente eu teria conquistado o que tenho hoje. Sempre foram meu refúgio. Obrigada pela estrutura que deram a mim e meus irmãos, aos quais também serei sempre grata. Obrigada Laura, Ingridh, Phelip, Luana, Eduardo, Fabelly e Augusto por dividirem comigo a carga destes últimos anos. Cada gesto de vocês foi significativo e fez toda a diferença. Também agradeço à dona Luiza, seu Menim, Eduardo, Cris, Isadora, Junior, Fran, Michelly, Maria, Lucia, Carlos, Nathy e Kakau, por se alegrarem com minhas conquistas.

Agradeço também aos meus professores da Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal do Paraná pela formação inicial no mundo da pesquisa e o incentivo para desbravar novos caminhos. Em especial, agradeço à professora Liane Maria Bertucci e ao professor Marcus Levy Albino Bencostta.

Professor Luiz Geraldo, desde a Iniciação Científica, sempre foi um excelente orientador. Obrigada pelos questionamentos, sugestões, disposição, paciência e inspiração. Nesta caminhada que já se estende por oito anos, fruto de uma “trombada” nas rampas da Reitoria, o professor conquistou meu respeito e admiração.

Também agradeço aos professores Carlos Alberto Medeiros Lima, Renato Lopes Leite, Luiz Carlos Ribeiro e Andréa Carla Doré pela interlocução ao longo das disciplinas que ofertaram.

Agradeço ao professor André Luiz Cavazzani, à professora Priscila de Lima Souza e ao professor Fernando Prestes de Souza pela leitura e sugestões na banca de Qualificação e pela disposição em acompanhar o desenvolvimento do trabalho também na ocasião da defesa. Priscila e Fernando, juntamente com Leandro e Dani também merecem minha gratidão, pelas leituras, sugestões, incentivos e amizade. Foi um presente encontrá-los na vida.

Reitero meus agradecimentos à Profª Drª Andréa Doré por aceitar presidir a banca de defesa desta tese. Também agradeço ao Profº Drº Marco Antônio Silveira pela disponibilidade de participar da arguição na banca.

Também agradeço a todas as instituições que tornaram esta pesquisa viável. Agradeço à CAPES pela bolsa concedida ao longo do curso. Agradeço à Prefeitura Municipal de Curitiba, pelos dois anos de “licença para estudos”, tempo valioso para a realização deste doutoramento. Agradeço aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional do Estado do Rio de Janeiro e do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Agradeço à Maria Cristina, secretária do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, sempre tão solícita e competente. Agradeço ao Eduardo Cavalcante pela assistência com as fontes no Rio de Janeiro. Sou grata ao André Akamine Ribas pela leitura do texto e sugestões sempre pertinentes.

Emanuel, obrigada pelo companheirismo, paciência, torcida, leitura e sugestões. Aos trancos e barrancos conseguimos. Você faz parte desta conquista por me incentivar. Rafael, obrigada por me motivar todas as manhãs, por dividir o colo da mamãe com os livros, os cadernos e o computador. Você foi o companheiro mais presente.

## RESUMO

Este trabalho versa sobre o processo de *sociogênese* e institucionalização de tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Compreendemos a gênese social desta corporação a partir da premissa eliasiana de que uma instituição surge a partir da interdependência de inúmeros elementos. No caso das milícias foram estes os elementos em voga: a sociedade escravista; a formação de um grupo social de africanos e afrodescendentes livres e libertos a partir do tráfico e da alforria; as necessidades de defesa militar e a ação destes indivíduos para se inserirem nesta instituição. A tese também destaca a forma como os milicianos agiram para que esta instituição se tornasse cada vez mais complexa. No entanto, estas interações sociais não foram isentas de relações instáveis de poder. Muitos foram os conflitos existentes tanto no interior das corporações quanto em sua relação com outros grupos da sociedade. Destacamos que a milícia representou uma possibilidade, e não uma via única, de redução de marginalidade e de mobilidade social para a parcela que conseguiu nela se inserir. Enfim, na comparação que estabelecemos entre as duas capitanias analisadas, destacamos que, apesar dos descompassos temporais e das singularidades do desenvolvimento social de cada figuração, a *sociogênese* e a institucionalização destas tropas mostrou-se uma recorrência e uma regularidade estrutural em ambas as figurações e em outros espaços do mundo atlântico.

Palavras-chave: Milícias. Africanos. Afrodescendentes. Livres. Libertos. *Sociogênese*. Institucionalização. Mobilidade Social.



## ABSTRACT

This thesis analyses the *sociogenesis* and institutionalization process of free africans and afrodescendants troops in the Bahia and Rio de Janeiro captaincies over the XVIIth and XVIIIth centuries. The social genesis of these corporations is understood by way of the Eliasian premise that one institution rises from the interweaving of many factors. In the militias case these elements were: slave society; the formation of a free africans and afrodescendants group by way of the traffic and manumission; military defense needs and individual actions to join the militia. The thesis also highlights the militiamen actions in order to make this institution more complex. However, these social interactions were not exempt from unstable relations of power. The conflicts were many, both within corporations and in their relationship with other groups. We highlight that the militia represented a possibility, and not a single route, of reduction of marginality and of social mobility for those who were able to join it. Finally, in the comparison that we establish between the two captaincies, we emphasize that, despite the temporal mismatches and singularities of the social development of each figuration, the troops' *sociogenesis* and institutionalization was a recurrence and a structural regularity, in both figurations and in other spaces of the Atlantic world.

Key-words: Militias. Africans. Afrodescendants. Free. Freed. *Sociogenesis*. Institutionalization. Social Mobility.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ENGENHOS NA BAHIA E NO RIO DE JANEIRO	40
TABELA 2 - NÚMERO DE ENGENHOS POR LOCALIDADE EM 1724	45
TABELA 3 - VOLUME DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NAS CAPITANIAS DA BAHIA E DO RIO DE JANEIRO (1601-1775)	71
TABELA 4 - VOLUME DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NA BAHIA E REGIÕES DE EMBARQUE NA ÁFRICA OCIDENTAL (1626-1775)	73
TABELA 5 - VOLUME DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NO RIO DE JANEIRO E REGIÕES DE EMBARQUE NA ÁFRICA OCIDENTAL (1676-1775)	73
TABELA 6 - VOLUME DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NO RIO DE JANEIRO E REGIÕES DE EMBARQUE NA ÁFRICA OCIDENTAL E NA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL (1601-1775)	77
TABELA 7 - VOLUME DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NA BAHIA E REGIÕES DE EMBARQUE NA ÁFRICA OCIDENTAL E NA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL (1601-1775)	78
TABELA 8 - QUILOMBOS E MOCAMBOS NA BAHIA (1601-1745)	105
TABELA 9 - COMPANHIAS DA GENTE PRETA FORRA NA BAHIA EM 1668	123
TABELA 10 - COMPANHIAS DO TERÇO DE HENRIQUE DIAS NA CIDADE DE SALVADOR EM 1757	125
TABELA 11 - COMPANHIA DOS HOMENS PARDOS DA VILA DE SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO EM 1757	126
TABELA 12- DESPESAS COM OS OFICIAIS DO TERÇO DE HENRIQUE DIAS NA DÉCADA DE 1760	141
TABELA 13 - COMPANHIA DE PARDOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1703)	144
TABELA 14 - COMPANHIAS DE PRETOS E PARDOS DE SÃO GONÇALO (1703)	145
TABELA 15 - GUARNIÇÃO DA BAHIA ENTRE 1757-1761	154
TABELA 16 - GUARNIÇÃO DO RIO DE JANEIRO EM 1703	162
TABELA 17 - GUARNIÇÃO DO RIO DE JANEIRO NAS DÉCADAS DE 1720 E 1730	163
TABELA 18 - OCUPAÇÕES SÓCIO-PROFISSIONAIS DE OFICIAIS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES LIVRES E LIBERTOS	174

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - RECÔNCAVO BAIANO E SERTÃO NORTE.....	41
MAPA 2 - RECÔNCAVO, LITORAL SUL E SERTÃO DE DENTRO DA BAHIA.....	46
MAPA 3 - CAMPOS DOS GOITACAZES.....	64
MAPA 4 - VOLUME E FLUXO DE ESCRAVOS ENTRE ÁFRICA E BAHIA (1601-1775) .....	74
MAPA 5 - VOLUME E FLUXO DE ESCRAVOS ENTRE ÁFRICA E RIO DE JANEIRO (1601-1775).....	79
MAPA 6 - DISTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS DE HOMENS PRETOS NA BAHIA NO SÉCULO XVIII.....	157
MAPA 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS DE PARDOS NA BAHIA .....	159
MAPA 8 - DISTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS DE PARDOS NO RIO DE JANEIRO	167

## **LISTA DE SIGLAS**

ABNRJ – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

ACMRJ – ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

AHU – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

AGCRJ – ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANRJ – ARQUIVO NACIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

APEB – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DH – DOCUMENTOS HISTÓRICOS

UEFS – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

UERJ – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

WIC – WEST INDIAN COMPANY

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
I. Tema .....	12
II. Revisão da literatura .....	17
III. Conceitos e problemas teórico-metodológicos.....	27
IV. Fontes.....	33
V. Estrutura do trabalho .....	35
 <b>Capítulo 1 – Desenvolvimento das figurações sociais da Bahia e do Rio de Janeiro</b>	<b>39</b>
1.1 Bahia: aspectos estruturais .....	39
1.1.1 Economia de <i>plantation</i> .....	39
1.1.2 Administração .....	50
1.1.3 Instituições religiosas .....	53
1.1.4 Instituições militares .....	56
1.2 Rio de Janeiro: aspectos estruturais.....	60
1.2.1 Desenvolvimento econômico .....	60
1.2.2 Administração .....	65
1.2.3 Instituições religiosas .....	67
1.2.4 Instituições militares .....	69
1.3 O tráfico de escravizados para a Bahia .....	70
1.4 O tráfico de escravizados para o Rio de Janeiro .....	75
1.5 A constituição de uma população africana e afrodescendente livre e liberta na América portuguesa .....	80
 <b>Capítulo 2 - <i>Sociogênese</i> das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na Bahia e no Rio de Janeiro .....</b>	<b>87</b>
2.1 A gênese social das milícias na Bahia.....	89
2.2 A gênese social das milícias no Rio de Janeiro.....	108
 <b>Capítulo 3 - Institucionalização das milícias de africanos e afrodescendentes na Bahia e no Rio de Janeiro .....</b>	<b>121</b>
3.1 Facetas do processo de institucionalização das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos na Bahia.....	121
3.1.1 Circunstanciação dos postos.....	121

3.1.2 Trâmites para a nomeação e registro das patentes.....	129
3.1.3 Alistamento, mostras, exercícios e funções.....	133
3.1.4 Fardas e soldos .....	137
3.2 Facetas do processo de institucionalização das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos no Rio de Janeiro.....	144
3.2.1 Circunstanciação dos postos.....	144
3.2.2 Trâmites para nomeação e registro de patentes.....	147
3.2.3 Alistamento, mostras e exercícios .....	148
3.2.4 Fardas e soldos .....	151
3.3 Multiplicação e redistribuição espacial das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na Bahia.....	153
3.4 Multiplicação e redistribuição espacial das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos no Rio de Janeiro.....	161
<b>Capítulo 4 - Relações entre a instituição e a sociedade .....</b>	<b>169</b>
4.1 América portuguesa e a mobilidade social de africanos e afrodescendentes .....	170
4.2 Relações entre indivíduos e a sociedade: trajetórias individuais e sociabilidades .....	182
4.2.1 Bahia: Trajetórias de milicianos africanos e afrodescendentes.....	183
4.2.2 Rio de Janeiro: Trajetórias de milicianos africanos e afrodescendentes .....	193
4.3 Milícias e a sociedade: entre prestígios e conflitos .....	202
4.4 A Carta Régia de 22 de março de 1766: expressão de um contexto em mudança .....	214
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>223</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>228</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>230</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>247</b>



## INTRODUÇÃO

### I. Tema

O tema central desta tese é o processo de *sociogênese* e institucionalização de tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro no período de 1638 a 1766. O principal objetivo do trabalho é demonstrar as recorrências e regularidades estruturais estabelecidas entre estas duas figurações no que diz respeito às relações entre a instituição miliciana e o processo de mudança de *status* dos indivíduos inseridos nestas corporações.

Após uma tentativa frustrada de conquistar a capitania da Bahia em 1624, os holandeses haviam dominado parte da capitania de Pernambuco na década de 1630. Depois disso, eles empreenderam várias frentes para conquistar a Bahia. Em 1638, fizeram um cerco a Salvador, o qual foi reprimido pelos baianos. A documentação levantada nesta pesquisa indica que foi neste contexto que a formação de companhias de africanos e afrodescendentes na Bahia começou a se processar. Apesar de 1638 ser uma baliza inicial da pesquisa, acreditamos que este começo das tropas de africanos e afrodescendentes não possui um marco zero, mas trata-se de um fenômeno que entrelaça inúmeros elementos, quais sejam, a organização de uma sociedade escravista, a formação de uma população egressa do cativeiro constituinte do grupo de livres e libertos e o papel do tráfico como principal fonte de reprodução deste grupo. Também foram estes fatores que contribuíram para a *sociogênese* das milícias de africanos e afrodescendentes na capitania do Rio de Janeiro no final do século XVII.

Já a baliza final é marcada pela Carta Régia de março de 1766<sup>1</sup>, uma expressão do contexto de reformas instituídas no império português a partir da segunda metade do século XVIII, as quais foram orquestradas por Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal desde 1769). O recorte temporal se justifica, sobretudo, pelo fato das reformas empreendidas no campo militar alterarem o quadro outrora vigente, no qual houve a ampliação dos corpos militares, bem como novas condições de mobilidade social para os milicianos. A segunda metade do século XVIII trouxe, pelo menos, duas ordens de mudanças.

---

<sup>1</sup> Carta Régia dirigida ao Governador e Capitão-Geral da Bahia, sobre a reorganização das tropas auxiliares. AHU – BA - Castro e Almeida, cx. 73, doc. 14013. Lisboa, 22 de março de 1766.

A primeira delas ligada ao acirramento de disputas que envolviam Portugal e Espanha prolongadas para suas respectivas colônias, o que influenciou na reestruturação militar da América portuguesa. A segunda delas diz respeito às mudanças nas condições de mobilidade social dos milicianos nos novos moldes<sup>2</sup>.

O prolongamento das disputas metropolitanas para suas colônias flagrou o quanto a organização militar destes territórios encontrava-se frágil. Em 1763 a capital do Estado do Brasil foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro. Alguns autores defendem que esta mudança ocorreu principalmente pelo “caráter central que esta cidade vinha assumindo desde o início do século XVIII como *locus* articulador de toda a região Centro-Sul”<sup>3</sup>. No entanto, é preciso acrescentar o peso que as instabilidades políticas e militares tiveram nesta mudança. A guerra dos Sete Anos (1756-1763) havia acirrado os conflitos entre as colônias portuguesas e espanholas. Entre 1762 e 1763 D. Pedro Cevallos invadiu e tomou a Colônia do Sacramento, os fortes de São Miguel e Santa Tereza e o Rio Grande de São Pedro. Este episódio demonstrou a necessidade de se reformular a estrutura militar na América portuguesa. Várias medidas foram tomadas. Além da transferência da capital, veteranos da guerra europeia foram enviados para a colônia para reorganizar as tropas. E em decorrência dos conflitos, e também da Carta Régia de 1766, o contingente de soldados mobilizados aumentou, pois a carta prescrevia

alistar todos os moradores [...] que se acharem em estado de poderem servir nas tropas auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos; e à proporção dos que tiver cada uma das referidas classes, formeis terços de auxiliares e ordenanças, assim de cavalaria como de infantaria<sup>4</sup>.

Neste contexto, da mesma forma que a presença de Cevallos ao Sul impactou a estrutura militar na América portuguesa, a tomada de Havana em 1762, pelos britânicos, expressou a fragilidade do sistema militar em voga também na América espanhola. Desde o século XVII a defesa se baseava principalmente em fortificações e companhias fixas. Neste modelo havia várias dificuldades no recrutamento de oficiais e soldados, além da necessidade do investimento dos próprios oficiais no suprimento das tropas, as quais eram mal pagas e mal

<sup>2</sup> SILVA, Luis Geraldo; SOUZA, Priscila de Lima. “Sem a nota de libertos”: mudanças nas petições de afrodescendentes livres da América portuguesa ao longo do século XVIII. **Taller de la Historia**, n. 9, 2017, p. 28-56.

<sup>3</sup> BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 84-85.

<sup>4</sup> Carta Régia dirigida ao Governador e Capitão-Geral da Bahia, sobre a reorganização das tropas auxiliares. AHU – BA - Castro e Almeida, cx. 73, doc. 14013. Lisboa, 22 de março de 1766.

equipadas. Ademais, os homens e materiais enviados da metrópole eram quase sempre insuficientes. A reestruturação militar na América espanhola, após as reformas borbônicas, focou em todas as guarnições, onde as companhias fixas de presídio foram se transformando em unidades regulares (companhias, batalhões e regimentos) com oficialidades específicas. Depois das reformas, as milícias configuraram as forças mais influentes na América espanhola, as quais passaram a ser disciplinadas com instruções militares providas de veteranos de guerra. As reformas melhoraram inclusive os níveis de vida e condições sociais dos soldados e oficiais na América espanhola, de forma semelhante ao que ocorreu na América portuguesa<sup>5</sup>.

A segunda ordem que marca a baliza final desta pesquisa refere-se ao quadro de mudanças inerentes às condições de mobilidade social expressas, sobretudo, nas petições realizadas pelos milicianos, no contexto das reformas ilustradas. Silva e Souza analisaram petições escritas por afrodescendentes livres como forma de superar obstáculos a eles impostos. Eles constataram que até a década de 1750 o conceito de “acidente” – aquilo que é mutável e não faz parte da essência do ser - era utilizado no combate aos estigmas. Argumentam em torno de “suas habilidades, capacidades e méritos individuais” que eram acionados na tentativa de reversão dos impedimentos a eles impostos. Depois das reformas, o conceito de “acidente” passou a ser manejado com outros dispositivos, tais como “habilitação”, “equiparação” e “elevação”. As demandas por privilégios de tipo antigo que eram feitas antes de 1760 continuaram. No entanto, somaram-se a estes os pedidos que previam equiparação entre afrodescendentes livres e brancos no que diz respeito ao acesso a estes privilégios<sup>6</sup>. Assim, após as reformas, os privilégios dos milicianos estiveram mais consolidados e várias medidas da Coroa equiparavam oficiais pretos e pardos aos oficiais brancos<sup>7</sup>. Além disso, com a formação de mais regimentos, as possibilidades de mobilidade social de africanos e afrodescendentes aumentaram na medida em que havia mais chances de alcançarem as prestigiosas patentes de oficialidade maior, visto que antes das reformas somente os henriques chegaram a constituir um terço, enquanto que as demais tropas permaneceram na modalidade de companhias esparsas na Bahia e no Rio de Janeiro.

---

<sup>5</sup> FERNANDÉZ, Juan Marchena (coord.). **El Ejército de América antes de la independencia**. Ejército regular y milicias americanas, 1750-1815. Hojas de servicio y uniformes. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2005, p. 32, 48, 58, 65, 66, 67, 72, 90, 91 e 112.

<sup>6</sup> SILVA; SOUZA, 2017, p. 32-33 e 42.

<sup>7</sup> SOUZA, Fernando Prestes de. **Pardos livres em um campo de tensões**: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 35-41, 322-323.

O fato desta pesquisa recuar temporalmente para o período que precede tais reformas ganha relevância no sentido de que esta temporalidade foi pouquíssimo visitada pela historiografia brasileira no que diz respeito ao tema aqui privilegiado. Como a maioria dos trabalhos deteve-se em balizas temporais estabelecidas na segunda metade do século XVIII e início do XIX, estes buscaram problematizar situações onde as tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos já estavam próximas de seu fim, ocorrido com a criação da Guarda Nacional, em 1831. Um dos diferenciais e justificativas desta tese está, portanto, em contemplar um recorte temporal pouco explorado para a temática em consideração. Dessa forma, a especificidade da tese está na investigação do processo de criação das milícias de africanos e afrodescendentes a partir da proposição de Norbert Elias sobre os processos de *sociogênese* – conceito que discutiremos adiante.

A escolha pelas figurações da Bahia e do Rio de Janeiro se justifica pela centralidade política destes espaços na administração, defesa e desenvolvimento econômico na América portuguesa, bem como nas recorrências e regularidades estruturais destes aspectos nas duas localidades. Salvador foi capital do Estado do Brasil até 1763 quando esta administração foi transferida para o Rio de Janeiro, como já vimos. Estas foram as duas capitanias que apresentaram o maior volume do tráfico de escravos no Estado do Brasil. As duas figurações foram polos econômicos importantes, os quais desenvolveram relações mercantis com a metrópole e outros pontos do Atlântico. As duas capitanias, localizadas na costa litorânea, atuaram constantemente contra estrangeiros que rondavam e, algumas vezes, invadiram os territórios da América portuguesa, como nas ocasiões dos holandeses na Bahia no século XVII e dos franceses no Rio de Janeiro no século XVIII. Além do mais, ressaltamos que não há estudos que sistematizem o mapeamento das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos na Bahia e no Rio de Janeiro no período escolhido, lacuna que pretendemos preencher nesta pesquisa.

A problemática central da tese gira em torno do processo de *sociogênese* e institucionalização de tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos como sintoma do próprio processo de mudança de *status* de africanos e afrodescendentes. De maneira que a formação destas milícias seria inviável se não houvesse um grupo consistente de indivíduos egressos do cativeiro para compor estes corpos. Ademais, concebemos que a mudança de *status* deste grupo social acontecia no *continuum* existente entre as posições sociais de escravidão-liberdade. Os *status* sociais de escravidão e liberdade são concebidos neste trabalho como dois polos que se unem por diferentes graus de redução da marginalidade e

mobilidade social de africanos e afrodescendentes. De acordo com os apontamentos de Silva, “é fundamental, pois, situar o liberto e seus descendentes no *continuum* escravidão-liberdade, e ter em mente a ideia de *escravidão como processo*”<sup>8</sup>. Ademais, é importante que olhemos para a “escravidão” e para a “liberdade” como conceitos que não são nem estáticos, nem opostos. A dinamicidade dos termos se relaciona com as próprias mudanças ligadas à posição social ocupada pelos indivíduos, principalmente quando levamos em consideração as questões relativas à diminuição das marginalidades e, por consequência, o aumento do grau de prestígio, daqueles que se encontram tanto na condição de escravos, quanto na condição de libertos. Ao mesmo tempo, tais conceitos não se opõem, visto que mesmo no cativeiro, alguns escravos estreitavam as relações com seus senhores a ponto de serem considerados elites das senzalas e terem experiências cotidianas muito próximas das de pessoas livres e libertas. Da mesma forma, africanos e afrodescendentes livres e libertos recorrentemente eram estigmatizados ou interditados pelo seu vínculo anterior com o cativeiro.

De acordo com Miers e Kopytoff a posição de marginalidade de um escravo pode mudar, tanto ao longo de sua trajetória quanto ao longo da trajetória de seus descendentes. Sendo assim, as situações de marginalidade e incorporação acontecem como dois extremos mediados por diferentes níveis. Nestes a redução das marginalidades ocorre por meio de, no mínimo, três dimensões: a dimensão da mobilidade do *status* formal; a dimensão da mobilidade afetiva; e a dimensão da mobilidade material<sup>9</sup>.

A primeira dimensão se refere aos direitos, deveres e privilégios formais (ou legais) inerentes à mobilidade. Em última instância, esta dimensão gira em torno da própria manumissão do escravo. A segunda dimensão se dá na esfera do emocional e do sentimental e tem relação com a forma que o indivíduo é tratado e estimado na sociedade. A última dimensão significa uma mudança para um estilo de vida melhor, com maior influência política e até o controle de riquezas. No entanto, as três dimensões operam de forma independente. E ao contrário da dimensão da mobilidade formal – associada a direitos e obrigações bem definidas – as dimensões de mobilidade afetiva e material podem ter gradações na sua concepção.

---

<sup>8</sup> SILVA, Luiz Geraldo. Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa. Mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750-1840). *Almanack*, Guarulhos, n. 11, dez. 2015, p. 605.

<sup>9</sup> KOPYTOFF, Igor; MIERS, Suzanne (org.). *Slavery in Africa: Historical and Antropological Perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1979, p. 28-29.

Assim, portanto, analisamos várias estratégias utilizadas por africanos e afrodescendentes para conquistarem estas dimensões da mobilidade social apontadas por Miers e Kopytoff. A partir da trajetória de alguns milicianos percebemos suas movimentações no *continuum* apontado, as quais são evidenciadas nas formas como conseguiam suas manumissões; ou como alcançavam prestígio e visibilidade social; quando se inseriam em corporações como irmandades e milícias; ou mesmo quando conseguiam sucesso material a partir de suas atividades econômicas.

## II. Revisão da literatura

Desde a década de 1940, autores clássicos da historiografia fizeram menção, ainda que *en passant*, a corpos militares formados por africanos e afrodescendentes. No entanto, as formulações destes trabalhos consideraram tais corporações muito mais como uma demanda por parte de governantes do que como um almejo e uma ação dos soldados e oficiais que compunham este grupo social, os quais buscavam se diferenciar socialmente na redução de suas marginalidades devido ao vínculo anterior que tinham com o cativo.

Em 1942, Caio Prado Júnior publicou *Formação do Brasil Contemporâneo*. Nesta obra, diversos aspectos da vida colonial foram analisados, mas, ao focar na administração do Brasil, o autor destaca o caráter tripartite da estrutura militar colonial: tropa de linha, milícias e corpos de ordenanças. No entanto, durante o período de gênese social desta estrutura militar, percebemos, ao longo desta tese, que tal organização extrapolou estas três estruturas. Houve, para além das ordenanças, auxiliares e tropas pagas, a organização de companhias de artilheiros e cavalaria. Nesta organização, reforça a tese de que o recrutamento era na maior parte do tempo realizado de forma forçada, no qual se alistavam, principalmente, criminosos e vadios. O autor se refere à existência de repartições formadas por pretos e pardos neste cenário, mas não aprofunda a análise. Ao tratar especificamente das ordenanças, aborda esta corporação como sendo de pouco valor, por tratar-se de forças locais que não se locomoviam de suas sedes, além de serem mal equipadas e mal instruídas. Apesar de reconhecermos as deficiências nos exercícios e disciplina das ordenanças, no presente trabalho relativizamos as afirmações que tratam estes corpos como estacionários e marginais na estrutura militar. Percebemos, sobretudo, que as ordenanças, principalmente na Bahia, deslocaram-se ao longo de seu processo de institucionalização rumo às mais diversas diligências, ora para perseguir



índios ou amocambados, ora para comboiar gado e ouro, ora para coadjuvar companhias em capitanias vizinhas. Ademais, as ordenanças foram, principalmente ao longo do século XVII e início do século XVIII, as forças de maior número e as mais atuantes nas capitanias da América portuguesa<sup>10</sup>.

Mais de duas décadas passadas das considerações de Caio Prado Junior, o historiador e militar Nelson Werneck Sodré publicou, em 1965, a obra *História Militar do Brasil*<sup>11</sup>. Ao tratar da fase colonial, o destaque esteve no papel da estruturação militar como componente da efetivação da colonização. Sodré ponderou que as primeiras expedições punitivas vindas da metrópole, no tempo das feitorias, empenhavam-se contra traficantes de várias procedências, os quais rondavam a costa em busca de madeiras tintoriais. No entanto, avalia que foi no período do governo-geral que centenas de homens da tropa regular aportaram com Tomé de Souza. A partir daí foi se formando a tríade de tropas regulares, milícias e ordenanças. Neste esquema, as ordenanças foram concebidas como forças territoriais fixas que eram mobilizadas eventualmente, enquanto as tropas auxiliares foram concebidas como permanentes. Assim como nas considerações de Caio Prado Júnior, o poder ínfimo e estacionário das ordenanças prevaleceu na obra de Sodré. Apontamos, na análise de Sodré, a tendência de olhar para as ordenanças pelo viés do modelo metropolitano, onde estas forças eram desmobilizadas após os períodos de conflitos. Os dados desta tese evidenciam, empiricamente, um fenômeno controverso em relação às ordenanças, como já apontamos. Entre as tropas que foram se constituindo como terço de Henrique Dias na Bahia, por exemplo, jamais houve a desmobilização destes corpos. Mesmo depois de findados os conflitos contra inimigos externos e internos, eles continuavam mobilizados e exercendo funções as mais diversas. Além disso, Sodré defendeu a transição do predomínio das ordenanças para o predomínio das milícias já no pós-expulsão dos holandeses. Para a Bahia, empiricamente, se verifica algo diferente. Depois da expulsão dos holandeses o que se observa é o fortalecimento das ordenanças, como veremos no corpo do trabalho.

Ademais, as discrepâncias entre algumas formulações contidas na historiografia e a presente pesquisa são de duas ordens. A primeira delas se refere à tendência de se identificar, por um lado, as ordenanças compostas por homens brancos, proprietários de terras e de

---

<sup>10</sup> PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 318, 320, 330 e 331.

<sup>11</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 36, 37, 41, 42, 43, 46, 51, 54, 60, 61, 62, 64 e 74.

escravos e, por outro lado, as tropas de auxiliares compondo “pardos” e “pretos”, principalmente nas oficialidades. A outra ordem se refere ao foco temporal da análise, visto que a tendência apontada foi uma realidade da América portuguesa numa fase tardia, ou seja, a partir da segunda metade do século XVIII, mas não antes disso.

Conquanto, a presente tese demonstra que essa identificação mais clássica não se verifica para o período inicial das tropas de ordenanças no Rio de Janeiro e na Bahia entre os séculos XVII e meados do século XVIII. Neste período de gênese, são as tropas de ordenanças e não as de auxiliares que terão mais representatividade na estrutura miliciana. Aliás, apesar de ser promulgada em 1645 a carta régia que estabelecia a criação da segunda linha, as tropas de auxiliares começaram a se avolumar somente na virada do século XVII para o XVIII<sup>12</sup>.

Ademais, a obra *História Militar do Brasil* está embasada fortemente na teoria marxista, e em decorrência deste viés o autor defende que para o serviço das ordenanças a hierarquia privilegiava os homens bons (senhores de terras e de escravos), ou seja, este *locus* de atuação militar atendia aos interesses das classes dominantes. O autor também defende que a fase colonial se equipara ao período feudal europeu, dessa forma compara algumas organizações militares à estrutura medieval baseada no tributo de sangue, onde “os comandos eram constituídos pelos senhores” e “a tropa era constituída pelos servos”<sup>13</sup>. Em relação à presença de africanos e afrodescendentes como homens de armas no período colonial, Sodré relata que na Bahia em 1624-1625, os holandeses lutavam com 500 “negros” armados do seu lado. Ao tratar dos homens de Henrique Dias, considera o surgimento deste bando como fruto do impulso da insurreição contra os holandeses. No mais, a obra destaca o papel repressivo das milícias, desde sua criação, com a tarefa policialesca de manter a população submissa.

Em relação às tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos, o que se destaca nas apreciações de Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré é a forma sumarizada que tratam o assunto, sem pormenorizar a análise. Também apontam o papel que os “homens bons” tinham na ocupação dos postos militares mais graduados, o que opaca a participação do grupo social formado por africanos e afrodescendentes na busca por mobilidade social. Outra questão de relevância é o tratamento que os autores deram à atuação das ordenanças na estrutura militar, colocada em segundo plano.

---

<sup>12</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre a formação da estrutura militar colonial encontra-se na tese de Fernando Prestes de Souza. SOUZA, 2017, p. 24-36.

<sup>13</sup> SODRÉ, 2010, p. 42.

O recuo temporal desta pesquisa nos permite observar questões que foram pouco exploradas na historiografia clássica. A relação entre a própria estrutura militar e o peso das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos em cada uma das linhas é uma delas. Tal estrutura era formada pelas tropas pagas, tropas de auxiliares e tropas de ordenanças, como já observamos. Nas tropas pagas inexistia a participação de companhias formadas por africanos e afrodescendentes. Nas tropas de auxiliares, as quais começam a ter mais vigor na América portuguesa na virada do século XVII para o XVIII, há uma participação tímida das companhias de africanos e afrodescendentes nas capitanias da Bahia e Rio de Janeiro. O peso maior do recrutamento de africanos e afrodescendentes em companhias específicas de pretos e pardos recaiu sobre as ordenanças no período de 1638 a 1766. Como melhor observaremos no terceiro capítulo, na Bahia, o terço que se institucionalizou como de Henrique Dias era de ordenanças e a grande maioria das companhias esparsas de pardos também pertencia a esta modalidade. No Rio de Janeiro, embora a nomenclatura apareça, por vezes, confusa em alguns documentos, como no caso de cartas do começo do século XVIII que patenteiam capitães como pertencentes à “Infantaria da Ordenança auxiliar”<sup>14</sup>, a maioria das companhias de pretos e pardos formadas na capitania eram de ordenanças. O fato de autores clássicos minimizarem a atuação das ordenanças no período colonial tem relação direta com a falta de estudos que demonstrem empiricamente a atuação destas tropas em períodos mais recuados. E, pelo fato da maioria das pesquisas, mesmo as mais recentes, concentrarem esforços na segunda metade do século XVIII, quando há a proliferação de companhias de auxiliares, a estas tropas de segunda linha é atribuído um peso muito maior na estrutura militar colonial.

Quando comparamos a historiografia clássica brasileira e a historiografia sobre a América espanhola percebemos pontos convergentes entre elas. Um deles é a noção de que a estrutura militar das colônias era precária e desorganizada no período de gênese e desenvolvimento inicial destas instituições. Como corolário, as reformas empreendidas tanto pela coroa portuguesa quanto pela espanhola, na segunda metade do século XVIII, são concebidas como fundamentais para a reestruturação da organização militar de seus domínios. No entanto, ao focar a estruturação das milícias no século XVII, no contexto da formação das sociedades escravistas, a historiografia sobre a América espanhola foi mais enfática ao se levar em conta que a existência da milícia formada a partir de africanos e afrodescendentes dependia, sobretudo, da formação social deste próprio grupo. A historiografia portuguesa, por

---

<sup>14</sup> ANRJ. Cód.77, v. 23. p. 180v. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1715.

outro lado, considerou muito mais os aspectos relacionados aos conflitos contra inimigos internos e externos e a dificuldade de adaptação ao clima da colônia por parte dos europeus.

Kuethe, ao analisar o vice-reino de Nova Granada, afirma que as milícias, antes das reformas da segunda metade do século XVIII, eram desorganizadas e indisciplinadas, portanto, não eram suficientes para a defesa das colônias e em decorrência disto precisavam da ajuda da metrópole em períodos de invasões estrangeiras. Ademais, constatou que para suplementar o Exército regular na América espanhola havia dois tipos de milícias, as provinciais e as urbanas. Em 1763, como consequência das reformas, iniciou-se o processo de disciplinarização das milícias. Anteriormente, as milícias provinciais, em Nova Granada, tinham uma estrutura com poucos oficiais, carência de treinos e disciplina e raramente possuíam equipamentos adequados<sup>15</sup>. Ben Vinson também considerou o ano de 1762 como um divisor de águas para a estrutura militar na América espanhola. As reformas trouxeram impactos quantitativos e qualitativos, pois tanto o número de corpos quanto os privilégios corporativos para as milícias se avolumaram<sup>16</sup>. Herbert Klein, ao analisar o processo de formação de milícias em Cuba, também acredita que o momento de virada na reestruturação das milícias foi a tomada de Havana em 1762<sup>17</sup>.

A historiografia clássica sobre a América portuguesa não traçou, de forma enfática, uma relação entre a gênese e institucionalização de corpos militares de africanos e afrodescendentes e a formação social deste grupo egresso do cativeiro. No entanto, a historiografia sobre a América espanhola tracejou considerações significativas sobre estes vínculos. Ben Vinson analisa que apesar da quantidade de escravos inseridos pelo tráfico no México não ter sido tão volumoso como em outras áreas da América espanhola, ela foi suficiente para contribuir com a formação de milícias de homens de cor na região<sup>18</sup>. E, para além dos impactos das guerras sobre as milícias, Klein também tentou demonstrar outras dinâmicas destas interações sociais, principalmente quando relacionou o desenvolvimento e crescimento das companhias de pardos em Havana com o crescimento populacional de homens livres de cor em Cuba, ainda no período anterior às reformas borbônicas. Em Cuba, mesmo antes da virada para segunda metade do século XVIII, já havia milícias separadas por

---

<sup>15</sup> KUETHE, Allan J. The military reform in the Viceroyalty of New Granada, 1773-1796. Tese (Doutorado) - Flórida, Universidade da Flórida, 1967, p. 12, 13, 16, 17 e 30.

<sup>16</sup> VINSON III, Ben. **Bearing arms for his Majesty**: The Free-Colored Militia in Colonial Mexico. California: Stanford University Press, 2001, p. 2.

<sup>17</sup> KLEIN, Herbert S. The colored militia of Cuba: 1568-1868. **Caribbean Studies**, v. 6, n. 2, p. 17-27, 1969, p. 20.

<sup>18</sup> VINSON III, 2001, p. 1.

cor, com oficiais privativos e privilégios que se equiparavam ao dos brancos como o *fuero militar*. Desde a formação das primeiras companhias, em 1586, em Cuba, “homens de cor” já faziam parte das corporações. Conforme esta população foi crescendo, formou-se em 1600 a primeira companhia de pardos em Havana. A expansão foi contínua e em 1700 já havia quatro companhias na capital. E outras companhias, de negros e *morenos*, foram se estabelecendo em outras cidades<sup>19</sup>.

Estudos mais recentes e específicos sobre africanos e afrodescendentes livres e libertos inseridos em milícias na América portuguesa têm sido objeto de análise na historiografia e estão presentes em teses, dissertações, artigos e capítulos de livros. Alguns autores que se debruçaram sobre o tema foram os brasilianistas. Herbert Klein, estadunidense, além dos estudos já apontados sobre a América espanhola, escreveu um texto inaugural na década de 1960, o qual foi publicado em português no ano de 1978, onde se preocupou em organizar documentos sobre o assunto e verificar as características gerais e as causas do crescimento extraordinário da camada de “homens livres de cor” na sociedade escravista brasileira. O que mais se destaca são seus apontamentos referentes à presença deste grupo social em funções militares em diversas capitânicas, mas sem grandes detalhamentos. A tese central de Klein é a de que a milícia funcionaria como uma avenida à mobilidade social dos “homens de cor”. Na presente pesquisa relativizamos esta consideração, no sentido de ponderar que a milícia, por si só, não viabiliza a mobilidade social daquele que nela ingressa. Ademais, outros fatores ligados ao mundo do trabalho, relações sociais interdependentes, contextos e trajetórias também compõem elementos relacionados à mobilidade social<sup>20</sup>.

Em 1982, o britânico Russell-Wood publicou seu livro *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Em um dos capítulos, que ele próprio classificou como um olhar preliminar, o autor discutiu a questão das milícias, juntamente com as confrarias, como as formas mais retumbantes de expressão das aspirações dos indivíduos de ascendência africana. Nesse trabalho, Russell-Wood tratou também de um dos escritos inaugurais sobre a mobilidade social de “homens livres de cor” neste modelo de instituição. Há destaque para a milícia como um campo de tensões configurado pelo preconceito e pelas barreiras impostas pela sociedade escravista à mobilidade social de livres e libertos. Ademais, Russell-Wood interpreta os principais motivos que conduziram africanos e afrodescendentes livres e libertos a se

---

<sup>19</sup> KLEIN, 1969, p. 18.

<sup>20</sup> KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na Sociedade Escravista Brasileira. **DADOS**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 3-27, 1978.

inserir nas milícias: primeiramente porque eles eram mais resistentes às doenças e mais adaptáveis às guerras de guerrilha, mas também devido à precariedade das companhias do período, aos soldos mais baixos para afrodescendentes e ao pouco efetivo branco. O estudo ainda tratou de questões referentes às reivindicações dos milicianos no que diz respeito aos soldos, privilégios e possibilidades de ocupação de postos superiores<sup>21</sup>.

Hendrik Kraay seguiu o rastro dos brasilianistas que o antecederam. Na obra *Race, State, and Armed Forces in Independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840*, de 2001, o autor concentrou-se no estudo das condições vivenciadas por africanos e afrodescendentes livres e libertos em termos da relação raça-classe, no recorte temporal mais reduzido, deduzindo, a partir daí, que o grupo dos milicianos “pretos” apresentava-se coeso e atuante politicamente, ao passo que o dos pardos era ambíguo e fraco politicamente<sup>22</sup>. No capítulo de livro “Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques”, Kraay analisou a trajetória social e política de “homens de cor” em Salvador, mais especificamente daqueles envolvidos em reivindicações sociais<sup>23</sup>.

No começo dos anos 2000, houve um despertar para a temática das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos nas pesquisas acadêmicas nos programas de pós-graduação brasileiros. Em 2002, Mello defendeu sua tese de doutorado, publicada em 2009 com o título *Forças Militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII*. Este estudo focou as organizações militares de ordenanças e auxiliares no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Boa parte de sua escrita se dedica à análise da ampliação dos corpos militares em decorrência dos conflitos ocorridos na região platina. Abordou-se principalmente como as milícias se inseriram nas tensões e negociações entre poderes centrais e locais, sendo o exame das tropas de pardos e pretos subordinado a esta questão mais ampla. A autora conclui que as “milícias negras” apresentam o mesmo comportamento que as milícias e ordenanças brancas, como instâncias de conflitos e tensões entre aqueles diferentes poderes<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>22</sup> KRAAY, Hendrik. **Race, State, and Armed Forces in Independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840**. California: Stanford University Press, 2001.

<sup>23</sup> KRAAY, Hendrik. Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques. In: JANCSÓ, Istvan (org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo-Ijuí: Hucitec/Ed. Unijuí, 2003, p. 521-546.

<sup>24</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. **Forças Militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII**. Rio de Janeiro: e-papers, 2009.



Em 2003, Kalina Vanderlei Paiva da Silva defendeu a tese de doutorado *"Nas solidões vastas e assustadoras": os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. No escrito, analisa as tropas de “homens de cor”, sobretudo em Pernambuco, no contexto das guerras holandesas, e a continuidade destas corporações ao longo dos séculos XVII e XVIII. Evidencia-se que a inserção de “homens de cor” nas milícias e ordenanças ocorreu por dois motivos principais: o imaginário popular, que alimentava medos em relação à selvageria e ferocidade do guerreiro “negro”, e a escassez de homens para atuarem no serviço militar. Neste trabalho se aposta na ideia de que a proliferação de tropas de “homens de cor” no século XVIII, em Pernambuco, está relacionada tanto ao crescimento populacional deste grupo quanto à sua integração nas novas figurações que se formavam nos sertões da capitania<sup>25</sup>.

Em 2010, Francis Albert Cotta publicou *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. A obra resultou de pós-doutorado (2008-2009) no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. A partir de exemplos de diversas capitanias, o estudo demonstra como militares “negros e mestiços” se inseriram no que ele denomina *Universo Militar*<sup>26</sup>. O autor expõe como, a partir da inserção em “milícias negras e mestiças”, estes indivíduos desenvolveram diversas estratégias de representação identitárias, bem como conquistaram relativa mobilidade social<sup>27</sup>.

No entanto, antes da conclusão de muitos destes trabalhos, Luiz Geraldo Silva já havia iniciado uma trajetória de pesquisas sobre esta temática. Em 2002, a partir do projeto “Negros patriotas: raça e identidade social na formação do Estado-nação (1750-1850)”, Silva estudou a participação de tropas de “pretos” e “pardos” nas lutas que se travaram depois de 1817, relacionadas com a formação do Estado-nação brasileiro. Outros projetos de pesquisa vieram após este. Em 2007 teve início o projeto “De um a outro império: sociabilidades, etnia e mobilização de forças militares. As tropas de pretos e pardos na América portuguesa, 1630-1831”. Em 2010, com o intuito de analisar a gênese social e o desenvolvimento destas tropas nas capitanias de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, Silva deu continuidade ao trabalho em seu projeto “Milícias do mundo atlântico: do barroco ao

---

<sup>25</sup> SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *"Nas solidões vastas e assustadoras": os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado) - Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 141, 157, 158, 170, 175 e 183.

<sup>26</sup> Cotta conceitua *Universo Militar* como “a atividade bélica em todas as suas aplicabilidades”. COTTA, Francis. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010, p. 14.

<sup>27</sup> Ibid., p. 14, 16 e 91.

liberalismo político”. Em 2013, com o projeto “Sociogênese e institucionalização de milícias negras nas Américas portuguesa e espanhola: articulando processos e configurações sociais (séculos XVII ao XIX)”, a escala de análise foi aumentada e passou-se a investigar também as recorrências de tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos conectando a América portuguesa com outros espaços do mundo atlântico, quais sejam, os impérios coloniais espanhol, francês e britânico. Silva ainda trabalha com esta perspectiva e atualmente desenvolve a pesquisa “Milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos no mundo atlântico: trajetórias, figurações sociais e escravidão (Brasil e Angola, séculos XVII e XVIII)”. Neste trabalho o autor tem enfatizado a trajetória dos mestres de campo das tropas de africanos e afrodescendentes na América portuguesa, bem como a atuação de milicianos provenientes da América portuguesa que atravessaram o Atlântico para atuar no continente africano.

Os trabalhos de Silva tiveram inúmeros desdobramentos no que diz respeito ao estudo das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Primeiramente, podemos destacar que os citados projetos de pesquisa resultaram na publicação de diversos artigos e capítulos de livros sobre esta temática<sup>28</sup>. Além disso, algumas pesquisas no nível de mestrado e doutorado foram fruto do envolvimento de pesquisadores inseridos nestes projetos. A presente tese também é um desdobramento de pesquisa de Iniciação Científica principiada em 2012, sob a orientação de Luiz Geraldo Silva.

Leandro Francisco de Paula é um destes pesquisadores vinculados aos estudos de Luiz Geraldo Silva. Em dissertação de mestrado intitulada *Negros no campo das armas*:

---

<sup>28</sup> SILVA, Luiz Geraldo. Religião e identidade étnica: africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, v. 44, n. 3, 2003, p. 77-96; SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: DORÉ, A.; SANTOS, A. C. de A. (org.). **Temas setecentistas**: governos e populações no Império português. Curitiba: UFPR/SCHLA/Fundação Araucária, 2009; SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a “etnia crioula”: o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, R. P.; GONÇALVES, A. L.; CHAVES, C. M. das G. (org.). **Administrando impérios**: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 71-96; SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 169, p. 111-144, jul./dez. 2013; SILVA, Luiz Geraldo. Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa. Mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750-1840). **Almanack**, Guarulhos, n. 11, p. 571-632, dez. 2015; SILVA, Luiz Geraldo. Indivíduo e Sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias de afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa. **Tempo**, v. 23, n. 2, maio/ago. 2017. p. 175-203.

*homens de cor nos corpos militares das Minas setecentistas (1709-1800)*, o autor demonstrou o processo de institucionalização das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos em Minas Gerais ao longo do século XVIII. O estudo relata como a constituição de corpos formados por “homens de cor” esteve atrelada à preocupação com a defesa da capitania contra inimigos internos e externos. A análise perpassa a reestruturação militar decorrente da Carta Régia de 1766 e do contexto de reformas da segunda metade do século XVIII. Além disso, a dissertação analisa, em perspectiva eliasiana, a passagem destes indivíduos de *outsiders* a participantes dos principais círculos sociais de Minas Gerais, em decorrência de sua atuação nos corpos militares<sup>29</sup>.

Outro pesquisador orientado por Silva é Fernando Prestes de Souza. Em sua dissertação de mestrado *Milicianos Pardos em São Paulo: Cor, Identidade e Política (1765-1831)*, Souza preocupou-se em compreender o processo de formação das tropas de pardos livres que deram origem ao regimento dos Úteis de São Paulo. Este trabalho mostra como pardos e pretos foram sendo incorporados às companhias paulistas, no contexto de diferentes movimentos econômicos e sociais pelos quais passou a capitania, desde suas transformações econômicas na primeira metade do século XVIII, passando por sua atuação nas mobilizações e marchas militares envolvendo a região platina, seu envolvimento nas movimentações de independência, até a extinção destes regimentos em 1831, quando foram substituídos pela Guarda Nacional<sup>30</sup>.

Souza defendeu recentemente, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, a tese *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831)*. O trabalho versa também sobre o regimento dos Úteis de São Paulo, formado principalmente por homens pardos. Aborda a relação entre as “milícias de cor” e a estrutura militar colonial, tendo como ponto de partida as milícias em várias capitanias da América portuguesa para, enfim, focar as atividades milicianas paulistas. A tese aborda questões relacionadas aos aspectos socioeconômicos dos milicianos com alto grau de detalhamento, possível a partir do cruzamento de fontes diversas, com destaque para as informações produzidas pelas próprias milícias, como o Livro Mestre do Regimento. A milícia é concebida como um campo de tensões, ocorrendo relações de poder tanto em seu

---

<sup>29</sup> PAULA, Leandro Francisco de. **Negros no campo das armas**: homens de cor nos corpos militares das Minas setecentistas (1709-1800). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

<sup>30</sup> SOUZA, Fernando Prestes de. **Milicianos Pardos em São Paulo**: Cor, Identidade e Política (1765-1831). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

interior quanto na atuação dos milicianos na conjuntura em que estavam imersos, com destaque para as lutas pela Independência<sup>31</sup>.

No Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Michel Mendes Marta defendeu a dissertação intitulada *Em busca de honras, isenções e liberdade: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do XIX)*. Neste trabalho há um esforço em perceber como se organizou o oficialato de homens pretos forros nos terços de auxiliares do Rio de Janeiro. O autor constata a falta de fontes referentes ao começo da arregimentação de africanos e afrodescendentes no Rio de Janeiro e confere bastante ênfase às tentativas de institucionalização destes corpos. É interessante também a forma como a pesquisa delinea a trajetória de alguns capitães-mandantes a partir do cruzamento de variadas fontes<sup>32</sup>.

Diante deste quadro de pesquisas, destacamos que esta tese tem a intenção de preencher algumas lacunas e avançar em algumas discussões. Como já apontamos, preencher as brechas referentes à temporalidade é uma das pautas. Outro objetivo desta pesquisa é comparar experiências de duas capitanias que foram, cada uma a seu tempo, vice-reinos do Estado do Brasil. Apesar de alguns trabalhos supracitados preocuparem-se com a recorrência de milícias de africanos e afrodescendentes em diferentes capitanias, há ainda muito a se trilhar. Silva destacou que, apesar das capitanias serem estruturas político-administrativas relativamente autônomas, elas também são interdependentes, fazendo com isto uma crítica à tendência historiográfica de estudá-las como “unidades de análise relativamente estanques, independentes e exteriores umas às outras”<sup>33</sup>. Resta sublinhar a importância de estudar as capitanias estabelecendo comparações entre estas figurações. Contribuir para o desenvolvimento dos campos destacados é uma das intenções desta pesquisa.

### III. Conceitos e problemas teórico-metodológicos

Os relatos coevos referem-se ao grupo social aqui estudado como “pretos”, “pardos”, “forros”, “mulatos”, “crioulos”, “mestiços”, entre outras denominações. Na historiografia,

---

<sup>31</sup> SOUZA, 2017.

<sup>32</sup> MARTA, Michel Mendes. **Em busca de honras, isenções e liberdades**: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do XIX). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2013.

<sup>33</sup> SILVA, 2013, p. 114.

muitas vezes por influência da literatura de língua inglesa, foram denominados “homens de cor” (*colored men*). Nesta tese optamos por denominá-los “*africanos e afrodescendentes livres e libertos*”, pois consideramos esta designação analítica mais precisa e abrangente. Apesar desta denominação, não descartamos as possibilidades destes homens terem, devido ao processo de mestiçagem, outras ancestralidades além da africana, visto que muitos descenderam também da união de africanos e afrodescendentes com portugueses e indígenas. Esta designação pretende tratar de forma mais genérica o vasto rol de denominações presentes nos relatos coevos, sem perder de vista o grau de ancestralidade africana destes indivíduos.

Ainda que na historiografia exista uma tendência de relacionar cor e condição social, onde a terminologia “preto” tende para o indivíduo que se encontra mais próximo da escravidão e a terminologia “pardo” designaria o livre ou liberto<sup>34</sup>, nesta tese não nos alinhamos a estes ajustes por dois motivos. Em primeiro lugar observamos, como já apontou Russell-Wood, que “a identidade ou a designação racial de alguém devia muito ao contexto local”<sup>35</sup>. Ademais, um mesmo indivíduo poderia ser classificado ora como “pardo”, ora como “preto”, como o caso do capitão dos henriques, Antônio Rodrigues. Este miliciano pertencia ao terço dos homens pretos da Bahia, no entanto, num contexto de conflito com seu ex-senhor, em 1720, foi classificado pelas autoridades como “pardo”<sup>36</sup>. Outro engodo das classificações realizadas pela historiografia é o de classificar o “preto” como mais próximo ao cativo e o “pardo” como mais próximo da liberdade. Em nossa pesquisa encontramos milicianos, desde os recém-libertos até os livres há gerações, tanto nas companhias de “pretos” quanto na companhia de “pardos”<sup>37</sup>.

No que diz respeito às escolhas teórico-metodológicas, os estudos de História Atlântica, os escritos de Norbert Elias e a teoria geral sobre o escravismo contribuíram com análises e conceitos adequados para este estudo. O campo da História Atlântica apresenta

---

<sup>34</sup> LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 133-141; FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 138; MATTOS, Hebe. “Guerra Preta”: culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 451.

<sup>35</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 48.

<sup>36</sup> D.H. Bahia, 1º de junho de 1720. v. 73, p. 283.

<sup>37</sup> Requerimento dos pardos forros da cidade do Rio de Janeiro e seu recôncavo no Brasil, nos quais pedem para formarem um novo regimento de tropas auxiliares de cavalo. AHU – RJ. cx. 55, doc. 12.945-12.949. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1745. Requerimento dos pardos forros da cidade do Rio de Janeiro e seu recôncavo no Brasil, nos quais pedem para formarem um novo regimento de tropas auxiliares de cavalo. AHU – RJ. cx. 55, doc. 12.945-12.949. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1745.

modelos de análise que potencializam o olhar para as recorrências estruturais, regularidades e planos de conexões entre distintas figurações sociais no mundo atlântico. Um dos aspectos relevantes deste estudo se demonstra na metodologia utilizada, a qual, em vez de observar uma figuração específica, alarga a análise no sentido de perseguir a comparação estabelecida entre duas figurações sociais, as quais possuem um processo de formação muito semelhante em aspectos que se relacionam diretamente, como os processos de gênese social e institucionalização das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Os estudos contidos no campo da História Atlântica têm crescido nos últimos anos. Muitas destas pesquisas optam por focar as travessias e circularidades feitas no Oceano pelo viés de *commodities*, ideias ou doenças<sup>38</sup>, de forma que secundarizam as interações entre pessoas e suas relações sociais. Nesta tese, os estudos de História Atlântica norteiam o olhar para a comparação da experiência de indivíduos em instituições milicianas que foram recorrentes em dois pontos distintos do Atlântico, ainda que localizados no mesmo Estado. Estas experiências se baseiam menos nos deslocamentos e mais na recorrência estrutural da formação e institucionalização das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos, com a intenção clara de ressaltar que este fenômeno não foi algo singular das capitanias aqui analisadas. Pelo contrário, ao longo da tese podemos observar que a formação destas corporações ocorreu tanto em outras capitanias da América portuguesa, quanto em outros pontos do mundo atlântico.

Conceitos eliasianos, por sua vez, funcionam como chaves de leitura que dialogam com as fontes e a bibliografia que estruturam esta tese. Companhias integradas por africanos e afrodescendentes livres e libertos nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro são tratadas aqui como instituições sociais que se estabeleceram de forma processual. Elias, ao refletir sobre as *funções* de uma instituição, esclarece que estas são atributos relacionais, ou seja, as instituições desempenham funções tanto para a sociedade quanto para seus membros internos<sup>39</sup>. Nesta perspectiva, consideramos que a instituição milicianas desempenhou funções que atingiram simultaneamente a sociedade e os próprios milicianos. Por um lado, demonstramos que as milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos se relacionaram com a sociedade na qual estavam inseridas, desempenhando funções de proteção e ordem social, mas por vezes experimentando situações de conflito; por outro, verificamos

---

<sup>38</sup> PALMER, Robert R. **The Age of Democratic Revolution**: a political history of Europe and America, 1760-1800. Princeton: Princeton University Press, 2014 [1959], p. 5-21; GAMES, Alison. Atlantic history: definitions, challenges and opportunities. **The American Historical Review**, v. 111, n. 3, 2006, p. 741-757.

<sup>39</sup> ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 137.



que a milícia propiciou aos milicianos possibilidades de diferenciação social, aumento de prestígio e maiores oportunidades para requerer privilégios e mercês.

Dessa forma, a instituição milicianiana ganha foco nesta tese para que, por meio dela, a própria sociedade na qual estava inserida seja compreendida. Elias, por sua vez, concebe a sociedade em termos de uma *figuração social*, formada através da interdependência de subfigurações/subunidades. Estas podem ser concebidas como indivíduos, famílias, grupos sociais, corporações, que podem estabelecer laços tanto de cooperação quanto de conflito, assim como relações instáveis de poder<sup>40</sup>. Ademais, Elias analisa o “poder” como uma relação e não como uma coisa. Nas dinâmicas estabelecidas entre os indivíduos, estas relações de poder não dependem somente da ação individual: elas se processam como num modelo de jogos, considerando tanto a ação dos outros indivíduos quanto as situações imprevisíveis<sup>41</sup>.

Algumas categorias sociais de análise são frequentemente pensadas em oposições extremas, como as categorias de indivíduo e sociedade, estabelecidos e *outsiders*, tradição e modernidade, entre outras. As formulações de Elias que relativizam tais contraposições são esclarecedoras:

O que distingue o conceito de figuração dos conceitos mais antigos com os quais se pode compará-lo é precisamente que ele constitui um olhar sobre os homens. Ele ajuda a escapar de armadilhas tradicionais, as das polarizações, como a do “indivíduo” e da “sociedade”, do atomismo e do coletivismo sociológico. Os meros termos “indivíduo” e “sociedade” já bloqueiam frequentemente as percepções. Caso se chegue a um distanciamento, fica-se em condições, nos degraus da escada em espiral da consciência, de se reconhecer a si próprio, aparentemente no degrau precedente, enquanto homem entre outros homens, e de reconhecer a sociedade como uma figuração constituída de numerosos indivíduos fundamentalmente interdependentes, ou seja, tributários e dependentes uns dos outros; só então se é capaz de superar intelectualmente a polarização entre indivíduo e sociedade. Eis um objetivo tão fácil como ovo-de-columbo e tão difícil como a revolução copernicana.<sup>42</sup>

Com tais formulações Elias provoca a reflexão sobre polaridades que muitas vezes se colocam nas análises. Na presente pesquisa voltamos a atenção para a oposição existente entre escravidão e liberdade, no sentido de refutá-la. Preferimos olhar para o contínuo existente entre estes dois extremos, pois as categorias de *escravidão* e *liberdade* não são aqui

<sup>40</sup> ELIAS, Norbert. **Envolvimento e distanciamento**: estudos sobre a sociologia do conhecimento. Lisboa: Dom Quixote, 1997, p. 59.

<sup>41</sup> ELIAS, 1980, p. 77-112.

<sup>42</sup> ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 149.

consideradas *status* fixos. Prova disso são os oficiais e soldados das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos, que experimentaram tanto a escravidão quanto a liberdade, de forma intra ou intergeracional<sup>43</sup>.

Dessa maneira, a formação de um grupo social que constitui companhias de africanos e afrodescendentes evoca uma reflexão acerca da escravidão como processo de mudança de *status*, como aponta Kopytoff<sup>44</sup>. Assim, compreendemos que o africano ou afrodescendente que conseguia se inserir nas milícias, ainda que livre ou liberto, enfrentava o fantasma da escravidão como marca vivida por ele mesmo ou por seus ancestrais<sup>45</sup>. Desta forma, esta pesquisa não trabalha com os extremos, por entender que os processos sociais acontecem dentro de um *continuum* e que o pêndulo de equilíbrio existente nas relações de poder pende para ambos os lados de forma dinâmica e não estática<sup>46</sup>.

Na medida em que observamos duas figurações específicas nesta tese, o método comparativo inerente à pesquisa histórica se faz imprescindível. Marc Bloch, ao definir os termos da comparação, infere na ideia de que este caminho baseia-se na escolha de dois ou mais fenômenos que tenham “analogias entre si”. No entanto, Bloch alerta que, para além de encontrar as semelhanças e diferenças entre os desenvolvimentos sociais, o historiador precisa, na medida do possível, explicá-las<sup>47</sup>. Em consonância com esta proposta, reiteramos os objetivos desta tese, onde percebemos regularidades estruturais e recorrências entre as duas capitâneas eleitas para este estudo. Ademais, as diferenças encontradas nos processos de desenvolvimento social e, por conseguinte, do desenvolvimento da própria instituição milicianiana nestes dois espaços também entram no rol da observação.

O método comparativo se torna um pouco mais sofisticado nesta pesquisa quando prevemos que não existe a busca de semelhanças e diferenças entre um modelo mais conhecido e outro menos conhecido. Tanto a capitania da Bahia quanto do Rio de Janeiro, no período balizado, ainda não foram estudadas a partir da gênese e institucionalização de tropas

---

<sup>43</sup> SILVA, 2015.

<sup>44</sup> KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, v. 11, 1982, p. 221.

<sup>45</sup> A este respeito ver texto de Francis Dutra, o qual relata os entraves enfrentados por Manuel Gonçalves Dória para receber a ordem de Cavaleiro de Santiago. Os impedimentos justificavam-se principalmente pela ancestralidade ligada ao cativo deste oficial afrodescendente. DUTRA, Francis. A Hard-Fought Struggle for Recognition: Manuel Gonçalves Doria, First Afro-Brazilian to Become a Knight of Santiago. *The Americas*, v. 56, n. 1, July 1999, p. 91-113.

<sup>46</sup> ELIAS, Norbert. *Envolvimento e distanciamento*: estudos sobre a sociologia do conhecimento. Lisboa: Dom Quixote, 1997, p. 19.

<sup>47</sup> BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998, p. 121.

milicianas de africanos e afrodescendentes livres e libertos. A proposta desta tese desenvolve aquilo que a historiografia vem chamando de “iluminação recíproca”, a qual

se dispõe a confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum<sup>48</sup>.

Marc Bloch ao ressaltar os possíveis resultados da comparação na História observa que quando “um fato se apresenta com características de estranheza” isto se deva a “uma certa falta de harmonia ao tom geral da vida social”<sup>49</sup>. Em outras palavras, Bloch alerta para não tomarmos um fenômeno social como *sui generis*. Muitas vezes quando consideramos um processo social como singular o fazemos por desconhecermos suas recorrências em outros tempos e em outros espaços. O método comparativo nos permite assim identificar o fenômeno de *sociogênese* e institucionalização das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos como recorrente em diferentes sociedades da época moderna.

Ao pensar especificamente nas influências recíprocas existentes entre as capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro, percebemos que houve a circulação de homens provenientes das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos das capitanias de Pernambuco e Bahia rumo às regiões do Centro-Sul. Na década de 1730 o capitão do terço de Henrique Dias da Bahia, Domingos Henriques Rosário<sup>50</sup>, abandonou seu posto e foi para a região das Minas. Na companhia dos pardos do Rio de Janeiro, encontramos em 1710 o capitão Francisco Camelo que havia nascido em Pernambuco<sup>51</sup>. Igualmente oriundo desta capitania o capitão da companhia dos pretos do Rio de Janeiro em 1710, Cosme Vieira<sup>52</sup>, o qual havia, inclusive, servido como soldado em Pernambuco. No entanto, apesar da circulação de pessoas que possivelmente traziam consigo modelos e referências de como se processou a gênese social e a institucionalização de tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos em suas respectivas capitanias, é inviável afirmarmos que houve imitação da capitania do Rio de Janeiro em relação à capitania da Bahia no desenvolvimento social de suas milícias. Duas razões, no mínimo, nos conduzem a este parecer. Primeiro, percebemos que a ausência de

<sup>48</sup> BARROS, José D’Assunção. História Comparada – Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, v. 13, 2007, p.10.

<sup>49</sup> BLOCH, Marc. Comparação. In: **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998, p. 116.

<sup>50</sup> APEB. Seção Colonial, 12 de dezembro de 173?, maço 352, folha 39.

<sup>51</sup> ANRJ. Cód. 77, v. 21. N° 18, p.64. Rio de Janeiro, 4 de julho de 1710. ACMRJ Caixa nº: 2.243. Notação: 43.055. – Nubentes: Francisco Camelo & Ana Dutra. Antigo Maço 4, nº 129.

<sup>52</sup> ANRJ. Cód 77, v. 21. N° 18, p.62. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1710.

fontes mais esclarecedoras a este respeito nos impede de provar empiricamente uma influência recíproca entre as duas capitanias. Depois, apesar de se replicar a estrutura das companhias da Bahia no Rio de Janeiro - a qual era mais ou menos recorrente em todas as capitanias da América portuguesa no período abordado - outras referências não se repetem em relação a esta estrutura. Falamos das diferenças da forma como as funções dos oficiais foram supridas, das posturas diversas dos milicianos diante de revesses e mesmo das diacronias temporais no processo de gênese social e institucionalização das milícias nos dois espaços. E como veremos no decorrer do texto, estas diferenças estão intrinsicamente atreladas ao desenvolvimento social de cada uma das duas capitanias.

#### IV. Fontes

As fontes consultadas para a realização desta tese procedem de diferentes acervos e auxiliam na elucidação de diversos problemas que apontamos ao longo da tese. O *corpus* analisado contém, principalmente, documentos produzidos pelas autoridades governamentais e eclesiásticas da América portuguesa acerca do grupo social formado por africanos e afrodescendentes livres e libertos. Foi possível também perceber o protagonismo deste mesmo grupo nas representações por eles produzidas, seja por meio da instituição miliciana, seja por meio de ações individuais, em diversos requerimentos dirigidos à Coroa portuguesa. O trato metodológico desta documentação se pautou na interpretação destas diferentes representações, bem como no cruzamento de informações contidas nos relatos esparsos, visto que, à exceção das cartas patentes, foi impossível estabelecer uma análise serial dos documentos, visto a escassez notória de documentos produzidos em períodos mais recuados do tempo colonial<sup>53</sup>.

Fontes paroquiais, como registros para habilitações matrimoniais, batismos, casamentos e óbitos foram consultadas no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Estes documentos nos permitem o estabelecimento de marcos sociais na trajetória dos milicianos, bem como entender as relações que estes mantinham com diferentes indivíduos. Em algumas situações até mesmo o envolvimento com o mundo do trabalho estava presente

---

<sup>53</sup> FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz, forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **Topoi**, v. 11, n. 21, 2010, p. 74-106.

nas fontes. No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro foi possível consultar documentos referentes à legislação prescrita para as companhias de africanos e afrodescendentes, bem como cartas de alforria. Este conjunto documental foi fundamental para compreender os processos de mudança de *status* e mobilidade social vivenciada pelos africanos e afrodescendentes que se inseriram nas companhias de auxiliares e ordenanças.

Alguns inventários e testamentos foram localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Estes documentos trazem uma riqueza de informações sobre as interações sociais dos milicianos no mundo do trabalho, seu estado civil e vínculos estabelecidos com outros milicianos. No APEB também foi possível localizar uma sequência seriada de cartas patentes de milicianos africanos e afrodescendentes, que permitiu observar os diferentes milicianos que passaram pelas tropas, bem como seu número e os espaços geográficos em que estas corporações se estabeleceram. Este conjunto documental foi fundamental para as formulações concernentes aos processos de *sociogênese* e institucionalização das companhias de africanos e afrodescendentes na Bahia.

Outros documentos acessados foram as fontes primárias digitalizadas do “Projeto Resgate”, do Arquivo Histórico Ultramarino. Para a capitania da Bahia foram consultadas fontes da coleção “Luiza da Fonseca” e da coleção “Avulsos”. Para a capitania do Rio de Janeiro as coleções consultadas foram os “Avulsos” e a “Castro de Almeida”. O conteúdo destes documentos é diverso no tocante às milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos, trazendo informações sobre pedidos e concessões de cartas patentes. Este tipo de documento permite ao pesquisador listar os oficiais que fizeram parte dos momentos de *sociogênese* e institucionalização destas tropas. Outros dados encontrados nas cartas patentes dizem respeito à mobilidade interna nas tropas e à diversificação de funções dentro delas. Outra categoria de fontes são as cartas de milicianos solicitando recompensas, soldos, mantimentos e fardas a Sua Majestade; além das solicitações, há também várias cartas que evidenciam tensões sob a forma de interdições e tentativas de acabar com as tropas de livres e libertos. A interpretação destes documentos foi fundamental para entender as formas como os milicianos se posicionaram, ao longo do processo de institucionalização das milícias, no sentido de conquistarem mobilidade social ao longo do *continuum* escravidão-liberdade e, por sua vez, reduzirem o grau de marginalização ao qual foram submetidos.

Também foi consultada a coleção *Documentos Históricos*, disponibilizada online pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São inúmeros documentos categorizados em

cartas patentes, provisões, alvarás, mandados, correspondências, decretos, relatórios, portarias, ordens, etc. Apesar de parte desta documentação ser proveniente do próprio Arquivo Histórico Ultramarino, um diferencial está no tratamento dado aos documentos, visto que a coleção Documentos Históricos encontra-se toda transcrita, o que facilita a leitura e análise dos textos seiscentistas e setecentistas. O conteúdo deste corpo documental também é diverso. A presença de fontes com informações sobre como eram feitos os alistamentos e matrículas permite formulações acerca da formação destas corporações. Existem fontes que descrevem solicitações de oficiais e soldados com respeito a soldos, fardas e alimentação. Notamos nestas solicitações exigências que foram estruturais para os processos de institucionalização das tropas. As cartas patentes também fazem parte deste corpo documental, juntamente com descrições de cerimônias de posse e dos privilégios e deveres que cabiam aos empossados. Restrições e perda de postos por crime ou indisciplina também estão presentes.

As fontes aqui arroladas foram organizadas de forma a dialogarem com a problemática proposta e com as referências teórico-metodológicas escolhidas para a pesquisa. A análise destes documentos permitiu elaborar uma interpretação acerca dos processos que impulsionaram a gênese social e a institucionalização das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos, sendo o papel dos milicianos fundamental na angariação de ganhos institucionais.

## V. Estrutura do trabalho

No primeiro capítulo analisamos os principais elementos estruturais que impulsionaram a *sociogênese* das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro. Apesar de desenvolvimentos descompassados temporalmente e de algumas particularidades, os elementos estruturais de ambas as capitanias permitem perceber padrões de recorrências no desenvolvimento de seus fenômenos históricos. Tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro notamos a constituição de uma sociedade escravista e baseada na economia de *plantation*, que demandava principalmente a mão-de-obra cativa para desenvolver-se. No entanto, algumas diferenças são perceptíveis neste processo: na região fluminense o uso da mão-de obra indígena foi mais persistente e o desenvolvimento da economia de *plantation* mais lento, sendo que a produção açucareira desenvolveu-se,

principalmente, no século XVIII. Também caracterizamos para ambas as capitanias os principais aspectos relacionados às instituições administrativas, religiosas, políticas e militares. Outra seção trata do volume, regiões de procedência, temporalidades e transformações do tráfico de escravos para as duas capitanias. A análise dos aspectos relacionados a este fenômeno é importante por, pelo menos, dois motivos. Primeiramente, porque o tráfico foi a principal fonte de africanos para o Brasil. E ademais, porque existe uma vigorosa relação entre tráfico e alforria<sup>54</sup>. Esta relação não é tão simples quanto parece, pois ela está mediada por diferentes fatores sociais, principalmente àqueles relacionados com a abertura e o fechamento econômico de fronteiras agrícolas, descobertas de mineração, carestias, condições climáticas, guerras, etc. Mesmo assim, o trato de escravos provenientes da África foi um dos principais elementos para a constituição do grupo demográfico caracterizado como africanos e afrodescendentes livres e libertos, parte do qual acabou por inserir-se em milícias de africanos e afrodescendentes nestas capitanias. O último tópico se refere, justamente, à constituição deste grupo social nas figurações analisadas. Abordamos, para ambas as capitanias, quais foram os padrões gerais de alforria, considerando os dados demográficos, faixa etária, sexo e local de nascimento dos alforriados. Também dissertamos sobre as principais modalidades de alforria, com destaque para o papel de muitos escravos que, nas relações desenvolvidas com seus senhores, conquistaram a manumissão.

No segundo capítulo analisamos como a gênese social das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos foi possível a partir do entrelaçamento dos seguintes elementos estruturais: economia de *plantation*, sociedade escravista, tráfico, alforrias e guerras. Demonstramos como, ainda que sem planejamento prévio, este processo não deixou de ser dotado de certa ordem e coerência. Para o caso da Bahia, destacamos como esta experiência esteve extremamente ligada ao modelo pernambucano - primeiro a ser gestado na América portuguesa. Retomamos o ataque dos holandeses à Bahia nos anos de 1624-1625, no qual houve pouca participação de africanos e afrodescendentes. Situação completamente diferente ocorreu nas investidas das décadas seguintes, quando muitos deles compuseram a defesa local. A guerra travada contra os holandeses em vários pontos do império português também é analisada, pois ela foi catalisadora da formação das milícias em Pernambuco e na Bahia. No que diz respeito ao processo de formação de companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na capitania do Rio de Janeiro, no final do século XVII,

---

<sup>54</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, n. 74, mar. 2006, p. 109.



constatamos que a experiência fluminense ocorreu de forma tardia em relação à Bahia. Demonstramos como demandas locais suscitadas neste contexto, quais sejam, a preocupação com inimigos externos, a praça desguarnecida pelo envio de tropas a Minas Gerais e Sacramento e a formação de um grupo crescente de livres e libertos que buscavam diferenciação social - entrelaçadas a outros elementos estruturais observados no primeiro capítulo - impulsionaram a formação das milícias no Rio de Janeiro.

No terceiro capítulo analisamos o processo social de institucionalização das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro. Relacionamos o desenvolvimento social destas duas figurações ao longo da segunda metade do século XVII e do início do século XVIII com os processos de enraizamento e multiplicação das milícias e as tensões inerentes à instituição milicianiana. Discutimos sobre a circunstanciamento dos postos no interior das milícias. Em seguida, apresentamos os trâmites referentes ao recebimento de carta patente para os postos da primeira plana. Outro elemento pertinente a esta discussão diz respeito às demandas dos milicianos por soldos, armas e fardamentos. Por fim, discorremos sobre as formas como ocorriam os alistamentos e os exercícios militares e sobre os principais motivos que levavam alguns milicianos a se desligarem das tropas. Em relação à disposição espacial das milícias nas capitanias, é apresentada a localização geográfica das companhias e realiza-se uma discussão sobre a relação entre urbano e rural nesta distribuição.

No quarto capítulo frisamos a possibilidade de se estudar uma sociedade a partir de instituições que nela se formaram, pois o estudo das milícias permite a análise da figuração mais geral em que elas se inserem. Discutimos as possibilidades de mudança de *status* e mobilidade social na América portuguesa. Procuramos entender o papel da milícia, não como a única via, mas como um componente das dimensões da mobilidade social. Esta seção é importante por esclarecer como a mobilidade social de africanos e afrodescendentes foi possível a partir da relação estabelecida entre as dinâmicas sociais das figurações estudadas e a participação dos indivíduos na conquista desta mobilidade. Analisamos, ainda, como a estabilidade institucional conquistada pelos milicianos, o aumento no número de companhias de africanos e afrodescendentes e a distribuição espacial destas tropas fizeram crescer as relações conflituosas entre os milicianos e outros grupos sociais. Diante de tais tensões, os milicianos buscaram estratégias, principalmente por meio dos requerimentos, para enfrentar as interdições. Outro ponto da discussão foi a forma como cada uma das capitanias estudadas reagiu diante das prescrições da década de 1730, que tentaram extinguir as milícias

comandadas por africanos e afrodescendentes. Também destacamos como os milicianos se relacionavam com outras instituições na Bahia e no Rio de Janeiro. Partimos do pressuposto de que, nas sociedades analisadas nesta tese, existia um grande diferencial de retenção de poder entre seus grupos constituintes. Em decorrência disto, analisamos também, neste tópico, as situações de tensão e desprestígio pelas quais passaram os milicianos. Relacionaremos estas tensões com o processo de transformação de *status* em que estes indivíduos estavam inseridos, pois, apesar de exercerem uma função social de prestígio, eles eram constantemente lembrados de que sua posição social tinha relações estreitas com a escravidão. Ademais, analisamos as relações que alguns milicianos desenvolveram na sociedade. Não se trata de narrativas isoladas de indivíduos, mas de trajetórias vividas de acordo com as interdependências estabelecidas em suas figurações sociais. No último tópico deste capítulo, realizamos uma reflexão sobre as reformas ocorridas no império português (1750-1777) como um projeto de modernidade profundamente inspirado no Iluminismo, no caso português concebido como Reformismo Ilustrado. A análise se afunila na aplicação das diretrizes contidas na Carta Régia de 22 de março de 1766, a qual propunha a regulamentação e o disciplinamento das tropas de ordenanças e auxiliares da América portuguesa. Esta legislação foi encarada como uma resposta à crise pela qual passavam a Europa e o Ultramar na segunda metade do século XVIII. Apesar de ser a Carta Régia uma determinação vinda da metrópole, ela também refletia as circunstâncias estruturais da América portuguesa no mesmo período. Este era um contexto de crescente aumento do número de alforriados, os quais viam nas milícias uma possibilidade de mobilidade social. Além disso, antes mesmo da promulgação da Carta algumas mudanças estruturais impulsionaram mudanças organizacionais na própria milícia. Um fator importante foi a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763, após a ocupação, liderada por D. Pedro de Cevallos. Outra questão importante é que a Carta Régia de 1766 aprofunda a tendência de predominância das milícias em relação às tropas regulares na América portuguesa, situação muito diferente da do Reino. A análise se encerra com a promulgação desta Carta Régia, porque, além da mudança estrutural que passaram as milícias, para o período pós-reforma já há razoável número de estudos.

## Capítulo 1 – Desenvolvimento das figurações sociais da Bahia e do Rio de Janeiro

### 1.1 Bahia: aspectos estruturais

#### 1.1.1 Economia de *plantation*

A primeira grande demanda por escravos na América portuguesa foi decorrente do arranque da economia açucareira de *plantation* que se desenvolveu a partir do século XVI. A formação de uma sociedade escravista foi o traço predominante na colônia e, como tal, esta figuração dependeu da mão-de-obra escrava para produção de suas riquezas e de todas as distinções, hierarquizações e atitudes decorrentes desta dependência<sup>55</sup>. Em 1510 alguns colonos já haviam empreendido, de forma tímida, o plantio de cana no Brasil. Contudo, a produção sistemática teve início com o estabelecimento das capitanias hereditárias em 1534. Neste processo as zonas que mais se destacaram foram Pernambuco e Bahia, assim como o Rio de Janeiro, ainda que de forma menos expressiva<sup>56</sup>.

No sistema de *plantation* o trabalho dos escravos se distribuía em várias atividades. Havia alguns trabalhando nas etapas de produção do açúcar ou no cultivo de outros produtos exportáveis ou de gêneros alimentícios consumidos pelos participantes desta figuração. Também havia escravos em funções urbanas e domésticas, alocados nas casas grandes ou em outros espaços. No entanto, a maior concentração de trabalhadores estava nas lavouras e no trabalho decorrente da produção<sup>57</sup> e transporte do açúcar. Dessa forma, foram os engenhos que concentraram o maior número de escravos ao longo do século XVII.

A quantidade de escravos por engenho variava de acordo com o tamanho da propriedade, o tipo de moenda e o número de trabalhadores livres do local. A maioria dos engenhos na Bahia tinha entre sessenta e oitenta escravos atuando em diversas funções, que envolviam o transporte da cana, a moagem, o cuidado do caldo nas caldeiras, a alimentação

---

<sup>55</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 209; DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 151.

<sup>56</sup> LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010, p. 36.

<sup>57</sup> Várias especializações eram necessárias para a fabricação do açúcar, entre elas os mestres-de-açúcar, purgadores, caldeireiros e caixeiros.

das fornalhas, o purgar o caldo, o acondicionamento do açúcar, entre outras atividades. Contudo, mais da metade dos escravos de um engenho estava alocada no corte da cana<sup>58</sup>.

Algumas referências permitem interpretar como a empresa açucareira foi se constituindo na Bahia. Traçaremos este panorama por meio de dois indicadores principais: o primeiro situa a quantidade e a distribuição de engenhos na capitania; o segundo diz respeito às flutuações no preço do açúcar, principal produto dos engenhos no período analisado. A tabela a seguir permite observar a dimensão da configuração da empresa açucareira, a partir da quantidade de engenhos na Bahia e no Rio de Janeiro, no período de 1570 a 1758.

TABELA 1 – CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ENGENHOS NA BAHIA E NO RIO DE JANEIRO (1570-1758)

Período	Bahia	Rio de Janeiro
1570	18	1
1590	Entre 40 e 50	5
1612	50	14
1629	80	60
1676	130	114
1710	146	136
1758	180	-

Fonte: SCHWARTZ, 1988, p. 35; 85; 87; 148 e 150; ABREU, 2006, p. 14.

Enfatizar o crescimento de engenhos em ambas as capitanias é importante devido à relação direta que este fenômeno tem com o aumento demográfico da população de africanos e afrodescendentes, os quais eram os principais trabalhadores nestes empreendimentos. Como veremos adiante, à medida que a quantidade de engenhos crescia, a quantidade de escravos desembarcados na América portuguesa seguia os mesmos rumos. E, conseqüentemente, isto favorecia o aumento do grupo de livres e libertos nestas figurações.

O número de engenhos teve um crescimento significativo ao longo dos anos analisados para ambas as capitanias. Nas três primeiras décadas do século XVII, o número de engenhos baianos era significativamente maior em relação ao Rio de Janeiro. E, apesar de as

<sup>58</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 135-136.

quantidades de engenhos ficarem cada vez mais próximas no fim do século XVII e início do XVIII, a produtividade dos engenhos continuou sendo maior na Bahia.

Alguns motivos justificam estas diferenças. Primeiramente, pode-se apontar que a Bahia recobria-se de vantagens para a implantação da produção açucareira. As predisposições abrangiam as condições de relevo, hidrografia e clima. A combinação do solo de massapê, índices pluviométricos adequados e condições de comunicação e transporte apropriadas favorecia a complexa formação de engenhos<sup>59</sup>. Outro motivo desta diferença na produção está no fato de que os engenhos baianos eram maiores que os fluminenses. Este fenômeno tem relação direta com a forma como a terra foi distribuída nas duas capitanias: o perfil agrário baiano contemplava uma distribuição de sesmarias que formava grandes latifúndios de até milhares de hectares, enquanto as terras concedidas no Rio de Janeiro possuíam dimensões muito menores<sup>60</sup>.

Na Bahia, os engenhos concentravam-se no litoral ao Norte até o rio Sergipe, bem como nas terras próximas à Baía de Todos os Santos, mas principalmente nas paróquias do Recôncavo, sendo as principais Paripe, Cotegipe, Matoim, Passé, Socorro, Purificação, Monte e São Tiago do Iguapec<sup>61</sup> (mapa 1). A bacia hidrográfica da Bahia também favoreceu a produção açucareira, com muitos engenhos estabelecendo-se ao longo dos rios. Havia rios de grande porte, como o Paraguaçu, de médio porte, como o Sergipe, o Açú, o Pericoara e o Subaé, e menores – ribeirões – como o Cotegipe, o Jacaranga e o Pitanga. Estes rios foram muito utilizados para levar o açúcar do Recôncavo até a cidade de Salvador, onde o produto era embarcado e enviado para o mercado atlântico. Além disso, os rios também diminuía o tempo de viagem, de forma que se demorava um dia ou menos nos trajetos da maioria das vilas do Recôncavo até a capital. A proximidade dos engenhos aos rios também se relacionava com as técnicas de produção, principalmente quando o engenho usava a força hidráulica para mover suas rodas d'água<sup>62</sup>.

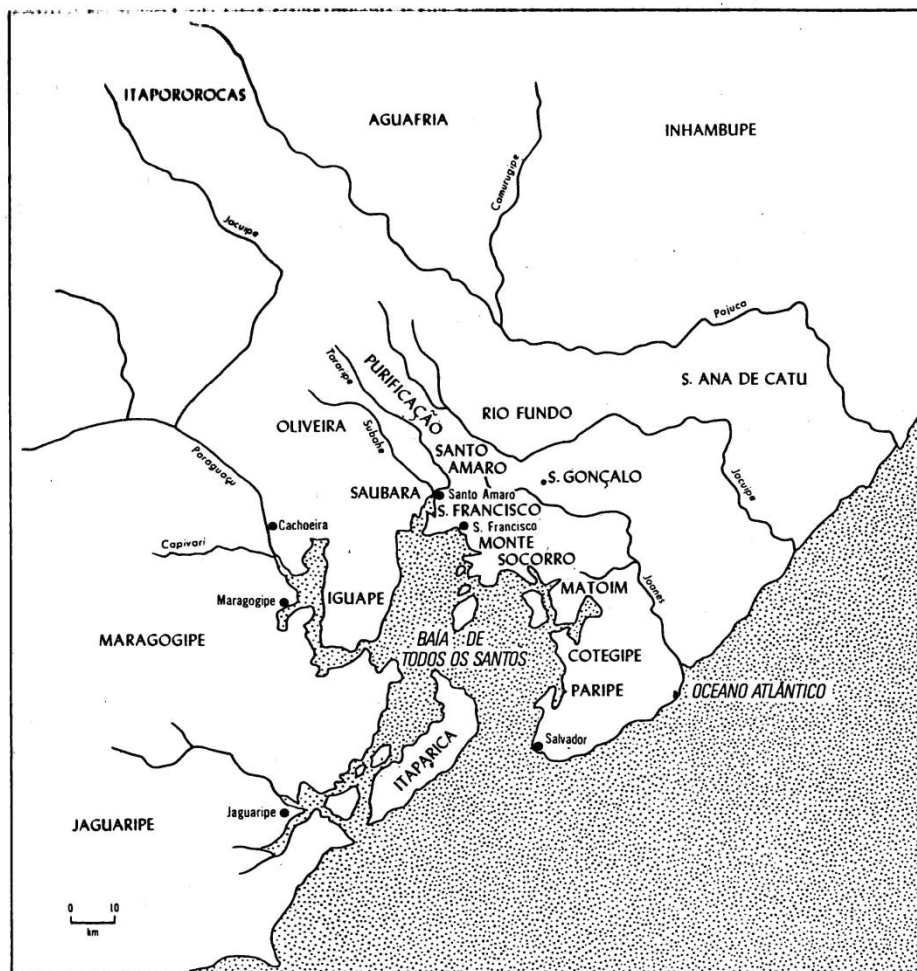
#### MAPA 1 - RECÔNCAVO BAIANO E SERTÃO NORTE

<sup>59</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 34.

<sup>60</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 62.

<sup>61</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 83 e 87.

<sup>62</sup> Ibid., p. 36 e 85.



Fonte: SCHWARTZ, 1988, p. 84.

Dessa forma, as condições geoclimáticas, somadas ao aprimoramento das técnicas de produção, foram grandes catalisadores do desenvolvimento da produção açucareira na Bahia. Entre os anos de 1608 e 1612, a moenda de dois cilindros horizontais foi substituída pela moenda de três tambores verticais; esta era mais fácil de ser construída, prensava melhor a cana, extraindo mais caldo, não demandava muitos animais como força motriz e moía a cana num ritmo mais rápido; sua introdução teve grande impacto na produção açucareira, pois reduziu o tempo de trabalho e proporcionou o aumento da capacidade de moagem<sup>63</sup>. Além

<sup>63</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 21, 22 e 34.

disso, o custo de sua instalação era muito mais baixo, pois sua utilização dispensava diversos outros equipamentos<sup>64</sup>.

Enfim, um conjunto de condições favoráveis na geografia, no clima e na hidrografia, somado à modernização das técnicas de produção e às características da distribuição fundiária, fez decuplicar o número de engenhos na Bahia em um período de cerca de 200 anos. De 18 engenhos na década de 1570 chegou-se a 180 propriedades em 1758 (tabela 1).

O crescimento do número de engenhos é importante para se perceber o desenvolvimento da indústria açucareira; no entanto, este não é o único indicador. Outra medida importante para se observar este setor é a flutuação dos preços do açúcar ao longo do tempo. No período de 1570 a 1620, o aumento de engenhos na Bahia foi acompanhado de uma elevação constante no preço do açúcar. No entanto, a partir da década de 1620 houve uma queda no preço. Pelo menos dois eventos principais desencadearam este declínio: o primeiro foi a Guerra dos Trinta Anos, na Europa, então em seus anos iniciais; o segundo foi a conquista da Bahia pelos holandeses em 1624-1625. Uma virada ocorreu no começo da década de 1630, quando o preço aumentou em cerca de 120%, oportunizando às pequenas ilhas das Antilhas o começo de sua produção açucareira<sup>65</sup>. No entanto, de 1635 a 1652 houve nova queda; este período cobre a maior parte da presença holandesa em Pernambuco, anos nos quais também ocorreram diversas incursões à Bahia. A presença estrangeira nestas capitanias foi responsável pela posse ou destruição de inúmeros engenhos. Também não foram raras as vezes em que embarcações foram capturadas em alto-mar; a falta de navios fazia acumular os estoques e, conseqüentemente, o preço do produto sofria baixa.

Da década de 1650 a 1680 foi um período de aumento no preço do açúcar. Depois da expulsão dos holandeses, o setor açucareiro baiano enfrentou diversas dificuldades tanto de ordem estrutural quanto local. Além da concorrência internacional e do aumento no preço do braço escravo, estes foram anos em que epidemias dizimaram populações escravas, tempestades retardaram o fluxo das frotas, secas mataram o gado dos engenhos e fortes chuvas encurtaram o tempo da moagem. É interessante observar que, mesmo em meio a tantas pressões, a produção açucareira sobreviveu, pois os senhores de engenho optaram por continuar produzindo, mesmo que em pequenas quantidades, pois não podiam ceder espaço

---

<sup>64</sup> Ibid., p. 118 e 149.

<sup>65</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 153, p. 161-162.



para seus concorrentes e também tinham que produzir o mínimo possível para manter e continuar alimentando os escravos nos engenhos<sup>66</sup>.

Na década de 1680 houve uma queda significativa no preço do açúcar, principalmente devido à concorrência externa. Depois de 1654 a economia açucareira foi impulsionada nas Antilhas, principalmente pela chegada de exilados do Brasil holandês, que levaram sua experiência para as ilhas. Este arranque antilhano provocou a retração da demanda do açúcar brasileiro por parte do mercado europeu, fazendo também subir o preço do escravo<sup>67</sup>.

No período de 1689 a 1713 ocorreu um pico no preço do açúcar; um dos motivos para esta elevação foi a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) na Europa que demandou o produto brasileiro. No entanto, a pressão da mineração sobre os engenhos, a partir da década de 1690, fez-se sentir tanto com a migração de escravos para a região mineradora quanto com a alta do preço dos escravos, ao mesmo tempo em que o preço do açúcar baixava. Nas décadas de 1720 e 1730 a produção do açúcar diminuiu, dando início a um período de estagnação que perduraria pelas décadas seguintes<sup>68</sup>.

Com a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) a produção tomou outros rumos. Como neste período a navegação para as Antilhas foi interrompida, tanto a produção quanto o preço do açúcar aumentaram novamente no Brasil. No entanto, a paz estabelecida em 1763 fez com que as Antilhas retomassem seu lugar no comércio atlântico do açúcar. Os anos que se seguiram foram difíceis para o Brasil. A partir da década de 1760 a exploração aurífera também começou a declinar. Numa tentativa de recuperação econômica, diversas medidas foram tomadas, entre elas a diminuição de tributos e o rebaixamento nos valores das frotas. No entanto, mesmo sendo o açúcar o principal produto de exportação, o que encontramos neste contexto foi a retração da indústria açucareira<sup>69</sup>.

Apesar das flutuações no preço do açúcar e das variações na produção, é importante destacar que, até o estabelecimento das concorrentes antilhanas, na segunda metade do século XVII, o Brasil se destacou exercendo um monopólio internacional do produto. Este fator contribuiu de forma significativa para que o Brasil se estabelecesse como o maior receptor de escravos africanos entre os países da América. Além disso, a produção açucareira não era um

---

<sup>66</sup> Ibid., p. 162-163.

<sup>67</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 161-162.

<sup>68</sup> Ibid., p. 146-147; 150-151, 159, 166-167.

<sup>69</sup> Ibid., 1988, p. 340, 343.

fenômeno ilhado; ela estimulava o desenvolvimento de diversos outros setores e com eles interagia.

Enquanto a maioria dos engenhos baianos concentrava-se no Recôncavo, havia regiões da capitania com pouco ou nenhum engenho, as quais tinham sua produção concentrada em atividades paralelas que também contribuíram com o desenvolvimento econômico da capitania. No mapa 1 apontamos a distribuição geográfica destas áreas produtivas no Recôncavo Baiano e em alguns espaços do Sertão Norte.

TABELA 2 - NÚMERO DE ENGENHOS POR LOCALIDADE EM 1724

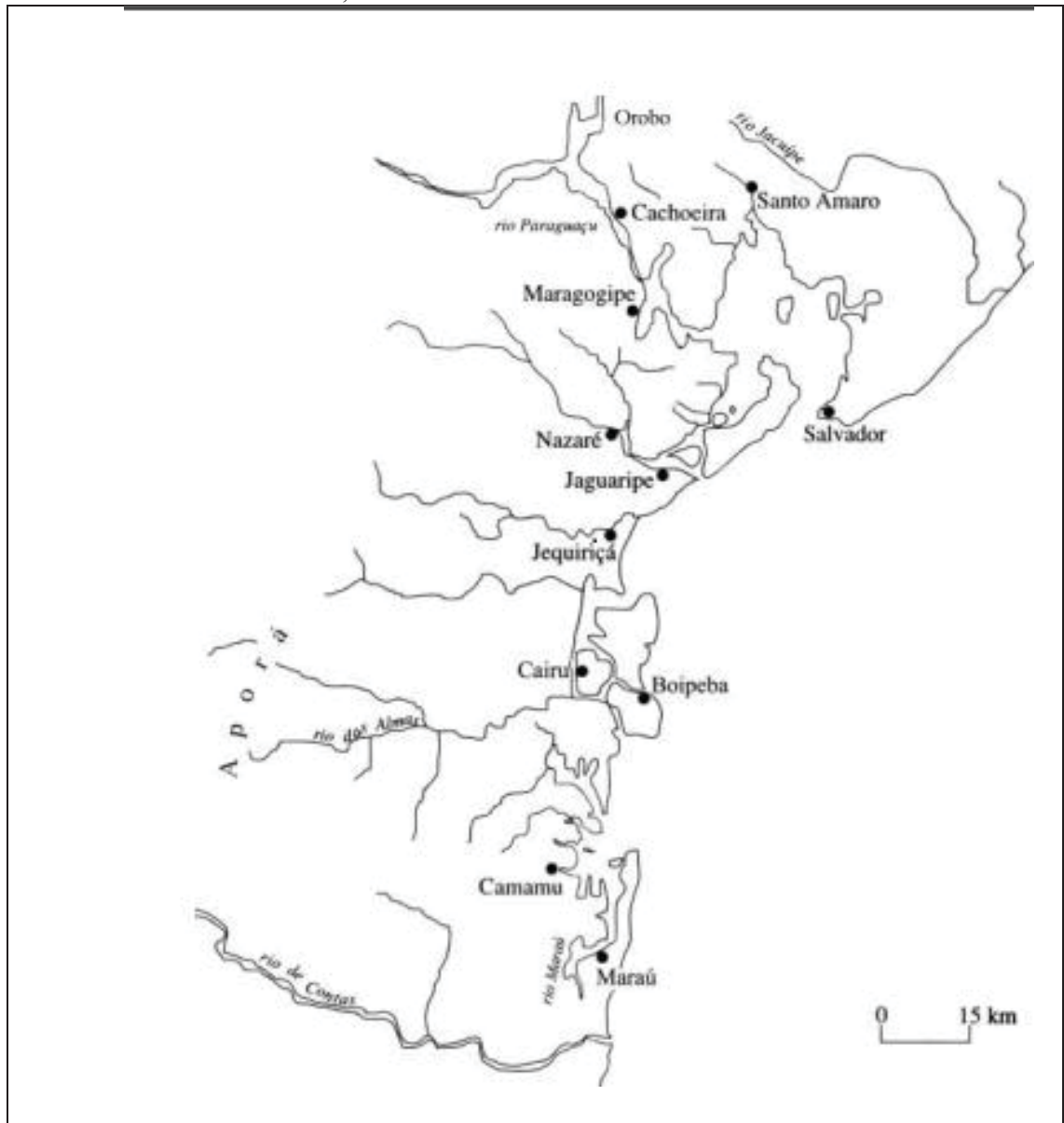
<b>Local</b>	<b>Engenhos</b>
<b>Recôncavo</b>	
Paripe	1
Categipe	5
Matoim	6
Passé	8
Socorro	12
Santiago de Iguape	16
Monte Gordo	19
Santo Amaro da Purificação (Sergipe do Conde)	39
<i>Totais</i>	106
<b>Litoral Sul</b>	
Ilhéus	(1)
<i>Totais</i>	1
<b>Sertão</b>	
Sergipe de El-Rey	32
<i>Toda a Bahia – Totais</i>	139

Fonte: SCHWARTZ, 1988, p. 87.

No mapa 2 apontamos a distribuição destas áreas produtivas no Recôncavo e no litoral Sul da Bahia. Ao Sul concentrou-se a produção da mandioca para consumo interno e

externo. Esta região era constituída por Ilhéus, Boipeba, Camamu e Cairú<sup>70</sup>. Maragogipe, no Recôncavo, menos expressiva demográfica e economicamente, também produzia farinha de mandioca<sup>71</sup>. Esta era a base da alimentação na América portuguesa, sendo utilizada pela população local, pela marinharia, por viajantes andantes e soldados em campanha.

MAPA 2 - RECÔNCAVO, LITORAL SUL E SERTÃO DE DENTRO DA BAHIA



Fonte: SANTOS, 2004, p. 44.

As vilas de Maragogipe e de Cachoeira tiveram especial destaque na produção fumageira. O fumo era exportado tanto para a Europa quanto para a África, e cresceu em

<sup>70</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 51 e 87.

<sup>71</sup> REGINALDO, Lucilene. **Os rosários dos Angolas**: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP, Campinas, 2005, p. 68.

importância no século XVIII, quando serviu de moeda de troca para o tráfico de escravos. O cultivo do tabaco era desenvolvido em pequenas plantações familiares; em diversas situações uma família conseguia dar conta do plantio e colheita. Santo Amaro da Purificação, apesar da grande quantidade de engenhos, também desenvolveu este cultivo<sup>72</sup>.

Jaguaripe se destacou pelas olarias. Desta região vinham as formas para o pão de açúcar, as louças, tijolos e telhas que eram distribuídos por toda a capitania. O cultivo da piaçaba também tinha destaque nesta vila. De Jaguaripe e Ilhéus vinha grande quantidade da madeira e lenha utilizada em diversos setores dos engenhos, fosse para manter as caldeiras acesas, fosse para a construção das caixas que acondicionariam o açúcar produzido<sup>73</sup>.

Às margens do rio São Francisco e sertões adentro se desenvolveu a criação de gado. Estes sertões eram imensos, iam desde o Norte de Minas Gerais até o Sul do Piauí<sup>74</sup>. Esta atividade fornecia carne para o consumo, couro e força motriz para diversas funções, inclusive nos engenhos, onde muitos moinhos utilizavam a tração animal. O desenvolvimento da pecuária também fomentava a promoção de feiras de venda destes animais, como a feira de Capoame.

A partir da percepção da diversidade do desenvolvimento econômico encontrado nas vilas e sertões baianos, pode-se observar que havia uma interdependência entre estas atividades e a produção dos engenhos. Eram estas regiões que, na maioria das vezes, forneciam matéria-prima para as atividades dos engenhos e para a construção e manutenção de suas dependências, além de suprir os homens que ali trabalhavam com a alimentação diária, fornecendo principalmente a farinha de mandioca e a carne necessárias para a nutrição desta população. No entanto, não eram só as atividades do Recôncavo e dos sertões que estavam ligadas diretamente à produtividade dos engenhos: as áreas urbanas – especialmente a cidade de Salvador – também se mostraram anclares deste desenvolvimento.

Um dos pontos que mais diferenciava a cidade de Salvador das demais cidades do império luso-americano foi o fato de ter sido capital do Estado até 1763. Na organização espacial da cidade de Salvador, desde os primeiros anos, na parte alta edificaram-se casas para moradias, mas também as casas do Governo, da Câmara e do Colégio dos Jesuítas, enquanto na parte baixa construíram-se armazéns e moradias mais simples, onde habitavam artesãos e

<sup>72</sup> REGINALDO, 2005, p. 65.

<sup>73</sup> REGINALDO, 2005, p. 68; SCHWARTZ, 1998, p. 78.

<sup>74</sup> HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame**: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII). Dissertação (Mestrado em História) - USP, São Paulo: 2014, p. 91.

trabalhadores que se empenhavam na edificação da cidade<sup>75</sup>. Ao longo do século XVII a cidade

se reduzia às duas Portas: a de São Bento e a do Carmo, as quais lhe deram a fisionomia inicial, e que comportavam lugares como São Bento, Nossa Senhora da Ajuda, a Praça, o Terreiro, São Francisco e o Carmo. Fora delas proliferavam os atalhos, que conduziam aos sítios de Santo Antônio, do Bonfim, do Rio Vermelho e de Água de Meninos, entre outros. A freguesia da Praia ampliou o seu caráter comercial, ligado à exportação e importação, e houve um incremento na incipiente indústria de construção naval<sup>76</sup>.

O desenvolvimento urbano de Salvador continuou no século XVIII, com novas edificações e melhorias nas antigas construções. A população também passou de 21.601 habitantes, em 1706, para mais de 40.000 em 1759. Este foi o século de se construir e consertar fortes, calçar ruas e praças, abrir passagens públicas, edificar pontes e se preocupar com o escoamento das águas<sup>77</sup>. Em Salvador concentravam-se os comerciantes que negociavam o açúcar vindo dos engenhos, assim como os principais credores da empresa açucareira. Quando não eram os comerciantes que emprestavam dinheiro a juros para os senhores de engenho, eram as instituições religiosas, como a Santa Casa de Misericórdia, que o faziam.

O comércio atlântico continuou se desenvolvendo, e a importância dos comerciantes cresceu na virada do século XVII para o XVIII. Santos analisou o circuito comercial desenvolvido entre a Bahia e Minas Gerais nas primeiras décadas do século XVIII nos Caminhos dos Sertões e dos Currais da Bahia. Estes caminhos serviam ao abastecimento das regiões mineradoras. A partir de 1702, “as atividades mercantis mais importantes realizadas através desses roteiros passaram a ser consideradas proibidas”<sup>78</sup>. No entanto, o comércio clandestino parece ter continuado neste circuito, principalmente com o tráfico interno de escravizados. Em 1711, os impedimentos foram extintos. A este respeito, Santos acrescenta:

Sem tocar no assunto do contrabando, e antes de concluir pelo rápido declínio dos Caminhos dos Sertões e dos Currais da Bahia, nos parece necessário chamar atenção para o fato de que foi pelo registro das Abóboras por onde passou o maior número de escravizados remetidos às minas nesse período. (...) se pelo Caminho Novo foram

<sup>75</sup> SOUZA, Avanete Pereira. **Poder local e cotidiano**: a Câmara de Salvador no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, p. 28.

<sup>76</sup> SOUZA, 1996, p. 29.

<sup>77</sup> Ibid., p. 33-34; 83.

<sup>78</sup> SANTOS, Raphael Freitas. **Minas com Bahia**: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista. Tese (Doutorado em História) - Niterói, 2013, p. 4.

transportados 92 escravizados e pelo Caminho Velho 177, pelo Caminho da Bahia passaram 772 escravos entre os anos de 1716 e 1717. (...) Ora, se os escravizados africanos representavam a força de trabalho majoritária na exploração aurífera e, portanto, era o bem mais importante e valioso negociado naquele mercado, não seria possível menosprezar o papel do porto de Salvador no abastecimento das minas, mesmo depois de tantas interdições no comércio por esta rota.<sup>79</sup>

Além disso, Salvador foi o destino de boa parte do ouro das Gerais e o ponto de partida na circulação de escravos e mercadores no circuito estabelecido entre as Minas e o litoral atlântico. Ainda que o Rio de Janeiro protagonizasse o abastecimento alimentício das regiões auríferas, “foi a partir do binômio abastecimento das Minas e tráfico de escravizados da Costa da Mina que o porto de Salvador assistiu a um momento de relativa prosperidade econômica nas primeiras décadas do século XVIII”<sup>80</sup>.

Mesmo com a crise por conta da concorrência antilhana (a quantidade de açúcar brasileiro nos mercados europeus diminuiu cerca de 40% entre 1650 e 1710)<sup>81</sup>, o incremento ocorrido na população no século XVIII e as reformas e construções na urbe evidenciam certa estabilidade econômica. Este período também contemplou o aumento do tráfico e do comércio de abastecimento nas minas.

O desenvolvimento econômico baiano contemplava, desta forma, todas as atividades produtivas e comerciais descritas anteriormente. Com circuitos estabelecidos no mundo atlântico, a capital do Estado do Brasil desenvolveu uma figuração que envolvia diversos grupos sociais, onde alguns poucos se inseriam em cargos prestigiosos ou conseguiam juntar fortunas. Nesta sociedade também era privilégio de poucos possuírem grandes engenhos e numerosos escravos.

Os indivíduos que formavam esta sociedade estavam organizados de forma hierarquizada e se relacionavam com diferentes potenciais de retenção de poder. Os mais privilegiados nestas relações eram os senhores de engenho, donos da terra, do maquinário, dos animais, dos homens e da produção. Os comerciantes também tinham o pêndulo voltado para eles nas relações instáveis de poder. Este grupo em muitos momentos também intentava se inserir no grupo dos senhores de engenho, fosse pela aquisição de propriedades, fosse por casamentos com filhas de senhores locais.

---

<sup>79</sup> SANTOS, 2013, p.107.

<sup>80</sup> Ibid., p. 199.

<sup>81</sup> SANTOS, 2013, p. 208-209; SCHWARTZ, 1988, p. 162.

Outro grupo que não tinha todo o prestígio dos senhores de engenho, mas constituía a elite dos lavradores, era o dos cultivadores de cana. Este era um grupo importante na economia açucareira. Construir e manter um engenho era tarefa dispendiosa, exigindo alto investimento em utensílios de cobre, edifícios, maquinários e escravos; em contrapartida, o plantio, colheita e venda da cana-de-açúcar era tarefa mais simples e menos onerosa. Existiam tanto lavradores proprietários das terras nas quais cultivavam a cana quanto aqueles que tinham sua cana cativa, ou seja, tinham algumas obrigações acordadas entre eles e os engenhos para onde destinavam suas colheitas. Este grupo era composto majoritariamente por brancos<sup>82</sup>; no entanto, notamos alguns afrodescendentes livres ou libertos se inserindo neste setor. Inclusive alguns milicianos afrodescendentes tornaram-se lavradores, como veremos no último capítulo.

Além dos senhores de engenho, comerciantes e lavradores de cana, outros grupos compunham esta figuração. Havia os trabalhadores livres, artesãos, trabalhadores liberais, administradores, religiosos e escravos. Africanos e seus descendentes livres ou libertos estavam inseridos em muitos destes setores. Este grupo participou até mesmo nas atividades do tráfico. Todos estavam interligados por laços que envolviam relações, hierarquizações, conflitos e disputas, nas quais buscavam prestígio e poder. Senhores de engenho conflitavam com comerciantes na busca por cargos administrativos, principalmente aqueles relacionados às funções camaristas, pois era na Câmara que taxaões e outros trâmites que envolviam a comercialização do açúcar eram decididos. Lavradores conflitavam com senhores de engenho no que diz respeito às condições de venda e preços da cana. Escravos fugiam, aquilombavam-se, sabotavam a produção. Em última instância, esta sociedade e seu desenvolvimento econômico foram permeados de diferenciações, conflitos e relações de poder.

### 1.1.2 Administração

A capitania da Bahia foi fundada pelo capitão donatário Francisco Pereira Coutinho em 1536. A conquista envolveu ocupação, usurpação da terra e extermínio da população indígena. Pouco tempo depois de se estabelecer na capitania, Coutinho faleceu, próximo à ilha de Itaparica, e suas terras voltaram para o domínio régio. Em 1549, concomitantemente à fundação da cidade de Salvador por Tomé de Souza, a Bahia passou a ser a sede do governo-

---

<sup>82</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 184, 186, 247-252.



geral e centro administrativo do Brasil. Tal instalação ocorreu num contexto em que D. João III buscava renovar sua autoridade sobre a Colônia, visto que muitos donatários estavam ampliando seus poderes para além daqueles prescritos pelas Cartas de Doação<sup>83</sup>.

A primeira tentativa de organização administrativa da América portuguesa aconteceu com as capitanias hereditárias (1534), com bases configuradas na Justiça, Fazenda e Defesa. O funcionamento do sistema jurídico-administrativo neste momento baseou-se principalmente nos trâmites do funcionamento da lei (Justiça), na cobrança de tributos e fiscalização das atividades econômicas (Fazenda) e na manutenção da ordem frente às ameaças internas e externas (Defesa). O comando militar e os trâmites de justiça local eram exercidos pelo donatário de cada capitania, enquanto em relação às atividades de Fazenda a Coroa designava Feitores e Almoxarifes de confiança<sup>84</sup>.

Após o estabelecimento do governo-geral (1549), algumas capitanias continuaram sendo geridas por capitães-mores donatários até a década de 1760 e outras, sob o domínio régio, eram geridas por capitães-gerais (governadores). A Bahia, por ser capitania régia e importante centro econômico do império luso, foi escolhida, em 1549, como sede do governo-geral<sup>85</sup>. Estabeleceu-se uma tríade administrativa em Salvador, mais elaborada do que a exercida com os donatários. Havia o governo-geral, a provedoria-geral e a ouvidoria-geral. Destacamos que as instituições mencionadas passaram por constantes mudanças ao longo do período tratado; o objetivo desta análise é detalhar suas linhas gerais e mais ou menos constantes, bem como sua articulação com as milícias constituídas por africanos e afrodescendentes livres e libertos.

O governador-geral era responsável pela gerência de todo o Estado do Brasil. Além disso, ele era um funcionário militar, exercendo a autoridade máxima na defesa colonial. Entre suas atribuições estava a nomeação de oficiais aos postos militares. Apenas durante um curto período do século XVIII é que coube à Câmara, por meio de eleições, um papel mais significativo nesta escolha<sup>86</sup>. No entanto, mesmo com a nomeação feita pelo governador, era necessária a confirmação régia emitida por uma carta patente para o favorecido<sup>87</sup>, como

---

<sup>83</sup> SOUZA, 1996, p. 21-22.

<sup>84</sup> SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e Meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 50.

<sup>85</sup> Ibid., p. 49-52.

<sup>86</sup> Ibid., p. 105.

<sup>87</sup> AHU – BA - Avulsos. Requerimento do Sargento-mor do terço de infantaria da ordenança dos Homens Pretos da praça da Bahia Miguel de Sousa Crasto ao rei (D. João V) sobre confirmação de patente. Bahia, 12 de março de 1720. Cx. 13, doc. 1116.

veremos no terceiro capítulo. O provedor-mor administrava as atividades da Fazenda. Esta instância fiscalizava e arrecadava tributos sobre as atividades econômicas, bem como gerenciava os negócios financeiros do Estado<sup>88</sup>. O ouvidor-geral fiscalizava o cumprimento da lei (civil e criminal) e o funcionamento das Câmaras. Como não existiu foro privilegiado para militares durante boa parte do período colonial, era o ouvidor-geral quem julgava os crimes cometidos por oficiais e soldados<sup>89</sup>.

Em 1609 foi estabelecido em Salvador o Tribunal da Relação. Com o aumento da população e do comércio, o ouvidor-mor não dava conta do número de processos, e nem de atingir as áreas mais distantes do território. Além disso, muitas vezes o ouvidor acumulava outras funções, exercendo o cargo de provedor-mor e obrigações de cunho militar<sup>90</sup>. A Relação também serviu de contrapeso ao poder do governador-geral. Em 1626, devido às despesas com a tropa regular - fardas, armamento, alimentação, moradia e soldo - e com a fortificação da cidade contra os holandeses, ocorreu a extinção do Tribunal. No entanto, questões relativas às disputas de jurisdição entre esta instituição e os demais poderes também pesaram nesta decisão. A Relação retornou em 1652, com as mesmas motivações de 1609<sup>91</sup>.

As Câmaras representavam e defendiam os interesses do poder local. Os camaristas eram responsáveis pela organização e administração de suas jurisdições. A Câmara de Salvador foi erguida ao mesmo tempo em que se fundou a cidade, em 1549. Às suas acomodações anexavam-se a Cadeia e o Açougue, visto que esta instituição era responsável pelo corte e venda da carne na cidade. Em 1696, os principais cargos que compunham a Câmara eram os de juiz de fora, vereador e procurador. Também compunham este *corpus* o escrivão, o almotacé e o tesoureiro, além de funcionários secundários<sup>92</sup>. Souza destaca que mesmo após a transferência da capital, em 1763, a Câmara de Salvador “continuou sendo uma das mais importantes do Brasil, encaminhando os problemas relativos à população e ao meio urbano da forma como sempre havia procedido”<sup>93</sup>.

Durante a Restauração portuguesa algumas reformas administrativas atingiram a colônia, destacando-se entre elas a criação do Conselho Ultramarino, em 1642. Esta nova

---

<sup>88</sup> SALGADO, 1985, p. 19-20.

<sup>89</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: a Suprema Corte da Bahia e seus juízes: 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 52.

<sup>90</sup> SCHWARTZ, 1979, p. 17 e 31.

<sup>91</sup> ARAÚJO, 2011, p. 26-28; 89; 92.

<sup>92</sup> SOUZA, 1996, p. 36-42; 59.

<sup>93</sup> Ibid., p. 12.

instituição passou a administrar assuntos civis e militares<sup>94</sup>. Seus conselheiros tinham papel importante pelos pareceres que emitiam a respeito das demandas vindas da Colônia, os quais eram considerados pelos monarcas na tomada de decisões.

Muitos documentos produzidos pelos milicianos tinham anexos escritos e assinados por autoridades que ocupavam funções administrativas de destaque na sociedade baiana. O conjunto destas instituições administrativas foi importante para o enraizamento das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos na capitania, principalmente por sua proximidade física, fato que estimulava e viabilizava a produção de requerimentos pelos milicianos que circulavam nestes espaços.

Em última instância, os afrodescendentes livres e libertos foram privados de ocupar os cargos administrativos de maior prestígio e retenção de poder nesta sociedade. No entanto, eles recorriam às instituições quando podiam ser favorecidos nestas relações, como veremos nos terceiro e quarto capítulos. E a proximidade geográfica entre estes indivíduos e as instituições existentes na capital do Estado facilitou o processo de institucionalização de corporações como as dos milicianos africanos e afrodescendentes livres e libertos.

### 1.1.3 Instituições religiosas

A religiosidade na América portuguesa teve um forte impacto do catolicismo desde os primeiros anos da colonização. Pelo estabelecimento do Padroado Régio, cabia à Coroa o governo e expansão da fé cristã, bem como o direito de cobrança dos dízimos eclesiásticos<sup>95</sup>. Como parte deste mecanismo, em 1551 o Bispado de Salvador já havia sido estabelecido e a atividade missionária se intensificou, principalmente pelas ações de jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos<sup>96</sup>.

Em 1581 os beneditinos fundaram um mosteiro em Salvador. Os carmelitas e franciscanos construíram suas igrejas e conventos no século XVII. Neste mesmo século, os jesuítas aprimoraram suas construções, deixando seu templo e colégio ainda mais evidentes

---

<sup>94</sup> SCHWARTZ, 1979, p. 192.

<sup>95</sup> SALGADO, 1985, p. 113.

<sup>96</sup> HOORNAERT, Eduardo. La iglesia católica en el Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (Ed.). **História de América Latina**. v. 2: América latina colonial en los siglos XVI, XVII e XVIII. Barcelona: Editorial Critica, 1990, p. 209; em 1676 a Bahia passa de Bispado para Arcebispado, passando a gerir quatro bispados: Rio de Janeiro, Olinda, Maranhão e a própria Bahia (SALGADO, 1985, p. 116).

no cenário urbano da capital baiana. Ao lado da construção dos jesuítas estava a sede do Arcebispado da Bahia, a qual, em 1675, era a única Arquidiocese colonial do império luso. No início do século XVIII o Arcebispado tinha 44 freguesias: seis em Salvador, vinte no Recôncavo; seis ao Sul e doze ao Norte da Capitania<sup>97</sup>. As *Primeiras Constituições do Arcebispado da Bahia*, publicadas em 1707, constituíram o único corpo legislativo eclesiástico publicado na América portuguesa<sup>98</sup>.

Batismos, matrimônios, confissões, ritos funerários e missas eram administrados pelo clero secular a toda a população. Uma parte deste clero se ocupava das capelas de Irmandades. Havia Irmandades de brancos, fazendeiros, comerciantes, soldados, artesãos, pretos e pardos<sup>99</sup>. Estas instituições ocupavam lugar de destaque nas relações que envolviam as dinâmicas religiosas. As organizações leigas de brancos com maior prestígio eram a Ordem Terceira de São Francisco e a Santa Casa de Misericórdia<sup>100</sup>.

A Santa Casa de Misericórdia e seu Recolhimento faziam parte dos suntuosos prédios localizados na Cidade Alta. Nela funcionavam capelania, hospital, orfanato, albergue para moças e casa de artistas. A Misericórdia era proprietária de edifícios, plantações e engenhos<sup>101</sup>. Além disso, funcionava como instituição de crédito. Empréstava dinheiro tanto para altos funcionários da Coroa como para afrodescendentes livres e libertos, obviamente variando o montante do crédito concedido. Nesta conjuntura, pertencer a ou colaborar com uma Irmandade, sobretudo como a Santa Casa, significava aumento de prestígio<sup>102</sup>.

Além das Irmandades exclusivas para brancos, havia aquelas formadas por africanos e afrodescendentes. A principal atividade destas corporações era a promoção das festas dos santos de sua devoção<sup>103</sup>. No entanto, elas também funcionavam como sociedades de assistência aos irmãos doentes, presos ou em dificuldades financeiras, além de promoverem o custeio e a participação nos funerais dos irmãos e de seus familiares. Algumas também

---

<sup>97</sup> REGINALDO, 2005, p. 68.

<sup>98</sup> HOORNAERT, 1990, p. 216.

<sup>99</sup> Ibid., p. 216.

<sup>100</sup> SCHWARTZ, 1979, p. 194.

<sup>101</sup> HOORNAERT, 1990, p. 217.

<sup>102</sup> SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. **A Misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)**. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013, p. 10, 17, 34; RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 86-87.

<sup>103</sup> Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foram as devoções mais populares nas irmandades de pretos e pardos da Bahia. Santa Ifigênia, Santo Rei Baltazar e Santo Antônio de Cotejeró também eram contemplados, além das diferentes invocações a Cristo - Senhor da Redenção, dos Martírios, da Ressurreição - e a Nossa Senhora - Amparo, Guadalupe e Conceição. REGINALDO, 2005, p. 58-59.

financiavam alforrias. Seus recursos vinham das taxas pagas pelos irmãos. A hierarquia interna das Irmandades tinha como principais cargos da Mesa Diretora os juizes ou presidentes, tesoureiros, escrivães, procuradores, consultores e irmãos mordomos<sup>104</sup>.

Alguns autores afirmam que a constituição de Irmandades específicas de pretos ou pardos funcionou como uma ação da Igreja. Eles defendem que estas instituições primavam por inserir africanos e afrodescendentes no interior do catolicismo, ao mesmo tempo em que fomentavam a manutenção das hierarquias de sociedades escravistas. Nesta perspectiva, a Igreja promoveu santos pretos, exemplo de virtudes cristãs como a resignação e a humildade, para os africanos e seus descendentes<sup>105</sup>. Outras perspectivas defendem que as irmandades foram a principal forma institucionalizada de organização de africanos e afrodescendentes<sup>106</sup>. Desta forma, relativizamos a historiografia que apresenta as Irmandades de pretos e pardos como ações da Igreja somente. Defendemos um entrelaçamento de ações tanto da Igreja quanto de africanos e afrodescendentes no desenvolvimento deste fenômeno social.

A Irmandade de maior prestígio entre os africanos e afrodescendentes na cidade de Salvador foi a do Rosário da Baixa dos Sapateiros, também conhecida como Irmandade do Rosário das Portas do Carmo devido a sua vizinhança ao Quartel das Portas do Carmo. Ela funcionava desde, pelo menos, 1604, e seu primeiro Compromisso data de 1685, porém sua capela própria foi erguida entre 1703 e 1704<sup>107</sup>. Nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário houve um espaço privilegiado para angolas e crioulos nos cargos diretivos<sup>108</sup>.

Além desta, outras Irmandades de pretos e pardos foram se multiplicando em toda a capitania: as Irmandades de São Benedito e de Santa Ifigênia se localizavam no Convento de São Francisco, a Irmandade do Senhor dos Martírios, depois da devoção de Nossa Senhora da Boa Morte na Igreja da Barroquinha, a Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção na Igreja do Corpo Santo, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, a Irmandade de Santo Antônio de Coteжерó, na Matriz de São Pedro, e a Irmandade de São

<sup>104</sup> REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **TEMPO**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, p. 10 e 21; REGINALDO, 2005, p. 71-72; SANTANA, Tânia de. O culto a santos católicos e a escravidão na Bahia colonial. In: BELLOTTI, Karina K.; VALÉRIO, Mairon Scorsi (org.). **Dossiê Religião**. n. 4. abr./jul. 2007, p. 17.

<sup>105</sup> OLIVEIRA, José Machado de. Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos. **TOPOI**, v. 7, n. 12, jan./jun. 2006, p. 61; SANTANA, 2007, p. 1; REGINALDO, 2005, p. 07.

<sup>106</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. **TOPOI**, v. 3, n. 4, mar. 2002, p. 61.

<sup>107</sup> OTT, Carlos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. **Afro-Ásia**, v. 6/7, 1968, p. 121; REGINALDO, 2005, p. 76, 193.

<sup>108</sup> REGINALDO, 2005, p. 104.

Benedito e a Irmandade do Rosário dos Pretos da Igreja da Conceição da Praia, distrito comercial de Salvador. No Recôncavo, litoral Sul e Norte da Capitania e nos sertões adentro as Irmandades também tiveram representatividade, organizando-se principalmente nas capelas dos engenhos. As irmandades de pardos com devoção a Nossa Senhora de Guadalupe, Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora da Conceição também estiveram presentes em várias freguesias de Salvador, assim como em vilas do Recôncavo (Maragogipe, Jaguaripe, Cachoeira) e em Cairú, ao Sul, ao longo do século XVIII<sup>109</sup>.

O catolicismo era a única religião oficial da América portuguesa, mas isto não impediu que ritos judaicos, africanos e indígenas coexistissem na clandestinidade, os quais eram recorrentemente perseguidos e seus partícipes punidos<sup>110</sup>. E o grupo constituído pelos africanos e seus descendentes transitava por estas instituições, ora como participantes, ora como perseguidores, visto que em diferentes ocasiões os milicianos das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos foram solicitados para reprimir as religiosidades heterodoxas<sup>111</sup>.

#### 1.1.4 Instituições militares

A organização de companhias de africanos e afrodescendentes na América portuguesa teve por base o modelo europeu de formação miliciana, que se institucionalizou no quadro da formação do Estado moderno português e de sua expansão imperial. Segundo Tilly, há uma relação patente entre a formação do Estado e as transformações ocorridas no universo militar e nas práticas de guerra. Neste processo, no último milênio, os Estados dispensaram a maior parte de suas receitas na guerra<sup>112</sup>.

Na Península Ibérica, as milícias urbanas tiveram suas primeiras formações ainda no medievo. Contingentes eram recrutados para a defesa contra inimigos internos ou contra os

<sup>109</sup> SANTANA, 2007, p. 11; REIS, 1996, p. 11, 12; REGINALDO, 2005, p. 76, 85, 88-91.

<sup>110</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Religiosidade popular na colônia. In: \_\_\_\_\_. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 88; HEMMING, John. **Ouro vermelho**: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007, p. 238-239; MONTEIRO, John Manuel. **As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI**: transformação e resistência. In: PAULINO, Francisco Faria (org.). **Nas vésperas do mundo moderno**: Brasil. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992, p. 135.

<sup>111</sup> Portaria para se prenderem um negro calunduzeiro, e uma negra no Rio Vermelho. Bahia, 27 de agosto de 1733. D.H. v. 75. p. 211-212. Portaria para o capitão do terço de Henrique Dias Manuel Gonçalves de Moura. D.H. Bahia, 16 de março de 1735. v. 76. p. 78.

<sup>112</sup> TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus** (990-1992). São Paulo: Edusp, 1996. p. 104.

muçulmanos, no contexto da Reconquista<sup>113</sup>. A formação destas milícias foi, portanto, um empreendimento de senhores locais, mobilizando relações de vassalagem, e não em formato institucional como se empreendeu no período moderno, cuja demanda partia de um Estado centralizado e em expansão.

Na Europa, as milícias funcionaram como uma forma do soberano reforçar seu controle sobre as forças municipais. Os oficiais milicianos, apesar de serem nomeados por autoridades municipais, eram confirmados a partir de privilégios régios ou por agentes do soberano. Pensou-se também em organizar militarmente a população civil, com baixo custo, sem identificá-los como profissionais<sup>114</sup>. Em todas as figurações do império português as formações militares estiveram presentes, pois o serviço das “armas” foi “um mecanismo fundamental de dominação, mas também de conformação, constrangimento e reprodução de valores, atitudes, comportamentos e práticas sociais”<sup>115</sup>.

Alguns marcos legais nos auxiliam a refletir sobre este processo de institucionalização das milícias no império português. A publicação em Portugal do *Alvará de regimento da gente de ordenanças e das vinte lanças da guarda* de 1508 teve por intenção “instalar artilheiros permanentes nas fortalezas costeiras por conta da pirataria e do surgimento das novas técnicas militares na Europa”<sup>116</sup>. A partir daí teve início a constituição de um sistema de ordenanças. Os milicianos recrutados para estes corpos deveriam possuir suas próprias armas e cavalos, além de comparecer a exercícios regulares<sup>117</sup>. No entanto, desde 1508 a tentativa de instituir ordenanças em Portugal passou por desaprovações e relutâncias. Um ranço da tradição medieval avaliava que este tipo de recrutamento só deveria acontecer em situações de invasão. Também o fato de nobres unirem-se a não-nobres nestas corporações gerava tensões. Pelo *Alvará de Ordenanças* de 1549 tentou-se dar continuidade a esta formação: nele estava prescrito que todos os homens entre 20 e 65 anos, armados,

---

<sup>113</sup> GUADALAJARA, Juan Carlos Ruiz. “...a su costa e minción...”: el papel de los particulares en la conquista, pacificación y conservación de la Nueva España. In: IBÁÑEZ, José Javier Ruiz (coord.). **Las milicias del Rey de España: sociedad, política e identidad em las Monarquias Ibéricas**. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2009, p. 104.

<sup>114</sup> COSTA, André Alexandre da Silva. La Milicia, El Rey, y La Guerra: la corona de Portugal y el caso del Brasil meridional (siglos XVI-XVIII). In: IBÁÑEZ, José Javier Ruiz (coord.). **Las milicias del Rey de España: sociedad, política e identidad em las Monarquias Ibéricas**. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2009, p. 163-166.

<sup>115</sup> GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As milícias d’El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 39.

<sup>116</sup> Ibid., p. 58.

<sup>117</sup> Ibid.



deveriam alistar-se e comparecer a exercícios dominicais. Esta demanda visava suprir a falta de homens no exercício das armas, visto que muitos deles aventuravam-se no ultramar.

Mais tarde, o *Regimento* de 1570, complementado pelo *Alvará* de 1574, determinou que se criassem novamente corpos de ordenanças a nível local. Estes deveriam se organizar em terços e companhias, compostas de homens entre 18 e 60 anos, os quais deveriam praticar exercícios nos domingos e dias santos. A composição de terços mostrou ser uma forma mais institucionalizada desta corporação<sup>118</sup>. Em geral, um terço era composto por dez companhias, cada companhia era a junção de dez esquadras, e cada esquadra deveria ser composta por vinte e cinco homens. O comando superior do terço pertencia ao capitão-mor.

De maneira complementar à organização das ordenanças, os eventos do século XVII demandaram novas formas de arregimentação de milicianos. A Restauração (1640-1668) - que marcou o fim da União Ibérica e a ascensão da dinastia bragançana ao poder - demandou a formação de novas tropas. Também na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) a aristocracia portuguesa viu pesar sobre suas costas as pressões fiscais e o recrutamento de homens para as lutas campais.

Foi neste contexto (1642-1645) que se criaram as companhias de auxiliares. Tratava-se de tropas de segunda linha, intermediárias entre as de primeira (pagas) e terceira linha (ordenanças). Esta corporação, assim como as ordenanças, também era recrutada entre a população local, organizava-se em terços, realizava exercícios aos domingos e dias santos e não recebia soldo<sup>119</sup>. Gomes aponta que a principal diferença entre estas duas linhas é que, enquanto a ordenança tinha caráter mais fixo, os auxiliares deslocavam-se para auxiliar as tropas pagas nas fronteiras em litígio<sup>120</sup>. No entanto, Costa afirma que ocasionalmente, em Portugal, as ordenanças também eram deslocadas de seus locais de origem<sup>121</sup>.

É importante destacar que neste contexto da primeira metade do século XVII ocorreram no Ultramar a tomada da Bahia (1624-1625), da Costa da Mina (1637), de Pernambuco (1630-1654), do Ceilão (1639) e de Angola (1641) pelos holandeses. A demanda por homens que se lançassem ao mar para a reconquista e também que permanecessem na

---

<sup>118</sup> COSTA, 2009, p. 164. IZECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**. v. 3 (ca. 1720 - ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 491.

<sup>119</sup> O soldo para oficiais será uma conquista dos milicianos somente ao longo do século XVIII, como se verá nos capítulos seguintes da tese.

<sup>120</sup> GOMES, 2009, p. 89.

<sup>121</sup> COSTA, 2009, p. 164.

defesa da metrópole mobilizou a formação destas novas corporações milicianas na Europa. Somente a paz negociada a partir de 1668 é que desmobilizou parte destas formações na Europa<sup>122</sup>. Foi diferente na América Portuguesa, quando nos momentos de paz não se repetiu a tendência de desmobilização das formações milicianas.

Na América portuguesa, a preocupação com a defesa da colônia e a formação de tropas foi uma constante desde os primeiros anos da colonização. Com a instalação das primeiras feitorias fortificadas litorâneas (1500-1530), eventuais armadas eram enviadas pela metrópole para combater estrangeiros que frequentavam a costa em busca de suas riquezas<sup>123</sup>. Tomé de Souza também trouxe consigo umas centenas de homens que compunham tropas regulares quando assumiu como governador-geral do Brasil, em 1549<sup>124</sup>.

No entanto, os esforços para a defesa da colônia não se limitaram à formação de tropas pagas. Desde a instalação do governo-geral, o modelo das milícias europeias adaptou-se às terras tropicais. Em 1549 um *Regimento sobre as ordenanças para as partes do Brasil* foi elaborado. Este “buscava regulamentar a organização bélica das capitanias americanas, determinando que os capitães-mores e os ‘senhores de engenhos e fazendas’ ficavam obrigados a ter artilharia, armas e munição”<sup>125</sup>. Em complemento a esta determinação, foi decretada em 1560 a *Lei de Armas*, na qual estava prescrito que todos os homens livres deveriam possuir armas de fogo e armas brancas.

Outro dispositivo legal que previa a formação de ordenanças em cada capitania da América portuguesa foi o *Regimento Geral das Ordenanças* de 10 de dezembro de 1570, complementado pela *Provisão das Ordenanças* de 15 de maio de 1574. Neste processo, o modelo de organização de milícias era o português. Apesar de, nos dois continentes, os corpos milicianos nascerem para coadjuvar as tropas de primeira linha, um modelo nunca se aplica *ipsis litteris* nos territórios para os quais se expande. Existe um processo de adaptação.

A política urbanística executada na cidade de Salvador, desde sua fundação, foi também pensada de acordo com a necessidade de defesa. Salvador, assim como a cidade do Rio de Janeiro, era considerada uma cidade fortificada. A configuração da estrutura militar baiana definiu-se em várias frentes. Apesar dos esforços legislativos, a América portuguesa ocupava, no contexto do império português, uma posição periférica do ponto de vista militar

---

<sup>122</sup> Ibid., p. 178.

<sup>123</sup> GOMES, 2009, p. 82.

<sup>124</sup> SODRÉ, 2010, p. 37.

<sup>125</sup> GOMES, 2009, p. 83.

no século XVI, pois a guerra contra os índios era desvalorizada por não se basear nem em armas de fogo, nem em artilharia. Com a ocorrência das guerras contra os holandeses, este *status* militar começou a mudar<sup>126</sup>. Em relação ao modelo europeu, outras particularidades fizeram parte do processo de institucionalização das milícias na América portuguesa. As tropas de segunda e terceira linha foram compostas dos mais diversos grupos sociais. Havia companhias de índios, companhias de brancos e companhias de africanos e afrodescendentes.

Na Bahia, como mostraremos mais detalhadamente nos próximos capítulos, constituíram-se tropas de segunda e terceira linha que incorporaram africanos e afrodescendentes livres ou libertos. Estas tropas eram divididas entre a “gente preta” e a “gente parda”. Estas formações foram recorrentes também em outras capitanias como Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

No processo de institucionalização das tropas da “gente preta”, estas passaram a ser chamadas de *companhias de henriques*, em referência a Henrique Dias, herói negro da guerra contra os holandeses. Estas tropas tinham um terço próprio na Bahia e eram comandadas por um capitão-mor de ascendência africana. No entanto, a consolidação deste terço ocorreu de forma processual. Apenas no final do século XVII é que a nomenclatura “Terço de Henrique Dias”, da parte da Bahia, começa a aparecer nas fontes. Diferente da situação dos *henriques*, as companhias de pardos estavam organizadas de forma mais esparsa. Em vez de constituírem um terço próprio, estas companhias estavam inseridas em terços que contemplavam companhias formadas por brancos e, algumas vezes, por índios. Nestes terços, os postos de oficialato mais altos eram preenchidos por brancos. É interessante observar que, na Bahia, apesar de se constituírem tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos, o peso relativo destas subfigurações era pequeno dentro do conjunto maior formado pelas tropas de primeira, segunda e terceira linha. Adiante aprofundaremos esta discussão com um grau maior de detalhamento.

## 1.2 Rio de Janeiro: aspectos estruturais

### 1.2.1 Desenvolvimento econômico

---

<sup>126</sup> BETHENCOURT, 1998, p. 404.

A colonização da capitania do Rio de Janeiro se iniciou com a fundação da vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, a qual teve sua gênese na guerra contra a população nativa e contra estrangeiros. Os grupos indígenas, depois de dominados, foram convertidos em mão-de-obra. Os primeiros a serem escravizados foram os Tamoios (nação Tupinambá), que ocupavam o território que ia de Angra dos Reis a Cabo Frio. Depois, no final do século XVI, os enfrentamentos foram contra os Goitacazes. No século XVII os conflitos continuaram, envolvendo outros grupos indígenas<sup>127</sup>. Os franceses, por sua vez, foram expulsos da Baía da Guanabara em 1567.

No século XVII constatamos um crescente desenvolvimento econômico no Rio de Janeiro. No entanto, ao compará-lo com o processo já observado para o caso baiano, notamos que

no Rio de Janeiro não se verifica, na distribuição das sesmarias, a formação dos latifúndios gigantes que surgem na Bahia, com centenas de milhares ou mesmo milhões de hectares. O perfil agrário nascido das concessões em território fluminense é bem menos concentrado do que seu congênere baiano.<sup>128</sup>

A partir destas concessões é que foi se formando o sistema agrário fluminense. Os principais engenhos localizavam-se inicialmente próximos à cidade e, aos poucos, foram se interiorizando. Oito áreas produtoras podem ser caracterizadas a partir de configurações geomorfológicas: os arredores da cidade, a Baixada de Jacarepaguá, Inhaúma/Ilha do Governador, Irajá/Meriti, Campo Grande/Guaratiba, Banda d'Além Mar, Tapacurá/Cocerebu e Guaguaçu/Guapimirim<sup>129</sup>. Não só os engenhos, mas também as lavouras de alimentos e de fumo ocuparam parte destas terras, alocando também os escravos espalhados pela região.

Enquanto havia seis engenhos no final do século XVI, este número subiu para 40 em 1612, passando a 60 em 1629 e chegando a 114 em 1676 (ver tabela 1). Dessa forma, o Rio de Janeiro se estabelecia como a terceira região açucareira de maior importância na América portuguesa, como já foi observado. No entanto, na comparação entre as capitanias aqui analisadas, apesar do número próximo de engenhos, como se discutiu anteriormente, a produção de açúcar no Rio de Janeiro era bem menor. Na década de 1630, enquanto iam da Bahia para Lisboa 82 navios com açúcar, do Rio de Janeiro partiam uma média de 20 a 25

---

<sup>127</sup> SAMPAIO, 2003, p. 58-59.

<sup>128</sup> Ibid., p. 62.

<sup>129</sup> ABREU, 2006, p. 14.

navios, entre 1638 e 1642. A cachaça, subproduto dos engenhos, também teve importância na segunda metade dos Seiscentos e era utilizadíssima no comércio de escravos em Angola<sup>130</sup>.

Com o fim da União Ibérica em 1640, o acesso à região do Rio da Prata se intensificou pela ação de intermediários fluminenses. Na segunda metade do século XVII, o tráfico de escravos e o contrabando desenvolvidos com a região sul se firmaram ainda mais. Também é deste contexto a fundação da Colônia do Sacramento (1680), a qual ficava sob a administração do Rio de Janeiro. Para a região Sul os comerciantes fluminenses levavam, principalmente, escravos africanos, e de lá traziam prata. No entanto, a participação intensa no tráfico transatlântico não significou o abandono da mão-de-obra indígena, a qual subsistiu, cada vez com menos força, ao longo do século XVII<sup>131</sup>. Esta é uma diferença substancial entre a capitania do Rio de Janeiro e a Bahia. Enquanto a transição da mão-de-obra cativa indígena para a africana aconteceu de forma muito mais rápida na Bahia, já no começo do século XVII, no Rio de Janeiro este processo foi mais lento.

A descoberta das minas, na virada do século XVII para o XVIII, desencadeou diversas mudanças na capitania. Houve um notável aumento demográfico, com o número de habitantes na cidade do Rio de Janeiro dobrando de 12 mil, em 1700, para 24 mil, em 1749<sup>132</sup>. O volume do tráfico também se intensificou e as relações econômicas foram se diversificando. O Rio de Janeiro passou a ser a principal praça de abastecimento para a região das minas. Santos afirma que, mais do que a tributação e a extração de ouro nas minas, foi a ampliação do mercado consumidor na região aurífera que transformou a economia fluminense e redefiniu seu papel na economia da América portuguesa. No entanto, enquanto o porto carioca ia se destacando no abastecimento das minas, a Bahia não deixou de fornecer suprimentos e escravos para a mesma região, ainda que de forma clandestina, em alguns períodos<sup>133</sup>.

O século XVIII também presenciou a expansão da fronteira agrária, com a ocupação de novas terras que circundavam o “Caminho Novo”<sup>134</sup>. O alargamento do Caminho Novo demorou cerca de vinte anos para se concretizar. Desta forma, num primeiro momento, era

<sup>130</sup> SAMPAIO, 2003, p. 65; SCHWARTZ, 1988, p. 146.

<sup>131</sup> SAMPAIO, 2003, p. 64.

<sup>132</sup> FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga**: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 113.

<sup>133</sup> SANTOS, 2013, p. 4; 100; 101.

<sup>134</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, jul./dez. 2003. p. 284.

ainda menos frequentado que o Caminho Velho, mais demorado, mas, melhor estruturado<sup>135</sup>. Desde os fins do século XVII e adentrando o XVIII percebe-se uma maior participação das atividades mercantis na economia fluminense; no entanto, a atividade agrícola manteve sua importância e continuou se expandindo, principalmente com a produção de gêneros alimentícios<sup>136</sup>.

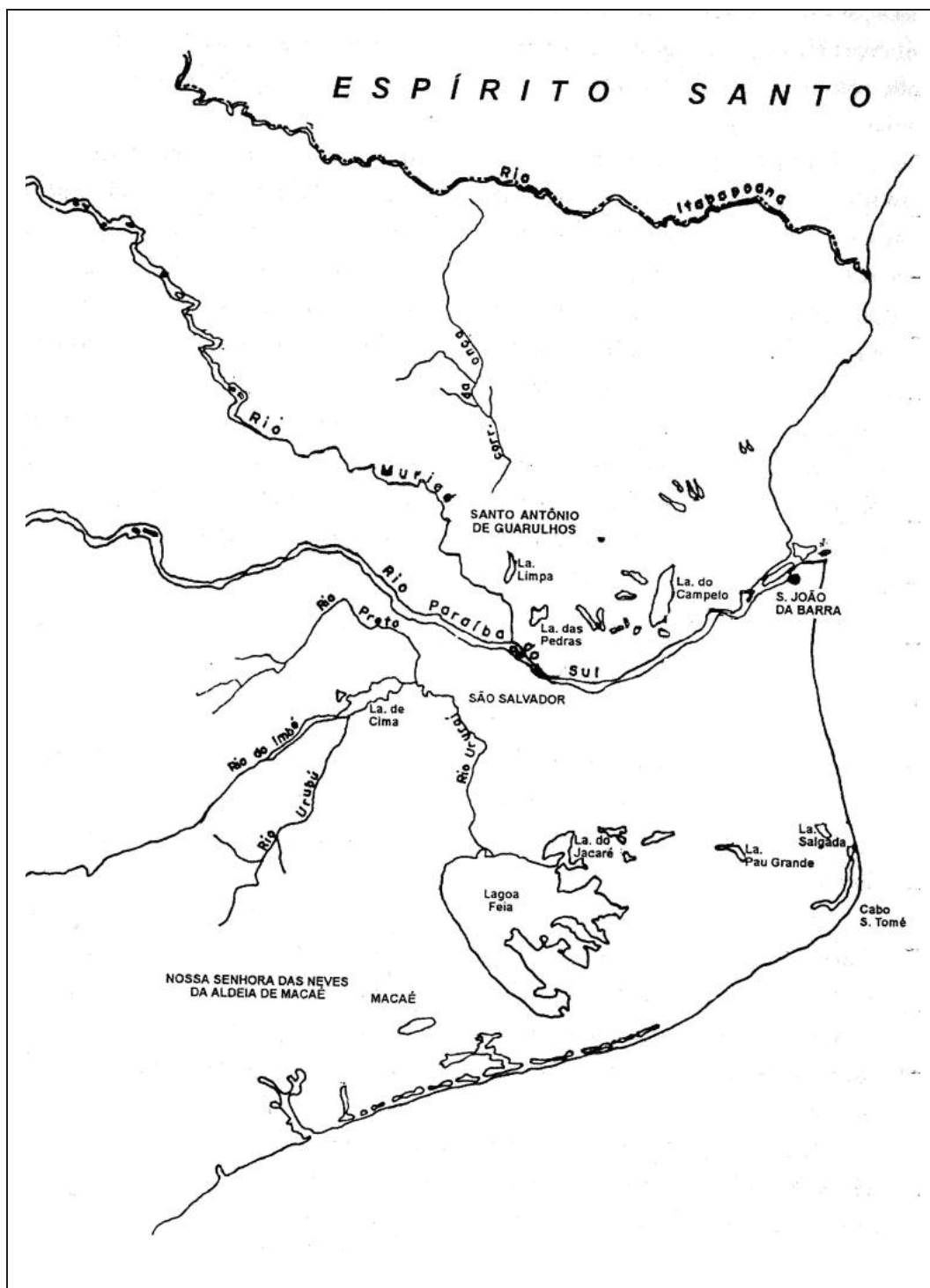
No início da colonização, a fama dos índios Goitacazes diminuiu o interesse pela ocupação de terras no Norte fluminense. Em 1627 a região foi doada por sesmarias a sete capitães, mas estes priorizaram a construção de currais em vez de engenhos. Em 1648 novas distribuições de terras foram feitas, iniciando uma fase de conflitos com os primeiros proprietários e os demais produtores locais. Estes enfrentamentos adentraram o século XVIII; quando finalmente começaram a diminuir, a região dos Goitacazes passou a atrair mais homens e capitais.

---

<sup>135</sup> SANTOS, 2013, p. 105.

<sup>136</sup> SAMPAIO, 2003, p. 91, 126 e 128. As principais áreas produtoras de alimentos na praça fluminense localizavam-se, no século XVIII, nas regiões de Magé, São Gonçalo/Niterói, Rio de Janeiro, Iguaçu, Caminho Novo, Santo Antônio de Sá, Campos, Região dos Lagos e Angra/Parati.

MAPA 3 - CAMPOS DOS GOITACAZES



Fonte: FARIA, 1998, p. 28.

Os Campos de Goitacazes (mapa 3), localizados na parte baixa do rio Paraíba do Sul, concentravam terras excelentes para o estabelecimento de canaviais. Esta fronteira agrícola apresentava a possibilidade de abertura de novas áreas de produção. Ao longo do século



XVIII foram sendo implantados engenhos e canaviais, com o consequente estabelecimento e convivência de senhores de engenho, lavradores, escravos e comerciantes.

A constituição de novas formas de produção no Rio de Janeiro permitiu a diversificação de atividades e o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais complexa. Na virada do século XVII para o XVIII, a sociedade fluminense aumentou suas relações comerciais no circuito entre capitanias, principalmente com Minas e o Sul. Neste processo, o porto carioca viu crescer o desembarque de escravos, a população aumentou e a produção nas áreas agrícolas também cresceu. Foi assim, no conjunto destes fenômenos, que o grupo dos escravos, livres e libertos começou a crescer. Isto oportunizou a organização desta população em diversas corporações, como veremos mais à frente.

### 1.2.2 Administração

Criado em 1608, por um curto período de tempo o Governo Geral da Repartição Sul englobou as capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo. Conforme Mello, “essas regiões não estariam sujeitas às ordens do governo geral instalado em Salvador, pelo contrário, teriam um governo e uma administração independentes”<sup>137</sup>. Dessa forma, o Rio de Janeiro era administrado pelo governador, pela provedoria da Fazenda Real, pela ouvidoria e pelas Câmaras. Apesar de a Repartição ter sido criada tanto por necessidades de defesa militar quanto para ampliar as bases de exploração econômica, ela teve vida curta, extinguindo-se em 1613<sup>138</sup>. Assim, a capitania voltou a se subordinar administrativamente ao Estado do Brasil até 1763.

A autoridade governativa das capitanias estava nas mãos dos capitães-governadores. A estes cabia a supervisão dos negócios régios no âmbito da capitania, além da responsabilidade pela defesa. Nas capitanias em geral, assim como na Bahia, eram os governadores que nomeavam e elegiam os oficiais das milícias. O provedor da capitania era aquele que tentava replicar localmente as atividades do provedor-mor, encarregando-se da “fiscalização, arrecadação e demais atividades atinentes ao setor fazendário”<sup>139</sup>. A provedoria

---

<sup>137</sup> MELLO, Isabele de Matos Pereira de. **Administração, justiça e poder**: os ouvidores-gerais e suas correições na cidade do Rio de Janeiro (1624-1696). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 26.

<sup>138</sup> SALGADO, 1985, p. 55.

<sup>139</sup> Ibid., p. 66.

era, assim, responsável pela gestão financeira, fiscalizava o movimento comercial e cobrava os direitos alfandegários. Com a criação do Erário Régio, em 1761, as provedorias das capitanias tornaram-se juntas da Fazenda, presididas pelo governador<sup>140</sup>.

Os ouvidores, além de agentes da justiça, também eram responsáveis por questões ligadas à administração. A partir de 1696, os ouvidores das capitanias passaram a dividir a administração da justiça com os juízes de fora e mais tarde (1751) com os desembargadores da Relação do Rio de Janeiro. Na década de 1640 houve uma ampliação na jurisdição da ouvidoria, sendo criada inclusive a função de auditor dos soldados<sup>141</sup>.

A Relação do Rio de Janeiro foi instituída em 1751 pela ampliação das demandas judiciais decorrentes do aumento demográfico, mas também pela “crescente importância da capitania do Rio de Janeiro como principal porto escoador de metais”<sup>142</sup>. Tinha jurisdição sobre Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Rio das Mortes, Rio das Velhas, Serro Frio, Cuiabá, Paranaguá, Espírito Santo, Itacares e Ilha de Santa Catarina.

As Câmaras Municipais fiscalizavam o abastecimento, os preços e a qualidade dos produtos vendidos, além de interferirem no comércio, no transporte e na taxação destes produtos. A primeira sede da Câmara da cidade do Rio de Janeiro localizava-se próxima ao morro do Cão, sendo mais tarde transferida para o morro do Descanso (atual morro do Castelo)<sup>143</sup>. A elite se revezava nos cargos camaristas<sup>144</sup>. A tendência era eleger os “da terra” para o Senado tanto no Rio de Janeiro quanto em Salvador. No entanto, no século XVII, no Rio de Janeiro, os homens de negócio naturais do reino ali residentes buscaram representação na Câmara. A nobreza da terra mostrava-se avessa a estas concessões, não só para os cargos camaristas como também para as patentes da ordenança<sup>145</sup>.

No século XVIII, além das mudanças no âmbito social e econômico, no âmbito administrativo se desencadearam algumas transformações na capitania do Rio de Janeiro. A conjuntura do começo da segunda metade do século XVIII estava marcada pela articulação da capitania com a região mineradora, o Centro-Sul e o tráfico atlântico. Além disso, o Rio de Janeiro tinha papel estratégico frente aos conflitos nas fronteiras ibero-americanas. A

---

<sup>140</sup> SALGADO, 1985, p. 85, 94.

<sup>141</sup> MELLO, 2009, p. 31, 77.

<sup>142</sup> SALGADO, 1985, p. 81.

<sup>143</sup> MELLO, 2009, p. 49, 82.

<sup>144</sup> Ibid., p. 41.

<sup>145</sup> BICALHO, Maria Fernanda. Centro e periferia: as Câmaras Municipais no Ultramar. In: \_\_\_\_\_. **A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 374-375.

transferência da capital do Estado do Brasil em 1763 veio ao encontro deste cenário, acompanhada das reformas que desde a década de 1750 estavam se projetando em todo o império luso.

### 1.2.3 Instituições religiosas

As instituições religiosas na capitania do Rio de Janeiro foram se organizando no século XVI. Enquanto a Bahia tornou-se Bispado em 1551, Rio de Janeiro e Pernambuco foram estabelecidas como prelazias nos anos seguintes. Neste momento, a prelazia do Rio de Janeiro compreendia São Vicente, Espírito Santo, Porto Seguro e o próprio Rio de Janeiro. Posteriormente, entre os anos de 1676-1677, a jurisdição do Rio de Janeiro foi elevada à categoria de Diocese/Bispado<sup>146</sup>.

Várias ordens religiosas foram se instituindo na capitania. Ainda no século XVI estabeleceram-se jesuítas, carmelitas, franciscanos e beneditinos. Estas ordens receberam muitas terras como doação e foram aos poucos adquirindo mais bens, comprando cativos e beneficiando seus engenhos. Desta forma, as ordens religiosas foram se constituindo como as maiores proprietárias de terra da capitania<sup>147</sup>.

As confrarias também tinham importância considerável nas devoções fluminenses. Dentre as Irmandades de brancos se destacava, assim como na Bahia, a Santa Casa de Misericórdia. Criada em fins do século XVI, a congênere carioca, apesar de ser uma instituição de relevância nos aspectos devocionais, foi - ao longo do século XVIII - mais modesta financeiramente que sua irmã baiana. Seus rendimentos vinham principalmente das mensalidades de seus irmãos, de doações e aluguéis de imóveis. Ao longo dos Seiscentos, os confrades da Misericórdia eram principalmente senhores de engenho estabelecidos próximo a Baía de Guanabara. No entanto, esta instituição mostrou-se menos infensa à participação de comerciantes e cristãos-novos, quando comparada à baiana. Na segunda metade do século XVIII, a participação de comerciantes na Misericórdia do Rio de Janeiro foi crescente. Na

---

<sup>146</sup> HOORNAERT, 1990, p. 215; SALGADO, 1985, p. 116.

<sup>147</sup> SOUZA, 2012, p. 70, 93.

alçada de seu serviço assistencial estavam o enterro de escravos, o cuidado com os enjeitados, as órfãs e os encarcerados, além do atendimento hospitalar aos milicianos<sup>148</sup>.

Ainda no século XVII se organizaram na cidade do Rio de Janeiro quatro Irmandades de africanos e afrodescendentes. As devoções das Irmandades dos homens pretos eram principalmente a de Nossa Senhora do Rosário e a de São Benedito (1639)<sup>149</sup>. As duas Irmandades nasceram separadamente, mas uniram-se em 1667<sup>150</sup>. As Irmandades dos homens pardos evocavam principalmente São Domingos e Nossa Senhora da Conceição. No século XVIII, estas Irmandades iniciaram a construção de capelas próprias, enquanto outras Irmandades surgiam na cidade.

Estas Irmandades e as demais que foram sendo formadas, como na Bahia, se agrupavam preferencialmente com base nas “nações” de seus irmãos. Na Irmandade do Rosário reuniam-se primordialmente africanos procedentes de Angola e do Congo. Nas Irmandades de Lampadosa, de Santo Antônio da Mouraria, de Santo Elesbão e Santa Efigênia e do Menino Jesus estavam os procedentes da Costa da Mina<sup>151</sup>. A proliferação de Irmandades formadas por irmãos ligados à África Ocidental - denominados *minas* - tem estreita relação com a entrada de volumoso contingente de escravos vindos desta região, tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia, na virada do século XVII para o XVIII<sup>152</sup>. A Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia foi fundada em 1740, localizando-se na freguesia de Nossa Senhora da Candelária<sup>153</sup>. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, depois da de Nossa Senhora do Rosário, foi a que mais sepultou “negros” na freguesia da Sé no período de 1751-1810<sup>154</sup>.

A forma como se constituíram as Irmandades de africanos e afrodescendentes no Rio de Janeiro tem relevância por demonstrar, assim como se verificou para a Bahia, a participação deste grupo social em suas específicas confrarias foi intensa e dinâmica.

<sup>148</sup> FRANCO, 2011, p. 110-128, 157-160.

<sup>149</sup> REGINALDO, 2005, p. 76, 193.

<sup>150</sup> Estas Irmandades funcionaram no século XVII na Igreja de São Sebastião, no Morro do Castelo (Sede da Sé). Posteriormente foi edificada uma capela num terreno próximo à vala que drenava a lagoa dos arredores do morro de Santo Antônio. SOUZA, Mônica Dias de. **Escrava Anastácia**: construção de um símbolo e a re-construção da memória e identidade dos membros da Irmandade do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001, p. 8-9.

<sup>151</sup> SOARES, 2002, p. 62.

<sup>152</sup> Ao basear-se na noção de “grupos de procedência”, Soares discute a existência de sistemas sociais onde indivíduos de diferentes origens étnicas podem interagir sob a mesma denominação. Desta forma, aqueles que foram identificados como minas no Rio de Janeiro não tinham, necessariamente, a mesma composição étnica dos minas da Bahia ou de outras localidades. SOARES, 2002, p. 60.

<sup>153</sup> REIS, 1996, p. 17; OLIVEIRA, 2006, p. 67.

<sup>154</sup> OLIVEIRA, 2006, p. 82.

Ademais, a participação nestas instituições permitiu a este grupo maiores possibilidades na busca de situações de prestígio e na elaboração e afirmação de suas identidades.

#### 1.2.4 Instituições militares

No início do século XVII, a capitania do Rio de Janeiro apresentava-se vulnerável e pouco fortificada<sup>155</sup>; no final da centúria, a organização da guarnição da praça passou por algumas reformulações. Com a criação da Colônia do Sacramento (1680) e a descoberta das minas, a capitania se viu na responsabilidade de enviar efetivos militares para estas duas áreas e ainda guarnecer seu território, constantemente ameaçado pela presença de estrangeiros em sua costa.

Em 1692, a praça possuía seis companhias de infantaria de tropas pagas comandadas por um sargento-mor, além de outras três companhias que haviam sido enviadas para o Sul<sup>156</sup>. O efetivo contabilizado pelo governador Antônio Paes de Sande era de 1.163 praças. A defesa da cidade neste contexto também contava com alguns fortes e fortalezas, necessitados de reformas e de artilheiros. As principais fortalezas edificadas neste período foram as de Santa Cruz, São João da Barra, Boa Viagem, Viragalo, Ilha das Cobras e Santiago. Também faziam parte deste conjunto o Forte da Praia do Carmo e algumas poucas peças de artilharia montadas nas praias<sup>157</sup>. Quanto à cavalaria, havia em 1699 duas companhias, uma na cidade e outra em São Gonçalo<sup>158</sup>. Na década de 1690, os governadores criaram várias companhias para tentar preencher este quadro deficitário, entre elas as de africanos e afrodescendentes. Da mesma forma como na Bahia e em outras capitanias, as corporações criadas foram divididas em “companhias dos pardos” e “companhias dos pretos forros”.

Em relação à estrutura interna destas companhias, diferente do que aconteceu na Bahia, onde as tropas de homens pretos institucionalizaram-se no formato de um terço, no Rio de Janeiro as tropas não passaram de companhias esparsas pertencentes a terços que comportavam companhias de homens brancos no oficialato, companhias de mercadores e

<sup>155</sup> BICALHO, 2003, p. 176.

<sup>156</sup> Consulta do Conselho Ultramarino, sobre as informações que enviara o governador Antonio Paes de Sande, sobre a insuficiência da guarnição militar, a incapacidade dos oficiais e a necessidade de haver naquela Capitania um engenheiro. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 10, doc. 1811. Lisboa, 22 de novembro de 1692.

<sup>157</sup> Mapa da Guarnição do Rio de Janeiro. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 14, doc. 2760-2772. Lisboa, 2 de setembro de 1704.

<sup>158</sup> Carta Régia para que se determina, entre outras coisas, que os soldados de cavalo poderiam requerer como se fossem pagos. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 13, doc. 2701. Lisboa, 22 de setembro de 1699.

companhias do mar. As tropas de homens pardos, assim como na Bahia, também se inseriram em terços que abrangiam várias modalidades de companhias. Desta forma, nem as companhias de pretos nem as de pardos chegaram a constituir um terço próprio no Rio de Janeiro até o período das Reformas militares da década de 1760. Ademais, no quadro geral da estrutura militar do Rio de Janeiro, da mesma forma como se processou na Bahia, o peso relativo das companhias de africanos e afrodescendentes foi pequeno. Estes aspectos serão detalhados nos capítulos seguintes.

### 1.3 O tráfico de escravizados para a Bahia

Como vimos anteriormente, foi a economia de *plantation* a que mais demandou escravos africanos para a América portuguesa. Estes homens e mulheres que atravessaram o Atlântico foram empregados em diversas funções, a maioria delas nos engenhos, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro. Nesta seção, o foco estará no volume de escravos embarcados na África e desembarcados na Bahia, bem como nas principais regiões de procedência destes grupos, que acabaram tornando-se numericamente majoritários na América portuguesa.

Os dados presentes no *Transatlantic Slave Trade Database* (TSTD), organizados pelos historiadores ingleses David Eltis e David Richardson, permitem tratar o tema de forma menos genérica que os estudos clássicos. Isto porque as informações desta base permitem várias combinações de variáveis relacionadas ao tráfico negreiro, como nomes de capitães e de navios, rotas que combinam os locais de aquisição e desembarque dos escravizados, números anuais de escravizados embarcados e desembarcados, porcentagens de homens e mulheres embarcados, idades dos escravizados, entre outras.

A partir das informações contidas no TSTD produziu-se a tabela 3, que apresenta o volume de escravos desembarcados nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro no período de 1601 a 1775, em comparação com o total contabilizado para toda a América portuguesa. Uma primeira interpretação destes dados se refere à ordem crescente do número de escravos desembarcados em ambas as capitanias ao longo das décadas, com o maior volume concentrado no século XVIII.

TABELA 3 - VOLUME DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NAS CAPITANIAS DA BAHIA E DO RIO DE JANEIRO (1601-1775)

Período	Bahia		Rio de Janeiro		América portuguesa
1601-1625	46.278	30%	32.395	21%	156.468
1626-1650	69.239	42%	48.317	29%	163.938
1651-1675	94.921	46%	68.248	33%	204.575
1676-1700	103.035	40%	72.123	28%	259.475
1701-1725	184.871	44%	121.938	29%	423.161
1726-1750	231.174	49%	159.523	34%	468.690
1751-1775	176.069	37%	204.942	43%	476.010
<i>Totais</i>	<i>905.587</i>	<i>42%</i>	<i>707.486</i>	<i>33%</i>	<i>2.152.317</i>

Fonte: Trans-Atlantic Slavery Trade Database (TSTD)  
Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

A comparação entre as duas capitanias possibilita perceber que elas foram as duas maiores regiões de desembarque de escravos na América portuguesa. Na maior parte do tempo esta recepção foi crescente e juntas receberam cerca de 75% dos escravos aportados na colônia. No entanto, a Bahia quase sempre recebeu mais escravos que o Rio de Janeiro, exceto no período de 1751 a 1775. Primeiramente, isto se explica porque a Bahia, apesar de utilizar mão-de-obra cativa indígena, teve esta substituída pela mão-de obra escrava africana de forma mais acelerada que o Rio de Janeiro. No engenho Sergipe, por exemplo, dos 280 escravos registrados em 1572, apenas 7% tinham origens africanas. Em 1591, esta porcentagem já havia subido para 37% dos 103 escravos. Por fim, em 1638, todos os 81 escravos do lugar eram africanos ou afrodescendentes<sup>159</sup>.

Como já foi apontado, a Bahia se tornou, no século XVII, juntamente com Pernambuco, uma das principais regiões produtoras de açúcar da América portuguesa. Com o número de engenhos cada vez maior, a demanda por mão-de-obra cativa só aumentou. Nem mesmo a crise vivenciada na produção açucareira, a partir da segunda metade do século XVII, foi capaz de debilitar o comércio de cativos africanos. Como já foi observado, autores como

<sup>159</sup> RIBEIRO, Alexandre Vieira. The Transatlantic Slave Trade to Bahia, 1582-1851. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David. **Extending The Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database**. New Haven, CT: Yale University Press, 2008, p. 134; ALENCASTRO, 2000, p. 127; SCHWARTZ, 1988, p. 68.



Schwartz demonstram que a estratégia dos senhores de engenho foi “continuar produzindo”<sup>160</sup>, mesmo ante a concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas e o aumento do preço dos escravos. Estas variáveis indicam, sobretudo, que a produção açucareira continuou – ainda que com quedas – a demandar escravos africanos como mão-de-obra.

As necessidades agrícolas e de pecuária fizeram da Bahia uma das maiores receptoras de escravos desde os começos do século XVII. Ao longo do período de 1684 a 1745, “Salvador tinha uma população de aproximadamente 30 a 40.000 habitantes, dos quais talvez metade fosse escrava”<sup>161</sup>. Com o passar dos anos, a população de africanos e afrodescendentes passou a ser superior à de brancos. Em 1775, dos 35.253 habitantes de Salvador, 12.720 eram brancos, 4.027 eram mulatos livres, 3.630 eram negros livres e 14.696 eram escravos<sup>162</sup>.

Além da recepção de cativos para a produção do açúcar e de outros gêneros, a Bahia também foi um importante centro redistribuidor de escravos africanos para outras áreas da América portuguesa. A capitania foi o principal fornecedor de escravos para a região das minas até as primeiras décadas do século XVIII<sup>163</sup>. Mesmo com a proibição provisória<sup>164</sup> do fornecimento de escravos para Minas a partir da Bahia e a crescente competição com o tráfico estabelecido no Rio de Janeiro, a Bahia não deixou de complementar a rota do tráfico interno.

No que diz respeito às regiões específicas de embarque de escravos na África Ocidental com destino à Bahia e ao Rio de Janeiro, as tabelas 4 e 5 contêm dados que demonstram estas variáveis de forma detalhada.

---

<sup>160</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 170.

<sup>161</sup> SCHWARTZ, 2001, p. 178.

<sup>162</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 80.

<sup>163</sup> RIBEIRO, 2008, p. 130; FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (século XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, v. 31, 2004, p. 83.

<sup>164</sup> Havia um Alvará de 1701 que proibia a ida de escravos da Bahia e de Pernambuco para as Gerais; no entanto, tal medida não foi obedecida à risca, e o tráfico interno envolvendo estas capitanias continuou de forma clandestina. FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 84.

TABELA 4 - VOLUME DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NA BAHIA E REGIÕES DE EMBARQUE NA ÁFRICA OCIDENTAL (1626-1775)

Regiões específicas de embarque						
Período	Senegâmbia	Costa do Barlavento	Costa do Ouro	Golfo de Benim	Golfo de Biafra	Totais
1626-1650	7.086	0	0	0	210	7.296
1651-1675	0	0	1.067	0	0	1.067
1676-1700	0	0	1.846	42.715	8.766	53.327
1701-1725	1.462	2.173	6.274	115.548	17.144	142.601
1726-1750	1.449	0	2.118	133.770	7612	144.949
1751-1775	472	0	256	106.807	1.866	109.401
Totais	10.469	2.173	11.561	398.840	35.598	458.641

Fonte: Trans-Atlantic Slavery Trade Database (TSTD)

Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

TABELA 5 - VOLUME DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NO RIO DE JANEIRO E REGIÕES DE EMBARQUE NA ÁFRICA OCIDENTAL (1676-1775)

Regiões específicas de embarque						
Período	Senegâmbia	Serra Leoa	Costa do Ouro	Golfo de Benim	Golfo de Biafra	Totais
1676-1700	0	0	0	717	0	717
1701-1725	0	494	1.820	8.707	0	11.021
1726-1750	2.539	0	617	6.049	911	10.116
1751-1775	0	0	0	15.710	0	15.710
Totais	2.539	494	2.437	31.183	911	37.564

Fonte: Trans-Atlantic Slavery Trade Database (TSTD)

Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

No mapa a seguir se observa o maior fluxo de escravos vindos da África Ocidental para a Bahia no período observado, seguido de regiões com um volume menor de embarcados.

MAPA 4 - VOLUME E FLUXO DE ESCRAVOS ENTRE ÁFRICA E BAHIA (1601-1775)



Fonte: Trans-Atlantic Slavery Trade Database (TSTD)  
Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

Percebe-se que, em relação aos portos de embarque, a partir do final do século XVII e adentrando o XVIII, a região que se destaca nos embarques com destino à Bahia é a África Ocidental. Muitos foram os motivos para que esta região se estabelecesse como procedência privilegiada de escravos. O primeiro foi a epidemia de varíola que se prolongava em Angola desde 1680. A preocupação com o transporte de escravos contaminados era patente, primeiro por estarem estes sujeitos à morte durante a travessia e, segundo, pela ameaça de contágio de outros tripulantes do navio ou mesmo da população onde desembarcassem. O segundo se relacionava aos trâmites comerciais praticados em Angola: tanto os mantimentos para a viagem eram mais caros na África Centro-Occidental quanto os governadores angolanos privilegiavam seus associados no comércio, ao mesmo tempo em que dificultavam o trato para outrem. O terceiro motivo que impulsionou os comerciantes para a África Ocidental está relacionado ao aumento do preço do escravo na região Centro-Occidental, depois do surto minerador no Brasil. Outro motivo está relacionado à moeda de troca utilizada na África Ocidental: nesta região, o tabaco baiano de terceira qualidade tinha muita aceitação. Ainda outra causa de fortalecimento deste comércio foi uma sequência de leis e alvarás que, ao mesmo tempo em que restringiram as transações entre Pernambuco e Rio de Janeiro com a

África Ocidental, favoreceram a participação de comerciantes baianos e metropolitanos nas transações com a região<sup>165</sup>.

Apesar da expansão para novas rotas, é importante ressaltar que, a partir da década de 1720, os conflitos envolvendo o Reino de Daomé e seus vizinhos desestabilizaram temporariamente o tráfico na África Ocidental, pois as rotas que ligavam o interior à Costa ficaram bloqueadas<sup>166</sup>. Além da África Ocidental, outras áreas também contribuíram para o tráfico com a Bahia, mas não com o mesmo volume. Exemplo era o Golfo da Guiné, onde estavam localizadas as ilhas de São Tomé e Príncipe. Escala obrigatória dos navios baianos, estes locais se converteram em mercados de abastecimento para as embarcações<sup>167</sup>.

O tráfico desenvolvido entre África e América portuguesa constitui uma das principais fontes de reprodução e crescimento da população africana e de seus descendentes na capitania. As nuances do tráfico negreiro guardam estreitas relações com a formação do grupo social enfocado neste estudo, tanto para a capitania da Bahia quanto para a capitania do Rio de Janeiro, como veremos adiante.

#### 1.4 O tráfico de escravizados para o Rio de Janeiro

Assim como o desenvolvimento de atividades econômicas e de instituições administrativas, religiosas e militares, o fenômeno do tráfico de africanos foi recorrente entre as capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro. Este é, assim, mais um elemento de semelhanças entre estas figurações. Como já constatamos a partir dos dados da tabela 3, nota-se que o Rio de Janeiro recebeu, no período de 1601 a 1775, menos escravizados do que a Bahia. Como já vimos, ao longo do século XVII, a produção açucareira no Rio de Janeiro era menor do que na Bahia. A sociedade fluminense, além de ter menos engenhos (tabela 1), também os tinha de menores proporções. Esta situação, principalmente no século XVII, demonstra uma menor capacidade de aquisição e manutenção e por consequência uma demanda menor por mão-de-obra cativa. Além disso, como já mencionado, parte dos escravos aportados no Rio de Janeiro,

<sup>165</sup> RIBEIRO, 2008, p. 140-142; CAVALCANTI, Nireu Oliveira. O comércio de escravos novos no Rio Setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 26; STABEN, Ana Emília. **Negócios dos escravos: o comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701-1759)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p. 73, 88 e 91.

<sup>166</sup> RIBEIRO, 2008, p. 142-143; SANTOS, 2013, p. 262-230; FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 86.

<sup>167</sup> FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 118.

principalmente na primeira metade do século XVII, seguia viagem para a fronteira com a América espanhola, onde era trocado por prata<sup>168</sup>.

Outro fator importante no que diz respeito ao menor volume de escravizados trazidos para o Rio de Janeiro ao longo do século XVII decorre do fato de ter sido mais lenta a transição da mão-de-obra de cativos indígenas para o braço africano nesta capitania. A persistência da escravidão ameríndia no Rio de Janeiro também tem relação com os problemas enfrentados pela capitania em sua participação no tráfico angolano. Esta situação se prolongou até a década de 1680, quando a Bahia diminuiu sua participação no tráfico com a África Centro-Occidental e concentrou esforços no comércio com a África Occidental<sup>169</sup>.

---

<sup>168</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 63.

<sup>169</sup> Ibid., p. 145.

TABELA 6 - VOLUME DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NO RIO DE JANEIRO E REGIÕES DE EMBARQUE NA ÁFRICA OCIDENTAL E NA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL (1601-1775)

Período	Regiões específicas de embarque						África Centro-Occidental e Santa Helena	Totais
	Senegâmbia	Serra Leoa	Costa do Ouro	Golfo de Benim	Golfo de Biafra			
1601-								
1625	0	0	0	0	0		32395	32395
1626-								
1650	0	0	0	0	0		48317	48317
1651-								
1675	0	0	0	0	0		68248	68248
1676-								
1700	0	0	0	717	0		71406	72123
1701-								
1725	0	494	1820	8707	0		110917	121938
1726-								
1750	2539	0	617	6049	911		149407	159523
1751-								
1775	0	0	0	15710	0		187852	203562
Totais	2539	494	2437	31183	911		668542	706106

Fonte: Trans-Atlantic Slavery Trade Database (TSTD)  
Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

TABELA 7 - VOLUME DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NA BAHIA E REGIÕES DE EMBARQUE NA ÁFRICA OCIDENTAL E NA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL (1601-1775)

Regiões específicas de embarque							
Período	Senegâmbia	Costa do Barlavento	Costa do Ouro	Golfo de Benim	Golfo de Biafra	África Centro-Occidental e Santa Helena	Totais
1601-1625	0	0	0	0	0	46.278	46.278
1626-1650	7.086	0	0	0	210	61.943	69.239
1651-1675	0	0	1.067	0	0	87.110	88.177
1676-1700	0	0	1.846	42.715	8.766	48.683	102.010
1701-1725	1.462	2.173	6.274	115.548	17.144	41.326	183.927
1726-1750	1.449	0	2.118	133.770	7.612	86.224	231.173
1751-1775	472	0	256	106.807	1.866	65.493	174.894
<i>Totais</i>	<i>10.469</i>	<i>2.173</i>	<i>11.561</i>	<i>398.840</i>	<i>35.598</i>	<i>437.057</i>	<i>895.698</i>

Fonte: Trans-Atlantic Slavery Trade Database (TSTD)  
Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

Na comparação estabelecida entre os dados das tabelas 6 e 7 percebe-se que, como notamos na seção anterior, a maioria dos escravos embarcados na África Ocidental destinaram-se à Bahia. No entanto, a maioria dos escravos embarcados na África Centro-Occidental e Santa Helena tiveram como destino o Rio de Janeiro. Enquanto desembarcaram 437.057 escravos centro-ocidentais na Bahia, no Rio de Janeiro o montante foi de 668.542 escravos desembarcados entre os anos de 1601 e 1775.

A Coroa passou a promover com mais fôlego o comércio de escravos na África Centro-Occidental principalmente no século XVIII, porque, sendo Angola uma colônia portuguesa, o controle sobre o comércio de cativos no interior, bem como sobre as cobranças



de tributos, seria bem maior. No decorrer do século XVIII, Pernambuco, assim como o Rio de Janeiro, foi estimulado – por questões políticas que envolviam interesses de Lisboa – a declinar do comércio com a África Ocidental e estabelecer relações mais profícuas de tráfico com a África Centro-Ocidental<sup>170</sup>.

MAPA 5 - VOLUME E FLUXO DE ESCRAVOS ENTRE ÁFRICA E RIO DE JANEIRO (1601-1775)



Fonte: Trans-Atlantic Slavery Trade Database (TSTD)

Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

A enorme demanda por mão-de-obra cativa nas regiões mineradoras também fomentou o aumento do tráfico entre o Rio de Janeiro e a África. A utilização do Caminho Velho e a construção do Caminho Novo foram fundamentais para o abastecimento das Gerais por parte do território fluminense, o qual se destacou no fornecimento de alimentos, mas também de cativos, para a região. No entanto, apesar do crescimento do papel do Rio de Janeiro no sistema mercantil imperial, a Bahia conseguiu manter um papel mais importante no abastecimento de cativos para as minas, muito devido ao domínio do tráfico estabelecido com a África Ocidental<sup>171</sup>.

Um importante fator que também aumentou a demanda por mão-de-obra cativa para a capitania fluminense foi o processo de expansão agropecuária, iniciado no século XVII e

<sup>170</sup> STABEN, 2008, p. 6.

<sup>171</sup> SAMPAIO, 2003, p. 151.

intensificado no século seguinte, como ocorreu no complexo açucareiro formado na região de Campos dos Goitacazes<sup>172</sup>.

A análise dos aspectos relacionados ao fenômeno do tráfico é importante por pelo menos dois motivos. Primeiramente, porque o tráfico foi a principal fonte de africanos para o Brasil. E também porque existe uma vigorosa relação entre tráfico e alforria, pois a expansão do escravismo e do tráfico colaborou para o aumento na oportunidade de conquista da manumissão por parte dos cativos<sup>173</sup>. Sendo assim, o tráfico de escravos provenientes da África foi um dos principais elementos para a constituição do grupo demográfico caracterizado como africanos e afrodescendentes livres e libertos, parte do qual acabou por inserir-se em milícias tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia.

### 1.5 A constituição de uma população africana e afrodescendente livre e liberta na América portuguesa

A constituição de uma população africana e afrodescendente livre e liberta como grupo social na América portuguesa se processou a partir de duas fontes principais. A primeira delas refere-se a afrodescendentes que nasciam livres. Estes, muitas vezes denominados *ingênuos*, eram filhos de africanos ou de afrodescendentes libertos. A segunda fonte refere-se às alforrias de adultos e crianças, sendo que muitos bebês conseguiram sua liberdade já na pia batismal.

Estudos recentes<sup>174</sup> têm demonstrado a manumissão tanto como um fenômeno atrelado ao contexto sócio-político e econômico quanto como um processo de negociação que envolvia o senhor e o escravo. Outro padrão geral encontrado nas pesquisas diz respeito, com mínimas variações, à predominância de mulheres, crioulos, pardos e de um elevado percentual de crianças nas alforrias analisadas<sup>175</sup>. Para além dos padrões encontrados, é importante uma análise acerca das peculiaridades e diferenças existentes em cada uma das capitanias,

<sup>172</sup> FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 90; FARIA, 1998, p. 26-27.

<sup>173</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos — CEBRAP**, n. 74, p. 107-123, 2006.

<sup>174</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, Cativo e Liberdade**. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 290; SCHWARTZ, Stuart B. Alforria na Bahia, 1684-1745. In: **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001, p. 176 e 196.

<sup>175</sup> SAMPAIO, 2005, p. 300; SCHWARTZ, 2001, p. 184 e 191.

principalmente porque elas nos ajudam a pensar o próprio processo de *sociogênese* nos descompassos temporais em que as milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos foram formadas nas duas capitanias aqui em questão.

As taxas de manumissão anuais para a Bahia, entre os anos de 1684-1745, foram de aproximadamente 1% do total da população escrava<sup>176</sup>. O valor relativo pode parecer insignificante, mas, em termos absolutos, isso revela que milhares de escravos foram alforriados neste período. Ao passar ao *status* de liberto estes indivíduos aumentavam as chances de seus descendentes nascerem livres. Este volume de livres e libertos que crescia, de forma contínua e perene, sem dúvida foi um dos elementos responsáveis pela formação das milícias de africanos e afrodescendentes na Bahia.

Diferente foi a situação do Rio de Janeiro. Ainda na segunda metade do século XVII esta era uma capitania “menos favorecida” no tráfico, devido às diversas interdições já analisadas na seção anterior. No entanto, este cenário mudou com o impacto da mineração. Na virada do século, o Rio de Janeiro passou a ser o principal destino do tráfico originado em Angola e, a partir da década de 1730, mais da metade dos escravos vindos de Luanda desembarcava no Rio de Janeiro<sup>177</sup>. Em suma,

A escravidão no Rio de Janeiro setecentista apresenta-se bastante distinta daquela existente no século anterior no que tange à oferta de cativos. No lugar de escassez e uma aparente irregularidade, encontramos uma abundância gerada por uma oferta crescente.<sup>178</sup>

Um escravo na Bahia que trabalhasse na lavoura, em geral, tinha uma tarefa diária a ser cumprida. Esta obrigação variava de engenho para engenho. Em média, um escravo tinha que cortar de 2.500 a 4.200 canas por dia e, “ao completar a ‘tarefa do corte’, estava livre para usar o tempo como quisesse”<sup>179</sup>. Além do trabalho em suas próprias roças, onde enriqueciam sua nutrição, muitos escravos usavam este sobejo de tempo para realizar atividades que lhes propiciassem juntar pecúlios, com os quais poderiam comprar sua alforria. Schwartz pondera que o trabalho nas roças era “uma das poucas oportunidades que tinham para adquirir coisas

---

<sup>176</sup> PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social**: um estudo comparativo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 175; SCHWARTZ, 2001, p. 175.

<sup>177</sup> SAMPAIO, 2005, p. 292-295.

<sup>178</sup> Ibid., p. 300.

<sup>179</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 129.

de que necessitavam ou acumular dinheiro que poderia no futuro ser usado para comprar a liberdade para si próprios ou para seus filhos”<sup>180</sup>.

Alguns escravos recebiam algum tipo de pagamento dependendo do tipo de trabalho que exerciam, como no caso do sotobanqueiro, que auxiliava o mestre de açúcar<sup>181</sup>. Dessa forma, um escravo “com ocupação especializada ou experiência em supervisão no engenho não só podia ter esperanças de finalmente um dia tornar-se livre, mas também podia ter relativa certeza de conseguir emprego após liberto”<sup>182</sup>. No entanto, além do trabalho em roças particulares ou da execução de um trabalho especializado, várias eram as formas pelas quais os escravos obtiveram sua liberdade na América portuguesa<sup>183</sup>. O modo de manumissão classificado por Patterson como *post mortem*, por exemplo, ocorria por ocasião da morte do senhor, que libertava o escravo em testamento.

O modo formal de contrato acontecia quando uma carta de manumissão era escrita diante de testemunhas. Este foi o caso da alforria de Lourenço Rodrigues Duarte, na primeira metade do século XVIII<sup>184</sup>. Duarte passou pelo processo de mudança de *status* da condição de escravo para a condição de liberto, integrou-se à sociedade baiana como carpinteiro e ainda inseriu-se nas milícias, chegando ao posto de capitão de uma companhia do terço de Henrique Dias. Ele era natural de Salvador e fora batizado na freguesia de Santo Antônio do Além do Carmo. Pagou duzentos mil réis a sua ex-senhora, Agueda Rodrigues, pela sua liberdade. A ex-senhora concedeu a carta de alforria “em reconhecimento da sujeição” do ex-escravo. No entanto, o valor de duzentos mil réis foi conseguido, provavelmente, pelo esforço de Duarte, pois “juntar dinheiro suficiente para comprar sua emancipação do cativo e receber uma carta de alforria”<sup>185</sup> era a prática mais comum entre os escravos. Possivelmente o pecúlio para sua alforria tenha vindo do ofício mecânico que exerceu ao longo da vida. O valor pago estava acima da média, a qual variou de oitenta e quatro mil réis a cento e trinta e quatro mil réis no período de 1671 a 1750<sup>186</sup>. Mas é possível também que ele tenha sido alforriado entre 1715 e 1719, época em que o preço médio das manumissões alcançou seu ápice em Salvador, a saber, exatamente o valor de 200\$000. Seu alto valor também pode estar relacionado ao fato de,

<sup>180</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 140-141.

<sup>181</sup> Ibid., p. 134.

<sup>182</sup> Ibid., p. 141.

<sup>183</sup> Patterson aponta sete formas em que o escravo poderia ser liberto: *post mortem*; coabitação; adoção; político; litígio colusivo; sagrado; e meramente contratual. PATTERSON, 2008, p. 314.

<sup>184</sup> APEBA. Secção Judiciária. *Inventários e testamentos*, 1749, class. 04/1577/2046/03

<sup>185</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 59.

<sup>186</sup> SAMPAIO, 2005, p. 298.

ainda escravo, estar envolvido com a carpintaria, pois escravos que se especializavam em alguma das “artes mecânicas” alcançavam preços mais elevados e eram mais procurados. Além disso, um escravo carpinteiro podia realizar trabalhos ocasionais e ficar com parte do ganho, o que favorecia a compra de sua alforria<sup>187</sup>.

Havia também o escravo coartado, que “consequira o direito, expresso por seu proprietário em testamento ou outro documento, de pagar pela própria alforria; a esse cativo era permitida certa liberdade de movimentos ou a capacidade de obter e conservar a posse de bens que lhe permitisse acumular a quantidade necessária”<sup>188</sup>. Na Bahia era comum que as alforrias fossem pagas em prestações, já que seus valores eram altos<sup>189</sup>. No entanto, os prazos para os pagamentos sempre eram bem definidos. A carta de alforria transcrita a seguir representa esta situação para o Rio de Janeiro. Trata-se de um caso que mostra um padrão diferenciado de manumissão. Nesta carta, o indivíduo manumitido, em 1694, foi Fernando de Souza, o qual era pescador e também conseguiu inserir-se como capitão na companhia dos pardos da cidade.

Escritura de alforria e liberdade que deu o capitão Custódio Coelho Madeira a Fernando de Souza homem pardo. “Nesta cidade do Rio de Janeiro em a Igreja de Nossa Senhora do Desterro onde eu Tabelião ao diante nomeado fui, e sendo ai pareceram presentes o capitão Custódio Coelho Madeira e por ele me foi dito em presença das testemunhas ao diante assinadas que ele entre os mais escravos que possuía era bem assim um deles: um mulato Fernando de Souza, o qual dito Fernando de Souza havia dado ao dito capitão Custódio Coelho por sua liberdade digo, ao qual lhe dava alforria e liberdade por preço e quantia de 120\$000 pagos na maneira seguinte a saber que recebeu logo em dinheiro de contado 40\$000, 20\$000 que lhe há de dar por semana santa em fazenda como em dinheiro contado, e o resto que fica devendo que são sessenta mil réis, se obriga a pagar o dito mulato Fernando (Fco) de Souza a 30\$000 cada ano até com efeito ser pago e satisfeito de toda a quantia de 120\$000 da alforria, e liberdade para que dela possa usar como se livre e forro nascera isento de toda a servidão e cativoiro.”<sup>190</sup>

Sampaio, ao analisar esta carta, e sem saber que se tratava de um futuro miliciano, admirou-se dos termos do documento. Primeiramente, o autor afirmou que, diferente do que Schwartz encontrou para a Bahia, no Rio de Janeiro a recorrência era a do pagamento à vista pela alforria, sendo as parcelas exceções nos anos finais do século XVII. No entanto, o que

<sup>187</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 62.

<sup>188</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 214.

<sup>189</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 204; RUSSELL-WOOD, 2005, p. 69.

<sup>190</sup> AGCRJ. Códice 42.4.89; Maço 62, f. 18, 1694.

mais chamou a atenção de Sampaio<sup>191</sup> foi o fato de que uma das parcelas poderia ser paga “em fazenda”.

Há a possibilidade de que Fernando de Souza tenha adquirido na atividade pesqueira os recursos para a compra de sua alforria. Pelo menos duas referências ligadas à vida de Fernando de Souza nos dão estas pistas: seu antigo senhor, o capitão Custódio Coelho Madeira, além de possuir engenhos na região de Jacutinga e próximo ao engenho dos padres Jesuítas<sup>192</sup>, também possuía uma “morada de casas de sobrado”<sup>193</sup> na rua dos Pescadores, em 1681. Além disso, ele estava entre os que arremataram o contrato das baleias na ilha das Baleias em 1673<sup>194</sup>. Desta forma, é bem provável que Fernando de Souza tenha se envolvido com a atividade pesqueira enquanto ainda era cativo. Outro dado que corrobora esta assertiva é o fato de que o filho legítimo e homônimo de Fernando de Souza e Ignácia de Jesus também vivia de “sua pescaria”<sup>195</sup>, provavelmente atividade aprendida com o pai. Apesar de não abranger a totalidade dos casos referentes a ofícios ensinados de pais para filhos, Silva<sup>196</sup> identificou, para um estudo etnográfico sobre os pescadores de Pernambuco entre os séculos XVII e XIX, um padrão de que os filhos seguiam a profissão do pai.

Nas redes de interdependência estabelecidas entre Fernando de Souza e outros indivíduos, é possível perceber que o dinheiro de suas fazendas permitiu a alforria tanto dele quanto de sua parentela. Seu filho foi designado em sua Habilitação Matrimonial como “pardo forro”. Isto significa, neste caso, que nasceu cativo e ao longo da vida conseguiu a alforria. Este filho homônimo fora batizado na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá em 1705<sup>197</sup>; já fazia, portanto, 11 anos que Fernando de Souza era liberto. Desta forma, o filho era cativo por ser sua mãe, Ignácia de Jesus, ainda cativa. De fato, Ignácia de Jesus era “escrava do Colégio”<sup>198</sup>, ou seja, pertencia aos jesuítas, e assim permaneceu por

---

<sup>191</sup> SAMPAIO, 2005, p. 313.

<sup>192</sup> AGCRJ. Códice 42.3.56; Maço 45, f. 99. Banco de dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara. AN.10N, 54, p. 2v.

<sup>193</sup> Banco de dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara. AN.10N, 56, p. 2v.

<sup>194</sup> DIAS, Camila Baptista. **A pesca da baleia no Brasil Colonial**: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII. Niterói: PPGH/UFF, 2010, p. 121-122.

<sup>195</sup> ACMRJ. Habilitação Matrimonial. Doc. 55662 cx.2595 (1754)

<sup>196</sup> SILVA, L. G. *A faina, a festa e o rito*: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001, p. 37.

<sup>197</sup> Family Search. Livro de Batismos de Nossa Senhora da Apresentação (do Irajá). f. 101, 13/?/1705.

<sup>198</sup> ACMRJ. Livro de Batizados e Casamentos de São Cristóvão (1635-1745); f. 87v., 07/06/1723.

muitos anos, mesmo após o casamento com Fernando de Souza. Em 1738<sup>199</sup> ela ainda aparece nos registros como escrava, e é bem possível que tenha permanecido assim até o fim da vida.

Alguns bastardos concebidos da união de brancos com escravas conseguiam sua alforria já na pia batismal<sup>200</sup>. Esta pode ter sido a história de Ignácio de Gouveia, filho de “um dos principais da terra”<sup>201</sup>. Gouveia se tornou capitão de uma das companhias de pardos do Rio de Janeiro em 1706.

Encarar a escravidão como um elemento estrutural na América portuguesa pressupõe pensarmos que o sistema escravista permeava os mais diversos tipos de relações entre os indivíduos. A própria passagem pela escravidão, a experiência de ser cativo, nem sempre resultou em recusa de escravizar outrem. Pelo contrário, estudos como o de Reis<sup>202</sup> mostram que ex-escravos tornaram-se, assim que possível, senhores. No entanto, era bem reduzido o grupo de libertos que conseguia adquirir um escravo<sup>203</sup>. Com os milicianos pretos e pardos não foi diferente. Na primeira metade do século XVIII, o capitão Lourenço Rodrigues Duarte, do terço de Henrique Dias da Bahia, foi exemplar neste sentido. Filho de escravos, ele comprou sua alforria por “dinheiro contado”. Possivelmente conseguira os recursos como artesão, pois era carpinteiro. No entanto, o vínculo anterior com o cativo não o impediu de adquirir seus próprios escravos. Duarte comprou Damiana, “do gentio da Costa”, e seu filho Luciano. Com ela Duarte gerou um filho ilegítimo, mas herdeiro e livre. No entanto, mesmo com a relação que tinha com Damiana, não a alforriou ao longo da vida, deixando-a na condição de coartada em seu testamento<sup>204</sup>.

O modelo e a referência figuracional aos quais este capitão dos henriques estava conectado eram os de uma sociedade escravista. Nesta figuração, ele buscou cada vez mais os elementos que pudessem lhe proporcionar prestígio e poder. Ser senhor de escravos era um destes elementos. Tanto ele quanto outros libertos que possuíram escravos experimentaram práticas recorrentes da sociedade escravista na qual estavam inseridos<sup>205</sup>.

Enfim, a América portuguesa foi, ao longo dos séculos XVI e XVII, cada vez mais se complexificando, tanto com as alforrias como com o nascimento de mestiços livres ou

<sup>199</sup> ACMRJ. Livro de Batizados e Casamentos de São Cristóvão (1635-1745); f. 114, 30/08/1738.

<sup>200</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 69.

<sup>201</sup> ANRJ. Cód. 78, v. 7, Nº 11, p. 58v. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1715.

<sup>202</sup> REIS, João José. De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. *Rev. hist.*, São Paulo, n. 174, p. 15-68, jan./jun. 2016.

<sup>203</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 95.

<sup>204</sup> APEBA. Seção Judiciária. *Inventários e testamentos*, class. 04/1577/2046/03.

<sup>205</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 71.



escravos, ao ponto de estes “indivíduos criarem novas categorias sociais que precisavam ser ajustadas à hierarquia social”<sup>206</sup>. No leque dos lugares onde poderiam se inserir, muitos destes africanos e afrodescendentes livres escolheram e/ou foram conduzidos para o caminho das armas.

---

<sup>206</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 213.

## Capítulo 2 - *Sociogênese* das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na Bahia e no Rio de Janeiro

Neste capítulo analisamos como a gênese social de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos foi possível a partir do entrelaçamento de elementos relacionados a guerras, ao tráfico, às alforrias e à vontade de africanos e afrodescendentes livres e libertos de se diferenciarem socialmente. Foram estes fenômenos que tornaram possível a *sociogênese* destas milícias nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro.

Para Norbert Elias, os determinantes do curso da mudança histórica são “planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas [que] constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico (...) pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou”<sup>207</sup>. Ao buscar esta perspectiva do entrelaçar de fatores como propulsor de mudanças históricas, no caso do processo civilizador, Elias acrescenta:

Nossos hábitos de pensar inclinam-nos a procurar “começos”. Mas não há em parte alguma (...) um “ponto” antes do qual poderíamos dizer: até aqui não havia “razão” e agora ela “surgiu”; até aqui não havia compulsões do ser e nenhum “superego” e agora, neste ou naquele século, ele subitamente surgiu. Não há um ponto zero de todos esses dados. Mas tampouco faz justiça aos fatos dizer: tudo esteve sempre lá, como agora.<sup>208</sup>

O modelo teórico de Elias buscou explicar a *sociogênese* do processo civilizador no Ocidente. No bojo destas explicações estão as formulações de como, progressivamente, o Estado foi monopolizando e centralizando a força física, ao mesmo tempo que proporcionou o surgimento de várias formas de arregimentação militar. A análise de Elias foca principalmente a sociedade europeia ocidental. No entanto, ao olhar para a América portuguesa a partir do modelo eliasiano, também se percebe um desenvolvimento histórico processual que não foi planejado, mas que nem por isso deixou de ter certa ordem e coerência. A *sociogênese* das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos, como parte de um processo histórico, pode ser examinada a partir de tais modelos explicativos.

---

<sup>207</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 194.

<sup>208</sup> Ibid., p. 230.

As milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos, apesar de estarem ligadas às guerras holandesas, não possuem sua origem num único grau zero ou começo absoluto. Pensar a *sociogênese* destas instituições é também olhar para os processos sociais históricos que se desenvolveram ao longo dos séculos XVI e XVII na América portuguesa, sem perder de vista que esta era uma sociedade escravista. E, como tal, esta figuração se valeu do tráfico de escravos como principal forma de reproduzir a mão-de-obra de que necessitava. Além disso, quanto mais aumentava o volume de escravos desembarcados nos portos da América portuguesa, maiores eram as oportunidades de se conseguir alforria nesta figuração<sup>209</sup>. Este processo, já apontado no primeiro capítulo, consequentemente fez crescer o número de livres e libertos. E a formação deste grupo social também contribuiu para que africanos e seus descendentes se inserissem em milícias, principalmente pelo fato dos indivíduos deste grupo almejarem se diferenciar socialmente.

Segundo Norbert Elias, para compreender os processos de desenvolvimento social é necessário investigar as transformações que ocorrem ao longo do tempo nas estruturas sociais. Este processo de *sociogênese* relaciona as transformações ocorridas no tráfico de escravos, nas alforrias, nas guerras, além de levar em consideração toda a configuração de um campo social “na inteireza de suas interdependências”<sup>210</sup>. A este respeito, Silva traz uma análise interessante de como o tema tem sido tratado na historiografia e como é possível avançar na análise:

Para alguns historiadores anglo-saxônicos o cerne da gênese das milícias negras nas Américas reside sempre em aspectos militares e burocráticos, em geral decorrentes de percepções de autoridades coloniais. A premência de ataques de inimigos externos e internos, a fragilidade burocrática de seus sistemas de defesa e a inadaptabilidade de soldados europeus aos trópicos são considerados aspectos chaves para explicar o recrutamento de afrodescendentes. Ora, não se pode explicar o surgimento de vários grupos de homens de cor armados, posteriormente absorvidos institucionalmente por todos os impérios coloniais da era moderna, sem se referir à existência social destes indivíduos: seu surgimento como “negros conquistadores” e, depois, sua introdução em massa na América como cativos via redes do tráfico. Ademais, deve-se considerar sua reprodução como população, primeiro como escravos ou descendentes de escravos, depois, como libertos e, finalmente, incluindo várias formas de miscigenação, como homens livres de cor.<sup>211</sup>

Na esteira de análises que buscam a interdependência de diferentes elementos é que buscamos compreender nesta tese os processos que envolveram a gênese social e a

<sup>209</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*, n. 74, mar. 2006, p. 109.

<sup>210</sup> ELIAS, 1993, p. 239.

<sup>211</sup> SILVA, 2013, p. 118.

institucionalização de milícias de africanos e afrodescendentes na Bahia e no Rio de Janeiro. Outro ponto importante da análise é visualizar a formação destas milícias como um fenômeno recorrente em sociedades do mundo atlântico; não se trata, portanto, de uma experiência isolada ou exclusiva de figurações que se desenvolveram na América portuguesa. Silva tem realizado alguns trabalhos nesta perspectiva, nos quais analisa como o processo de institucionalização destas milícias tem apresentado recorrências, planos de conexões e regularidades estruturais em outros impérios coloniais da era moderna, como o espanhol, o francês e o britânico<sup>212</sup>.

Ademais, nesta tese buscamos perceber as principais conexões entre as capitânias da Bahia e do Rio de Janeiro tanto no que diz respeito aos seus aspectos estruturais quanto em relação ao fenômeno da *sociogênese* e institucionalização de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Há também a preocupação de demonstrar como as experiências notadas na Bahia e no Rio de Janeiro foram recorrentes em outras sociedades do mundo atlântico.

## 2.1 A gênese social das milícias na Bahia

Na literatura que aborda os conflitos ocorridos na América portuguesa, muitos foram os autores que ressaltaram a participação de africanos e seus descendentes colaborando com inimigos externos. Apontam frequentemente que, nestas alianças, os africanos e seus descendentes forneciam informações sobre a terra e as estratégias dos colonos portugueses. Mesmo antes da presença holandesa, cronistas já haviam registrado as alianças que alguns africanos e seus descendentes estabeleciam com piratas e mercenários. O corsário inglês James Lancaster, que invadiu e saqueou Pernambuco em 1595, descreveu como vários escravos fugiam “de seus senhores para o nosso lado, fornecendo-nos muitas informações sobre os seus projetos e planos”<sup>213</sup>. No contexto do século XVII, Frei Vicente do Salvador descreveu que “nem só andavam os holandeses insolentes por estes caminhos, mas muito mais os negros que se meteram com eles”<sup>214</sup>.

---

<sup>212</sup> SILVA, 2015, p. 614-617; SILVA, 2017, p. 176-178.

<sup>213</sup> CARVALHO, Alfredo de. O corsário James Lancaster em Pernambuco – 1595. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, v. XIII, n. 17, Março de 1908, p. 455.

<sup>214</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918. p. 514.

Behrens, ao fazer menção à presença holandesa em Salvador, destaca que “quanto aos negros, a documentação apontou para eventual colaboração com os holandeses, tanto por parte dos que fugiram dos seus donos quanto daqueles que eram apreendidos nos navios que chegavam de Angola”<sup>215</sup>. Boxer também afirma, de forma enfática, que “muitos negros escravos – o que não deve causar surpresa – aproveitaram-se da oportunidade para fugir de seus senhores e juntarem-se aos invasores” no contexto da tomada da Bahia em 1624<sup>216</sup>.

Até mesmo na conquista pernambucana da década de 1630, diversos escritos coevos relatam a experiência de africanos e afrodescendentes que lutaram ao lado dos holandeses. O afrodescendente mais destacado neste sentido foi o forro Domingos Fernandes Calabar, “o primeiro que se passou para o adversário”<sup>217</sup>. Antes de se unir aos holandeses, Calabar havia lutado ao lado dos portugueses. No entanto, procurou os holandeses e a eles se aliou, servindo-lhes de guia e estrategista no período em que desempenharam a contraguerrilha, angariando a oficialidade de sargento-mor. Após um tempo, foi aprisionado, morto e esquartejado pelos portugueses<sup>218</sup>. Outros relatos também demonstram a participação de africanos e afrodescendentes que se uniram aos holandeses como soldados e oficiais. Na década de 1640, a historiografia descreve o mulato João de Andrade, que “(...) ofereceu os seus serviços à Companhia [WIC], com a condição de ser nomeado capitão de uma companhia (...) [e] Antônio Mendes, que tinha sob as suas ordens uma companhia de índios tupis, mulatos e negros”<sup>219</sup>.

Olhar para os africanos e afrodescendentes que auxiliaram inimigos externos em situações de tensões permite perceber o equilíbrio instável de poder deste processo de desenvolvimento social. Enquanto permanecessem aliados dos portugueses, muitos destes homens carregariam o estigma de escravos, criminosos ou outras marcas de marginalização. Ao passarem para o lado dos holandeses, vislumbravam e, em alguns casos, conseguiam ocupar postos de prestígio. Em última instância, como analisou Silva, o que impediu que muitos africanos e afrodescendentes militassem a favor dos portugueses foram as próprias

<sup>215</sup> BEHRENS, Ricardo. **Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625**. Salvador: Pontocom, 2013, p. 21.

<sup>216</sup> BOXER, Charles R. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686**. São Paulo: Ed. Nacional/Edusp, 1973, p. 68.

<sup>217</sup> COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia de M. Barreto, 1855, p. 45.

<sup>218</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura; Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 175.

<sup>219</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil Holandês: 1630-1654**. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 112-138.

condições da economia de *plantation*, as quais eram duras e impeliavam este grupo para o lado dos inimigos. A questão envolvia, assim, relações pendulares de poder<sup>220</sup>.

Nestas situações de alianças com outros grupos é preciso analisar os elementos que estavam em jogo e os resultados que se poderiam obter nas decisões dos indivíduos deste grupo social. Tanto que, entre os africanos e afrodescendentes que se arregimentaram entre os portugueses, havia, também, interesses relacionados a um maior potencial de retenção de poder. Norbert Elias analisa a ação individual em termos de indivíduos abertos (*hominis aperti*), os quais possuem “uma liberdade de ação que lhe permita se desligar de determinada figuração e se introduzir em outra”<sup>221</sup>; no entanto, tais ações dependem das peculiaridades da figuração em questão, na qual não faltaram oportunidades para que africanos e afrodescendentes se ligassem aos estrangeiros.

O ímpeto de africanos e afrodescendentes em se estabelecerem como homens de armas foi, desta forma, uma constante no período colonial. Tais atitudes decorrem do fato de que este grupo social, em diversas ocasiões, não se mostrou anômico e buscou oportunidades de diferenciação social e aumento no *ranking* de prestígio. Para tanto, firmaram alianças tanto com estrangeiros, que frequentemente aportavam nas colônias, quanto com portugueses e seus descendentes, que se estabeleceram como conquistadores e colonizadores no Novo Mundo.

Desde o processo inicial de colonização na América portuguesa há relatos de africanos e afrodescendentes compondo diversas áreas de atuação. Na defesa do território, eles atuavam tanto como portadores de armas quanto como construtores das primeiras fortificações<sup>222</sup>. Inácio Dias, homem preto, era serrador e havia preparado o “taboado” para as obras realizadas no Rio Vermelho<sup>223</sup>. Tão logo se estabeleceu a provedoria-geral, em 1549, seu tesoureiro passou a pagar mensalmente quinhentos réis a Vicente Afonso<sup>224</sup>, homem pardo, quinhentos e cinquenta réis a Manuel Pereira, mulato<sup>225</sup>, e quinhentos réis a Antônio Fernandes, homem preto<sup>226</sup>. Os soldos eram referentes ao serviço de armas que estes homens exerciam. Na defesa marítima, africanos e afrodescendentes também registraram sua presença. Cristóvão, homem preto, grumete da caravela *Rainha*, recebia da provedoria o soldo

---

<sup>220</sup> SILVA, 2013, p. 744.

<sup>221</sup> ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios**; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 27.

<sup>222</sup> D.H. Bahia, 17 de dezembro de 1549, v. 13, p. 349; 21 de março de 1550, v. 13, p. 472.

<sup>223</sup> D.H. Bahia, 27 de outubro de 1550, v. 13, p. 337; 20 de dezembro de 1550, v. 13, p. 402.

<sup>224</sup> D.H. Bahia, 19 de julho de 1549, v. 13, p. 292.

<sup>225</sup> D.H. Bahia, 1550, v. 13, p. 286.

<sup>226</sup> D.H. Bahia, 1553, v. 14, p. 331.

de seiscentos réis por mês<sup>227</sup>. Além daqueles que foram trazidos como escravos, muitos africanos e afrodescendentes livres e libertos se estabeleceram no Novo Mundo exercendo funções específicas e recebendo remuneração por estes serviços de cunho militar.

Estes registros demonstram como africanos e afrodescendentes, provavelmente provenientes de Portugal, das ilhas atlânticas ou mesmo da África, estiveram presentes nas primeiras campanhas colonizadoras na América portuguesa. É possível que estes homens de armas integrassem os efetivos das tropas regulares trazidas por Tomé de Souza quando assumiu como primeiro governador-geral do Brasil<sup>228</sup>. A atuação deles, nos primeiros momentos de ocupação, pautou-se tanto pela tentativa de estabelecimento do domínio e exploração da terra quanto pela defesa do território diante dos diversos estrangeiros que constantemente rondavam a costa brasileira.

Processo semelhante a este ocorreu na colonização empreendida pela Coroa espanhola nas Américas. Restall denominou “Black conquistadors” os africanos e afrodescendentes que estiveram presentes – e foram fundamentais – nas campanhas de conquista, exploração e colonização da América espanhola. Desde as primeiras atividades colonizadoras este grupo esteve presente, como expedicionários voluntários, e lutou ao lado dos espanhóis. Ao longo do século XVI a Coroa espanhola se organizou para proteger a costa de ataques estrangeiros, principalmente de piratas. Neste ínterim, africanos e afrodescendentes ajudaram na construção das fortificações, em trabalhos de patrulha e estabeleceram-se como parte integrante das guarnições e milícias<sup>229</sup>.

Assim como na América espanhola, a preocupação com a defesa da costa brasileira foi uma constante no período colonial. A presença estrangeira na América portuguesa tomou rumos catastróficos a partir da primeira metade do século XVII, principalmente devido à ação holandesa. A primeira grande investida ocorreu quando as Províncias Unidas dos Países Baixos, após a conquista de rotas comerciais no Oriente, com a Companhia das Índias Orientais, voltaram seus olhos para as riquezas que poderiam obter no Ocidente. Para tanto, criaram, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais (*West Indian Company* - WIC), com planos de colonização e comércio a serem implementados no território americano<sup>230</sup>.

---

<sup>227</sup> D.H. Bahia, 1549, v. 14, p. 47.

<sup>228</sup> SODRÉ, 2010, p. 37.

<sup>229</sup> RESTALL, Matthew. Black conquistadors: armed Africans in early Spanish America. *The Americas*, v. 57, n. 2, Oct. 2000, p. 172-173, 196-197.

<sup>230</sup> BOXER, Charles R. **Os holandeses no Brasil: 1624-1634**. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 1-9.



Como observamos no primeiro capítulo, as principais zonas açucareiras na América portuguesa deste período eram Pernambuco, a mais florescente, Bahia, em seguida e, de forma mais modesta, o Rio de Janeiro. Com os olhos voltados para estes chamarizes, entre dezembro de 1623 e janeiro de 1624 dois destacamentos com tropas chefiadas por Jan Van Dorth, juntamente com o almirante Jacob Willekens e o vice-almirante Piet Heyn, lançaram-se ao mar rumo à conquista da Bahia.

Avisado da proximidade da Armada holandesa, o governo de Diogo de Mendonça Furtado alertou a Coroa sobre a impossibilidade de proteger toda a costa. Uma das medidas tomadas por ele foi mobilizar os lavradores do Recôncavo para guarnecer a cidade da Bahia. Como a frota de Van Dorth ficou ao longe por um mês, à espera de reforços, os lavradores, apoiados pelo bispo D. Marcos Teixeira, acabaram se desmobilizando, voltando muitos deles para suas residências, pois pensaram ser um falso rebate. Quando ocorreu a chegada dos holandeses, os tiros de canhões, somados ao incêndio de cerca de trinta navios que estavam na praia, assustaram os moradores, a ponto de muitos fugirem. Com a cidade evacuada, os estrangeiros encontraram pouca resistência para ocupá-la.

O medo da perda de mais territórios e de que os inimigos se apossassem da prata peruana motivou a formação da *Jornada dos Vassalos*<sup>231</sup>. Forças necessárias para o resgate da cidade foram mobilizadas entre os ibéricos. Muitos nobres, visando concessões e privilégios prometidos pela Coroa, contribuíram com dinheiro, navios e soldados para a jornada<sup>232</sup>. O socorro chegou na Páscoa de 1625, com uma força composta de 52 navios, o que resultou na capitulação da guarnição holandesa<sup>233</sup>. Neste contexto também houve a atuação de africanos e afrodescendentes, em colaboração com a Coroa portuguesa para a expulsão dos holandeses de Salvador. Manuel Gonçalves Dória representa parcela dos afrodescendentes livres e libertos que atuaram nas tropas do império português. Ele foi o primeiro pardo brasileiro a receber a Ordem de Cavaleiro de Santiago, em consequência de seu desempenho nas batalhas contra os holandeses<sup>234</sup>.

Descontentes com os resultados experimentados na Bahia, os holandeses fizeram nova investida contra a América portuguesa, desta vez a Pernambuco. Notícias acerca da

---

<sup>231</sup> BOXER, 1973, p. 61-70.

<sup>232</sup> SCHWARTZ, Stuart B. The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640. **The American Historical Review**, v. 96, n. 2, June 1991, p. 744.

<sup>233</sup> BOXER, 1961, p. 25-36.

<sup>234</sup> DUTRA, Francis A. A Hard-Fought Struggle for Recognition: Manuel Gonçalves Dória, First Afro-Brazilian to Become a Knight of Santiago. **The Americas**, v. 56, n. 1, July 1999.

produção e do grande número de engenhos de açúcar nesta região aguçaram o desejo de lucro de muitos comerciantes holandeses<sup>235</sup>. Mas também as hostilidades no Velho Mundo deram impulso à investida. Mello considerou as guerras holandesas como um “episódio colonial da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e do velho conflito hispano-neerlandês também conhecido por Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648)”<sup>236</sup>.

Sob o comando de Hendrick Corneliszoon Longq e com as tropas do coronel Jonckheer Diederick van Waerdenburgh, partiu, em meados de 1629, uma esquadra composta de sessenta e sete navios e cerca de sete mil homens rumo à América portuguesa. O intento das Províncias Unidas era aumentar seu perímetro de atuação por meio da conquista, navegação e comércio<sup>237</sup>. Quando Matias de Albuquerque, governador da capitania de Pernambuco, foi avisado sobre a vinda dos holandeses, ele dispunha de cerca de 200 soldados pagos e 650 milicianos para a defesa. Por isso, tratou de arregimentar tantos quanto pôde, chegando ao número de dois mil homens, “na sua maioria mal armados e sem nenhum tirocínio”<sup>238</sup>. Após a chegada dos inimigos, que atacaram primeiramente o Recife e a baía do Pau Amarelo, a primeira iniciativa defensiva foi atear fogo aos navios e armazéns de açúcar próximos ao porto.

A ajuda da Coroa luso-espanhola não aconteceu como na experiência baiana. Constantes revezes marcaram o cenário da monarquia ibérica neste contexto: bancarrota, derrotas em batalhas, capturas de frotas, fome e estiagem na Europa, além da demanda por auxílio de outras frentes ultramarinas<sup>239</sup>. A situação financeira e militar era bem distinta daquela existente quando da invasão da Bahia. Para Pernambuco foram enviadas somente algumas caravelas, “sem regularidade e a largos intervalos”<sup>240</sup>. Enquanto isso, em seus primeiros anos em Pernambuco os holandeses recebiam das Províncias Unidas ajuda muito mais substancial e regular. Com o declínio do poder naval da monarquia ibérica, o ônus da resistência recaiu pesadamente sobre a colônia, e a guerra de guerrilha foi a opção imediata. De 1630 a 1632, a estratégia foi a de encurralar o inimigo<sup>241</sup>.

---

<sup>235</sup> BOXER, 1961, p. 45.

<sup>236</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 14.

<sup>237</sup> BOXER, 1961, p. 52.

<sup>238</sup> Ibid., p. 55.

<sup>239</sup> Ibid., p. 28.

<sup>240</sup> Ibid., p. 61.

<sup>241</sup> MELLO, 2010, p. 71.

Neste primeiro momento, marcado pela historiografia como a Resistência (1630-1637), a atuação de Henrique Dias e de seus homens foi significativa<sup>242</sup>. Dias apresentou-se voluntariamente aos comandantes militares, em meados de 1633, “para servir com alguns de sua cor em tudo o que lhe determinasse”<sup>243</sup>. Em relação à experiência de 1624-1625 em Salvador, uma das grandes diferenças do ataque holandês a Pernambuco, na década de 1630, foi a formação de uma tropa específica de africanos e seus descendentes, diferente das experiências anteriores, em que estes guerreiros eram recrutados de forma esparsa ou por particulares. A singularidade está nos rumos institucionalizados em que a experiência pernambucana foi se moldando, a qual serviu de modelo e inspiração para outras capitanias.

No período posterior à Resistência, além dos avanços feitos em Pernambuco, Nassau (1637-1645) – que passou a governar as terras dominadas pelos holandeses – reuniu em abril de 1638 uma força com milhares de homens em trinta navios para um cerco à Bahia. No entanto, pelo fato de sua guarnição já estar avisada, a Bahia teve êxito no contra-ataque<sup>244</sup>. No período do sítio, Henrique Dias já comandava mais de cem homens que, entre outras funções, partiam em incursões para atear fogo aos canaviais e a outros espaços de produção e ocupação dos holandeses<sup>245</sup>. É bem provável que o agrupamento que posteriormente se tornou o terço baiano do mestre de campo Henrique Dias tenha sido recrutado por ocasião do cerco à Salvador.

Outras pistas apontam para a gênese das companhias baianas de africanos e afrodescendentes neste contexto. Como discutiremos melhor adiante, na década de 1730 dispositivos legais determinaram a extinção das companhias de africanos e afrodescendentes em todo o Estado do Brasil. Diante disto, os milicianos produziram requerimentos para a preservação de seu terço. Numa destas petições, endereçada ao vice-rei conde de Sabugosa, em 1735, os henriques assim se referiam à memória da criação de seu terço: “Dizem os oficiais e soldados do terço da gente preta da guarnição desta praça, de que foi mestre de campo Henrique Dias, (...) que eles suplicantes haverá noventa e sete anos que se acham no presídio desta cidade”<sup>246</sup>. Conforme este relato foi em meados de 1638 que se formou, então, o agrupamento baiano ligado a Henrique Dias.

<sup>242</sup> Nestas incursões cabia a Henrique Dias e a seus homens “marchar por aqueles novos e incultos caminhos para vingar as mortes dos moradores, se tivessem ocasião”. COELHO, 1855, p. 132.

<sup>243</sup> COELHO, 1855, p. 59.

<sup>244</sup> BOXER, 1961, p. 122-124.

<sup>245</sup> MELLO, 2010, p. 187.

<sup>246</sup> D.H. Bahia, 4 de abril de 1735, v. 77. p. 23-24.

No entanto, no período holandês, não foi somente no bando de Henrique Dias que africanos e afrodescendentes marcaram presença como homens de armas. Desde as primeiras insurreições, encabeçadas por João Fernandes Vieira, até as batalhas da Restauração, eles estiveram espalhados em diversas frentes. Francisco Barreto recrutou “mulatos, mamelucos e africanos” para aumentar seus efetivos<sup>247</sup>. Fernandes Vieira arregimentou para lutar ao seu lado muitos africanos e afrodescendentes. O peso do recrutamento recaía sobre a população livre, principalmente aquela ligada ao setor de subsistência. Mas, apesar do medo de convocar escravos que pudessem se rebelar quando armados, ou do desinteresse em desativar engenhos – o que seria consequência da perda da mão-de-obra –, muitos cativos lutaram, de ambos os lados<sup>248</sup>. Durante a Batalha de Tabocas, Vieira prometeu alforriar seus escravos que permanecessem firmes e diligentes na batalha até deterem o inimigo. Muitos destes, depois de alforriados, juntaram-se aos homens de Henrique Dias<sup>249</sup>. Frei Manuel Calado assim descreveu o episódio:

O governador João Fernandes Vieira (...) despediu os negros minas seus escravos, que tinha em sua guarda, e outros angolas e crioulos, e os mandou para onde a escaramuça estava travada, prometendo-lhes carta de alforria se os fizessem como valorosos. Descenderam os negros do alto do monte por duas partes, armados com arcos, flechas, zagunchos e facões, todos os penachos a seu modo e tocando flautas, atabaques e buzinas, fazendo grande vozeria. E com tanta fúria e estrondo desceram do monte que os nossos começaram a aclamar “Vitória! Vitória!”, e o inimigo começou a perder terra e a nossa gente a segui-lo.<sup>250</sup>

O processo de Restauração de Pernambuco teve início a partir de 1645. Senhores de engenho expropriados sonhavam com a retomada de suas propriedades. Outros buscavam se livrar das dívidas contraídas junto à WIC. Em Portugal, comerciantes ansiavam por restaurar as relações comerciais existentes antes da presença holandesa. Estas várias pressões impulsionaram a população local a insurgir-se contra os holandeses. André Vidal de Negreiros, José Fernandes Vieira, Antônio Dias Cardoso, entre outros, enviaram seus homens para tais investidas. Além da mobilização de moradores de Pernambuco, soldados da Bahia foram enviados para ajudar nestes levantes. Nesta situação, o governador-geral Antonio Telles da Silva decidiu que

---

<sup>247</sup> MELLO, 2007, p. 192.

<sup>248</sup> Ibid., p. 180.

<sup>249</sup> MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 128.

<sup>250</sup> CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**. 1ª parte. Lisboa: Paolo Craesbeeck, 1648, p. 202. Disponível em: <http://purl.pt/13989>

Henrique Dias penetraria no interior do território holandês, como se se houvesse desavindo com o governador português. Seria então, com os homens sob seu comando, seguido por D. Filipe Camarão e seus índios, nominalmente em perseguição aos negros fugidos da justiça, mas na realidade com ordens para se porem ao lado deles e, assim que estourasse o levante, irem juntar-se a Fernandes Vieira e aos moradores. A partida de Henrique Dias deu-se em março de 1645, e a de Camarão em abril do mesmo ano.<sup>251</sup>

Neste ínterim, em 1647 uma expedição holandesa ocupou uma das pontas de Itaparica, na Bahia. No entanto, a mobilização interna, unida a uma Armada enviada de Lisboa, saiu vitoriosa. Os holandeses saíram derrotados tanto na primeira (1648) quanto na segunda (1649) Batalha dos Guararapes. Henrique Dias e seus homens também ajudaram nestas investidas<sup>252</sup>. Depois do desgaste das várias batalhas, em 27 de janeiro de 1654 os holandeses renderam-se e assinaram a capitulação de Taborda, entregando as praças-fortes que ainda tinham em seu poder. Na Europa, no entanto, as negociações entre Portugal e Holanda prolongaram-se por anos; finalmente, em 1661, um tratado foi assinado em Haia, estabelecendo que Portugal pagaria 4 milhões de cruzados à WIC em forma de indenização<sup>253</sup>.

Nos anos posteriores a 1654 é que foram se modelando as novas companhias de africanos e afrodescendentes na Bahia. Depois da saída dos holandeses, muitos homens que estavam na Bahia – entre eles diversos milicianos africanos e afrodescendentes – voltaram para Pernambuco e tentaram retomar suas vidas. Este foi o caso do capitão de uma companhia de homens pardos baiana, Estevão Gonçalves, o qual, com licença do governador, partiu para Pernambuco<sup>254</sup>.

No entanto, parte dos homens de Henrique Dias continuou na Bahia. O caso de Antônio de Souto, primeiro capitão-mor, também chamado de “Cabo” de todos os soldados pretos da Praça de Salvador e do Recôncavo<sup>255</sup>, é significativo para entender este processo de divisão do terço nos territórios baiano e pernambucano e a circulação de milicianos entre as duas capitanias. Em 1667, ainda com patente de ajudante, Antônio de Souto foi substituído em Pernambuco por Antônio de Lima Pereira, “por haver [se] ausentado desta Praça para a Bahia”<sup>256</sup>. Apesar de a substituição ter sido feita em 1667, três anos antes Antônio de Souto já

---

<sup>251</sup> BOXER, 1961, p. 229.

<sup>252</sup> Ibid., p. 439.

<sup>253</sup> Ibid., p. 476.

<sup>254</sup> D.H. 14 de Julho de 1655, v. 31, p. 170.

<sup>255</sup> D.H. Bahia, 28 de Julho de 1667. v. 31, p. 378.

<sup>256</sup> MELLO, Antonio Joaquim de. **Biografias de alguns poetas e homens ilustres da Província de Pernambuco**. 3 vols. Recife: Typographia Universal, 1856-1859, p. 269.

estava realizando diligências na Bahia, fazendo entradas em mocambos e juntando todos os soldados do terço que se encontravam espalhados pelos distritos baianos<sup>257</sup>.

Souto não chegou a constituir um terço, pois tinha em seu agrupamento somente duas companhias: a do capitão Agostinho da Silva e a do capitão Matheus Fernandes em 1667. Estas duas companhias, ainda que constituídas na Bahia, estavam ligadas ao terço pernambucano, sob a liderança máxima do mestre de campo, à época Antônio Gonçalves Caldeira, que se encontrava em Pernambuco. A patente de Souto, de julho de 1667, o caracterizava como subordinado ao mestre de campo do terço que foi de Henrique Dias em Pernambuco.

Cabo de todos os soldados pretos do Terço de que foi Mestre de Campo Henrique Dias e ora exerce naquele posto Antônio Gonçalves Caldeira, que se acham nesta Praça, e seu Recôncavo, e bem assim de todos os pretos forros, que forem aptos, e suficientes, e quiserem assistir.<sup>258</sup>

Neste período inicial as tropas baianas de africanos e afrodescendentes estavam intimamente ligadas às tropas similares de Pernambuco, as quais lhes serviriam não só de modelo e inspiração, mas também lhes forneceriam oficiais experientes, responsáveis pelas arregimentações e diligências no período pós-Restauração. Foi, então, a partir do diálogo e cooperação entre africanos e afrodescendentes das milícias pernambucanas e baianas que as companhias foram sendo gestadas.

A ramificação para a Bahia de uma parte daquilo que se tornou o terço do mestre de campo Henrique Dias foi um dos saldos da experiência da guerra holandesa em Pernambuco. Muitas são as evidências deste “cordão umbilical” rompido lentamente. A Bahia jamais teve um mestre de campo, e sua maior oficialidade era a de capitão-mor, como detalharemos no próximo capítulo. Diversos oficiais, ao longo do século XVII, ao realizarem suas solicitações faziam referência à experiência na guerra luso-holandesa. Agostinho da Silva, Francisco Borges e Matheus Fernandes, ao pedirem soldo e farda ao rei, diziam ter servido em Pernambuco até a Restauração e depois passado a servir na cidade de Salvador<sup>259</sup>.

Mesmo na década de 1750, governantes apontavam o terço baiano como parte do terço pernambucano, como se percebe na carta enviada pelo rei D. José ao vice-rei Conde de Arcos, dando um parecer geral sobre a formação do terço de Henrique Dias:

<sup>257</sup> D.H. Bahia, 16 de maio de 1664. v. 7, p. 147.

<sup>258</sup> D.H. Bahia, 28 de julho de 1667. v. 31, p. 380.

<sup>259</sup> D.H. Bahia, 26 de janeiro de 1668. v. 31, p. 443.

(...) o que me parece mais verossímil é que o Terço chamado de Henrique Dias na Bahia não foi (...) em Terço separado do de [ilegível] mas sim em uma parte do Terço de Henrique Dias que compreendia Pernambuco e Bahia (...) Por documentos que me foi possível descobrir não posso fazer outra conjectura [ilegível] nesta Bahia nunca houve Terço sobre si com o nome de Henrique Dias porque não consta da sua criação em parte alguma.<sup>260</sup>

Em situações de conflito, o terço baiano solicitava o parecer do mestre de campo pernambucano. Como exemplo, há o caso analisado por Silva<sup>261</sup> de um conflito “étnico” entre os henriques baianos na década de 1750. Havia entre os capitães e demais oficiais do terço da Bahia uma recusa em aceitar na oficialidade africanos minas, preferindo-se os crioulos. Diante da querela, estes oficiais se remeteram à matriz pernambucana para indagar sobre a questão. E o mestre de campo pernambucano, à época Brás de Brito e Souto, respondeu a favor dos crioulos. Enfim, passadas décadas, a ligação com Pernambuco ainda era forte.

Não foram encontrados dados suficientes para afirmar se esta relação de subordinação do terço baiano ao pernambucano foi conflituosa. Mas há evidências de que num processo posterior de institucionalização do terço na Bahia pode ter ocorrido uma tentativa formal de rompimento. Na década de 1740, o então capitão-mor baiano Domingos de Aguiar solicitou da Coroa o título de mestre de campo, porém sem sucesso.<sup>262</sup> Em diversos momentos, a experiência pernambucana nas guerras holandesas revela a ligação embrionária com o terço do Governador Henrique Dias que permaneceu ao longo dos anos na Bahia. A permanência deste modelo não se deu somente como um mito a ser memorado, como sugeriu Cotta<sup>263</sup>; ele foi substancial e efetivo, inclusive com subordinação ao seu mestre de campo.

A ligação estabelecida entre as companhias de africanos e afrodescendentes da Bahia e de Pernambuco possibilita perceber os começos destas companhias diante do combate contra os holandeses nestas duas figurações. No entanto, as companhias formadas por este grupo social projetaram-se para além das fronteiras estabelecidas na América portuguesa neste mesmo contexto, quando muitos destes homens atuaram em prol da Restauração de territórios que haviam se perdido para os holandeses na África.

O conflito luso-holandês ao longo do século XVII tem sido caracterizado pela historiografia clássica em três fases: Resistência (1630-1637); Colaboração (1637-1645) e

<sup>260</sup> APEBA. Microfilmes. Lisboa, 5 de abril de 1756. v. 55. Doc. 18.

<sup>261</sup> SILVA, 2012, p. 71-96.

<sup>262</sup> AHU - BA - Avulsos. Bahia, 13 de setembro de 1747. cx. 98, doc.10.

<sup>263</sup> COTTA, 2010, p. 17.



Restauração (1645-1654)<sup>264</sup>. A estas, Alencastro somou mais duas para o Atlântico Sul: a guerra do corso no Atlântico (1621-1630) e o Contra-ataque lusitano e brasílico em Angola (1648-1665). Nesta última fase percebe-se na África a presença de africanos e afrodescendentes provenientes da América portuguesa, na condição de soldados e oficiais<sup>265</sup>.

No período Nassoviano em Pernambuco, para dar continuidade à produção açucareira, montou-se um circuito de compra, transporte e venda de escravos. Em 1640, os holandeses invadiram Angola, pois encontravam ali uma importante fonte de mão-de-obra cativa. Vários grupos foram formados pelos portugueses visando o resgate de Angola. O primeiro deles era o dos *assentistas*, pois, mesmo Portugal estando em guerra contra Filipe IV, este grupo de comerciantes continuou tendo autorização para realizar o comércio de escravos entre Luanda e as Índias de Castela. Outro grupo envolvia missionários, negociantes e funcionários régios angolistas. E, por fim, estavam os agricultores de exportação brasílicos.

Em paralelo às investidas contra os holandeses em Pernambuco, em abril de 1645 embarcaram da Bahia para a Angola cerca de 200 homens, dos quais 32 eram mosqueteiros das tropas de Henrique Dias. No mês seguinte embarcaram mais de 300 soldados do Rio de Janeiro<sup>266</sup>. Em setembro, Henrique Dias, acompanhado de cem soldados e alguns escravos, desembarcou no porto do rio Quicombo<sup>267</sup>. Em 1648, sob o comando de Salvador Correia de Sá, coube ao Rio de Janeiro e capitanias adjacentes fornecer gente e petrechos para reconquistar o território africano, pois imperava a tese de que Angola deveria ser socorrida para que o Brasil e Portugal fossem sustentados. A tática era expulsar os holandeses de Angola, para que estes, sem fornecimento de escravos, abandonassem também o Brasil. A expedição de recuperação de Angola contou com frotas carregadas de soldados brasílicos. Diante de tal investida, a WIC rendeu-se em Luanda. Esta vitória na África Central desestabilizou o adversário, fazendo-o recuar de todas as frentes no Atlântico Sul.

Depois das lutas pela reconquista de Angola, o enclave africano viveu um período em que seus governadores eram todos brasílicos, homens com experiência nos dois lados do Atlântico e com os olhos fixos na possibilidade de lucros com o tráfico. Em 1665, um destes governadores, André Vidal de Negreiros, conquistou o Reino cristão do Congo, na chamada Batalha de Ambuíla. Este governante utilizou-se de soldados experientes nas batalhas luso-

---

<sup>264</sup> MELLO, 2007.

<sup>265</sup> ALENCASTRO, 2000, p. 190.

<sup>266</sup> ALENCASTRO, 2000, p. 13.

<sup>267</sup> AHU - Angola. Arraial de Santa Cruz do Quicombo, 14 de setembro de 1645. Cx. 4, doc. 73; BOXER, 1973, p. 216.

holandesas, adaptados ao clima e que dominavam as técnicas de guerra brásílicas, as quais foram determinantes na conquista. Alencastro<sup>268</sup> afirma que, para o massacre ocorrido em Ambuíla, o governador despachou gente do terço de Henrique Dias. No entanto, não discrimina se estes homens pertenciam a Pernambuco ou à Bahia.

A partir das batalhas que se travaram contra os holandeses no intuito de retomar territórios coloniais do império português, percebe-se que a atuação de tropas compostas por africanos e afrodescendentes foi fundamental. Ademais, esta experiência nos dois lados do Atlântico foi um elemento crucial no processo de consolidação da gênese social das companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos, tanto em Pernambuco quanto na Bahia. É interessante observar que, mesmo após a expulsão dos holandeses, houve a continuidade da atuação dos africanos e afrodescendentes em suas milícias. Além das formações de companhias de homens pretos, ligados à liderança inicial de Henrique Dias, no pós Restauração também ocorreram a formação de companhias de homens pardos já em 1655 na Bahia<sup>269</sup>.

Uma possível explicação para esta permanência é a de que, apesar da expulsão dos inimigos externos, o receio de um novo ataque estrangeiro tenha perdurado. Isto se verificou na ocasião em que o Conselho de Guerra de Portugal, na figura de Alexandre de Souza Freire, recebeu um aviso de D. Pedro II acerca de uma armada holandesa que pretendia passar pela colônia em 1668<sup>270</sup>. Diante desta notícia, houve uma mobilização geral para esperar o inimigo e, dentre as ações, mandou-se formar uma nova companhia de toda a gente preta livre nos distritos de Itapagipe, cujo capitão patenteado foi João Barbosa. A companhia criada especificamente em Itapagipe<sup>271</sup> pode estar relacionada ao fato de que, durante a primeira invasão holandesa, esta região tinha sido campo de batalha. Inclusive foi neste lugar que o primeiro pardo a receber a ordem de Santiago, o capitão Manuel Gonçalves Dória, consagrou-se ao participar da expulsão dos holandeses em 1625.

No entanto, não foram somente as demandas de ordem conjuntural que contribuíram com a permanência das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos na América

---

<sup>268</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História Geral das guerras Sul-Atlânticas: o episódio de Palmares. In: GOMES, Flávio (org.). **Mocambos de Palmares**: história, historiografia e fontes. Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2009, p. 6.

<sup>269</sup> Patente de uma companhia de homens pardos que vagou de Estevão Gonçalves, provida em Diogo Rodrigues Caldeira. D.H. Bahia, 14 de julho de 1655, v. 31, p. 170-171.

<sup>270</sup> Carta patente do posto de capitão da Companhia da Gente Livre, que se mandou formar na ocasião do aviso da Armada Hollandeza provida em João Barbosa. D.H. Bahia, 27 de setembro de 1668. v. 11, p. 454-455.

<sup>271</sup> Registro de Patente do Capitão Manuel Gonçalves Doria. D.H. Bahia, 13 de janeiro de 1668. v. 11. p. 36-38.

portuguesa. A atuação dos próprios milicianos, nos requerimentos que faziam às autoridades, foi fundamental para sua permanência. O próprio Henrique Dias fez uma petição na qual requereu a manutenção de seu terço no período pós-Restauração<sup>272</sup>. E a tendência dos próprios milicianos de se posicionarem diante de demandas que tocavam tanto à instituição na qual estavam inseridos quanto a suas necessidades individuais foi uma constante nos anos que se seguiram, como veremos nos próximos capítulos.

Tal mobilização demonstra não só a permanência das companhias formadas na época das guerras do açúcar, mas também a criação e proliferação de novos corpos nas décadas posteriores. No entanto, dos fatores conjunturais, o receio do perigo iminente de invasão estrangeira não foi o único peso colocado na balança. Sobressaltos internos assombravam a população e demandavam a ação dos milicianos. Conflitos constantes com índios hostis preocupavam autoridades e moradores de diversas povoações da Bahia. Em 1667, Alexandre de Souza Freire, Capitão Geral do Estado do Brasil e Governador da Bahia, elegeu o cabo e capitão Antônio de Souto para que liderasse soldados pretos do terço que foi do mestre de campo Henrique Dias para “assistir em guarda” e defender os moradores dos distritos das vilas de Cairú, Camamu e Boipeba. O catalisador da ordem foi o conjunto de “hostilidades que o Gentio Bárbaro tem feito aos moradores” por meio de mortes e roubos<sup>273</sup>.

Possivelmente um dos atrativos das vilas de Cairú, Camamu e Boipeba para a invasão dos índios tenha sido suas inúmeras plantações de mandioca, como já apontamos no primeiro capítulo. Desde a época das guerras holandesas, estas três regiões se destacaram pela produção de farinha para o sustento da capitania e envio de farinha de munição para as tropas que lutavam em Pernambuco e contra os “Bárbaros”. Havia, por determinação da Câmara de Salvador, uma divisão regional na Bahia que determinava a criação de zonas produtoras de alimentos, para que o Recôncavo fosse liberado para a produção de açúcar. Coube às vilas de Camamu, Cairú e Boipeba um contrato de produção de farinha de mandioca, o qual ficou conhecido como “conchavo da farinha”<sup>274</sup>.

O episódio das vilas produtoras de farinha foi apenas uma escala dos conflitos entre colonizadores e índios que assolavam a Bahia e outras capitanias. O contexto era o da Guerra

<sup>272</sup> MATTOS, Hebe. Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português. In: VAINFAS, Ronaldo et al. (org.). **Retratos do Império**: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói: EDUFF, 2006, p. 37-38.

<sup>273</sup> Patente de cabo de todos os soldados pretos do terço que foi do Mestre de Campo Henrique Dias provido na pessoa de Capitão Antônio de Souto. D.H. Bahia, 28 de julho de 1667. v. 25. p. 379-381.

<sup>274</sup> PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil - 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002. p. 218.

dos Bárbaros, iniciada com as Guerras do Recôncavo Baiano (1651-1679) e vivenciada posteriormente nas batalhas travadas no Rio Grande, também chamadas de Guerra do Açú (1687-1704). Os conflitos ocorriam em via de mão dupla: tanto os índios vinham até as vilas realizar saques e matanças quanto as expedições de exploração e povoamento adentravam os sertões para exterminar e saquear as tribos que encontravam.

O destaque da economia neste período era a empresa açucareira. No entanto, os projetos de povoamento, o desenvolvimento da pecuária para abastecimento interno, a busca por metais preciosos e a exploração do salitre (nitrato de potássio), utilizado na composição da pólvora, impulsionaram a ocupação do Recôncavo e dos sertões baianos. Para o desenvolvimento da pecuária era necessária a ida ao Sertão, principalmente por se tratar de uma prática em terras que não eram cercadas. Desta forma, a pecuária tinha de ser praticada longe de culturas como as da cana e da mandioca, para evitar que o gado danificasse as plantações<sup>275</sup>.

Este movimento de ocupação do sertão foi problemático na medida em que o colonizador defrontou-se com o indígena que já habitava a região. A este respeito, Puntoni esclarece que

Desde o século XVI, o movimento de ocupação do sertão norte do Brasil confrontou o colonizador com os povos indígenas que habitavam estas regiões que se destinavam à criação do gado. Após a expulsão dos holandeses (1654) e a acentuação do movimento de expansão da pecuária, conflitos antes limitados tornavam-se cada vez mais freqüentes, de modo que em breve uma situação de conflagração geral surgiria às vistas das autoridades coloniais, sendo denominada à época "Guerra dos Bárbaros". Os ataques constantes dos tapuias do sertão às fazendas, plantações e povoados do Recôncavo Baiano resultariam em uma série de expedições punitivas que moldariam a dinâmica futura da guerra no sertão. Nesse sentido, entre os anos de 1651 e 1679, as guerras contra os tapuias que "assolavam" o Recôncavo Baiano serviram de campo de provas para novas estratégias que determinavam a forma do extermínio que seria praticado nos séculos vindouros.<sup>276</sup>

Entre as novas estratégias utilizadas para combater os indígenas estava a utilização das tropas de africanos e afrodescendentes. As jornadas para o sertão (1651-1656) já aconteciam em paralelo com o período em que se lutava contra os holandeses em Pernambuco. Neste período, a região ao sul da Bahia viu suas vilas, engenhos, fazendas e

<sup>275</sup> O "sertão baiano, ou 'interior', compreendia toda a região que ocupa o atual território do estado, incluída a margem ocidental do São Francisco, mais o interior do Piauí e o 'território dos Pastos Bons', região do alto Itapicuru e rio das Balsas até Tocantins". PUNTONI, 2002, p. 26.

<sup>276</sup> PUNTONI, 2002, p. 43-44.

criações serem atacadas por grupos indígenas, que foram, por sua vez, alvo de diversas formas de controle e repressão.

A segunda metade do século XVII foi um período que consagrou a atuação dos milicianos em conflitos contra inimigos internos. Entre essas ações encontram-se também as expedições em busca de escravos desertores alocados em mocambos. Estas comunidades de fugitivos foram recorrentes em quase todas as áreas da capitania da Bahia. Como vimos no primeiro capítulo, o período posterior à expulsão dos holandeses contemplou o aumento do número de engenhos na Bahia e, como corolário, o crescimento da população escrava, acompanhado de um número cada vez maior de escravos fugitivos. Schwartz<sup>277</sup> afirma que a geografia e a ecologia do território baiano favoreceram a fuga de escravos e a formação de mocambos. Mas, além dos aspectos físicos, o autor pontua outros critérios que favoreceram a formação destas comunidades. Primeiramente, é preciso atentar para o fato de que grande parte da população era formada por escravos, os quais trabalhavam sob condições exaustivas, com alimentação e moradia deficientes e pouca oportunidade de constituírem famílias. Estas condições também motivavam a fuga.

A formação dos primeiros mocambos remete-se ao século XVI, e os séculos seguintes viram a proliferação deste tipo de formação. Gomes<sup>278</sup> demonstrou o quanto os mocambos baianos atemorizaram as autoridades e senhores da capitania ao longo dos séculos XVII e XVIII. A tabela abaixo dá um panorama geral da distribuição geográfica dos mocambos baianos.

---

<sup>277</sup> SCHWARTZ, 2001.

<sup>278</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX). São Paulo: UNESP/Polis, 2005.

TABELA 8 - QUILOMBOS E MOCAMBOS NA BAHIA (1601-1745)

<b>Data</b>	<b>Local</b>
1601/1636	Itapicuru
1614	Sertão
1629	Rio Vermelho
1640	Rio Real
1661/1714	Cachoeira
1663	Subúrbios da cidade de Salvador
1665	Jeremoamo
1666	Inhambupe (Irará)
1666-7	Torre
1667*	Pirajuia
1667/1706	Jaguaripe
1674-5	Sergipe del-Rei e Nossa Senhora do Socorro
1681-91	Serra de Jacobina (Acaranquanha)
1692	Camamu
1699/1722	Cairu
1705	Jacuípe
1713	Maragogipe
1723	Nazaré (Quiricós)
1726/1735	Jacobina
1729	Sítio do Mamão
1733	Canaveiras
1734	Santo Amaro e Nazaré
1735	Camorugipe
1736	Rio de Contas
1744-64	Itapuã (Buraco do Tatu)
1745	Santo Amaro

Fonte: GOMES, 2005, p. 400. \* Portaria que se passou para ir o Alferes Miguel Corrêa de Sande com a mais gente que leva em sua companhia, em seguimento dos negros que fugiram aos moradores Pirajuhia. D.H. Bahia, 18 de novembro de 1667. v. 7. p. 335-336.

No século XVII, a década de 1660 é a que apresenta mais recorrências de formação de mocambos e, como corolário, é também quando observamos a maior atuação de tropas de africanos e afrodescendentes contra estas formações. Em maio de 1664, o ajudante Antônio de Souto<sup>279</sup> foi convocado com ordens para que reagrupasse seus soldados espalhados pelos

<sup>279</sup> Ordem que levou o Ajudante. D.H. Bahia, setembro de 1668. v. 4. p. 191.

distritos e entrasse em diversas paragens onde se encontravam mocambos. Antes de partir, Souto recolheu informações de alguns negros egressos dos ditos mocambos, os quais estavam presos na cadeia de Salvador<sup>280</sup>. Não se sabe do resultado da empreitada, mas a ordem era de que recebessem ajuda dos capitães dos distritos por onde passassem. As pessoas aprisionadas deveriam ser levadas ao Presídio, não devendo, portanto, ser desencaminhadas nem entregues aos proprietários. A ordem para que se levassem todos à cadeia para depois serem devolvidos aos seus senhores se justificava pelo fato de muitas vezes se fazerem acordos entre os senhores e os que faziam as entradas, cobrando-se uma taxa por escravo capturado e pela posse das crianças nascidas nos mocambos<sup>281</sup>.

O cerco aos mocambos continuou nos anos posteriores. Em 1667, numa jornada para Pirajuaia, os soldados de Henrique Dias acompanharam a companhia liderada pelo alferes Miguel Corrêa de Sande<sup>282</sup>. O líder do agrupamento era Manuel Meringue, que havia amotinado mais 30 escravos e fugido para o sertão. Os moradores do distrito os denunciaram e solicitaram sua prisão. Diferente da empreitada de Antônio de Souto, a ordem era para que os escravos fugidos fossem entregues aos seus donos, “pegando de cada um deles o que é estilo”. Somente o líder deveria ser levado à cadeia. É provável que Manuel Meringue não tenha sido devolvido como os outros para que seu castigo servisse de exemplo para escravos que quisessem fugir. Assim foi, pelo menos, com Antônio de Sousa, capitão do Mocambo do Tatu (1760-1763), que foi açoitado publicamente e condenado à galé perpétua<sup>283</sup>.

Desde 1662 já se tinham notícias de mocambos em Sergipe Del-Rei, capitania anexa à Bahia. Naquele ano, a orientação era que um cabo reunisse mulatos, mestiços, mamelucos e índios e partisse em direção ao dito mocambo<sup>284</sup>. Em dezembro de 1668, o problema perdurava. O capitão da gente preta Agostinho da Silva foi convocado para, com quatorze soldados, ir até um mocambo localizado na dita capitania<sup>285</sup>. No entanto, alguns meses depois, o governador-geral Alexandre de Souza Freire emitiu uma ordem para que os capitães da

---

<sup>280</sup> Portaria para o Ajudante do terço que foi de Henrique Dias, Antonio do Souto, para entrar nos mocambos de que se tem notícias. D.H. Bahia, 16 de maio de 1664. v. 7. p. 147-148.

<sup>281</sup> GOMES, 2005, p. 328.

<sup>282</sup> Portaria que se passou para ir o Alferes Miguel Corrêa de Sande com a mais gente que leva em sua companhia, em seguimento dos negros que fugiram aos moradores Pirajuhia. D.H. Bahia, 18 de novembro de 1667. v. 7. p. 335-336.

<sup>283</sup> SCHWARTZ, 2001, p. 242.

<sup>284</sup> Ordem para o cabo, que vae aos Mocambos da Capitania de Sergippe Del-Rei, da gente que se lhe dar para isso, e do que há de seguir. D.H. Bahia, 22 de janeiro de 1662. v. 17. p. 69-70.

<sup>285</sup> Portaria que se passou para Agostinho da Silva da gente preta para ir à Capitania de Sergipe Del-Rei ao mocambo. D.H. Bahia, 20 de dezembro de 1668. v. 7. p. 385-386.



gente preta que haviam se dirigido ao mocambo retornassem, pois seus soldados mostravam-se desobedientes<sup>286</sup>.

No mesmo mês, os homens de Agostinho da Silva foram realocados para novo destino. Levantou-se uma jornada destinada a percorrer os mocambos de Geremoabo, distrito localizado mais ao norte da Bahia. A entrada envolveu várias frentes. Foram convocados, sob o comando de Fernão Carrilho, experiente nas expedições contra Palmares, homens das Companhias da Torre, Campos do Rio Real, da Praia e Sertão, além das tropas do capitão Gaspar da Cunha, capitães da gente preta, e das aldeias Jaxurrú e Itapocurú-merim.

Para a empreitada, Agostinho da Silva recebeu dois alqueires de farinha e quatro barris de pólvora e munições<sup>287</sup>. Das companhias de africanos e afrodescendentes, cada capitão deveria enviar dez homens armados com espingardas, pólvora e balas suficientes, além dos mantimentos necessários para a jornada. A ordem era para que se matassem aqueles que resistissem à entrada; os demais deveriam ser feitos prisioneiros. Os soldados deveriam recolher os mantimentos necessários ao retorno e depois queimar e assolar o dito mocambo, destruindo até suas plantações. As pessoas presas deveriam ser direcionadas à cadeia para posteriormente serem restituídas a seus donos<sup>288</sup>.

Schwartz afirma que, em geral, o objetivo dos governantes era o extermínio dos mocambos<sup>289</sup>. O autor avalia que as regiões de maior incidência de mocambos foram Cairú, Camamu e Ilhéus, destacando que “a natureza fronteiriça da região e sua situação militar instável foram os fatores mais importantes a contribuir para o êxito das fugas”<sup>290</sup>. Como já foi observado, estas regiões produtoras de mandioca também sofriam constantes ataques da população indígena. Schwartz afirma que várias expedições (1663, 1692, 1697 e 1723) partiram para socorrer estas vilas, inclusive com formações de soldados negros. No entanto, aponta que a distância de Salvador dificultava o envio de ajuda militar para suprimir os mocambos; é necessário, contudo, salientar que estas regiões possuíam suas próprias

---

<sup>286</sup> Ordem que levaram os Capitães pretos forros Agostinho da Silva Bezerra, e Matheus Fernandes para ajuntarem a gente das suas Companhias e a tirarem donde estiverem. D.H. Bahia, 22 de maio de 1669. v. 4. p. 155.

<sup>287</sup> Portaria que se passou para se dar farinha e barris para pólvora á gente que vae á entrada do mocambo. D.H. Bahia, 14 de junho de 1669. v. 7. p. 408.

<sup>288</sup> Regimento que levou Fernão Carrilho que foi por capitão para fazer entradas aos mocambos de Geremoabo. Bahia, 21 de maio de 1669. D.H. v. 4. p. 192-193.

<sup>289</sup> SCHWARTZ, 2001, p. 233.

<sup>290</sup> Ibid., p. 224.

formações, inclusive companhias de homens pardos, desde a segunda metade do século XVII<sup>291</sup>.

Ao longo desta seção, mostramos como funções ligadas ao combate a inimigos externos e internos tornaram viável a participação de africanos e afrodescendentes como homens de armas a serviço do império português. Nas experiências anteriores às guerras luso-holandesas, este grupo social já estava inserido na composição da guarnição baiana. No combate às invasões holandesas, nos dois lados do Atlântico, também houve a atuação de milicianos africanos e afrodescendentes, sendo sua participação fundamental no processo de reconquista tanto na América portuguesa quanto na África. Internamente, africanos e afrodescendentes também atuaram no combate ao “gentio da terra” e puseram-se a serviço da Coroa para perseguir escravos fugidos, sitiar e arrasar mocambos e quilombos. Todos estes elementos, de forma interdependente, foram catalisadores fundamentais no processo de gênese social das milícias de africanos e afrodescendentes na Bahia.

## 2.2 A gênese social das milícias no Rio de Janeiro

A capitania do Rio de Janeiro foi fundada em 1565. Em seu processo inicial de formação ocorreram intensos confrontos com a população indígena e com inimigos externos, como vimos no primeiro capítulo. É bem possível que Mem de Sá e os demais colonizadores tenham trazido consigo africanos e afrodescendentes para compor estas primeiras empreitadas colonizadoras. Em comparação com a Bahia, observamos que esta participação foi bem mais modesta, visto que, no final do século XVI, de uma população de 3.980 habitantes do Rio de Janeiro, apenas 700 eram escravos africanos<sup>292</sup>.

Nos anos posteriores à conquista, de forma semelhante ao que se processou na Bahia e em outros espaços do império espanhol, africanos e afrodescendentes também fizeram parte da defesa da capitania no processo de ocupação do território. Há relatos de que “negros”

---

<sup>291</sup> Alvará de Alferes da Companhia de Homens Pardos que ora se formou na vila de Camamu, de que é capitão Athanásio Pereira provido na pessoa de Urbano Dias. D.H. Bahia, 13 de setembro de 1669, v. 12, p. 55-56.

<sup>292</sup> CARRARA, Angelo Alves. A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica. **Tempo**, v. 20, 2014, p. 7.

trabalhavam nas fortificações na primeira metade do século XVII<sup>293</sup>. Coaracy menciona a presença de um terço de homens pardos durante o governo de Martim de Sá (1623-1632)<sup>294</sup>. No entanto, isto não passa de um equívoco. É bem possível que africanos e afrodescendentes tenham composto a guarnição, de forma esparsa, neste período, mas não chegaram a constituir um terço antes das reformas militares da segunda metade do século XVIII. Dentre as experiências com a atuação de africanos e afrodescendentes na defesa da capitania, antes da formação de companhias de africanos e afrodescendentes, também podemos citar iniciativas de particulares neste sentido. Martim Correia Vasquez, por exemplo, antes mesmo de exercer a função de governador interino do Rio de Janeiro, adotou a prática de armar seus escravos para defesa de seus interesses e patrimônio<sup>295</sup>. Estas participações foram possíveis porque esta capitania se configurava como uma sociedade escravista, mas também porque havia o ímpeto no grupo de africanos e afrodescendentes de busca de diferenciação social, seja constituindo-se como “elite das senzalas”<sup>296</sup>, seja como livres e libertos alocados em diferentes funções.

O desenvolvimento social da escravidão e a consequente formação de um grupo de indivíduos livres e libertos são eixos centrais<sup>297</sup> para se analisar o surgimento de milícias de africanos e afrodescendentes. Sem deixar de resguardar a singularidade e a autonomia do processo histórico de cada figuração social, observa-se que em diversos espaços dos impérios coloniais modernos espanhol<sup>298</sup>, britânico<sup>299</sup> e francês<sup>300</sup> este fenômeno foi recorrente. Diversas subfigurações do império português, como Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo

<sup>293</sup> MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. **Os ofícios superiores e inferiores da tropa paga (ou de 1ª linha) na capitania do Rio de Janeiro, 1640-1652**: lógica social, circulação e a *governança* da terra. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 158.

<sup>294</sup> COARACY, 1965, p. 377; 487.

<sup>295</sup> MARTA, 2013, p. 40.

<sup>296</sup> A ideia de uma “elite das senzalas” parte do princípio de que existia uma hierarquização na relação entre os próprios escravos. Alguns deles conseguiam mobilizar alguns recursos materiais e relacionais que os favoreciam. Ao disporem de alguma terra para plantio, ou ao se especializarem em algum ofício mecânico, acabavam se destacando em relação aos outros escravos. FRAGOSO acrescenta que, se estes escravos estabeleciam relações de compadrio com homens livres, poderiam ser favorecidos. FRAGOSO, João. “Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo”: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 283.

<sup>297</sup> SILVA, 2013, p. 114.

<sup>298</sup> VINSON III, 2001, p. 1; 27-29.

<sup>299</sup> Em Barbados, no século XIX, parte insular das colônias inglesas, formou-se milícia constituída por africanos e afrodescendentes. VOELZ, Peter M. **Slave and Soldier**: The Military Impact of Blacks in the Colonial Americas. Nova York: Garland Publishing, 1993, p. 111-112.

<sup>300</sup> Ilhas como Guadalupe e São Domingos também constituíram milícias de africanos e afrodescendentes. BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo**: do barroco ao moderno (1492-1800). Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 365-6; BERLIN, Ira. **Gerações de cativo**: uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 57; RODRIGUES, Jaime E. The Emancipation of America. **The American Historical Review**, v. 105, n. 1, Feb. 2000, p. 142.

também tiveram estes “eixos” como elementos constituintes de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos<sup>301</sup>. Para as capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro esta perspectiva não foi diferente.

No que tange ao Rio de Janeiro enquanto estrutura político-administrativa relativamente autônoma, há alguns fenômenos sociais que diferenciam seu processo de gênese social das milícias em relação ao da Bahia<sup>302</sup>. Ainda na segunda metade do século XVII, o Rio de Janeiro era uma capitania menos favorecida no tráfico. No entanto, este cenário mudou com o impacto da mineração. Na virada do XVII para o XVIII, o Rio de Janeiro passou a ser o principal destino do tráfico originado em Angola e, a partir da década de 1730, mais da metade dos escravos vindos de Luanda desembarcava ali<sup>303</sup>.

Com uma maior participação no tráfico e o aumento na reprodução dos cativos, a obtenção de alforrias também foi se tornando mais acessível. Além disso, esta é uma das chaves para explicarmos o surgimento de companhias de pretos e pardos no Rio de Janeiro somente no final do século XVII. A gênese está profundamente atrelada à formação de um grupo cada vez maior de livres e libertos, pois, como reitera Sampaio, “a alforria era uma possibilidade consideravelmente remota no Rio de Janeiro do século XVII”<sup>304</sup>. E a resistência às alforrias acontecia principalmente pelas dificuldades de participação no tráfico atlântico. O reverso tornou-se realidade no século XVIII. Em decorrência da maior participação no tráfico nos finais do século XVII e da expansão do grupo de africanos e afrodescendentes livres e libertos neste período, a experiência fluminense de formação milicianiana ocorreu de forma tardia em relação à Bahia.

Ao longo do século XVII, inúmeras incursões foram realizadas por bandeirantes paulistas em busca de índios que seriam usados nas lavouras. Estes homens não deixavam também de procurar ouro, prata e esmeraldas por onde passavam. Entre 1693 e 1695, diversas jazidas foram descobertas no interior do Brasil e seguiu-se uma corrida do ouro, na qual mais de 20 mil brancos e 80 mil escravos se dirigiram para as regiões mineiras. Muitos afrodescendentes livres e libertos também seguiram para esta região. A descoberta do ouro

---

<sup>301</sup> SILVA, 2013; PAULA, 2012; SOUZA, 2011.

<sup>302</sup> É importante frisar que, apesar de ser uma estrutura autônoma, o Rio de Janeiro também está relacionado de forma interdependente a outras figurações. SILVA, 2013, p. 113.

<sup>303</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, Cativo e Liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 292-295.

<sup>304</sup> Ibid., p. 306.

nas Minas Gerais desencadeou uma força centrípeta que atraiu muitos homens de diferentes lugares e grupos sociais. De São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, enfim, de todos os lados partiram de forma legal ou clandestina, aventureiros em busca de ouro. O vislumbre do sucesso material motivou estas andanças. Mesmo a obrigatoriedade de passaportes assinados pelos governadores para a ida às minas se mostrou impraticável. O próprio governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, no período de 1697 a 1702 passou mais tempo nas minas do que na sede de seu governo. Sua estadia nas minas visava muitos propósitos, entre eles a garantia da exploração na região por parte das capitanias do Sul, visto que governos como o da Bahia não pouparam esforços para desqualificar as ações de Meneses<sup>305</sup>.

Além da descoberta das minas e dos empreendimentos que envolveram sua exploração, acessibilidade e fornecimento de gente e produtos para a subsistência da região, o contexto do final do século XVII também colocou em tela os conflitos que envolveram as regiões de fronteira com a América espanhola ao Sul. Sacramento foi fundada em 1680 e, neste mesmo ano, foi tomada pelos espanhóis. Em 1683 ocorreu sua devolução para a Coroa portuguesa. Mas entre 1705 e 1716 foi novamente ocupada pelos espanhóis, e as disputas em torno da Colônia não cessaram nos anos seguintes. Sacramento não era um lugar de excessivo lucro para a Coroa. No entanto, era de interesse de diversos contrabandistas. Portanto, para lá foram enviadas muitas companhias fluminenses. Enquanto os olhares estavam voltados principalmente para a mais nova joia da Coroa e para os conflitos em Sacramento, algumas medidas internas foram sendo implementadas na cidade do Rio de Janeiro. Coaracy relata que em 1687 foram enviadas tantas tropas para Sacramento que a guarnição da cidade encontrava-se desfalcada. No final do século XVII, o Rio de Janeiro enfrentava um desafio em sua guarnição, pois muitos oficiais e soldados haviam partido tanto para as minas quanto para a Colônia do Sacramento<sup>306</sup>. A criação das companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos foi uma das ações para reverter este quadro.

A primeira companhia criada foi a dos homens pardos da cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1694, durante o governo de Sebastião de Castro e Caldas. Antônio Camelo Sampaio, por “merecimento” de suas experiências anteriores, foi patenteado como capitão da companhia. Ele já servira à Coroa por mais de oito anos, em duas companhias da tropa paga da Praça do Rio de Janeiro. Além do serviço prestado em terra, Sampaio havia atuado em alto

<sup>305</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 166; DEMETRIO, Denise Vieira. **Senhores governadores**: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques. Rio de Janeiro, c. 1697 - c. 1702. Niterói: PPGH/UFF, 2014; BOXER, 2000, p. 66-68.

<sup>306</sup> BOXER, 2000, p. 265; ALENCASTRO, 2000, p. 109; COARACY, 1944, p. 203.

mar na nau *Nossa Senhora da Graça*, do capitão Antônio Dias Rêgo. É possível que, no trabalho na embarcação, tenha ajudado no envio de tabaco e açúcar brasileiros para a África, Lisboa e Índia, bem como tenha auxiliado no traslado de escravos africanos para a América portuguesa. Também existe a possibilidade de que tenha aportado em Salvador e tomado conhecimento das companhias de africanos e afrodescendentes que lá existiam. Sampaio, portanto, havia estado em diferentes lugares no serviço militar, além da experiência que havia obtido em terra firme. Sua trajetória anterior à inserção na milícia de africanos e afrodescendentes livres e libertos pode ter sido fundamental na escolha de sua pessoa para a função que exerceu<sup>307</sup>.

Ainda em 1694 esta primeira companhia se dividiu em duas: uma permaneceu na cidade e a outra se projetou para a outra banda da Guanabara, na região de São Gonçalo. Antônio da Cruz, homem pardo, foi patenteado como capitão desta segunda formação<sup>308</sup>. Este miliciano também já havia viajado pelo Atlântico, pois era natural da Vila de Beira, no Bispado de Elvas, em Portugal. Em 1700, depois de ter exercido a função de capitão dos homens pardos por quatro anos, Antônio da Cruz deixou o posto. Possivelmente estava com idade avançada ou com alguma doença, pois em 1706, apesar de ser homem pardo, foi sepultado em uma das covas dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia<sup>309</sup>.

Em 1698, durante o governo interino de Martim Correia Vasquez, foi criada uma companhia de homens pretos forros em São Gonçalo<sup>310</sup>. O capitão nomeado para encabeçar a companhia era Antônio Correia, natural de Coimbra<sup>311</sup>. Assim como os primeiros capitães pardos, o capitão dos pretos forros já havia viajado pelas águas atlânticas, mas estabeleceu-se na capitania do Rio de Janeiro com patente nas milícias. No entanto, sua estada no posto foi curta. Em outubro de 1700, por ocasião de seu falecimento, foi substituído por Sebastião Dias, o qual servia como alferes desde a criação da companhia e tinha bom procedimento e experiência militar nas demandas que lhe foram solicitadas. Entre elas estava o envolvimento

<sup>307</sup> ANRJ. Cód 77, v. 21. N. 18, p. 64. Rio de Janeiro, 4 de julho de 1710; v. 4. p. 75. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1694; v. 5. p. 81v. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1695; Cód.78, v. 12, p. 54. 26 de outubro de 1694.

<sup>308</sup> ANRJ. Cód. 77, v. 4. p. 75. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1694.

<sup>309</sup> ACMRJ. Testamento. AP 0798. Antônio da Cruz. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1706.

<sup>310</sup> ANRJ. Cód. 77. v. 4. p. 236. Rio de Janeiro, 15 de março de 1698; v. 10. p. 51. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1699; Cód. 78, v. 12, p. 145, 15 de março de 1698.

<sup>311</sup> ACMRJ. Livro de casamentos da Freguesia da Candelária. AP 0788. Livro 2º, página 4v., 12 de junho de 1700.

na faxina realizada na Praia Vermelha<sup>312</sup>, ou seja, a atividade de entrincheiramento dos fossos que rodeavam as construções. Feixes de ramos verdes eram lançados nos fossos para os entulhar<sup>313</sup>. Há a nuance de trincheira quando a faxina é feita na praia para a defesa contra os inimigos. E esta era uma prática recorrente não só na América portuguesa, mas também na Europa<sup>314</sup>.

Esta praia localiza-se próxima ao morro da Urca e tem posição privilegiada como ancoradouro de navios<sup>315</sup>, sendo um local estratégico para acesso à cidade<sup>316</sup>. Por ser um espaço propício para o aporte de navios estrangeiros, a faxina realizada na Praia Vermelha foi reconhecida como relevante experiência milicianiana em diversas patentes dos primeiros capitães das companhias de africanos e afrodescendentes. Como veremos no próximo capítulo, ao longo do processo de institucionalização das milícias de africanos e afrodescendentes a prática da faxina era recorrentemente solicitada aos milicianos, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro.

Os dois primeiros capitães das companhias de pardos da cidade do Rio de Janeiro e de São Gonçalo também não tiveram uma experiência longa nestas patentes. Ambos foram nomeados em 1694 e deixaram a corporação em 1700. No lugar de Antônio Camelo Sampaio ficou José Velho Delgado, e Simão Mendes Sobral substituiu Antônio da Cruz. Sobral havia trabalhado tanto em faxinas quanto na defesa contra os franceses; Delgado, lisboeta, antes de ocupar o posto já havia exercido o serviço de armas como soldado em companhias pagas e em alto mar, inclusive participando das formações que constantemente iam para a Colônia do Sacramento<sup>317</sup>.

Assim como a guerra contra os holandeses foi fator importante na gênese social das milícias de africanos e afrodescendentes na Bahia, no Rio de Janeiro a preocupação com o combate a inimigos externos também exerceu o mesmo papel. A partir do final do século XVII, a descoberta de metais preciosos em Minas Gerais não só alavancou ainda mais as

<sup>312</sup> ANRJ. Cód. 77, v. 8. p.100. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1700. ANRJ. Cód.77, v. 10. p.185v. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1702. ANRJ. Cód.78. v. 13. p. 38. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1700.

<sup>313</sup> Vocabulário português e latino ... oferecido a El Rey de Portugal Dom João V, pelo Padre D. Raphael Bluteau. (Vol. 7). Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 48.

<sup>314</sup> Carta para o Provedor da Fazenda Real da Capitania dos Ilhéus, André Viegas Pereira, sobre dar conta se os moradores daquela Vila, ou o donatário contribuem com alguma coisa para as fortificações dela, ou se a Fazenda de Sua Majestade, e sobre várias coisas pertencentes à mesma fortificação. D.H. Bahia, 11 de dezembro de 1704. v. 270. p. 261-263.

<sup>315</sup> ARAUJO, Antonio Luiz de. **Rio colonial: histórias e costumes**. Rio de Janeiro: Quartet, 2006, p. 20.

<sup>316</sup> ANRJ. Fundo 86. Secretaria do Estado do Brasil. Códice 952. v. 7, p. 229. Lisboa, 5 de novembro de 1695.

<sup>317</sup> ANRJ. Códice 77, v. 08. p. 109. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1700. ANRJ. Cód.78, v. 12, p. 188. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1699.



relações de produção e comércio na Colônia como despertou o interesse de ingleses, holandeses e franceses por esta cobiçada riqueza. Com o advento das Minas, estes reforçaram ainda mais seus planos de ataque ao território e a navios luso-brasileiros carregados das riquezas tropicais, através da ação de seus piratas, corsários e flibusteiros. Além destas atividades ilícitas havia também as sociedades por ações, onde “operações concebidas, montadas e financiadas por armadores agrupadas (...) a partir de um contrato estipulado, recebiam do monarca os navios e suas tripulações, constituídas por oficiais, marinheiros e soldados”<sup>318</sup>.

O combate aos franceses foi um dos aspectos mais destacados deste contexto, sendo recorrente nas cartas patentes dos primeiros milicianos a preocupação com este inimigo. As menções nos documentos que pesquisamos provavelmente dizem respeito ao episódio relatado por François Froger, engenheiro da Esquadra de Gennes. Estas embarcações aportaram no Rio de Janeiro em novembro de 1695, seguiram para o Sul, passando por Santos, e voltaram em maio de 1696 por Cabo Frio e Ilha Grande<sup>319</sup>. Desta forma, a defesa do território diante do perigo francês foi um dos elementos que impulsionaram a formação miliciana de africanos e afrodescendentes no Rio de Janeiro.

Entre os primeiros milicianos que se disponibilizaram a ocupar os postos de comando destas companhias, percebe-se que alguns deles já tinham larga experiência na atuação em outras formações militares. Estes não negaram esforços para compor a defesa da costa fluminense, auxiliando tanto diante de ameaças estrangeiras quanto na construção de faxinas em praias específicas. Também é notável o fato de que alguns deles não eram nascidos na capitania do Rio de Janeiro, mas faziam parte do grupo de indivíduos que circulou pelo Atlântico neste contexto, em busca de estabilidade econômica e prestígio social. Outros motivos que levaram à circulação atlântica de africanos e afrodescendentes, escravos ou libertos, foram as demandas por homens que exercessem ofícios específicos e o cumprimento de penas em forma de degredo em galés<sup>320</sup>.

---

<sup>318</sup> BICALHO, 2003, p. 44.

<sup>319</sup> COARACY, 1944, p. 219; RODRIGUES, José Honório. Visitantes do Brasil no século XVII. **Revista de História**, v. 18, n. 17. São Paulo, 1959. p. 162; FROGER, François. **Relation d'un voyage fait en 1695-96 & 97 aux côtes d'Afrique, dedroit de Magellan, Brésil, Cayenne & isles Antilles, par un escadre de vaisseaux du Roy, commandée par M. de Gennes**. Paris: Michel Brunet, 1698. Disponível em: gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France.

<sup>320</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Cativos do Reino**: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19. São Paulo: Alameda, 2012.

Perceber o processo de ressocialização de africanos e afrodescendentes que foram desenraizados da África e depois integrados em várias sociedades, escravistas ou com escravos<sup>321</sup>, também é um ponto importante nesta análise. A própria formação de um grupo de africanos e afrodescendentes livres e libertos demonstra que eles se localizavam fora do cativeiro e procuravam possibilidades para se diferenciar daqueles que ainda estão na condição de escravos. Desta forma, a constituição de milícias compostas de africanos e afrodescendentes demonstra também o impulso do próprio miliciano que quer se diferenciar e aumentar sua posição no *ranking* de prestígio. Esta via interpretativa permite observar que estas milícias não têm sua gênese firmada unicamente em demandas estruturais das figurações sociais, mas também possuem o voluntarismo do miliciano que se apresentava nas mostras e exercícios e que, mesmo sem remuneração, na maioria dos casos, fez parte da formação e institucionalização destas companhias.

Entre os elementos presentes na gênese social das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na Bahia estavam tanto o combate a inimigos externos quanto a inimigos internos; como vimos, os milicianos atuaram veementemente contra quilombos e indígenas. Já na capitania fluminense, o combate a inimigos internos não foi um fator de destaque.

A ocorrência de quilombos no Rio de Janeiro já era relatada desde o começo do século XVII. Ao final do século, no contexto da criação das companhias de pretos e pardos, tais formações pareciam ser problemas incontrolláveis. Diversos agrupamentos de escravos fugitivos se formavam tanto em áreas interioranas, como Macaé e Campos, quanto ao redor da baía de Guanabara e próximos à própria cidade do Rio de Janeiro. A proximidade dos centros urbanos ocasionava constantes investidas dos quilombolas, que assaltavam comerciantes em busca tanto de artigos para sobrevivência quanto para comercialização. Verificamos todas as Portarias<sup>322</sup> emitidas pelos governadores fluminenses que estão disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro para o período pesquisado, porém não encontramos nenhuma referência direta à atuação de milicianos africanos e afrodescendentes contra os mocambos. É possível que isso tenha ocorrido. Contudo, percebe-se que, ao longo

---

<sup>321</sup> A principal distinção entre sociedades com escravos e sociedades escravistas está no fato de que nas sociedades com escravos o trabalho cativo era apenas mais uma forma entre muitas, enquanto nas sociedades escravistas o escravo estava no centro da produção econômica. BERLIN, 2006, p. 21.

<sup>322</sup> ANRJ. Códice 87, Livros 1 ao 19. 1725-1763 – Registros originais de correspondências dos Governadores do Rio de Janeiro, destes com outros e com diversas autoridades. Portarias, Ordens, Bandos, etc. – “Livro que há de servir na Secretaria do Rio de Janeiro”.

do século XVII, a figura que mais se destacou nesta empreitada, na capitania fluminense, foi a do capitão-do-mato<sup>323</sup>.

O combate à população indígena também foi constante na capitania do Rio de Janeiro. Na capitania anexa da Paraíba do Sul dos Campos dos Goitacazes, por exemplo, o processo de ocupação da terra evidenciou diversos conflitos com os índios que habitavam a região<sup>324</sup>. No entanto, também aqui não encontramos nenhuma documentação que faça menção direta às companhias de milicianos africanos e afrodescendentes combatendo a população indígena no processo de gênese social da milícia, como ocorreu com os milicianos baianos.

A escassez de documentos sobre os oficiais destas companhias torna difícil mapear informações pormenorizadas acerca dos motivos que levaram as suas escolhas para os postos. No entanto, suas cartas patentes apresentam algumas pistas. Enquanto na Bahia os primeiros capitães de companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos eram egressos da guerra contra os holandeses, os capitães fluminenses não tinham estes louros. No entanto, não foram recrutados a esmo. Suas patentes preservam algo de sua experiência militar anterior a entrada nas companhias específicas de pretos e pardos.

Algumas experiências já foram relatadas, no entanto, a completude das atuações descritas nas cartas patentes é importante para observarmos possíveis padrões inerentes à escolha dos oficiais fluminenses. Antônio Camelo de Sampaio, primeiro capitão dos pardos da cidade, já servia há quase nove anos com praça de soldado na tropa paga, dos quais passara cerca de sete alocado na Fortaleza de Santa Cruz, uma das mais importantes da capitania<sup>325</sup>, cujo capitão era Manoel da Costa Cabral; serviu outros dois anos na Companhia do capitão Antônio Carvalho de Lucena<sup>326</sup>. O substituto de Sampaio, José Velho Delgado, antes de assumir como capitão dos pardos, servira como soldado vindo de Lisboa na Companhia do capitão Manoel de Moraes, e no Rio de Janeiro havia sentado praça de soldado na Companhia do capitão Manoel de Aguiar, onde serviu por quase cinco anos. Neste período foi duas vezes

<sup>323</sup> GOMES, Flávio. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). *Afro-Ásia*, n. 17, 1996, p. 2, 8-9; COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século XVII**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944, p. 61, 179.

<sup>324</sup> FARIA, 1998, p. 17.

<sup>325</sup> MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Uma visão panorâmica das fortalezas do Rio de Janeiro, no século XVII. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 5, 2011, p. 49-63.

<sup>326</sup> ANRJ. Coleção Governadores. Códice 77, v. 4, p. 74v. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1694.

para Sacramento e uma vez embarcou para Santos a fim de alertar aquela Praça acerca de um possível ataque de piratas franceses<sup>327</sup>.

Antônio Vieira da Cruz, capitão da companhia dos pardos de São Gonçalo, serviu por quatro anos e foi destituído do cargo por “deixação”. Seu substituto, Simão Mendes de Sobral, havia sido alferes da dita Companhia por três anos, tendo servido também como alferes na Companhia da Cidade à época de Antônio Camelo Sampaio. Na cidade havia assistido em uma faxina realizada na Praia Vermelha e fez parte da defesa numa ocasião em que os franceses aportaram em um forte<sup>328</sup>. O primeiro capitão da companhia dos pretos da cidade, Antônio Correia, serviu por dois anos e faleceu. Nada consta em sua patente sobre os serviços que prestou anteriormente. Seu substituto, Sebastião Dias, havia servido na mesma companhia como alferes desde a sua criação e, assim como Simão Mendes de Sobral, assistiu na faxina realizada na Praia Vermelha<sup>329</sup>.

Pelo menos dois padrões sobressaem quando observamos os perfis dos primeiros oficiais das milícias de africanos e afrodescendentes no Rio de Janeiro: um é a escolha de europeus nascidos em Portugal ou em outros domínios do império; o outro diz respeito às experiências militares anteriores que estes indivíduos haviam vivenciado em suas trajetórias, sendo muitos deles provenientes das tropas pagas.

A experiência desenvolvida em alguns lugares da América espanhola, como no México, demonstra a inserção de homens nascidos fora daquela figuração nas formações milicianas de africanos e afrodescendentes. Ben Vinson III defende a ideia de que esta prática se devia em muito à experiência militar que estes homens possuíam<sup>330</sup>. Este também parece ser o caso na capitania do Rio de Janeiro, pois foi recorrente o recrutamento de reinóis nas novas formações, os quais possuíam experiência militar em diversas entradas.

Em relação à origem social dos primeiros capitães, as patentes nem sempre especificam se estes oficiais eram brancos, pretos ou pardos. Uma exceção é o segundo capitão da companhia dos homens pretos de São Gonçalo, Sebastião Dias, claramente qualificado como “preto forro”<sup>331</sup>. Em outras situações, o cruzamento de fontes mostra-se essencial, como no caso do primeiro capitão da companhia dos homens pardos de São Gonçalo, Antônio da Cruz. Sua carta patente não discrimina sua origem social; no entanto,

<sup>327</sup> ANRJ. Coleção Governadores. Códice 77, v. 4, p. 321. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1699.

<sup>328</sup> ANRJ. Coleção Governadores. Códice 77, v. 8, p. 109. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1700.

<sup>329</sup> ANRJ. Coleção Governadores. Códice 77, v. 8, p. 100. Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1700.

<sup>330</sup> VINSON, 2001, p. 70.

<sup>331</sup> ANRJ. Cód. 77, v. 8, p. 100. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1700.

seu testamento o qualifica como pardo<sup>332</sup>. Estas lacunas referentes à origem social persistem para alguns capitães que ocuparam postos nos anos subsequentes. Alguns foram denominados “pretos forros” em suas patentes. Em relação aos pardos, uns eram qualificados em suas patentes, outros foram percebidos como afrodescendentes no cruzamento de fontes. Outros, ainda, não deixaram vestígios. Apesar de nossa certeza de que alguns capitães eram afrodescendentes, não encontramos fontes suficientes para averiguar todos os casos. Dessa forma, é possível que alguns destes oficiais, provenientes das tropas pagas, fossem brancos.

Alguns estudos têm apresentado o preenchimento da oficialidade de tropas de africanos e afrodescendentes como um campo de disputa entre brancos e afrodescendentes. Kuethe analisou as Milícias Disciplinadas do Vice-Reino de Nova Granada no final do século XVIII e percebeu a presença de oficiais brancos veteranos, sacados das tropas regulares, para ocupar postos de comando nas milícias de *pardos* e *morenos*<sup>333</sup>. Souza, ao analisar o regimento dos Úteis de São Paulo (1797-1831), tropa esta de homens pardos, verificou que nos primeiros anos da instituição seus sucessivos coronéis vinham todos da tropa paga e eram brancos. Para alcançarem progressões, estes homens faziam pressão para ocupar os postos de comando das milícias de pardos. Somava-se a este interesse a experiência militar destes veteranos brancos, os quais argumentavam estar mais aptos a gerir um regimento quando comparados aos milicianos pardos, de experiência mais limitada<sup>334</sup>.

Quando comparamos os processos ocorridos na Bahia e no Rio de Janeiro, percebemos que naquela as primeiras formações, ainda do bando de Henrique Dias, eram compostas por crioulos, negros e mulatos. As formações específicas de pardos ocorreram num período posterior. Na capitania do Rio de Janeiro o processo foi inverso: as primeiras companhias a se formar foram as de homens pardos e depois vieram as de homens pretos. Em 1639, Henrique Dias recebeu do Conde da Torre (Dom Fernando Mascarenhas) o título de *governador-em-chefe de todos os crioulos, negros africanos e mulatos*<sup>335</sup>. A primeira companhia de pardos identificada para a Bahia data do ano de 1653; para ela foram convocados “a gente parda, e mais mestiços forros e desobrigados da freguesia de Paraguassú”<sup>336</sup>. Tal freguesia pertencia à Vila de Cachoeira, que neste período recebia

<sup>332</sup> ACMRJ. Testamento. AP 0798. Antônio da Cruz. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1706.

<sup>333</sup> KUETHE, Allan James. **The Military Reform in the Viceroyalty of New Granada, 1773-1796**. Gainesville: University of Florida, 1967, p. 48 e 64; KUETHE, Allan James. The status of the Free Pardo in the Disciplined Militia of New Granada. **The Journal of Negro History**, v. 56, n. 2, 1971, p. 113.

<sup>334</sup> SOUZA, 2017, p. 374.

<sup>335</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 130.

<sup>336</sup> D.H. 24 de julho de 1653, v. 31, p. 134.

constantes incursões do “gentio que ali costuma descer”; foi para rechaçar estes ataques que tal companhia de ordenança, sob o comando do capitão Antônio da Câmara e Bitancor, com 35 soldados, foi formada.

Ambas as tropas que, processualmente, passaram a ser chamadas de *companhias de pretos e companhias de pardos*, foram gestadas como um guarda-chuva que cobria diversas qualificações da origem social de seus membros. Isto demonstra que, no começo do século XVII, na Bahia, os agrupamentos de africanos e seus descendentes se faziam com fronteiras não muito demarcadas. Ao longo do século XVII as identificações foram se tornando mais definidas. Isto se percebe, por exemplo, nas Irmandades, que neste mesmo século foram sendo gestadas com diferenciações bem delimitadas para confrarias de pretos e de pardos, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro<sup>337</sup>. No final do século XVII, estes grupos apresentavam-se mais coesos e com diferenciações mais balizadas. Havia, sobretudo, nestes indivíduos, a vontade de diferenciarem-se socialmente. No Rio de Janeiro, é possível que o grupo de afrodescendentes representados como pardos estivesse mais coeso do que os grupos identificados como pretos. E mais, as cartas patentes destes últimos os classificavam como “pretos forros”. Ou seja, este grupo, talvez por estar mais próximo do cativo, pois era formado por recém-libertos, encontrava-se menos coeso do que aqueles denominados pardos. Por isto também, entre a população africana e afrodescendente, os pardos foram os primeiros a formar uma companhia no Rio de Janeiro.

Os padrões encontrados no Rio de Janeiro se diferenciam bastante dos experimentados na Bahia, não só em termos de conjuntura mas também na forma de recrutamento de seus oficiais. As primeiras companhias da Bahia e do Rio de Janeiro tinham cerca de meio século de diferença em suas gêneses. Os contextos e demandas de suas formações também eram distintos. Na Bahia, africanos e afrodescendentes se apresentaram como homens de armas para lutar contra holandeses que haviam tomado posse de territórios substanciais em Pernambuco e em outras partes do império português. Para os fluminenses, o contexto de criação das companhias, apesar das constantes ameaças de ataques estrangeiros, não envolvia a perda de territórios. Por fim, o perfil dos africanos e afrodescendentes que se apresentaram para compor as companhias também era diferente: na Bahia, eram majoritariamente africanos ou crioulos, escravos ou recém-egressos da escravidão, muitos

---

<sup>337</sup> ROSÁRIO, 2011, p. 89; SOARES, 2002, p. 62.

sem prática militar; no Rio, aqueles que se apresentaram para compor a oficialidade fluminense, nas companhias de homens pardos, eram indivíduos com experiência militar.

Enfim, como já observamos no começo deste capítulo, não é possível encontrarmos o marco zero da gênese de um fenômeno social, mas sim um entrelaçamento de fatores que, ainda que sem planejamento prévio de alguém ou de uma instituição, resultam em processos dinâmicos e coerentes. Desta forma, a interdependência entre estruturas da própria sociedade e ações individuais resultou na *sociogênese* das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na capitania do Rio de Janeiro.



### **Capítulo 3 - Institucionalização das milícias de africanos e afrodescendentes na Bahia e no Rio de Janeiro**

#### **3.1 Facetas do processo de institucionalização das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos na Bahia**

##### **3.1.1 Circunstanciação dos postos**

O modelo europeu de arregimentação milicianiana formava companhias de civis em períodos de conflito; no entanto, nos tempos de paz, a tendência era a desmobilização das milícias<sup>338</sup>. De forma destoante, as companhias milicianas na América portuguesa, após a expulsão dos holandeses, experimentaram permanência e multiplicação. As companhias de africanos e afrodescendentes fixaram-se como instituições sociais e seus membros foram, progressivamente, conquistando novos espaços e formas organizativas.

Como já foi apontado no segundo capítulo, na gênese social das milícias de africanos e afrodescendentes na Bahia não havia ainda um terço constituído nem para “a gente preta” nem para “a gente parda”. Até o fim da Restauração em Pernambuco as companhias de “gente preta e parda” atuavam conjuntamente naquela capitania e na Bahia. Depois da expulsão dos holandeses, em 1654, os milicianos que permaneceram na capital do Estado do Brasil fizeram parte de um processo de institucionalização das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Neste desenvolvimento ocorreu a circunstanciação dos postos no interior das milícias; os milicianos demandaram e receberam fardas e soldos, além de estabelecerem responsabilidades específicas para cada integrante.

Ao longo do processo de institucionalização destas tropas houve uma nítida divisão entre as corporações. Algumas companhias foram denominadas de “gente parda” ou “homens pardos” ou, ainda, “pardos forros”. Outras companhias, as que permaneceram ligadas ao comando inicial de Henrique Dias, eram denominadas inicialmente de “gente preta”, “homens pretos” ou “pretos forros” e, posteriormente, se uniformizaram como companhias dos “henriques”. Apesar de ambas as corporações fazerem parte do que estamos aqui nomeando de companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos, analisaremos separadamente

---

<sup>338</sup> COSTA, 2009, p. 178.

as companhias de pretos e pardos, devido aos rumos distintos que tomou a institucionalização destas tropas.

As companhias primeiramente denominadas como de “gente preta”, de forma processual, se institucionalizaram como pertencentes ao terço de Henrique Dias na segunda metade do século XVII. Antônio de Souto, que serviu em Pernambuco e na Bahia, recebeu em 1667 a “patente de cabo de todos os soldados dos pretos da Praça de Salvador e do Recôncavo”<sup>339</sup>. Este miliciano servia desde 1636. Souto ingressou nas milícias como soldado e ascendeu no interior da corporação, passando a cabo de esquadra, sargento, alferes, ajudante, capitão de campo e cabo de todos os soldados ou capitão-mor. Parte desta trajetória foi realizada em Pernambuco e parte na Bahia.

Depois que Antônio de Souto passou a cabo de todos os soldados pretos na Bahia, em 1668, tinha como ajudante Bento do Rego Barreto<sup>340</sup>. Três companhias compunham esta corporação: primeiramente, as companhias de Matheus Fernandes e Agostinho da Silva, egressos da guerra contra os holandeses em Pernambuco<sup>341</sup>. Posteriormente foi criada uma companhia específica para o distrito de Itapagipe de Salvador, tendo como capitão João Barbosa<sup>342</sup>. Se um “mapa” fosse feito à época, a figuração desta formação teria os seguintes traços:

---

<sup>339</sup> Patente de Cabo de todos os soldados dos pretos do Terço que foi do Mestre-de-Campo Henrique Dias provido na pessoa do Capitão Antônio de Souto. D.H. Bahia, 28 de julho de 1667, v. 31, p. 378-379.

<sup>340</sup> Ordem que levou o Ajudante dos soldados pretos. D.H. Bahia, setembro de 1668, v. 4, p. 191.

<sup>341</sup> Patente de Capitão de todos os pretos do Terço que foi de Henrique Dias provido no Ajudante Matheus Fernandes. D.H. Bahia, 1667, v. 31, p. 380-382. Carta patente do posto de Capitão de uma das companhias de gente preta e livre que governa Antônio de Souto provido na pessoa de Agostinho da Silva. D.H. Bahia, 24 de janeiro de 1668, v. 31, p. 442.

<sup>342</sup> Carta patente do posto de capitão da companhia da gente preta livre, que se mandou formar na ocasião do aviso da Armada Holandesa provida em João Barbosa. D.H. Bahia, 27 de setembro de 1668. v. 11, p. 454.

TABELA 9 - COMPANHIAS DA GENTE PRETA FORRA NA BAHIA EM 1668

<b>Primeira Plana</b>	
Cabo de todos os soldados pretos ou Capitão-mor: Antônio de Souto	
Ajudante: Bento do Rego Barreto	
<b>Companhia 1</b>	Capitão: Matheus Fernandes Alferes: ? Soldados
<b>Companhia 2</b>	Capitão: Agostinho da Silva Alferes: João Fernandes Soldados
<b>Companhia 3</b> (Distrito de Itapagipe)	Capitão: João Barbosa Alferes: Luiz Gonçalves Fagardo Soldados

Fonte: D.H. Bahia, 28 de julho de 1667, v. 31, p. 378-379; setembro de 1668, v. 4, p. 191; 1667, v. 31, p. 380-382; 24 de janeiro de 1668, v. 31, p. 442; 27 de setembro de 1668, v. 11, p. 454.

É possível perceber que na configuração inicial das companhias de homens pretos, que ainda não constituíam um terço, as principais funções militares que aparecem nas cartas patentes ou alvarás de nomeação são as de cabo ou capitão-mor, ajudante, capitão e alferes. Os soldados eram apenas agrupados em listas, após serem recrutados pelos capitães.

Na virada do século XVII para o XVIII, as companhias de pretos configuraram-se como o terço do mestre de campo Henrique Dias da Bahia. A circunstanciação dos postos neste momento evidencia uma complexificação das ocupações no interior da corporação. O comando geral ficava a cargo do capitão-mor, estando logo abaixo deste o sargento-mor<sup>343</sup>. Em vez de um ajudante, como na década de 1660, o terço possuía dois oficiais com esta função: o ajudante do número de sargento-maior<sup>344</sup> e o ajudante supranumerário de sargento maior<sup>345</sup>. Estas quatro funções constituíam a oficialidade de primeira plana. Cada companhia era comandada por um capitão, que tinha como subordinados um alferes<sup>346</sup>, um sargento do número<sup>347</sup>, um sargento supranumerário, furriéis, cabos de esquadra, tambores e demais soldados.

No começo do século XVIII, uma nova função foi cogitada para o terço de Henrique Dias. Tratava-se de um segundo sargento-mor para a corporação. Em 1703 havia a ameaça de uma invasão francesa. Diante deste contexto, D. Pedro II recomendou ao governador-geral

<sup>343</sup> APEB. Seção Colonial, 18 de novembro de 1697, maço 335, folha 68v.

<sup>344</sup> APEB. Seção Colonial, 9 de novembro de 1697, maço 335, folha 69v.

<sup>345</sup> APEB. Seção Colonial, s/d, maço 335, folha 86v.

<sup>346</sup> APEB. Seção Colonial, 1718, maço 339, folha 216, Alvará.

<sup>347</sup> APEB. Seção Colonial, 14 de agosto de 1729, maço 462, Portaria.

que os henriques fossem aumentados e utilizados como reserva para a defesa<sup>348</sup>. Outra recomendação foi a de que um segundo sargento-mor fosse nomeado, como se vê abaixo:

Dom Rodrigo da Costa amigo. El Rey vos envio muito saudar. Mandando-vos o Requerimento que aqui me fez Estevão da Costa, homem preto e Capitão do Terço que nesta cidade se levantou do Mestre de Campo Henrique Dias e atendendo ao seu préstimo e serviços e por ser conveniente crescer este Terço de gente preta e que se divide em todas as partes para melhor socorrer as ocasiões que se oferecerem. Foi servido fazer mercê ao dito Estevão da Costa, de o nomear o Segundo Sargento-mor, ficando por este modo sendo dois como vos constará da patente que do dito posto se lhe passou. E por esta vos ordeno apontados e ordeneis aos tais Sargentos-mores os sítios em que se devem assistir divididos enchendo-se o Terço de toda a gente preta capaz de servir nele.<sup>349</sup>

É interessante observar que a proposição de se formar a nova patente não foi só uma necessidade conjuntural frente a uma ameaça externa. Foi o próprio miliciano Estevão da Costa que requereu à Coroa a nomeação. O governador respondeu ao rei que o novo provido não tinha se apresentado para a designação, mas tão logo o fizesse executaria a ordem de nomeá-lo. No entanto, é bem possível que tal patente não tenha se efetivado, pois não encontramos nenhum registro desta nomeação e nem menção à função de segundo sargento-mor nos anos posteriores.

A tabela seguinte demonstra como o terço estava estruturado na segunda metade do século XVIII. As funções de primeira e segunda plana se encontravam circunstanciadas. Na cidade de Salvador, sem contabilizar as unidades do Recôncavo, havia doze companhias sem capitão vacante, com uma média de 27 soldados por companhia, além das outras funções bem estabelecidas e supridas. Esta constituição foi resultado de mais de cem anos de reivindicações dos próprios milicianos, os quais lutaram muitas vezes para que tanto aspectos ligados a ganhos institucionais quanto relacionados à perpetuação do terço prevalecessem.

<sup>348</sup> APEB, Ordens Régias. Microfilme. v. 7, doc. 120, 210 e v. 95, fls. 214-216. Lisboa, 15 de setembro de 1703; RUSSELL-WOOD, 2005, p. 133.

<sup>349</sup> APEB. Ordens Régias. Microfilme. v. 7. Doc. 210. Carta a respeito do requerimento de Estevam da Costa, a fim de prover o cargo de 2º sargento do Terço de Henrique Dias da cidade da Bahia. Lisboa, 5 de setembro de 1704.

TABELA 10 - COMPANHIAS DO TERÇO DE HENRIQUE DIAS NA CIDADE DE SALVADOR EM 1757

Terço de Henrique Dias da Cidade – Capitão-mor Domingos de Aguiar								
PRIMEIRA PLANA			Capitão-Mor Sargento-Mor Ajudantes do Número: 2 Ajudantes Supranumerários: 2					
			Capitães	Alferes	Sargentos do Número	Sargentos Supra-Numerários	Soldados	Tambores Total
C O M P A N H I A S	Do Capitão-Mor	-	1	1	1	1	43	1 47
	Domingos de Almeida	1	1	1	1	1	16	1 21
	Sebastião Lopes	1	1	1	1	1	15	1 20
	Manoel Gonçalves de Moura	1	1	1	1	1	48	1 53
	José de Oliveira	1	1	1	1	1	42	1 47
	Francisco Xavier Correia	1	1	1	1	1	15	1 20
	Archangelo Benedito de São Francisco	1	1	1	1	1	28	1 33
	Pedro José de Aguiar	1	1	1	1	1	29	1 34
	Francisco Luís de Ataíde	1	1	1	1	1	30	1 35
	José Mendes de Moraes	1	1	1	1	1	28	1 33
	Francisco Xavier Soares	1	1	1	1	1	14	1 19
	Antônio de Pádua de Oliveira	1	1	1	1	1	33	1 38
	Total		11	12	12	12	331	12 390

Fonte: Carta do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha ao rei D. José remetendo os mapas e listas de todas as companhias de Ordenança e Terços de Auxiliares da Bahia. AHU – BA - Avulsos. cx. 133, doc. 10380. Bahia, 3 de novembro de 1757. Ver folha 189.

Em relação à circunstanciação dos postos nas companhias de pardos, estas estavam espalhadas, desde o começo, em diversos terços e, posteriormente, em diversos regimentos<sup>350</sup>, cuja oficialidade maior era composta de homens brancos. Os postos ocupados pela “gente parda”, num primeiro momento, eram os de soldados e capitães. No final do século XVII outros postos começaram a aparecer nas fontes pesquisadas. Não encontramos com exatidão o período em que estas funções foram preenchidas, mas em 1695 há referência aos alferes<sup>351</sup> e em 1719 alguns capitães nomearam seus cabos de esquadra<sup>352</sup> dentre os soldados alistados.

<sup>350</sup> Durante a Guerra de Sucessão espanhola (1701-1714), o sistema de Regimento firmou raízes na Europa, disseminando-se no Novo Mundo no início do século XVIII. VINSON III, Ben. **Bearing arms for His Majesty: the free-colored militia in Colonial Mexico**. California: Stanford University Press, 2001, p. 46.

<sup>351</sup> APEB. Seção Colonial, 1695, maço 335, folha 14.

<sup>352</sup> Carta que se escreveu ao Coronel Sebastião da Rocha Pitta sobre as listas que mandou e faltarem em algumas das companhias no seu regimento cabos de esquadra e sargentos. D.H. Bahia, 15 de março de 1719, v. 43, p. 51.

Na década de 1750, o quadro de funções já estava mais consolidado. As companhias apresentavam, além de alferes, nomeações para sargento do número e para sargento supranumerário<sup>353</sup>. Desta forma, nas companhias de homens pardos os postos que se consolidaram foram os de capitão, alferes, sargentos, cabo de esquadra e demais soldados nas companhias. A tabela seguinte representa a formação de uma companhia de homens pardos da Vila de Santo Amaro da Purificação em 1757.

**TABELA 11 - COMPANHIA DOS HOMENS PARDOS DA VILA DE SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO EM 1757**

<b>Capitão Agostinho de Siqueira e Souza</b>	
Alferes Manoel Ribeiro de Souza	
Sargento Inácio Gracês de Araújo	
Meirinho Bernardo da Silva de Souza	
Escrivão Valentim Ferreira de Souza	
<b>1ª Esquadra do Cabo Caetano Antônio Gomes</b>	
<b>Soldados</b>	<b>Estado civil</b>
Francisco de Menezes	Solteiro
José Ramos	Solteiro
Nicolau Barbosa Branco	Solteiro
Antônio José	Casado
Alexandre da Costa de Moura	Solteiro
Miguel Arcanjo	Solteiro
Gabriel Arcanjo	Solteiro
João Manoel	Solteiro
Onofre Telles de Jesus	Solteiro
João Soares	Casado
Ilias do Monte do Carmo	Solteiro
João Evangelista	Solteiro
João de Deus	Solteiro
José de Araújo	Solteiro
José Gonçalves Tinoco	Casado
Felix de Almeida Souto	Solteiro
Felix de Almeida	Casado
José Pereira do Lago	Solteiro

<sup>353</sup> Lista da Companhia dos homens pardos do Regimento do Capitão-mor José Pires de Carvalho. AHU - BA - Avulsos. Bahia, 3 de agosto de 1757, cx. 132, doc. 10278.

Pedro Pereira da Cunha	Solteiro
Sipriano da Silva	Solteiro
Francisco das Neves	Solteiro
Antônio Fagundes	Solteiro
Sebastião Pereira	Casado
Vicente Pereira	Casado

---

**2ª Esquadra do Cabo Theotônio de Theres**


---

Soldados	Estado Civil
Manoel Pereira	Solteiro
Miguel de Mello	Casado
Antônio Ribeiro	Solteiro
Valério de Moura	Solteiro
Miguel de Mello	Solteiro
Joseph Coutinho	Solteiro
Antônio Barbosa e seu filho	-
André de Barros	-
Caetano Joseph	-
Manoel Xavier	-
Francisco de [ilegível]	Casado
Antônio de Almeida Ferreira	Casado
Sebastião de Almeida	Casado
Gordiano de Almeida	Casado
Francisco Gonçalves Salgueiro	Casado
Anacleto de Faria	Casado
Domingos Barbosa	Casado
Antônio de Almeida	Casado
Francisco de Souza	Solteiro
José de Souza	Solteiro
José Soares	Solteiro
Feliciano de Albuquerque	Solteiro
Cosme Carneiro	Casado

---

**3ª Esquadra do Cabo Bonifácio Pereira**


---

Soldados	Estado civil
Vicente Duarte	Solteiro
João Duarte	Casado
João Ferreira	Casado
Antônio Gomes	Casado
Joaquim de Souza	Solteiro



Manuel de Souza	Solteiro
Antônio Barbosa Falora	Casado
Matheus Pereira	Casado
Manoel de Sá	Solteiro
Manoel Pereira do Nascimento	Solteiro
João da Silva	-
Antônio Gomes	-
Antônio de Oliveira	Solteiro
Francisco Monteiro	Casado
José Batista	Solteiro
João Lopes	Casado
Francisco Xavier de Goes	Casado
Romão de Araújo	Solteiro
Matheus da Silva	Casado
Vicente Ferreira	-
João Rodrigues	-
Leandro da Rocha	-
Valentim Fernandes	-
José Fernandes	-
Bernardo Fernandes	-
Gonçalo Fernandes	-

---

**Total de Soldados: 77**


---

Fonte: Carta do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha ao rei D. José remetendo os mapas e listas de todas as companhias de Ordenança e Terços de Auxiliares da Bahia. AHU – BA - Avulsos. cx. 133, doc. 10380. Bahia, 3 de novembro de 1757. Ver folha 145.

Os dados da tabela 11, além de demonstrarem como estavam circunstanciados os postos nas companhias dos pardos em 1757, também apontam alguns dados que destoam da maioria das outras fontes utilizadas na pesquisa. A nomeação de um Meirinho e um Escrivão é um deles. Nem mesmo o terço de Henrique Dias tinha estas funções. A lista dos soldados também acrescenta suas condições civis. Dos 77 soldados listados, 17 não apresentam esta informação, 25 eram casados e 35 eram solteiros. Na segunda esquadra há a informação de que Antônio Barbosa havia sido alistado juntamente com seu filho.

O aumento e diversificação de postos nas milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos demonstra, assim, uma faceta das conquistas alcançadas pelos milicianos no processo de institucionalização de suas corporações. As tropas da “gente parda”, apesar de limitadas às companhias, abriram um leque de possibilidades de mobilidade interna para os

que nelas ingressavam. No entanto, aqueles que estavam na corporação que se institucionalizou como terço de Henrique Dias viam este leque se abrir ainda mais, pois havia a chance de ascenderem aos prestigiosíssimos postos de primeira plana, comumente reservados para a elite local em outros terços<sup>354</sup>.

### 3.1.2 Trâmites para a nomeação e registro das patentes

Para algumas das funções descritas na seção anterior somente o alistamento já autorizava seu exercício. Outras passavam por trâmites de nomeações que envolviam diferentes autoridades. As funções que compunham o oficialato tinham procedimentos mais complexos para sua obtenção e provimento, como veremos a seguir. Quando Antônio de Souto recebeu a patente de “cabo de todos os soldados pretos” na Bahia, apesar da ligação que sua corporação ainda mantinha com Pernambuco, quem o elegeu para o posto foi o governador-geral da Bahia, Alexandre de Souza Freire. E em vez de solicitar que Antônio Gonçalves Caldeira, mestre de campo do terço de Pernambuco, fizesse a posse de Souto, a incumbência ficou para um mestre de campo baiano, Nicolau Aranha Pacheco, o qual deveria lhe dar “posse pelo oficial de seu terço que lhe parecer, de que se fará assento”<sup>355</sup>. Apesar da ligação entre o terço de Pernambuco e as companhias da Bahia na *sociogênese* da instituição, o fato de os aspectos burocráticos ligados à eleição e posse dos milicianos baianos ocorrerem na Bahia, e sob a coordenação de autoridades locais, demonstra a autonomia relativa que a corporação baiana ia adquirindo frente à pernambucana.

Ademais, depois que Souto já havia se tornado capitão-mor das companhias de pretos na Bahia, em 1667, foi ele próprio quem conduziu a posse e o juramento de seu primeiro capitão subordinado, Matheus Fernandes<sup>356</sup>. No ano seguinte, em janeiro, para assumir a segunda companhia dos homens pretos, foi nomeado Agostinho da Silva. A posse lhe foi dada por Antônio de Souto e o juramento e assento de sua patente foram feitos pelos

<sup>354</sup> KRAUSE, Thiago Nascimento. **A Formação de uma Nobreza Ultramarina**: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p. 112.

<sup>355</sup> Patente de Cabo de todos os soldados dos pretos do Terço que foi do Mestre-de-Campo Henrique Dias provido na pessoa do Capitão Antônio de Souto. D.H. Bahia, 28 de julho de 1667, v. 31, p. 378-379.

<sup>356</sup> Patente de Capitão de todos os pretos do Terço que foi de Henrique Dias provido no Ajudante Matheus Fernandes. D.H. Bahia, 1667, v. 31, p. 380-382.

Oficiais da Câmara de Salvador. Da mesma forma se procedeu com a companhia formada em setembro do mesmo ano, cujo capitão foi João Barbosa<sup>357</sup>.

Em 1677, com o falecimento de João Barbosa, assumiu como capitão da Companhia de Itapagipe o alferes Luiz Gonçalves Fagardo. Seu trâmite de posse e juramento ficou a cargo unicamente da Câmara. É bem possível que Antônio de Souto já tivesse falecido e que as companhias de homens pretos estivessem sem capitão-mor. O próximo capitão-mor de que se tem notícia é Matheus Fernandes Vieira, que aparece nas fontes a partir de 1696 e passa a dar posse e juramento aos oficiais<sup>358</sup>.

Em 1709, D. João V criou um Novo Regulamento para a escolha dos oficiais das ordenanças: quando estivesse vago o posto de capitão-mor, sargento-mor ou capitão da ordenança, uma lista com três nomes deveria ser formulada pela Câmara da cidade e o General das Armas, no caso da Bahia o próprio Governador, deveria indicar um dos nomes. Para os postos de alferes e sargento, quem deveria fazer a nomeação eram os capitães e o Governador aprovava a indicação. O Regulamento também estipulava que os escolhidos deveriam residir nos distritos onde estivesse o posto vago<sup>359</sup>. Silva descreve como o processo criado pelo Novo Regulamento de 1709 vigorou para a escolha de mestre de campo do terço de Henrique Dias, na capitania de Pernambuco. Em 1725, por falecimento do mestre de campo Domingos Rodrigues Carneiro, que ocupava o posto desde 1694, três candidatos foram listados e um foi escolhido para a função<sup>360</sup>.

No entanto, no que toca às ordenanças de africanos e afrodescendentes livres e libertos na Bahia, não encontramos em nenhum momento da pesquisa uma lista tríplice com sugestões de nomes para o preenchimento das funções vagas das corporações. A tendência que percebemos em todas as nomeações foi um efeito cascata, no qual a função de maior grau na hierarquia, quando vaga, era imediatamente preenchida pelo miliciano que ocupasse o

<sup>357</sup> Carta patente do posto de Capitão de uma das companhias de gente preta e livre que governa Antônio de Souto provido na pessoa de Agostinho da Silva. D.H. Bahia, 24 de janeiro de 1668, v. 31, p. 442; Carta patente do posto de capitão da companhia da gente preta livre, que se mandou formar na ocasião do aviso da Armada Holandesa provida em João Barbosa. D.H. Bahia, 27 de setembro de 1668. v. 11, p. 454.

<sup>358</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 18 de julho de 1696, maço 335, folha 18.

<sup>359</sup> Novo Regulamento sobre a escolha dos oficiais das Ordenanças. Lisboa, 18 de outubro de 1709. Sistema, ou Coleção de Regimentos Reais compilados por José Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa, Tomo V, Lisboa, p. 202-205, 1789. Disponível em: <<https://goo.gl/KhH195>>. Acesso em: 05 jun. 2018. “O alvará de 18.10.1709 alterou o mecanismo de provimento de postos, determinando que haveria a indicação de três nomes escolhidos pelos oficiais da Câmara, juntamente com o alcaide-mor, o donatário e o capitão-mor e, na ausência destes, com o sargento-mor da comarca. Estes informariam ao general ou cabo que governa as armas da província, para proposta ao rei, através do Conselho de Guerra, do nome julgado mais conveniente”. SALGADO, 1985, p. 313.

<sup>360</sup> SILVA, 2017, p. 186 e 201.

nível logo abaixo na escala das funções. Dessa forma, quando o capitão-mor falecia e o posto ficava vago, quem assumia era seu sargento-mor. No lugar deste sargento-mor ficava o ajudante do número, e assim por diante.

O fato de não existirem as listas tríplexes na Bahia pode ter relação com rivalidades e jogos de interesse no interior da própria instituição. Depois da promulgação do Novo Regulamento, em 1709, a próxima substituição para a função de capitão-mor do terço de Henrique Dias aconteceu em 1712. O capitão-mor Gaspar dos Reis Bezerra havia falecido e quem o substituiu foi Antônio Fernandes Passos, que na época era sargento-mor. No caso analisado por Silva, em relação à lista tríplex para escolha de mestre de campo em Pernambuco, o autor destaca que o oficial escolhido foi aquele que tinha mais anos de experiência no terço<sup>361</sup>. No caso baiano, além de não existir a lista tríplex, consta que Antônio Fernandes Passos não era o oficial mais antigo na corporação.

Passos matriculou-se soldado (1674) com apenas treze anos, em Pernambuco. Em 1679 passou como soldado para o terço da Bahia. Na nova Praça graduou-se sargento, alferes, ajudante de capitão, ajudante do número, sargento-mor e, finalmente, capitão-mor. O posto de ajudante de sargento-mor ele recebeu no mesmo ano em que seu tio, Matheus Fernandes, tornou-se capitão-mor (1690). E, apesar de existir um capitão com mais anos de serviço que ele no terço – Miguel de Souza e Castro –, Passos foi o escolhido. Além disso, é preciso notar que Antônio Fernandes Passos vinha de uma família marcada pela participação de vários membros na luta contra os holandeses em Pernambuco, inclusive seu pai, Antônio Fernandes. A influência e relações de seus familiares dentro do terço de Henrique Dias pode ter sido um propulsor da sua escalada e também um elemento favorável à permanência de gerações de sua família dentro da instituição<sup>362</sup>. O favorecimento de familiares dentro da corporação também pode ser um dos motivos para a inexistência da lista tríplex no terço de Henrique Dias na Bahia.

A carta patente era concedida apenas para as funções de primeira plana e para os capitães. A partir de 10 de fevereiro de 1719, por Provisão Real, o oficial que recebesse uma dessas funções deveria mandar confirmar a patente dentro de seis meses, conforme o Capítulo 16 do Novo Regimento do Governo-Geral. A confirmação da nomeação, na maior parte dos

---

<sup>361</sup> SILVA, 2017, p. 186.

<sup>362</sup> Requerimento do Sargento-mor Antonio Fernandes Passos, homem preto, ao Rei [D. João V], pedindo um dos hábitos das três ordens militares, com tenças efetivas, e de outro valor de tença nas obras pias. AHU – PE, cx. 29, doc. 2572. Pernambuco, 7 de janeiro de 1720.

casos, demorava bastante tempo para chegar às mãos dos requerentes. O caso de Domingos de Aguiar exemplifica os imbróglis deste trâmite.

Aguiar ingressou como soldado no terço de Henrique Dias em 1726. Foi cabo de esquadra, sargento do número, alferes, capitão, ajudante supranumerário, ajudante do número e sargento-mor. Após vinte anos de dedicação ao terço, foi provido no posto de capitão-mor pelo Vice-Rei Conde de Galveias. Sua carta patente havia sido lavrada em 18 de outubro de 1746<sup>363</sup> e remetida à Corte para que fosse confirmada pelo rei. Como a confirmação tardava a chegar, talvez por ter sofrido algum descaminho, Aguiar solicitou uma segunda via em 1752<sup>364</sup>. Dez anos se passaram e nem a segunda via tinha chegado às mãos do capitão-mor. Diante disso, o oficial requereu mais uma vez ao rei a confirmação de sua patente<sup>365</sup>. E por fim, após dezesseis anos de espera, em 20 de novembro de 1762 sua função miliciana havia sido gravada no Registro de Mercês Real em Lisboa<sup>366</sup>.

É bem provável que nas duas primeiras tentativas os pedidos de confirmação nem tenham chegado a Lisboa. Vários motivos podem justificar este descaminho: eram comuns os naufrágios e capturas por piratas dos navios que seguiam do Estado do Brasil para Lisboa. Na comunicação transatlântica com frequência as missivas se perdiam ou atrasavam, e muitos enviavam várias cópias de suas correspondências por diferentes navios, para minimizar o risco de extravio<sup>367</sup>.

A insistência de Aguiar para ter em mãos sua patente confirmada tinha outras motivações. Este capitão-mor foi o único do período estudado nesta tese a requerer a patente de mestre de campo do terço de Henrique Dias, como acontecia em Pernambuco<sup>368</sup>. E para isto ele precisava de todos os documentos que comprovassem sua carreira militar. É interessante observar a argumentação feita pelo requerente no corpo do texto da solicitação da patente de mestre de campo. Este pedia “que se passe sua carta [de Mestre de Campo] na forma de seu antecessor”. No entanto, seu predecessor não havia recebido tal patente, ou, pelo

<sup>363</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 18 de outubro de 1746, maço 357, folha 58v.

<sup>364</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 8 de outubro de 1752, maço 360, folha 9.

<sup>365</sup> Requerimento de Domingos de Aguiar ao rei (D. José) solicitando que se lhe passe carta patente de confirmação do posto de Capitão-mor do Terço de Henrique Dias. AHU - BA – Avulsos. Bahia, 23 de outubro de 1762. Cx. 149, doc. 11466.

<sup>366</sup> ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 17, f. 327. Lisboa, 20 de novembro de 1762.

<sup>367</sup> BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia**: de Gutemberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 35.

<sup>368</sup> Requerimento do ex-sargento-mor da cidade da Bahia, o preto Domingos de Aguiar ao rei (D. João V) solicitando sua carta de Mestre de Campo na forma do estilo. AHU – BA – Avulsos. Bahia, 13 de setembro de 1747. Cx. 91, doc. 7378.

menos, não há menção a isto em documento algum coletado nesta pesquisa. A desconfiança também foi despertada nos Conselheiros que, à margem do requerimento, solicitaram que “responda a Secretaria com que há a respeito da confirmação da patente de Luiz Tavares de Menezes”, capitão-mor do terço antes de Aguiar. Como a informação não procedia, Domingos de Aguiar, além de esperar anos para receber sua carta patente de capitão-mor, jamais recebeu o título de mestre de campo. No entanto, mesmo em Pernambuco, onde a patente de mestre de campo se enraizou desde Henrique Dias, tal função foi extinta após a morte de Brás de Brito e Souto em 1768, sendo que a recomendação para que a extinção do posto já havia sido anunciada ao Conselho Ultramarino em 1729 pelo governador de Pernambuco Duarte Sodré Pereira<sup>369</sup>.

Procedimentos parecidos também ocorreram com outros oficiais nomeados para as funções de sargento-mor, ajudante e capitão do terço. Houve situações em que o miliciano chegou a ser substituído no posto, por não ter requerido a confirmação de sua carta patente no período de seis meses após sua nomeação. Apesar da legislação de 1719 reforçar a necessidade da confirmação da carta patente, esta prática já era executada anos antes. Em 1706, o capitão de uma companhia dos pardos da cidade de Salvador, Manoel da Silva, perdeu seu posto para Antônio de Souza, por não ter confirmado sua patente no prazo estabelecido<sup>370</sup>.

Nas tropas de africanos e afrodescendentes, diferente das funções de primeira plana e de capitão, os alferes eram nomeados por meio de alvarás, enquanto os soldados e tambores eram meramente alistados pelo capitão e registrados na Vedoria Geral. Já na companhia, alguns soldados eram nomeados pelo capitão como sargentos, furriéis e cabos de esquadra.

### 3.1.3 Alistamento, mostras, exercícios e funções

Ao longo do processo de institucionalização das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos, na segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, mudanças significativas ocorreram na estrutura destes corpos. As funções exercidas por cada posto hierárquico foram melhor se definindo. E as atividades referentes aos exercícios militares e disciplinarização das tropas também foram melhor se delineando.

---

<sup>369</sup> SILVA, 2017, p. 187.

<sup>370</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 15 de maio de 1709, maço 337, folha 104.

No entanto, foi somente após as reformas da segunda metade do século XVIII que estas ações se complexificaram quantitativamente e qualitativamente modelando um novo quadro para estas tropas.

Em relação ao alistamento dos soldados, notamos que esta função foi exercida principalmente pelos capitães de companhias ao longo do processo de institucionalização das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Cabia a estes oficiais percorrer os distritos pelos quais eram responsáveis e alistar todos os homens disponíveis ou que fossem considerados aptos. No primeiro capítulo notamos que, por determinação do *Alvará das Ordenanças* de 1574, a idade destes homens deveria estar entre 18 e 60 anos. No entanto, nem sempre a regra era seguida. Antônio Fernandes Passos, como vimos, ingressou nas ordenanças com apenas 13 anos.

Quando João Barbosa foi nomeado capitão da companhia do distrito de Itapagipe, em setembro de 1668, já havia sido incumbido de alistar soldados desde janeiro, com ordem de “ajuntar gente de que se lhe forme Companhia chegando ao número suficiente”<sup>371</sup>. Em 1712 os capitães do terço de Henrique Dias foram incumbidos de reconduzir os “homens pretos forros” que estivessem no Recôncavo para que estes se matriculassem nas companhias do terço<sup>372</sup>. Por provisão de 20 de julho de 1718, todos os regimentos de ordenança receberam a tarefa de alistar os homens da cidade de Salvador e do Recôncavo capazes de pegar em armas e os integrar às suas companhias; em alguns casos, novas companhias foram criadas para comportar os alistados, como a companhia de pardos do capitão Miguel Mendes Vasconcelos<sup>373</sup>.

A atuação dos capitães africanos e afrodescendentes como responsáveis pelo alistamento podia proporcionar-lhes um aumento no respeito com que eram vistos em suas relações sociais. Eram eles que percorriam residência por residência para listar aqueles capazes de pegar em armas, bem como eram eles que retornavam a estes lares ou a

---

<sup>371</sup> Portaria para o Provedor Mor da Fazenda Real mandar fazer caderno em que se alistem os soldados pretos forros. D.H. Bahia, 14 de janeiro de 1668, v. 7, p. 347; Carta patente do posto de capitão da companhia da gente preta livre, que se mandou formar na ocasião do aviso da Armada Holandesa provida em João Barbosa. D.H. Bahia, 27 de setembro de 1668, v. 11, p. 454; Alvará pelo qual se proveu o posto de Alferes da Companhia da gente preta forra, de que é Capitão João Barbosa, provido na pessoa de Luiz Gonçalves Fagardo. D.H. Bahia, 11 de novembro de 1668, v. 12, p. 11.

<sup>372</sup> Ordem para Antônio Fernandes Passos Capitão-mor da gente preta reconduzir os homens pretos forros que houver no Recôncavo para sentar praça. D.H. Bahia, 11 de março de 1712, v. 53, p. 148.

<sup>373</sup> Patente do posto de capitão da companhia de Infantaria da Ordenança dos homens pardos do Regimento do Coronel José Felis Bezerra Peixoto provido na pessoa de Miguel Mendes de Vasconcelos. D.H. Bahia, 5 de setembro de 1719, v. 43, p. 251.



esconderijos quando os soldados se escondiam para não cumprir as diligências que lhes eram incumbidas. Cabia inclusive aos capitães a tarefa de levar presos os que fugiam de suas obrigações milicianas. Em 1669, os capitães afrodescendentes Agostinho da Silva e Matheus Fernandes percorreram fazendas e casas de pessoas importantes, dentre elas oficiais maiores, em busca de soldados que haviam fugido para não ir aos mocambos. Caso não seguissem os capitães, a ordem era para que os desertores fossem levados presos à cadeia da cidade<sup>374</sup>.

Em 1735 foi dada ordem pelo governador-geral ao capitão-mor do terço de Henrique Dias para que seus oficiais, em vez de simplesmente alistarem os soldados, como era de praxe, prendessem todos os africanos e afrodescendentes livres e libertos da cidade de Salvador e seus subúrbios e os conduzissem à Vedoria para sentar praça. Esta ação demonstra que algumas vezes o alistamento nas milícias foi coercitivo. No entanto, muitos soldados apresentavam-se voluntariamente, como no caso do capitão Antônio Pereira da Conceição:

Lançado um bando para todo aquele que quizer se sentar praça de sua própria vontade se lhe daria baixa depois de cinco anos de praça, pedindo-a, cujo bando se lançou em o ano de mil setecentos e vinte e cinco a tantos de fevereiro, em cujo era-lhe dito suplicante assistente e morador fora da cidade em o Recôncavo dela, e tendo notícia do dito bando e suas condições se resolvera desejoso de servir a Vossa Majestade voluntariamente e vir para a cidade passado dois meses daquela publicação do dito bando fizera petição ao dito vice-rei dizendo nela que de sua própria vontade queria sentar praça de soldado.<sup>375</sup>

Após a matrícula, os recrutados deveriam, ao comando do sargento-mor do terço, ser conduzidos às mostras<sup>376</sup>. Estas geralmente ocorriam após um rebate. Ao som dos sinos da Igreja e de tiros de canhões, todos os componentes das tropas deveriam se reunir em frente à Igreja de São Pedro<sup>377</sup>. Os rebates poderiam alarmar possíveis perigos, mas estas eram ocasiões em que geralmente várias conferências eram feitas em relação à organização das companhias. Uma delas dizia respeito à verificação da quantidade de soldados participantes em cada companhia. Nas mostras, a obrigação de comparecimento não era só dos soldados, mas também dos oficiais; caso estes não comparecessem, deveriam ser castigados, e em

<sup>374</sup> Ordem que levaram os capitães pretos forros Agostinho da Silva Bezerra e Matheus Fernandes para ajuntarem a gente de suas companhias e a tirarem de onde estiverem. D.H. Bahia, 22 de maio de 1669. v. 4, p. 154.

<sup>375</sup> Consulta do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do pardo Antônio Pereira da Conceição, em que pede a confirmação da patente do dito posto de capitão da ordenança do regimento dos homens pardos da praça da Bahia. AHU - BA - Avulsos. Lisboa, 15 de julho de 1745. cx. 83, doc. 6804.

<sup>376</sup> Portaria para o provedor-mor da Fazenda. D.H. Bahia, 28 de setembro de 1735, v. 76, p. 223; Portaria para o capitão-mor do Terço da gente preta. D.H. Bahia, 28 de setembro de 1735, v. 76, p. 223.

<sup>377</sup> Ordem para o Capitão mor do Terço da Gente preta desta Praça sobre (sic). Bahia, 27 de Janeiro de 1725. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 18, p. 115.

última instância poderiam receber baixa de seus postos, pois estavam dando “maus exemplos” com tal procedimento<sup>378</sup>.

Às mostras se seguiam os exercícios militares. Desde as primeiras legislações sobre as ordenanças, criadas no século XVI, já havia a exigência de que aos domingos e dias santos os milicianos se reunissem para os exercícios, principalmente os que envolviam a disciplina e a prática de tiro<sup>379</sup>. Os armamentos mais utilizados eram as clavinas castelhanas e espingardas com cabos longos e curtos<sup>380</sup>. No que tange aos mecanismos de funcionamento da Provedoria e aos processos vivenciados pelos milicianos, é possível verificar a ação do provedor-mor como o responsável pela disponibilização de armamentos, pólvora, balas, pederneiras, pagamentos, ferramentas para limpezas e faxinas, dentre outros materiais necessários à atividade miliciana<sup>381</sup>, como segue na portaria:

*Portaria para o Provedor-Mor mandar dar pederneiras ao Sargento do Terço dos homens pretos*

O Provedor-Mor da Fazenda Real deste Estado mande dar à ordem do Sargento-Mor do Terço dos homens pretos desta Praça trezentas e quarenta pederneiras para as armas dos Soldados do mesmo Terço. Bahia e Junho 28 de 1713.<sup>382</sup>

No entanto, havia alguns capitães que forneciam com recursos próprios o material necessário para os treinos. Este foi o caso do capitão dos pardos Miguel Mendes de Vasconcelos, o qual, em 1726, custeava a pólvora e vestimenta de seus soldados<sup>383</sup>. Os

<sup>378</sup> Carta do Rei de Portugal ao Vice-Rei do Brasil sobre os oficiais dos Terços não assistirem às mostras, como manda seus deveres. Ordena S.M., por resolução datada de 22 do corrente mês e ano, que faltando qualquer oficial militar dos Terços da Praça da Bahia às mostras, dando com tal procedimento maus exemplos, sejam dadas baixas nos seus postos, conforme dispõe o regimento em vigor. APEB. Ordens Régias. Microfilme. Lisboa, 23 de março de 1729, v. 24. Doc. 41; Carta do Vice-Rei do Brasil ao Rei de Portugal, em resposta, dizendo que fará executar as ordens de S.M. a respeito dos oficiais dos Terços serem obrigados a frequentar as mostras. APEB. Ordens Régias. Microfilme. Bahia, 15 de julho de 1729. v. 24. Doc. 41 A.

<sup>379</sup> Portaria para o capitão-mor do Terço da gente preta. D.H. Bahia, 28 de maio de 1736. v. 77, p. 23.

<sup>380</sup> Portaria para o Provedor-mor ordenar ao Almoxarife das armas excute o que nela se lhe ordena, sobre as que tem e hão de levar os dois Soldados expressados. D.H. Bahia, 3 de abril de 1719. v. 55, p. 224. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Portaria para o Desembargador Provedor-mor da Fazenda sobre entregar ao Furriel do Terço de Henrique Dias, uma clavina das castelhanas. Bahia, 23 de maio de 1724. v. 18, p. 29v.

<sup>381</sup> D.H. Bahia, 31 de agosto de 1713, v. 53, p. 249; D.H. Bahia, 13 de dezembro de 1713. v. 53, p. 260; D.H. Bahia, 9 de março de 1719, v. 55, p. 208.

<sup>382</sup> D.H. Bahia, 28 de setembro de 1713, v. 53, p. 239.

<sup>383</sup> Carta do Rei de Portugal ao Governador da Bahia a respeito da representação de Miguel Mendes de Vasconcelos, Capitão de Infantaria da Ordenança dos Homens Pardos do Regimento de que foi Coronel Joseph Telles Bezerra Peixoto, sobre estar com sua companhia ocupado nos trabalhos da Fortaleza do Barbalho, vestindo e fornecendo pólvora a seus soldados para a ocasião necessária ao serviço de S. M., por sua própria conta e não obstante seus esforços em exercitá-los no serviço militar, etc., são presos e obrigados a sentar praça

oficiais maiores do terço de Henrique Dias também praticavam, em algumas ocasiões, o custeio das vestimentas de seus soldados, como fez Caetano Rodrigues Pinheiro quando exercia a função de ajudante do número<sup>384</sup>.

Ao longo do processo de institucionalização das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos, os postos foram se circunstanciando e as funções específicas de cada um deles também iam se delineando. Pela discussão acima já pudemos observar que ao capitão-mor cabia a função de dar posse e juramento aos seus oficiais. Este também recebia as ordens diretas do governador-geral e as repassava aos subalternos. O sargento-mor era responsável pelo material utilizado e pela condução das mostras e exercícios. Também lhe cabia a escolha de capitães e soldados para diligências específicas<sup>385</sup>. Os ajudantes numerário e supranumerário auxiliavam o sargento-mor em suas funções. Os capitães alistavam e cuidavam da manutenção da quantidade de soldados nas companhias. Além disso, eram eles que guardavam, muitas vezes em suas residências, as armas utilizadas pelos soldados<sup>386</sup>. Os alferes auxiliavam os capitães e frequentemente supervisionavam a execução das faxinas<sup>387</sup>. E os soldados cumpriam as mais diversas diligências, fossem elas militares ou policiaescas.

### 3.1.4 Fardas e soldos

Ao mesmo tempo em que os postos e os trâmites de obtenção de patentes fizeram parte do processo de enraizamento e institucionalização das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos, outras faces deste processo merecem atenção. As demandas por fardamento e soldos também foram importantes peças nas conquistas obtidas pelos milicianos. Em 1689, três missivas individuais, mas com conteúdos semelhantes, foram enviadas ao rei D. Pedro II. As cartas foram remetidas em nome de três capitães do “Terço do

---

de soldados pagos e artilheiros, tendo por isto sua companhia reduzida de 30 homens, quando era de 50. Ordena o Rei providências do Governo nesse sentido. APEB. Ordens Régias. Microfilme. Lisboa, 29 de junho de 1726. v. 21. Doc. 38.

<sup>384</sup> Requerimento de Caetano Rodrigues Pinheiro ao rei (D. João V) solicitando confirmação de carta patente de sargento-mor do Terço dos homens pretos da cidade da Bahia. AHU – BA – Avulsos. Bahia, 2 de abril de 1738. Cx. 61, doc. 5203.

<sup>385</sup> APEB. Portaria para o Capitão-mor do Terço da gente preta desta praça. Bahia, 14 de julho de 1731. Maço 462.

<sup>386</sup> APEB. Secção Judiciária. *Inventários e testamentos*, 1749, class. 04/1577/2046/03.

<sup>387</sup> Carta para o Coronel Egas Muniz Barreto, mandar cem negros de seu Regimento trabalhar na faxina. D.H. Bahia, 17 de janeiro de 1713, v. 42, p. 96-97.

Mestre de Campo que foi Henrique Dias”. Eram eles José Fernandes Mascarenhas, Matheus Fernandes e Francisco Borges. Nas cartas, os capitães ressaltavam que serviram à Coroa nas guerras de Pernambuco até sua restauração, estiveram nas “jornadas do sertão” e combateram o “gentio bárbaro”. Ressaltavam que nestas diligências correram risco de vida, e em contrapartida não recebiam remuneração alguma por seus serviços. Desta forma, requeriam do rei que lhes fossem concedidos soldo e farda, da mesma forma que os capitães de infantaria brancos recebiam.

Dom Pedro II enviou carta ao governador-geral, Matias da Cunha, e pediu-lhe um parecer sobre o requerimento dos capitães, no qual constasse uma resposta em relação à possibilidade de conceder soldo e farda aos milicianos<sup>388</sup>. Não conseguimos acessar a resposta de Matias da Cunha, mas de qualquer forma a petição dos capitães não surtiu efeito, pois os oficiais do terço de Henrique Dias permaneceram por mais algumas décadas sem o recebimento de soldo e farda.

O fornecimento de fardas para as três linhas da guarnição baiana tinha muitas dificuldades de se efetivar. Este processo se dava por meio de um sistema de contratos, no qual a Câmara tinha a tarefa de cobrar e despender os fundos para o fardamento<sup>389</sup>. Desta forma, os fardamentos não foram regulares na maior parte do processo de institucionalização das companhias de pretos e pardos livres e libertos na Bahia. Eventualmente, um capitão ou outro fardava sua companhia às suas custas e depois requeria da Coroa alguma mercê.

Nas primeiras formações, o exercício miliciano nas tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos não era remunerado. No entanto, em eventuais diligências, os milicianos solicitados recebiam algumas gratificações. Em 1719, alguns soldados receberam vinte patacas cada um para levar cartas a Jacobina<sup>390</sup>; em 1730, outros soldados receberam algumas patacas por ajudarem na Casa de Fundição<sup>391</sup>. E assim por diante, de pataca em pataca, eram gratificados por serviços específicos e de forma esporádica. Em 1713, o próprio governador-geral, Pedro de Vasconcelos e Souza, recomendou a D. João V que os

<sup>388</sup> Carta de Sua Majestade sobre o Capitão João Fernandes Mascarenhas. D.H. Lisboa, 16 de março de 1689, v. 68, p. 197; Carta de Sua Majestade sobre o Capitão Matheus Fernandes, homem preto. D.H. Lisboa, 16 de março de 1689, v. 68, p. 198; Carta de Sua Majestade sobre o Capitão Francisco Borges, homem preto. D.H. Lisboa, 16 de março de 1689, v. 68, p. 199.

<sup>389</sup> BOXER, Charles R. **A idade de ouro no Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 166 e 171.

<sup>390</sup> Portaria para o Provedor-mor mandar dar vinte patacas a cada um dos soldados de Henrique Dias. D.H. Bahia, 31 de janeiro de 1719, v. 55, p. 159.

<sup>391</sup> Portaria para o desembargador-mor da Fazenda. APEB. Portarias. Maço 462. Bahia, 14 de agosto de 1729.

oficiais do terço de Henrique Dias da Bahia recebessem fardas e porções de farinha para seu sustento; no entanto, o Rei rejeitou a recomendação<sup>392</sup>.

Eram frequentes os relatos de que muitos milicianos viviam na miséria. Em Portaria de 1730, o governador-geral, Conde de Sabugosa, ordenou ao desembargador provedor-mor que desse 16 mil réis ao sargento José Ferreira e 8 mil réis para os soldados Miguel Delgado, Pedro Vieira e Thomas de Carvalho, os quais eram “uns pobres e miseráveis” e precisavam de ajuda de custo em relação ao serviço que haviam empreendido nas Minas Novas, ao longo de um ano, onde conduziram o chumbo e outros materiais da Casa de Fundição<sup>393</sup>.

Ademais, não eram apenas os soldados e oficiais menores que viviam na pobreza. Em 1743, os ajudantes do número e supra do terço de Henrique Dias da gente preta da guarnição da praça da Bahia, Arcanjo Benedito de São Francisco, Antônio de Pádua, Aleixo das Neves e Antônio de Cristo, fizeram petição de acréscimo em seus soldos. Tratava-se de oficiais de primeira plana, os quais eram casados e portanto tinham obrigações com o sustento de suas famílias, não tendo “outra agência” além da função milicianana. Todos eles recebiam 640 réis mensais, o mesmo soldo de um soldado do regimento pago. A partir deste requerimento, D. João V ordenou, “em atenção às suas pobreza e misérias” e por ocuparem postos tão distintos, que tivessem seus soldos duplicados. Dessa forma, passaram a receber 1.280 réis por mês, além de uma quarta de farinha a cada dez dias e fardas brancas e coloridas<sup>394</sup>.

Podemos perceber que na década de 1740 alguns oficiais do terço de Henrique Dias já recebiam soldo mensal. Mas a peleja por esta conquista havia começado bem antes. Além dos milicianos que haviam solicitado soldos e fardas no século anterior, em 1739 a instituição centenária dos henriques recomeçou uma empreitada para o requerimento de soldos. Para tanto, o capitão-mor do terço e os demais oficiais trataram de recolher diversas certidões que atestavam o quão útil a corporação vinha sendo para o serviço real na capitania da Bahia. Várias autoridades emitiram pareceres favoráveis aos henriques, dentre elas o desembargador, o provedor, o ouvidor e o mestre de campo do terço Velho. Após recolhidos todos os documentos, os milicianos enviaram requerimento a D. João V solicitando soldos, como se

<sup>392</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 138.

<sup>393</sup> APEB. Portaria para o Desembargador Provedor-mor. Bahia, 26 de maio de 1730. Maço 462.

<sup>394</sup> Requerimento dos ajudantes do número e supra do Terço de Henrique Dias da gente preta da guarnição da praça da Bahia Arcanjo Benedito de São Francisco, Antônio de Pádua, Aleixo das Neves e Antônio de Cristo ao rei (D. João V) solicitando um soldo de 1240 réis mensais, uma quarta de farinha a cada dez dias e fardas brancas e de cor. AHU - BA. Bahia, 25 de junho de 1743. Cx. 76, doc. 6328.

praticava em Pernambuco<sup>395</sup>. Os conselheiros do Conselho Ultramarino se mostraram favoráveis à concessão da remuneração. O rei solicitou que o vice-rei do Estado do Brasil, conde das Galveias, emitisse seu parecer. Em setembro de 1739, o vice-rei respondeu com parecer favorável<sup>396</sup>.

Em um requerimento da década de 1740, os milicianos utilizaram o terço de Pernambuco como espelho para adensarem seus pedidos por melhores soldos. O capitão-mor e demais oficiais do terço de Henrique Dias listaram todos os serviços que prestaram ao longo dos anos à Coroa e pediram igualdade de soldos em relação a Pernambuco. A solicitação lhes foi concedida por Resolução de 20 de outubro de 1743. Em Pernambuco, o mestre de campo recebia 5 mil réis por mês, o sargento-mor 1380 réis, os ajudantes do número e supra 640 réis de soldo mensal em 1745<sup>397</sup>.

Na década de 1760, José de Mirales, tenente-coronel da tropa paga, escreveu sua *História Militar do Brasil*<sup>398</sup>. Trata-se de um compêndio da organização militar no Estado desde o estabelecimento do governo-geral, em 1549, até a metade do século XVIII. O oficial dedicou algumas páginas ao terço de Henrique Dias. A respeito dos soldos desta formação, ele apresentou as seguintes informações:

---

<sup>395</sup> Requerimento do capitão-mor, oficiais e soldados do Terço da gente preta, intitulados Henrique Dias da praça da Bahia ao rei (D. João V) a pedirem contribuição dos soldos aquartelados. AHU - BA – Avulsos. Bahia, anterior a 17 de fevereiro de 1739. Cx. 64, doc. 5431.

<sup>396</sup> Carta do (Vice-rei e Capitão-general do Estado do Brasil) André de Mello e Castro, (Conde das Galveias) ao rei (D. João V) sobre a contribuição dos soldos aquartelados de que pedem o Capitão-mor, oficiais e soldados do Terço da gente preta intitulados Henrique Dias da praça da Bahia. AHU - BA – Avulsos. Bahia, 28 de setembro de 1739. Cx. 66, doc. 5583.

<sup>397</sup> Carta do Rei de Portugal ao Vice-Rei do Brasil sobre conceder aos oficiais do Terço de Henrique Dias, da Praça da Bahia os soldos que suplicaram em igualdade com os de Pernambuco. APEB. Ordens Régias. Microfilmes. Lisboa, 25 de junho de 1744. v. 42. Doc. 98 e 98A.

<sup>398</sup> ABN RJ. v. 22. MIRALES, José de. **História Militar do Brasil**: desde o ano de mil quinhentos e quarenta e nove, em que teve principio a fundação da cidade de Salvador Bahia de Todos os Santos.

TABELA 12- DESPESAS COM OS OFICIAIS DO TERÇO DE HENRIQUE DIAS NA DÉCADA DE 1760

<b>Despesas com os oficiais do Terço de Henrique Dias</b>	Soldo mensal (em réis)	Soldo anual (em réis)
Um capitão-mor	5.000	60.000
Um sargento-mor	1.380	16.560
		8.000 (farda)
Dois ajudantes do número	640 (cada)	15.360
Dois ajudantes supranumerários	640 (cada)	15.360
Um sargento do número	640	7.680
Um sargento supranumerário	640	7.680
<i>Total</i>		<i>130.640</i>

Fonte: ABNRJ. v. 22. MIRALES, José de. **História Militar do Brasil**: desde o ano de mil quinhentos e quarenta e nove, em que teve principio a fundação da cidade de Salvador Bahia de Todos os Santos. p. 116.

Uma informação que salta aos olhos na tabela produzida por Mirales é a ausência do capitão como recebedor deste pagamento. Na hierarquia interna da corporação, o capitão estava acima do sargento do número e do sargento supranumerário, os quais eram contemplados com o recebimento mensal. Algumas hipóteses podem ser levantadas a este respeito: a primeira é que o escritor coevo possa ter se enganado; a outra hipótese está relacionada com as diferentes diligências designadas a capitães e sargentos. Há um códice no Arquivo Público do Estado da Bahia<sup>399</sup> onde várias portarias foram compiladas para os anos de 1729 a 1738. Das portarias emitidas para o terço de Henrique Dias, contendo diligências que este deveria executar, a maioria era direcionada aos sargentos. Das 22 ordens emitidas neste período, somente duas eram direcionadas a capitães; as demais exigiam a presença de sargentos do número ou supra do terço e demais soldados. A recorrência destas diligências também chama a atenção. Eram tarefas a serem realizadas em Jacobina, Minas Novas, Capoame, Água Fria, entre outras, ou seja, locais fora da cidade de Salvador, alguns deles bem distantes. O que parece é que, enquanto os capitães tinham a tendência de cumprir diligências na cidade de Salvador, onde melhor conciliavam sua função com as atividades econômicas que desenvolviam, os sargentos eram solicitados a se deslocarem da cidade e necessitavam de soldo fixo.

<sup>399</sup> APEB. Seção Colonial. Portarias. Códice 462 (1729-1738).



De resto, em mais de dez anos, o soldo que os oficiais de plana maior e os sargentos do número e supras recebiam no terço de Henrique Dias não teve seu valor aumentado. Parece até mesmo que a conquista dos ajudantes em 1743, quando dobraram seus soldos, havia sido revogada. Em 1757, os oficiais do terço de Henrique Dias enviaram missiva a D. José I, solicitando que seus soldos e foros fossem iguais aos dos oficiais e soldados das tropas pagas<sup>400</sup>. No entanto, não encontramos a resposta a este requerimento.

Os demais milicianos que continuaram sem soldo mensal recebiam apenas remunerações esporádicas por algumas diligências<sup>401</sup>. O não recebimento de soldo por mais de cem anos de existência das companhias e a conquista da remuneração apenas para os oficiais maiores e sargentos foram prováveis motivos para que muitos soldados e oficiais menores abandonassem a corporação. Alguns destes casos podem ser enquadrados como baixa por “deixação”<sup>402</sup>, ou seja, quando o miliciano simplesmente abandonava a corporação. Outros oficiais perdiam suas patentes por estarem ausentes e não cumprirem suas funções<sup>403</sup> e por não comparecerem às mostras e exercícios regulares. Este foi o caso do capitão Pedro de Souza, na década de 1730, o qual por incapacidade faltou às obrigações militares e não comparecia às faxinas e rebates<sup>404</sup>. Caso semelhante foi o ocorrido com o Capitão Pedro de Souza:

Porquanto Pedro de Souza capitão de uma companhia do Terço de gente preta desta cidade, de que é capitão-mor Miguel de Souza de Crasto, sendo provido no dito posto há muitos anos, se não mandou até aqui confirmar por Sua Majestade que Deus o guarde, nem cuida nas obrigações deste, pois falta às funções militares de faxinas e rebates, pelo seu mal procedimento se tem feito totalmente incapaz de exercê-lo<sup>405</sup>.

<sup>400</sup> Carta do Rei de Portugal ao Vice-Rei do Brasil ordenando informações e parecer sobre o requerimento dos Oficiais Soldados do Terço de Henrique Dias, da Praça da Bahia, solicitando concessão de todas as honras e privilégios que gozam os Oficiais e Soldados das Tropas pagas e todas as mais que julgar merecedores. APEB. Ordens Régias. Microfilme. Lisboa, 11 de maio de 1757. v. 58. Doc. 14, 14A e 14B.

<sup>401</sup> Nas cartas patentes emitidas antes de 1744 havia a descrição de que para exercer o posto de capitão “não haverá soldo algum”.

<sup>402</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 30 de março de 1697, maço 336, folha 31; APEB. Seção Colonial. Bahia, 1697, maço 336, folha 28; APEB. Seção Colonial, 12 de março de 1698, maço 335, folha 78; APEB. Seção Colonial. Bahia, 17 de dezembro de 1699, maço 336, folha 117V; APEB. Seção Colonial. Bahia, Julho de 1703, maço 335, folha ?; APEB. Seção Colonial. Bahia, 18 de abril de 1705, maço 337, folha 33; APEB. Seção Colonial. Bahia, 8 de outubro de 1713, maço 338, folha 90; APEB. Seção Colonial. Bahia, 18 de março de 1718, maço 339, folha 178V; APEB. Seção Colonial, ? de junho de 1718, maço 339, folha 226V.

<sup>403</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 28 de julho de 1698, maço 335, folha 97; APEB. Seção Colonial. Bahia, setembro de 1718, maço 340, folha 44; D.H. 10 de novembro de 1706, v. 34, p. 377; APEB. Seção Colonial. Bahia, 12 de julho de 1719, maço 340, folha 165; APEB. Seção Colonial. Bahia, 2 de março de 1750, maço 357, folha 267V; APEB. Seção Colonial. Bahia, 21 de maio de 1753, maço 358, folha 58V.

<sup>404</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 12 de dezembro de 173?, maço 352, folha 39.

<sup>405</sup> Requerimento de Domingos Henriques do Rosário ao Rei (D. João V) solicitando confirmação de carta patente do posto de capitão de uma companhia do Terço dos Homens Pretos. AHU – BA – Avulsos. cx. 30, doc. 2756, Bahia, 4 de julho de 1727.

Outros se ausentavam para residir em lugares distantes do distrito de suas companhias<sup>406</sup>. Lourenço da Cunha Velho e Francisco de Crasto, capitães de pardos, em abril de 1718 deixaram seus postos e foram para as Minas<sup>407</sup>. Isto sucedeu também com Domingos Henriques do Rosário, capitão do Terço de Henrique Dias, o qual foi para as Minas Novas e lá passou a residir na década de 1730, mesmo sem licença de Lisboa.<sup>408</sup> João Vieira de Barros, capitão dos pardos, abandonou seu distrito e companhia e foi para o Sertão do Piauí no ano de 1723<sup>409</sup>. Estevão Gonçalves também abandonou seu posto de capitão dos homens pardos na Bahia e pediu licença para ir a Pernambuco em julho de 1665, ainda no contexto de formação destas milícias<sup>410</sup>. Alguns, como já descrevemos, perdiam seus postos por estarem inabilitados e não terem suas cartas patentes confirmadas pelo rei<sup>411</sup>. Outros recebiam baixa por estarem idosos ou com achaques<sup>412</sup>. Antônio Pereira da Conceição, capitão dos pardos, recebeu baixa por ter enlouquecido, em dezembro de 1753<sup>413</sup>. As distâncias para comparecer às obrigações também provocavam desligamentos, visto que muitos dos milicianos eram recrutados no Recôncavo, em lugarejos que distavam cerca de um dia de viagem de Salvador<sup>414</sup>. No entanto, o falecimento era um dos principais e mais recorrentes motivos de desligamento da corporação<sup>415</sup>. Isto demonstra que, apesar das dificuldades que muitos enfrentaram para permanecerem ligados às tropas, a grande maioria permaneceu na corporação até a morte.

<sup>406</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 12 de Julho de 1697, maço 336, folha 45; APEB. Seção Colonial. Bahia, 26 de outubro de 1714, maço 338, folha 95; APEB. Seção Colonial. Bahia, 12 de abril de 1720, maço 342, folha 156v.; APEB. Seção Colonial. Bahia, 27 de dezembro de 1729, maço 349, folha 118v.; AHU - BA - Avulsos, 3 de novembro de 1764, cx. 7, d. 70.

<sup>407</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 03 de junho de 1709, maço 337, folha 105; APEB. Seção Colonial. Bahia, 22 de abril de 1718, maço 339, folha 197v.

<sup>408</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 12 de dezembro de 173?, maço 352, folha 39.

<sup>409</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 1723, maço 346, folha 70v.

<sup>410</sup> D.H. 14 de Julho de 1655, v. 31, p. 170.

<sup>411</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 6 de novembro de 1736, maço 355, folha 68; APEB. Seção Colonial. Bahia, 6 de novembro de 1736, maço 355, folha 68; APEB. Seção Colonial. Bahia, 15 de maio de 1709, maço 337, folha 104; D.H. 20 de janeiro de 1727, v. 74, p. 189.

<sup>412</sup> APEB. Seção Colonial, 8 de janeiro de 1739, maço 356, folha 15v.; APEB. Seção Colonial, 3 de abril de 1745, maço 356, folhas 283v.-284; APEB. Seção Colonial, 21 de março de 1721, maço 345, folha 15.

<sup>413</sup> APEB. Seção Colonial, 20 de dezembro de 1753, maço 358, folha 80v.

<sup>414</sup> APEB. Seção Colonial, 8 de janeiro de 1739, maço 356, folha 15v.

<sup>415</sup> D.H. Bahia, 11 de novembro de 1668, v. 12, p. 11; APEB. Seção Colonial. Bahia, 12 de Julho de 1697, maço 336, folha 45; 18 de novembro de 1697, maço 335, folha 68v.; 9 de agosto de 1698, maço 336, folha 64v.; 13 de abril de 1698, maço 335, folha 125; 1702, maço 335, folha 308; 7 de janeiro de 1704, maço 337, folha 7v.; 02 de setembro de 1709, maço 337, folha 112; 13 de janeiro de 1712, maço 338, folha 31; janeiro de 1712, maço 337, folha 172; 23 de maio de 1713, maço 338, folha 44; 7 de outubro de 1714, maço 338, folha 100; 30 de janeiro de 1715, maço 338, folha 111; 1730-1732, maço 350, folha 44v.; 11 de Outubro de 1746, maço 357, folha 48v.; 26 de agosto de 1759, maço 360, folha 125v.; 31 de janeiro de 1752, maço 361, folha 168; 14 de outubro de 1743, maço 356, folhas 256v.-257; 3 de abril de 1745, maço 356, folhas 283v.-284; 26 de agosto de 1746, maço 357, folha 37; 22 de setembro de 1746, maço 357, folha 43v.; 11 de Outubro de 1746, maço 357, folha 48v.; 18 de Outubro de 1746, maço 357, folha 58v.; 31 de janeiro de 1752, maço 361, folha 168; 2 de maio de 1753, maço 358, folha 56v.; 5 de junho de 1754, maço 358, folha 99; 20 de novembro de 1754, maço 358, folha 139; 26 de agosto de 1759, maço 360, folha 125v.; agosto de 1761, maço 360, folha 253; 7 de agosto de 1761, maço 360,

### 3.2 Facetas do processo de institucionalização das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos no Rio de Janeiro

#### 3.2.1 Circunstanciação dos postos

Na capitania da Bahia nem sempre houve um terço de Henrique Dias; ele se constituiu processualmente, como vimos. Em comparação, no Rio de Janeiro, a institucionalização das companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos teve suas peculiaridades. A não constituição de um terço foi uma delas. No entanto, é preciso destacar que, apesar das diferenças, o fenômeno de institucionalização de companhias de africanos e afrodescendentes demonstra um processo recorrente nas duas figurações que estamos analisando. As tabelas seguintes representam as companhias que se estabeleceram tanto na cidade quanto em São Gonçalo, no período em que estas instituições estavam se consolidando na sociedade fluminense.

TABELA 13 - COMPANHIA DE PARDOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1703)

Companhia de pardos do Terço da Ordenança da parte da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de que é coronel Crispim da Cunha Tenreiro em 1703								
Capitão dos pardos	Alferes		Sargento Número	do	Sargento Supra	Cabos de Esquadras	Soldados	
Antônio da Motta	Lourenço Fv.		Manoel Lisboa	Correia	Antônio Dias	Fernando Souza Pereira Fonseca	de Brás da	96

Fonte: Mapa da Guarnição do Rio de Janeiro. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 14, doc. 2760-2772. Lisboa, 2 de setembro de 1704.

folha 252v.; 18 de junho de 1761, maço 360, folha 241v.; 7 de agosto de 1761, maço 360, folha 252v.; agosto de 1761, maço 360, folha 253; 22 de janeiro de 1762, maço 360, folha 259v.; 22 de janeiro de 1762, maço 360, folha 259v.; Data?, maço 354, folha?; 9 de dezembro de 1738, maço 356, folhas 10-11; 15 de dezembro de 1738, maço 356, folha 14; 15 de dezembro de 1738, maço 356, folha 14; 11 de fevereiro de 1745, maço 356, folha 285v.; 3 de fevereiro de 1745, maço 356, folhas 278v.-279; 3 de outubro de 1748, maço 357, folha 138v.

TABELA 14 - COMPANHIAS DE PRETOS E PARDOS DE SÃO GONÇALO (1703)

Companhias de pretos do Terço da Ordenança da banda d'álém mar da parte de São Gonçalo de que é coronel Baltazar de Abreu Cardoso							
Capitães	Alferes	Sargento do	Sargento Supra	Cabos de	Soldados		
		Número		Esquadras			
Simão Mendes de Sobral (companhia dos pardos)	João Rodrigues de Carvalho	Vicente Pereira	Domingos Pereira Pinto	Inácio de Gouveia e Inácio Alves	131		
Valentim Dias (companhia dos pretos)	Bartolomeu Dias	Francisco Leão	Agostinho Rodrigues	João Ferreira Pinto e Godinho	62		

Fonte: Mapa da Guarnição do Rio de Janeiro. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 14, doc. 2760-2772. Lisboa, 2 de setembro de 1704.

Como vimos no segundo capítulo, as primeiras companhias de africanos e afrodescendentes do Rio de Janeiro datam da década de 1690. No ano de 1703 podemos observar três companhias consolidadas na capitania (tabelas 12 e 13). Na cidade havia uma companhia de pardos, cujo capitão era Antônio da Motta, e em São Gonçalo uma companhia de pardos e outra de pretos forros, cujos capitães eram Simão Mendes Sobral e Valentim Dias, respectivamente. É possível visualizar que os postos de capitão, alferes, sargento do número, sargento supranumerário e soldados já se encontravam bem circunscritos. Não ocorreram alterações na organização interna das companhias nas duas décadas seguintes. Mesmo no período das invasões francesas - 1710-1711 - as companhias permaneceram com as mesmas características. A partir de 1723 encontramos o posto de tenente se consolidando, o qual inexistia nas tropas baianas. Tratava-se de um posto subordinado ao capitão e superior ao alferes<sup>416</sup>.

<sup>416</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 1, p. 155. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1723; v. 1, p. 154v.; Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1723. v. 2, p. 5. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1724; v. 2, p. 10. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1725; v. 2, p. 23. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1725; v. 3, p. 24. Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1726; v. 3, p. 24. Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1726; v. 3, p. 43, 18 de maio de 1726; v. 3, p. 158. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1729; v. 16, p. 106v. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1763; v. 16, p. 108. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1763; v. 16, p. 110v. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1763; v. 16, p. 96. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.

Os postos que foram se circunstanciando eram, a princípio, todos para companhias de ordenanças. Na década de 1720 ocorreu uma inovação na Guarnição, quando companhias de africanos e afrodescendentes livres foram criadas em regimentos de auxiliares<sup>417</sup>. A circunstanciação dos postos nesta nova configuração era a mesma das ordenanças. No entanto, os capitães, tenentes, alferes e soldados estariam alocados também em tropas de segunda linha, além das de terceira linha. Em 1731, como detalharemos no último capítulo, as companhias de africanos e afrodescendentes foram extintas no Rio de Janeiro, mas em 1735 observamos seu retorno nesta capitania<sup>418</sup>.

Em 1745, alguns homens pardos escreveram ao rei D. João V, solicitando a criação de companhias auxiliares de cavalos, declarando no escrito que os oficiais de primeira plana do regimento seriam homens brancos<sup>419</sup>. Fragoso interpretou esta estratégia como resultado de uma rede clientelar, na qual os aspirantes às funções de oficialato maior mantinham fortes laços de apadrinhamento com os pardos da região de Campo Grande; o autor aposta na troca estabelecida entre os dois grupos, na qual os pardos confeririam comando político e militar aos brancos, ao passo que estes os protegeriam, pois eram seus padrinhos<sup>420</sup>.

Silva, por sua vez, refutou esta interpretação. Sua crítica deu enfoque a problemas encontrados na análise de Fragoso. Em primeiro lugar, Silva observou que existe um hiato entre o espaço temporal da solicitação do novo regimento auxiliar de cavalaria (1745) e os documentos paroquiais (1750-1759) analisados por Fragoso, o que torna seus argumentos insustentáveis. Um segundo problema diz respeito à mera especulação feita sobre as relações estabelecidas entre “padrinhos brancos, batizando e milicianos afrodescendentes”<sup>421</sup>. O terceiro problema está na afirmação de Fragoso de que a solicitação feita pelos pardos foi negada, quando o resultado não estava anexado à documentação analisada. Ademais, Silva percebe a estratégia dos afrodescendentes a partir de duas perspectivas. Primeiro, ele aponta para o processo de mudança de *status* deste grupo social no Rio de Janeiro. Afirma que o grau de respeitabilidade destes afrodescendentes ainda não era o mesmo que experimentavam

---

<sup>417</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 120. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1728; v. 3. p. 124. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1728.

<sup>418</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 5. p. 158. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1735.

<sup>419</sup> Requerimento dos pardos forros da cidade do Rio de Janeiro e seu recôncavo no Brasil, nos quais pedem para formarem um novo regimento de tropas auxiliares de cavalo. AHU – RJ. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1745. Cx. 55, doc. 12.945-12.949.

<sup>420</sup> FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz, forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **Topoi**, v. 11, n. 21, 2010, p. 74-106.

<sup>421</sup> SILVA, 2017, p. 193.

africanos e afrodescendentes na Bahia e em Pernambuco, por exemplo; por isto procuraram homens brancos para os postos da plana maior do regimento que almejavam formar. Ademais, entende que a estratégia adotada por este grupo social diz respeito à própria dinâmica institucional das milícias, que não pode ser reduzida a redes clientelares, pois a constituição de companhias de africanos e afrodescendentes agregadas a regimentos com oficialidade maior de homens brancos foi recorrente em diversos espaços do mundo atlântico<sup>422</sup>.

Além da criação de companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na segunda linha, uma outra inovação aconteceu em 1763, quando foram criadas várias companhias de artilharia de homens pardos. Nestas inovações percebemos outra diferenciação em relação à Bahia, em que, neste mesmo contexto, não havia sido criada nenhuma companhia de artilheiros africanos e afrodescendentes. Além de um novo *status* para os que ingressaram na artilharia, um novo leque se abriu em relação à circunstanciação dos postos, pois um dos capitães afrodescendentes das companhias foi escolhido para ser ajudante do regimento, o qual ficou responsável por disciplinar todas as companhias<sup>423</sup>, função esta semelhante à exercida pelo sargento-mor dos henriques baianos. O contexto da criação das companhias de artilharia no Rio de Janeiro era o da Guerra dos Sete Anos na Europa e seu prolongamento para as colônias, o que gerou um temor generalizado de invasão no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Ao longo do processo de institucionalização das companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos no Rio de Janeiro, os postos milicianos que se consolidaram foram os de ajudante na artilharia e de capitão, tenente, alferes, sargento do número, sargento supranumerário e demais soldados na infantaria e artilharia. Eram, portanto, possibilidades que tinham um limite de mobilidade social. No entanto, na Bahia, estas possibilidades se verticalizavam e aumentavam com as chances de se angariar postos de primeira plana no terço de Henrique Dias.

### 3.2.2 Trâmites para nomeação e registro de patentes

O trâmite para o recebimento da carta patente era demorado, como na Bahia, pois os riscos de atraso ou descaminho das missivas eram os mesmos para todo o território da

---

<sup>422</sup> SILVA, 2017, p. 192-194.

<sup>423</sup> ANRJ. Cód.128. v. 16, p. 100. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.

América portuguesa. Antônio Correia, capitão dos homens pretos forros, foi nomeado no posto em 1698; no entanto, sua patente só chegou no ano seguinte<sup>424</sup>. A do capitão dos pretos forros Sebastião Dias levou dois anos para chegar<sup>425</sup>.

Nas primeiras companhias, na década de 1690, os capitães foram nomeados pelos próprios governadores<sup>426</sup>. As nomeações posteriores foram feitas pelos coronéis dos regimentos cuja oficialidade maior era branca<sup>427</sup>. Mas na década de 1720, os governadores passaram a realizar novamente as nomeações e os coronéis responsáveis pelo terço davam o juramento aos capitães<sup>428</sup>. Os tenentes eram nomeados pelos governadores<sup>429</sup>, já que, ao contrário dos capitães, não recebiam patente. Os alferes foram nomeados em algumas situações pelo governador<sup>430</sup> e em outras pelo capitão da companhia<sup>431</sup>. Quando acontecia dos capitães nomearem seus subordinados, esta nomeação passava pela aprovação do governador<sup>432</sup>. Também houve situações em que, estando o capitão impossibilitado de nomear seu subordinado, quem o fazia era o coronel. Assim foi quando o capitão João Arias Maldonado estava ausente em licença quando seu alferes faleceu. Em decorrência, quem nomeou o novo alferes foi seu coronel, Manoel Pimenta Tello<sup>433</sup>.

Além de companhias de infantaria estabelecidas nos regimentos das ordenanças e auxiliares, os africanos e afrodescendentes também tiveram representação na artilharia, como visto. Os postos de capitão, tenente, alferes, sargento e cabo do regimento da artilharia foram criados em 1763, no período final da Guerra dos Sete Anos<sup>434</sup>. Todas as nomeações deste regimento foram feitas por seu coronel, José Fernandes Pinto Alpoim, homem branco.

### 3.2.3 Alistamento, mostras e exercícios

<sup>424</sup> ANRJ. Cód. 77. v. 4. p. 236. Rio de Janeiro, 15 de março de 1698; v. 10. p. 51. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1699.

<sup>425</sup> ANRJ. Cód. 77, v. 8. p. 100. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1700; v. 10. p. 185v. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1702.

<sup>426</sup> ANRJ. Cód. 77, v. 4. p. 75. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1694.

<sup>427</sup> ANRJ. Cód. 77, v. 16, p. 493v. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1705.

<sup>428</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 1. p. 50. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1720.

<sup>429</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 43, 18 de maio de 1726.

<sup>430</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 2. p. 5. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1724.

<sup>431</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 154. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1729.

<sup>432</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 5. p. 158. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1735.

<sup>433</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 5. p. 139. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1736.

<sup>434</sup> ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 95. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.



Em relação ao alistamento dos milicianos no Rio de Janeiro, em alguns distritos é possível notar a criação de novas companhias a partir da divisão das que se encontravam com um número muito grande de soldados espalhados por localidades distantes, como foi o caso da companhia criada para o capitão João Aires Maldonado nos distritos de Itambi e Vila de Santo Antônio de Sá:

Faço saber aos que esta minha Carta Patente virem, que atendendo a se achar a Companhia dos pardos do Regimento do Coronel João de Abreu Pereira com mais de 140 soldados por compreender vários distritos não só do dito Regimento, como também do Coronel Miguel Arias Maldonado, e por este me representar que os pardos moradores no Distrito de Itambi e na Vila de Santo Antônio de Sá, e seu termo ficam mui distantes dos mais da dita Companhia, causa porque se lhes dificultava acudir aos exercícios militares, e que era conveniente ao Serviço de Sua Majestade que Deus o Guarde, para a melhor disciplina haver mais Oficiais, que dividam uma das Companhias que os tivessem exercitados, e prontos para toda a ocasião e por ser conforme as reais ordens do dito Senhor: Hei por bem que dos pardos forros dos distritos de Itambi, e da Vila de Santo Antônio de Sá, e seu termo se forme uma Companhia e prover a João Aires Maldonado no posto de Capitão dela.<sup>435</sup>

O conteúdo da carta patente também demonstra a preocupação em organizar as companhias a partir da proximidade de residência dos soldados, para que a prática dos exercícios fosse mais efetiva. Enquanto na Bahia os milicianos do terço de Henrique Dias se reuniam no campo do forte do Barbalho<sup>436</sup> para realizar seus exercícios, pois suas companhias se espalhavam principalmente pelos distritos de Salvador, o mesmo não acontecia com as companhias esparsas de africanos e afrodescendentes no Rio de Janeiro. Dessa forma, elas deveriam ser agregadas pela proximidade, para facilitar mostras e exercícios. Já as companhias formadas na cidade do Rio de Janeiro se exercitavam no rossio ao lado da Igreja do Carmo, também chamado de Terreiro do Carmo, atual Praça 15 de Novembro<sup>437</sup>.

Para a formação do regimento de artilharia, em 1763, o alistamento não foi feito por capitães ou outros oficiais, como era usual na Bahia. Um bando foi espalhado pelas ruas das freguesias do Rio de Janeiro e todos os solicitados deveriam comparecer no dia e hora marcados para o alistamento, com duras penas para os que não cumprissem a ordem:

Bando para se alistarem os pardos.

Gomes Freire de Andrada Conde de Bobadela Comendador da Ordem de Cristo do Conselho de Sua Majestade Mestre de Campo General de Seus Exércitos

<sup>435</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 2. p. 27. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1725.

<sup>436</sup> Portaria para o capitão-mor do Terço da gente preta. *D.H. Bahia*, 28 de maio de 1736, v. 77, p. 23.

<sup>437</sup> COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. v. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 7.

Governador e Capitão General das Capitanias das Minas Gerais, e Rio de Janeiro, e Governador do Tribunal da Relação da mesma Cidade, etc.

Porquanto se faz preciso alistarem-se na presente ocasião todos os homens pardos, que forem libertos assistentes nas quatro freguesias desta Cidade, assim como de tomarem as armas em ajustíssima, e natural defesa dela, se acharem geralmente prontos. Ordeno que os sobreditos homens pardos, que forem libertos, assistentes nas quatro freguesias desta Cidade, se achem no dia sábado, quatro do mês seguinte de Dezembro pelas três horas da tarde nesta Praça sem que falte algum para serem alistados, pena de que não comparecer no dito dia, hora, e lugar, como determino ser preso em galés, e castigado com as mais penas a arbitrio. E para que chegue a notícia de todos, e senão possa alegar ignorância, mando lançar este Bando a toque de caixas pelas ruas públicas desta Cidade que se afixará depois de registrado nos livros da Secretaria deste Governo, em o Corpo desta Guarda principal. Dado na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em os 28 de Novembro de 1762. = O Secretário do Governo Antônio da Rocha Machado o fez escrever.

Bando para se alistarem os pretos forros.

Gomes Freire de Andrada Conde de Bobadela Comendador da Ordem de Cristo do Conselho de Sua Majestade Mestre de Campo General de Seus Exércitos Governador e Capitão General das Capitanias das Minas Gerais, e Rio de Janeiro, e Governador do Tribunal da Relação da mesma Cidade, etc.

Porquanto se faz preciso alistarem-se na presente ocasião todos os pretos que forem libertos, sejam crioulos, ou da Costa da África, e Guiné assistentes nas quatro freguesias desta Cidade, assim como se acham todas as mais pessoas da mesma, para na precisão de tomarem as armas em ajustíssima, e natural defesa dela, se acharem geralmente prontos. Ordeno que os sobreditos homens pretos, que forem libertos, assim crioulos, como das Costas referidas, assistentes nas quatro freguesias desta Cidade, se achem no dia de segunda-feira, que se contem treze do corrente, pelas quatro horas da tarde nesta Praça sem que falte algum para serem alistados, pena de que não comparecer no dito dia, hora, e lugar, como determino ser preso em galés, e castigado com as mais penas a arbitrio. E para que chegue a notícia de todos, e senão possa alegar ignorância, mando lançar este Bando a toque de caixas pelas ruas públicas desta Cidade que se afixará depois de registrado nos livros da Secretaria deste Governo, em o Corpo desta Guarda principal. Dado na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em os 10 de Dezembro de 1762. = O Secretário do Governo Antônio da Rocha Machado o fez escrever. = Conde de Bobadela.<sup>438</sup>

Apesar dos bandos de 1762 se direcionarem tanto para pardos quanto para pretos forros, na formação no regimento de artilharia só havia companhia de pardos. É possível que os pretos forros alistados tenham sido divididos entre as diversas tropas da guarnição fluminense, inclusive as de primeira linha, pois, como se observa em várias listas das tropas

<sup>438</sup> ANRJ. Cód. 87, v. 19, p. 37-38. Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 1762.

pagas da primeira metade do século XVIII, apesar de os oficiais serem brancos, muitos dos soldados e tambores eram africanos e afrodescendentes<sup>439</sup>.

### 3.2.4 Fardas e soldos

No processo de institucionalização das companhias de africanos e afrodescendentes no Rio de Janeiro percebemos que houve conquistas no que diz respeito à consolidação de um leque de postos militares em diferentes tipos de companhias. No entanto, em relação ao fardamento e ao pagamento de soldos, as conquistas não foram permanentes. Em 1765, o vice-rei, conde da Cunha, comunicava a Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, que os soldados do Rio de Janeiro nunca foram devidamente fardados e encontravam-se num estado desprezível<sup>440</sup>. Em relação aos soldos, é possível verificar que seu vencimento foi flutuante nas companhias fluminenses, o que demonstra também que, em relação à Bahia, estas tropas estavam bem menos consolidadas.

Quando o capitão José Velho Delgado<sup>441</sup>, da companhia de pardos da cidade, recebeu sua patente, em 1699, nesta constava que ele “vencerá o mesmo soldo que vencia seu antecessor”<sup>442</sup>, Antônio Camelo Sampaio, que havia falecido. Na carta-patente de Sampaio havia a informação de que ele era homem pobre e não tinha de onde tirar seu sustento para o exercício nas milícias. Diante disso, receberia soldo equivalente ao de um soldado da tropa paga, apesar de sua patente de capitão<sup>443</sup>. As patentes posteriores à de Delgado indicam que os capitães não venceram mais soldo nas ordenanças<sup>444</sup>, declarando que o capitão “não vencerá soldo, mas gozará de todas as honras, graças, privilégios, liberdades, isenções, e franquezas,

<sup>439</sup> Carta do [governador interino do Rio de Janeiro] Mestre-de-Campo, Manoel de Freitas da Fonseca, ao rei [D. João V], remetendo listas das Companhias de Infantaria, Cavalaria, Auxiliares e de Ordenanças existentes no Rio de Janeiro. AHU - RJ. Caixa 25, documento 2633. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1732.

<sup>440</sup> Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil] conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], respondendo seus ofícios e comentando as ações do governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, bem como sobre as traições de alguns oficiais portugueses; refere também as negociações do Embaixador de Portugal na Corte de Madri, Aires de Sá e Mello, referentes aos índios das antigas missões jesuíticas. Diz da necessidade de recrutamento de pardos e negros libertos para as guarnições da Ilha de Santa Catarina e da Nova Colônia do Sacramento, solicitando reforços de São Paulo e Minas Gerais. Anexo: ofício (cópia), relações. AHU – RJ – Avulsos. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1765. Cx. 75, D. 6784.

<sup>441</sup> Delgado era lisboeta e havia chegado em 1694 ao Rio de Janeiro. Ele já tinha experiência como soldado. Vinson afirma que muitos estrangeiros eram inseridos nas milícias de pardos na Nova Espanha por conta de sua experiência militar. Este pode ter sido o caso de Delgado. VINSON, 2001, p. 70.

<sup>442</sup> ANRJ. Cód. 78, v. 12, p. 188. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1699.

<sup>443</sup> ANRJ. Cód. 77, v. 5, p. 81V. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1695.

<sup>444</sup> ANRJ. Cód. 77, v. 16, p. 493V. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1705.

que em razão do dito posto lhe tocarem”<sup>445</sup>. Em relação aos primeiros capitães das companhias dos pretos forros do Rio de Janeiro, eles não recebiam soldo<sup>446</sup> e assim continuaram.

Em 1728 foram criadas companhias de infantaria de auxiliares de homens pardos no regimento do coronel Manoel Pimenta Tello<sup>447</sup>. No distrito de Maricá de Imbassaí também foi criada uma companhia de auxiliares<sup>448</sup>. Os capitães já estavam inseridos nas companhias de pardos das ordenanças e foram realocados. É interessante observar que, além de terem ascendido para uma tropa de segunda linha, em suas cartas patentes consta que na nova posição eles ganhariam soldo mensal. Mesmo não tendo a força institucional que os henriques tinham na Bahia, os pardos fluminenses que ingressaram em companhias de auxiliares obtiveram soldo mensal anos antes dos oficiais de primeira plana dos henriques baianos, cujo terço era de ordenanças.

Na maior parte do tempo os milicianos africanos e afrodescendentes não receberam soldo mensal no Rio de Janeiro. Apesar do valor simbólico condizente com a inserção de um indivíduo na milícia, o fato de não serem remunerados de forma perene deve ter sido, assim como na Bahia, um dos motivos pelos quais alguns milicianos acabavam abandonando a corporação. Em relação às formas como os milicianos se desligavam das milícias no Rio de Janeiro, elas são muito semelhantes aos casos da Bahia. Alguns se foram por deixação, como dois capitães que, em 1709, abandonaram seus postos: Simão Mendes, da companhia do distrito da Outra Banda, e Pascoal Moreira, do distrito de Irajá. Em 1726, o tenente Pedro Gonçalves Graceiro deixou a companhia que abrangia os distritos de São Gonçalo, Piedade e Surui<sup>449</sup>. Outros se desligaram por estarem ausentes de suas obrigações militares, como os capitães José Caetano de Aguiar, em 1726, e Bernardino Paes de Santa Rita, em 1763<sup>450</sup>. No entanto, a grande maioria permanecia na corporação até o fim da vida<sup>451</sup>.

---

<sup>445</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 1. p. 50. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1720.

<sup>446</sup> ANRJ. Cód. 77, v. 10. p. 185v. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1702.

<sup>447</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 120. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1728; p. 124. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1728.

<sup>448</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 3, p. 128. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1728.

<sup>449</sup> ANRJ. Cód. 77, v. 21. N. 18, p. 20-21. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1709; v. 21, p. 10. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1709; ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 24. Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1726.

<sup>450</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 64. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1726; v. 16, p. 53. Rio de Janeiro, 18 de março de 1763.

<sup>451</sup> ANRJ. Cód. 78, v. 12, p. 188. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1699; ANRJ. Cód. 77, v. 8. p. 100. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1700; v. 15, p. 55. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1702; ANRJ. Cód. 128, v. 1. p. 50. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1720; p. 102. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1721; v. 3. p. 64. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1726; v. 5. p. 139. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1736.

### 3.3 Multiplicação e redistribuição espacial das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na Bahia

Como observamos no segundo capítulo, a participação de africanos e afrodescendentes na defesa da Bahia prolongou-se desde os momentos iniciais da colonização, alcançando níveis maiores de institucionalização com a formação e desenvolvimento de milícias para este grupo nos séculos XVII e XVIII. Na Bahia, em 1639, as tropas de pardos e pretos tinham aproximadamente 138 efetivos. Em 1648 já eram cerca de 300 africanos e afrodescendentes incorporados às tropas da Restauração. E nos anos finais do combate ao holandês, em 1652, perfaziam 400 integrantes, “não se compondo apenas de africanos ou crioulos, mas de toda sorte de mestiços, mulatos e mamelucos, muitos dos quais temidos quilombolas, atraídos por um perdão geral”<sup>452</sup>. É bem provável que neste período estes números abarcassem pernambucanos e baianos que lutavam lado a lado no mesmo terço, visto que muitas das entradas e incursões ao território holandês partiam da Bahia<sup>453</sup>.

Além das companhias de africanos e afrodescendentes, a Bahia contava nesta época com dois terços pagos de infantaria, os quais tinham um total de 2.026 praças<sup>454</sup>. Dessa forma, na metade do século XVII as milícias de africanos e afrodescendentes constituíam quase 16% da guarnição da Bahia. No fim do século XVII foram criadas as tropas de cavalaria e os auxiliares. Na metade do século XVIII, a guarnição da Bahia contava com dois terços pagos, um terço de artilharia, dezoito terços de ordenanças, quatro terços de auxiliares e dois terços de cavalaria, como se observa na tabela 14.

---

<sup>452</sup> MELLO, 2007, p. 193.

<sup>453</sup> BOXER, 1961, p. 229.

<sup>454</sup> Lista da mostra que se passou a toda a infantaria dos dois terços dos presídios e guarnição da praça da Bahia. AHU – BA - Avulsos. Bahia, 19 de janeiro de 1655. cx. 13, doc. 1580.

TABELA 15 - GUARNIÇÃO DA BAHIA ENTRE 1757-1761

Corporações	Companhias	%	Total de efetivos	%
Pagos (a)	30	19%	2.636	11%
Artilharia (a)	4	2,5%	232	1%
Ordenanças (b)	≅93	59%	15.346	65,5%
<b>*Ordenanças de henriques em Salvador e Recôncavo (c)</b>	13	8%	511	2%
<b>*Ordenanças de pardos (c)</b>	6	4%	348	1,5%
Cavalaria (b)	8	5%	1.140	5%
Auxiliares (b)	3	1,9%	3.322	13,9%
<b>*Auxiliares de pardos (c)</b>	1	0,6	46	0,1%
<i>Totais</i>	<i>158</i>	<i>100%</i>	<i>23.581</i>	<i>100%</i>

Fontes: (a) Mapa do Estado em que se acham as Tropas da Bahia em 1761. AHU – BA - Avulsos. cx. 147, doc. 11.251. Bahia, 20 de agosto de 1761. (b) Carta do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha ao rei D. José remetendo os mapas e listas de todas as companhias de ordenança e terços de auxiliares da Bahia. AHU – BA - Avulsos. cx. 133, doc. 10380. Bahia, 3 de novembro de 1757. Ver folhas 7; 8; 145; 149; 189; 205; 206; 222; 239 e 261. No mapa estão ausentes as listas de Jacobina. (c) Carta do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha ao rei D. José remetendo os mapas e listas de todas as companhias de ordenança e terços de auxiliares da Bahia. AHU – BA - Avulsos. cx. 133, doc. 10380. Bahia, 3 de novembro de 1757. Ver folhas 7; 8; 145; 149; 189; 205; 206; 222; 239 e 261. No mapa estão ausentes as listas de Jacobina.

Percebemos na tabela 14 que, na metade do século XVIII, o aumento de praças havia acompanhado o crescimento demográfico da capitania. Só em Salvador havia uma população de 40.000 habitantes em 1759, quase o dobro do começo do século, quando em 1706 contabilizavam-se cerca de 21.601 habitantes. A participação de africanos e afrodescendentes perfazia 3,6% da guarnição (tabela 14). Apesar da drástica diminuição de cerca de 16% para menos de 4% no intervalo de quase uma centúria, o contingente de praças nas companhias de africanos e afrodescendentes mais que duplicou, de 400 em 1652 para 905 em 1757. Sem

contar que havia africanos e afrodescendentes atuando como soldados na maioria das companhias de brancos<sup>455</sup>.

Apesar da elevação no número de praças, focaremos a análise na comparação entre a participação de africanos e afrodescendentes e o quadro mais geral da guarnição baiana na metade do século XVIII. Eles não chegavam a 4% dos efetivos. Este índice está intimamente relacionado com a própria formação desta sociedade na qual os africanos e afrodescendentes estavam inseridos. Esta figuração se constituiu de forma hierarquizada, com vários grupos sociais, os quais mantinham entre si relações instáveis de poder. Nem todos conseguiam funções prestigiosas e de *status*. Nestes enquadramentos, africanos e afrodescendentes passaram por diversas interdições, e mesmo que alguns conseguissem funções nas milícias, o número de vagas era muito pequeno quando comparado com o quadro geral da estrutura militar da capitania.

Se compararmos estes dados, de forma mais minuciosa, com a capitania de Pernambuco, percebemos algumas diferenças no processo de institucionalização destas tropas. Pernambuco, em 1759, tinha 18.026 praças em sua guarnição. Deste total, havia 1.261 (7%) efetivos nos henriques e 1.442 (8%) efetivos no regimento dos homens pardos<sup>456</sup>. Na Bahia, na década de 1750, havia cerca de 23.585 praças na guarnição. Como capital da América portuguesa, ela estava numericamente melhor guarnecida. No entanto, quando comparamos a situação das tropas de africanos e afrodescendentes, Pernambuco apresentava um processo de institucionalização muito mais enraizado. As tropas de henriques de Salvador dividiam-se em 13 companhias, com 511 praças em 1757.

Neste mesmo período, as companhias dos pardos ainda não tinham constituído um regimento próprio, espalhando-se por diversos regimentos de ordenanças. Também é neste período que notamos na Bahia uma única companhia de pardos em um terço de auxiliares<sup>457</sup>. O total de praças nas companhias de pardos era de 394, distribuídos em sete companhias: quatro de ordenanças na cidade de Salvador, uma de ordenança na vila de Santo Amaro da

---

<sup>455</sup> Carta do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha ao rei D. José remetendo os mapas e listas de todas as companhias de Ordenança e Terços de Auxiliares da Bahia. AHU – BA – Avulsos. cx. 133, doc. 10380. Bahia, 3 de novembro de 1757.

<sup>456</sup> SILVA, 2017, p. 198.

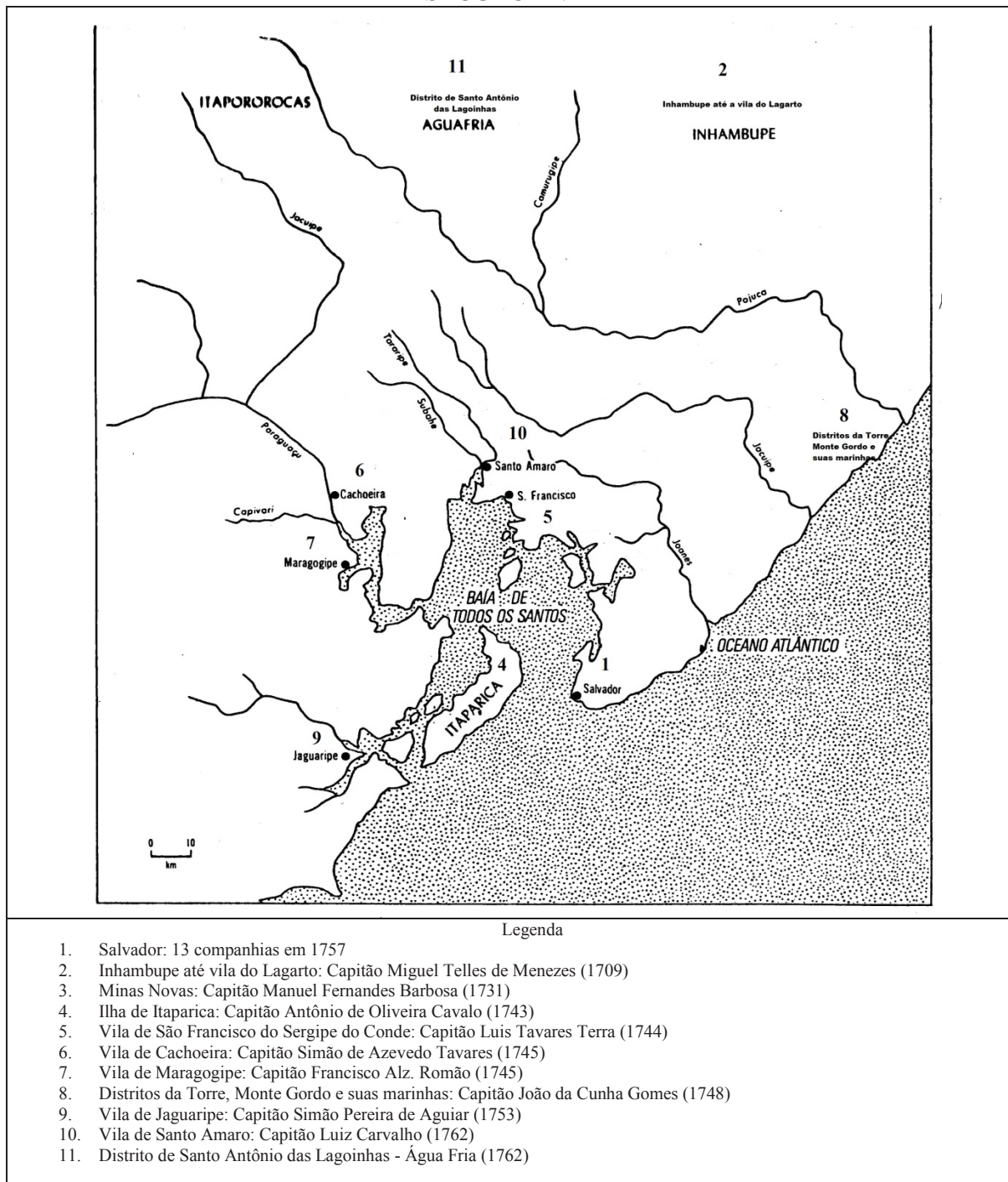
<sup>457</sup> Tratava-se da Companhia do Capitão Anastácio Pereira de Carvalho, com cerca de 46 praças. Carta do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha ao rei D. José remetendo os mapas e listas de todas as companhias de Ordenança e Terços de Auxiliares da Bahia. AHU – BA – Avulsos. Bahia, 3 de novembro de 1757. Cx. 133, doc. 10380. Ver folha 276.



Purificação e uma de ordenança na vila de São Jorge de Ilhéus, além da companhia no terço de auxiliares em Matuim, no Recôncavo.

Diante deste quadro, percebemos que houve, ao longo do processo de institucionalização das milícias de africanos e afrodescendentes nos séculos XVII e XVIII, a multiplicação de companhias tanto na corporação que veio a constituir o terço de Henrique Dias quanto nos regimentos espalhados em diversas áreas da capitania. Em relação à disposição espacial destas milícias, os mapas a seguir nos mostram as configurações desta distribuição.

## MAPA 6 - DISTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS DE HOMENS PRETOS NA BAHIA NO SÉCULO XVIII



Fontes: Carta do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha ao rei D. José remetendo os mapas e listas de todas as companhias de ordenança e terços de auxiliares da Bahia. AHU – BA - Avulsos. cx. 133, doc. 10380. Bahia, 3 de novembro de 1757; APEB. Seção Colonial. Bahia, 15 de abril de 1709, maço 337, folha 129v.; 15 de abril de 1709, maço 337, folha 129v.; 11 de setembro de 1731, maço 350, folha 104. A localização de Minas Novas não está no mapa acima, pois atualmente esta figuração está no estado de Minas Gerais; APEB. Seção Colonial. Bahia, 1743, maço 356, folha 225. Requerimento de Luis Tavares Terra ao rei (D. João V) solicitando patente do posto de capitão da companhia dos homens pretos do distrito da vila de São Francisco do Sergipe do Conde. AHU- BA - Avulsos. Bahia, 20 de junho de 1744. Cx. 79, doc. 6560; APEB. Seção Colonial. Bahia, 3 de abril de 1745, maço 356, folhas 283v.-284; 6 de julho de 1745, maço 357, folha 4; 14 de junho de 1748, maço 357, folha 144; 2 de maio de 1753, maço 358, folha 56v.; 22 de janeiro de 1762, maço 360, folha 259v.; AHU - BA – Avulsos. Bahia, 29 de outubro de 1764. Cx. 153, doc. 11710.

O mapa 6 representa a estruturação espacial das companhias de homens pretos, ou do terço de Henrique Dias, ao longo do século XVIII. No século XVII só as encontramos na cidade de Salvador. No entanto, a partir de 1709, quando as tropas já estavam em processo avançado de institucionalização, as companhias foram se espalhando para outras localidades, nas quais havia um desenvolvimento econômico em expansão. Como já discutimos no primeiro capítulo, as regiões de Sergipe do Conde, Cachoeira, Maragogipe, Jaguaripe e Santo Amaro evidenciavam intensa produção de açúcar, fumo ou culturas ligadas à alimentação. E além da agricultura desenvolvida nestas regiões, havia em cada uma delas um núcleo urbano com igrejas, câmara, armazéns, oficinas de artesãos, feiras e circulação de comerciantes<sup>458</sup>. Ademais, as companhias de homens pretos estiveram alocadas predominantemente em áreas urbanas. De onze locais onde havia companhias de pretos no século XVIII na Bahia, apenas três não tinham o *status* de cidade ou vila (Minas Novas, Monte Gordo e Santo Antônio das Lagoinhas). As demais companhias predominaram em Salvador, no Recôncavo e na Ilha de Itaparica.

Outros estudos confirmam a predominância urbana das milícias de africanos e afrodescendentes. Silva, ao analisar o caso de Pernambuco, em 1749, percebeu que “dos 1.165 milicianos afrodescendentes da capitania, 793, ou 68% do total, estavam adscritos às tropas existentes nas vilas e na única cidade, a de Olinda”<sup>459</sup>. O autor ressalta que estes milicianos estavam praticamente ausentes das áreas rurais, ele sugere que esta situação está fortemente entrelaçada à configuração do escravismo nas sociedades ibéricas, em que o grupo de africanos e afrodescendentes livres e libertos se concentrava majoritariamente nos espaços urbanos, onde tinham oportunidades de se integrar na economia, principalmente por meio de ofícios mecânicos. Ben Vinson III também demonstrou que as companhias independentes de homens pardos e morenos no México colonial concentravam-se nas principais cidades do Estado e também nos portos estratégicos da costa<sup>460</sup>. Desta forma, a estruturação espacial das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos, predominante em áreas urbanas, demonstra uma recorrência em diferentes espaços do Atlântico. O mesmo padrão pode ser encontrado na Europa, onde as áreas rurais, com territórios amplos e privados, tendiam a ser

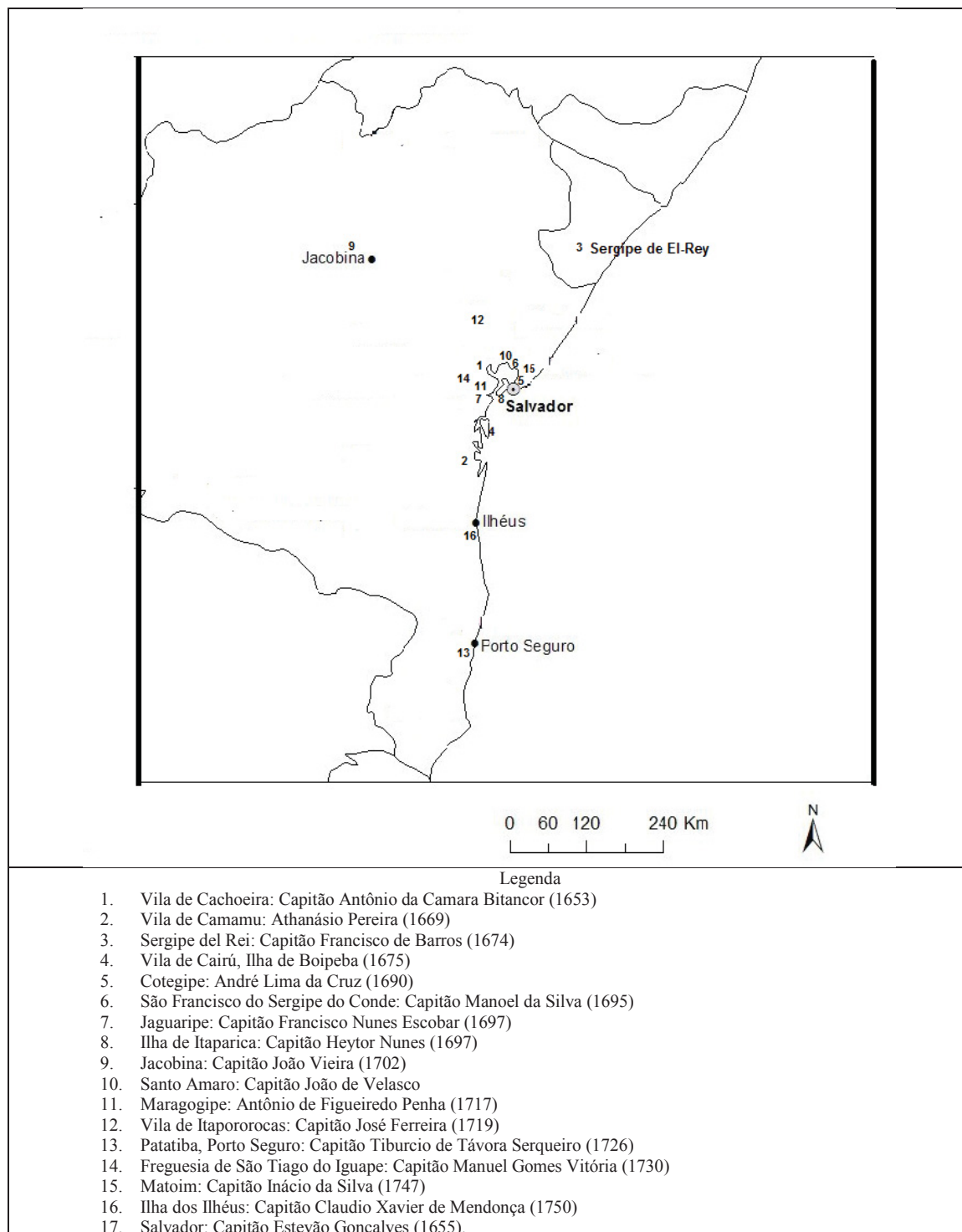
<sup>458</sup> REIS, João José. Magia Jeje na Bahia: a invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, mar./ago. 1988, p. 57-81.

<sup>459</sup> SILVA, 2017, p. 199.

<sup>460</sup> VINSON III, Ben. Articular el espacio: el establecimiento militar de gente de color libre em el México Colonial de la conquista hasta la independencia. **Callaloo**, v. 27, n. 1, 2004, p. 337.

supervisionados por particulares, enquanto o processo de policiamento nas áreas urbanas, com mais espaços públicos tinham seu policiamento cada vez mais ao cargo do Estado ao longo do processo de monopolização da violência legítima<sup>461</sup>.

#### MAPA 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS DE PARDOS NA BAHIA



<sup>461</sup> TILLY, 1996, p. 133.

Fontes: D.H. 24 de julho de 1653, v. 31, p. 134; 13 de setembro de 1669, v. 12, p. 55; 18 de dezembro de 1674, v. 12, p. 342; 20 de setembro de 1675, v. 8, p. 421; APEB. Seção Colonial. Bahia, 1695, maço 335, folha 14; 1695, maço 335, folha 14v.; 2 de janeiro de 1697, maço 335, folha 27; 30 de março de 1697, maço 336, folha 31; 20 de maio de 1702, maço 336, folha 239; 7 de abril de 1705, maço 337, folha 30v.; 19 de outubro de 1717, maço 339, folha 116v.; 11 de dezembro de 1719, maço 342, folha 71v.; D.H. 3 de junho de 1726, v.74, p. 128; APEB. Seção Colonial. Bahia, Data?, maço 354, folha?; 3 de outubro de 1748, maço 357, folha 138v.; 1 de janeiro de 1750, maço 357, folha 323; D.H. 14 de Julho de 1655, v. 31, p. 170.

Em relação às companhias de homens pardos, como se observa no mapa 7, além daquelas que se estabeleceram em Salvador, algumas unidades se interiorizaram no Recôncavo e sertões adentro ainda no século XVII, muito antes da formação das companhias de homens pretos em regiões mais afastadas de Salvador. No entanto, assim como foi com os henriques, as companhias de pardos distribuíram-se, em sua maioria, em espaços urbanos.

Contudo, a recorrência da formação de companhias de pardos em espaços que ainda não tinham o *status* de vila não pode ser desprezada. Em São Francisco do Sergipe do Conde uma companhia de pardos foi formada em 1695, e a freguesia foi elevada à condição de vila em 1697. Em Jaguaripe, a companhia miliciana se estabeleceu em janeiro de 1695 e a localidade recebeu o *status* de vila em dezembro do mesmo ano. Nestas duas localidades o intervalo entre a formação da milícia e o estabelecimento da jurisdição como vila foi relativamente curto. Esta proximidade temporal demonstra que, apesar de não existir a formalidade no *status* de vila, já existiam relações urbanas desenvolvidas nestas figurações. Em outros espaços, a formação de companhias de pardos ocorreu muito antes das localidades se estabelecerem como vilas. Jacobina tinha tropa parda em 1702 e tornou-se vila em 1722<sup>462</sup>. Santo Amaro tinha milícia parda em 1705 e tornou-se vila em 1727<sup>463</sup>. Maragogipe também tinha companhia de homens pardos em 1717 e tornou-se vila em 1724<sup>464</sup>. A formação de companhias de pardos nestas localidades mais interioranas e em processo de urbanização pode ser entendido também a partir das migrações, a partir do final do século XVII, de homens livres e libertos para regiões mais interioranas onde a pecuária, a busca por minérios e o cultivo de variadas culturas mostravam-se chamarizes para a inserção deste grupo social<sup>465</sup>.

Como vimos, as cidades eram áreas públicas sob a tutela mais direta do Estado, por isso as milícias nasceram primeiro ali. Depois foram formadas nas áreas rurais, nas quais o

<sup>462</sup> CONCEIÇÃO, Hélida Santos. Pedro Barbosa Leal e a colonização do Sertão da Bahia no século XVIII. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013, p. 3.

<sup>463</sup> REGINALDO, 2005, p. 65.

<sup>464</sup> BOXER, 2000, p. 170.

<sup>465</sup> SILVA, 2003, p. 157-158.

controle dos senhores locais era recorrente. Ben Vinson III afirma que as áreas rurais da Nova Espanha foram privadas de tropas disponíveis, o que fez com que companhias isoladas fossem a principal unidade organizacional, e não terços ou regimentos. Em algumas localidades rurais até mesmo esquadrões foram preferíveis às companhias. Como um esquadrão não era liderado por um oficial, a influência do governo local aumentava<sup>466</sup>.

### **3.4 Multiplicação e redistribuição espacial das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos no Rio de Janeiro**

O resultado das nomeações milicianas feitas a africanos e afrodescendentes livres e libertos no fim do século XVII pode ser visualizado nos mapas elaborados em 1703<sup>467</sup>. Informações levantadas pelo governador D. Álvaro da Silveira mostravam que a defesa da Praça do Rio de Janeiro constava de um terço pago do Presídio da Cidade e Fortaleza da Barra e de outros dois terços de ordenanças e auxiliares<sup>468</sup>, sitos um na cidade e outro na banda do Além Mar, da parte de São Gonçalo.

O terço pago tinha por mestre de campo Gregório de Castro e Moraes. Contabilizava 14 companhias com 706 praças. O terço da ordenança da cidade tinha como coronel Crispim da Cunha Tenreiro e constava de 14 companhias, com um total de 1.170 praças. Já o terço da ordenança de São Gonçalo, chefiado pelo coronel Baltazar de Abreu Cardoso, tinha 12 companhias com o mesmo número de praças da cidade.

Dentre as 14 companhias de ordenança do terço da cidade, uma era formada por homens pardos. Nela havia um capitão, um alferes, um sargento do número, um sargento supra, dois cabos de esquadra e 96 soldados, totalizando 102 praças. Já no terço de São Gonçalo, das 12 companhias, duas eram de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Havia a companhia dos pardos, com 136 praças, e a dos pretos forros, com 68.

---

<sup>466</sup> VINSON III, 2011, p. 46-47.

<sup>467</sup> Relação das fortalezas da Praça do Rio de Janeiro, e das peças de artilharia e dos artilheiros que as guarnecem. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 14, doc. 2765. Lisboa, 2 de setembro de 1704.

<sup>468</sup> A nomenclatura dos Terços no Rio de Janeiro tinha certa fluidez neste primeiro momento: nos mapas e cartas patentes ora se denominavam Terços Auxiliares, ora Terços de Ordenanças, e por vezes agregavam as duas denominações.

TABELA 16 - GUARNIÇÃO DO RIO DE JANEIRO EM 1703

Terços/Regimentos	Companhias	%	Total de praças	%
Pago	14	35%	706	23,2%
Ordenanças da Cidade	13	32,5%	1068	35%
<b>*Ordenança de africanos e afrodescendentes da Cidade</b>	1	2,5%	102	3,4%
Ordenanças de São Gonçalo	10	25%	966	31,8%
<b>*Ordenanças de africanos e afrodescendentes de São Gonçalo</b>	2	5%	204	6,6%
<i>Totais</i>	<i>40</i>	<i>100%</i>	<i>3.046</i>	<i>100%</i>

Fonte: AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. Lisboa, 2 de setembro de 1704. Cx. 14, doc. 2765.

Pelo que se observa na tabela 15, as companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos correspondiam a cerca de 7,5% das companhias existentes na guarnição fluminense em 1703, peso relativamente pequeno em relação ao total das tropas. Esta baixa porcentagem é semelhante à encontrada para outras capitanias, como já observamos nos casos de Bahia e Pernambuco.

A primeira metade do século XVIII foi o ápice da exploração aurífera, do temor dos franceses e do empenho em construções que servissem de defesa para a cidade. Em todas estas vertentes os milicianos estavam presentes. Com o ataque dos franceses em 1710-1711, a Coroa passou a agir com respeito às fortificações da cidade. Na década de 1730, as principais defesas do Rio de Janeiro eram as Fortalezas da Lage, de São João e de Santa Cruz, e as baterias instaladas no continente. Dessas baterias destacavam-se “São Januário, São Thiago, Prainha, Gragoatá, Boa Viagem e Villegagnon. Incluindo as Fortalezas da Ilha das Cobras, onde funcionava os presídios e a da Conceição”<sup>469</sup>. Além das construções, um maior número de praças foi sendo alistado na Guarnição, como notamos na tabela a seguir. Estas

<sup>469</sup> ABRIL, Victor Hugo. **Governadores interinos**: cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro (1705-1750). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 237.



quantidades revelam tanto o temor de novas investidas estrangeiras quanto o aumento demográfico pelo qual a capitania passava neste período.

TABELA 17 - GUARNIÇÃO DO RIO DE JANEIRO NAS DÉCADAS DE 1720 E 1730

Corporações	Companhias	%	Total de praças	%
TERÇO VELHO	9	9,2%	583	7%
TERÇO NOVO	9	9,2%	543	6,6%
TERÇO DA ARTILHARIA	6	6,2%	472	5,7%
REGIMENTO DOS PRIVILEGIADOS	9	9,2%	1.302	15,8%
TROPAS DE CAVALARIA	6	6,2%	361	4,3%
REGIMENTO DOS AUXILIARES	16	16,4%	1.898	23,3%
<b>*AUXILIARES DE AFRICANOS E AFRODESCENDENTES (a)</b>	4	4%	230	2,7%
ORDENANÇAS DA CIDADE	12	12,2%	777	9,8%
<b>*ORDENANÇAS DE AFRICANOS E AFRODESCENDENTES DA CIDADE (b)</b>	2	2%	104	1,2%
ORDENANÇAS DE MACACU	4	4%	206	2,5%
ORDENANÇAS DE CABO FRIO	5	5,1%	255	3%
ORDENANÇAS DOS CAMPOS	8	8,1%	513	6,2%
ORDENANÇAS DA ILHA GRANDE	6	6,2%	703	8,5%
ORDENANÇAS DE PARATI	2	2%	280	3,4%
<i>Totais</i>	<i>98</i>	<i>100%</i>	<i>8.227</i>	<i>100%</i>

Fontes: Carta do (governador interino do Rio de Janeiro), brigadeiro José da Silva Paes ao rei (D. João V), remetendo o mapa dos Terços Pagos das Companhias de Auxiliares, Cavalaria e Ordenanças do Rio de Janeiro. AHU – RJ – Avulsos. cx. 32, doc. 3373. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1739; Carta do (governador interino do Rio de Janeiro) Mestre de Campo, Manoel de Freitas da Fonseca, ao rei (D. João V), remetendo listas das Companhias de Infantaria, Cavalaria, Auxiliares e de Ordenanças existentes no Rio de Janeiro. AHU – RJ – Avulsos. cx. 25, doc. 2633. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1732. (a) Companhia de pardos do capitão João Arias Maldonado (ANRJ. Cód. 128, v. 2. p. 27. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1725); companhia de pardos do capitão José Rodrigues Gomes (ANRJ. Cód. 128, v. 5. p. 139. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1736); companhia de

pardos do capitão Manoel da Cunha Tenreiro (ANRJ. Cód. 128, v. 3, p. 124. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1728); companhia de pardos do capitão João Rider (ANRJ. Cód. 128, v. 3, p. 128. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1728). (b) Companhia do capitão dos pardos Antonio da Mota (ANRJ. Cód. 128, v. 1, p. 154V. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1723); Companhia de pardos do capitão Domingos Pereira de Barcelos (ANRJ, cód. 128, v. 3, p. 26. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1726).

Quando comparamos o número de companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro nos decênios de 1720 e 1730, percebemos que na capital do Estado havia um volume bem maior de tropas. Enquanto no Rio de Janeiro havia seis companhias, na Bahia só o Terço de Henrique Dias já tinha cerca de 15 companhias na cidade, além de outras em distritos do Recôncavo.

A partir dos dados acima, notamos que houve um crescimento no número de homens alistados na guarnição fluminense nas primeiras décadas do século XVIII (tabela 16). No entanto, as companhias de africanos e afrodescendentes não seguiram o mesmo ritmo. Enquanto o total de praças quase triplicou em três décadas, o número de africanos e afrodescendentes continuou praticamente inalterado. Em números absolutos, notamos que em 1704 eram 306 praças, e entre as décadas de 1720 e 1730 eram 334. O que houve foi o aumento no número de companhias, de três em 1704 para seis no segundo quartel do século XVIII. No entanto, houve um enxugamento no número de praças por companhia. Enquanto em 1704 havia uma média de 102 praças por companhia, nas décadas entre 1720 e 1730 havia uma média de 55 praças. Esta mudança quantitativa foi, provavelmente, reflexo de uma carta Régia de 9 de julho de 1725, a qual ordenava que fossem “providas nos postos de oficiais do regimento das ordenanças pessoas nobres e capazes, e sobre cada um dos regimentos das ordenanças” fosse “composto de 600 homens e cada companhia de 60 soldados”<sup>470</sup>. Sem contar que na década de 1730 as companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos foram, temporariamente, extintas na capitania do Rio de Janeiro, como discutiremos adiante<sup>471</sup>.

Na década de 1750, no Rio de Janeiro, havia 5.795 praças listados nos três regimentos pagos, no regimento de auxiliares, no regimento da nobreza e privilegiados, na

<sup>470</sup> APEB. Ordens Régias. Microfilmes. v. 20, doc. 115. Lisboa, 9 de julho de 1725.

<sup>471</sup> Consulta do Conselho Ultramarino e informação do Governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro; em que se ordena a dissolução de todos os corpos de Infantaria formados por pardos e bastardos. AHU - RJ. cx.55, doc. 12947-12948. Lisboa, 13 de janeiro de 1731.

cavalaria e ordenanças<sup>472</sup>. Ainda que tiremos os artilheiros da conta, pois não estavam registrados nos mapas, é possível constatar um decréscimo no número total de praças. Na década de 1760 torna-se impossível estabelecer a relação entre o número total de praças e o número de afrodescendentes em companhias, pois os mapas confeccionados só informavam a situação das Tropas pagas<sup>473</sup>. No entanto, em 1763 sete novas companhias de artilheiros pardos foram criadas<sup>474</sup>.

Estas novas companhias foram formadas no contexto da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Apesar da tensão luso-castelhana ter sido breve na Europa, seu prolongamento foi perceptível na América:

Já em abril de 1763, forças espanholas lideradas por D. Pedro de Cevallos ocuparam militarmente a Colônia do Sacramento, os fortes de São Miguel e de Santa Tereza, e o Rio Grande de São Pedro. Iniciou-se, dessa forma, o chamado período da dominação espanhola no Sul da América portuguesa – o qual duraria de 1763 a 1776.<sup>475</sup>

Além da formação de novas tropas, outra medida defensiva estratégica foi a transferência da capital do vice-reino de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. No entanto, mesmo com estas reformulações, ainda havia “irregularidade e falta de disciplina” nas tropas

<sup>472</sup> Carta do (governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), Gomes Freire de Andrade, ao rei (D. João V), remetendo o mapa das Companhias de Infantaria paga, Auxiliares, Ordenanças e Cavalaria do Rio de Janeiro. AHU – RJ – Avulsos. cx. 43, doc. 4409. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1750; Carta do (governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), Gomes Freire de Andrade, ao rei (D. João V), remetendo o mapa dos oficiais, soldados, infantes e artilheiros das Companhias de Infantaria paga, Auxiliares, Ordenanças e os regimentos de Sousa, Alpoim e Azambuja. AHU – RJ – Avulsos. cx. 44, doc. 1751. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1751.

<sup>473</sup> Ofício do (vice-rei do Estado do Brasil), conde da Cunha, (D. Antônio Álvares da Cunha) ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando conta do estado em que encontrou o governo do Rio de Janeiro, as tropas, as fortalezas, os armazéns, os cofres da Fazenda Real, bem como a soma dos soldos devidos aos soldados dos Regimentos naquela praça. AHU – RJ – Avulsos. cx. 70, doc. 6443. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1763; Mapa assinado pelo (vice-rei do Estado do Brasil), conde da Cunha, (D. Antônio Álvares da Cunha), demonstrando a composição dos Regimentos de Sá, de Menezes e de Alpoim, que guarneciam a praça do Rio de Janeiro, com discriminação de todas as patentes e a quantidade do efetivo militar. AHU – RJ – Avulsos. cx. 72, doc. 6562. Rio de Janeiro, 2 de julho de 1764.

<sup>474</sup> Capitão José Correia de Vasconcelos - ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 95. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763; Capitão João de Souza Correia - ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 107. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763; Capitão Antônio de Barros Brandão - ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 109v. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763; Capitão Paulo Xavier de Santo Inácio - ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 98. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763; Capitão Antonio Francisco Soares - ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 105. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1763; Capitão Manoel Dias da Grã - ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 101. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763; Capitão João Francisco Muzzi - ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 183v. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763; Capitão Caetano Francisco Santiago. ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 53. Rio de Janeiro, 18 de março de 1763.

<sup>475</sup> SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (org.). **Temas setecentistas**: governos e populações no Império português. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008. p. 68.

auxiliares. Este foi o diagnóstico apontado na Carta Régia de 22 de março de 1766<sup>476</sup>. Tal prescrição estava na esteira das reformas empreendidas por Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal a partir de 1769) neste contexto. Os esforços legislativos visavam, sobretudo, a uniformização e disciplinamento das estruturas militares tanto em Portugal quanto no Estado do Brasil. Após a promulgação da Carta Régia, outras medidas foram tomadas, como o envio para o Brasil de oficiais que participaram das reformas militares, os quais auxiliaram na reorganização que estava sendo empreendida.

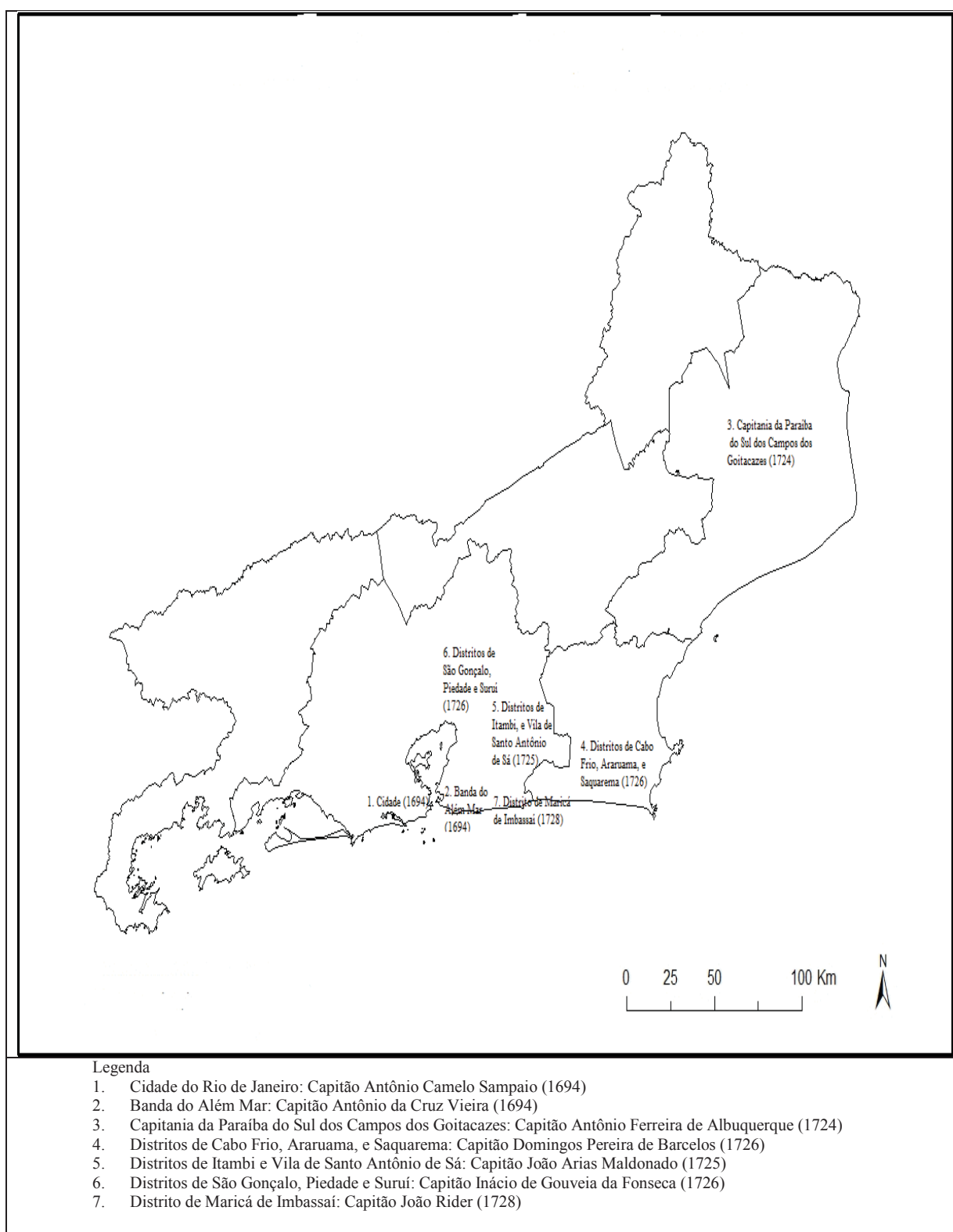
Os anos seguintes foram de profundas transformações na guarnição fluminense. No entanto, as companhias foram criadas não só porque a praça do Rio de Janeiro estava desguarnecida pelo envio frequente de soldados para Sacramento e para as Minas, mas principalmente porque havia também neste contexto um número expressivo e crescente de africanos e afrodescendentes alforriados que almejavam cada vez mais diferenciação social.

Na capitania do Rio de Janeiro, além do menor número de companhias de africanos e afrodescendentes em relação à Bahia, a distribuição espacial das tropas também teve suas singularidades. A mais notória diz respeito às companhias de pretos forros, as quais se localizaram unicamente na cidade do Rio de Janeiro, no período aqui pesquisado. Já as companhias dos pardos, além de se fixarem na cidade, tenderam a se espalhar ao longo da baía da Guanabara e pelas regiões costeiras até Cabo Frio, como demonstra o mapa 8. Além destes espaços, ocorreu também a formação de uma companhia interiorana nos Campos de Goitacazes.

---

<sup>476</sup> Carta Régia dirigida ao Governador e Capitão-Geral da Bahia, sobre a reorganização das tropas auxiliares. Lisboa, 22 de março de 1766. AHU – Bahia (Castro e Almeida), cx.73, doc. 14013.

## MAPA 8 - DISTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS DE PARDOS NO RIO DE JANEIRO



Fontes: ANRJ. Cód. 77, v. 4. p. 75. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1694; p. 124. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1694; ANRJ. Cód. 128, v. 2. p. 9. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1724; v. 3, p. 26. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1726; v. 2. p. 27. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1725; v. 3. p. 24. Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1726; p. 128. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1728.

Desde a segunda metade do século XVII, os distritos ao redor da Baía da Guanabara formavam um cinturão abastecedor de alimentos. Esta produção era consumida tanto localmente quanto era escoada para as frotas que ali aportavam e para as regiões mineradoras, a partir da virada do século XVII para o XVIII<sup>477</sup>. Ali também se estabeleceram engenhos que produziam açúcar e aguardente. Os distritos mais distantes das cidades - Itambi, Santo Antônio de Sá, Maricá de Imbassaí, Saquarema, Araruama e Cabo Frio -, nos quais houve a formação de companhias de pardos, apesar de menos povoados, também produziam açúcar, aguardente e alimentos. Além disso, nestas regiões praticava-se a criação de gado. Em todas estas atividades havia a utilização de mão-de-obra escrava. O local mais afastado da cidade do Rio de Janeiro onde encontramos a formação de uma milícia de pardos foi na Paraíba do Sul do Campo dos Goitacazes. Esta região, como já vimos no primeiro capítulo, além da pecuária também se estabeleceu como importante fronteira agrícola, desenvolvendo um complexo açucareiro que atraiu a muitos no século XVIII.

Todas as regiões onde se estabeleceram companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na capitania do Rio de Janeiro, no período aqui estudado, tiveram seu desenvolvimento econômico baseado veementemente na escravidão. E apesar de não estarem todas em espaços urbanos, ao longo do século XVIII a possibilidade de se conseguir alforria na capitania era cada vez maior, principalmente pela crescente participação do Rio de Janeiro no tráfico de escravos em Angola. O crescimento do grupo de africanos e afrodescendentes favoreceu a formação das companhias em diversos espaços.

---

<sup>477</sup> SAMPAIO, 2003, p. 130.

## **Capítulo 4 - Relações entre a instituição e a sociedade**

Ao longo deste capítulo observaremos como a instituição formada por milicianos africanos e afrodescendentes se relacionava com outras subfigurações na Bahia e no Rio de Janeiro, fossem elas de ordem administrativa, religiosa ou econômica. Uma das maneiras como estes laços se desenvolviam era entre os milicianos e os indivíduos que compunham os quadros da administração portuguesa na América e em Portugal, com os quais mantinham relações administrativas e burocráticas. O papel destas outras subfigurações foi fundamental para o processo de gênese e institucionalização das milícias, visto que eram os administradores a serviço do rei que acolhiam ou recusavam os diversos requerimentos emitidos pelos milicianos.

As relações que os milicianos africanos e afrodescendentes desenvolveram com a Igreja Católica também foram recorrentes. O catolicismo esteve presente nos eventos de batismo, casamento e morte dos milicianos e de seus familiares. O papel desta subfiguração na vida dos milicianos demarcou aspectos de integração, mas também de exclusão, pois, ao mesmo tempo em que reservou espaços de sociabilidades – como as irmandades de pretos e pardos –, também colocou barreiras para sua participação em outros espaços – como as irmandades de brancos.

Nas subfigurações econômicas, os milicianos se envolveram principalmente em atividades artesanais, comerciais e agrícolas. O papel destes espaços de produção e negociação foi fundamental para a sobrevivência de alguns milicianos e o enriquecimento de outros.

Estas interações demonstram a possibilidade de se estudar uma sociedade a partir de instituições que nela se formam. Pelo viés das milícias, conseguimos perceber outras interações presentes nas capitanias estudadas. Defendemos que o estudo das milícias, como o de qualquer outra instituição social, permite o estudo da figuração mais geral na qual elas se inserem. Ademais, enfatizamos que tais interações nem sempre foram homogêneas e harmônicas, sendo permeadas de conflitos e relações instáveis de poder.



#### 4.1 América portuguesa e a mobilidade social de africanos e afrodescendentes

Miers e Kopytoff, ao estudarem a escravidão africana, alertam que a mobilidade social de um indivíduo ligado à escravidão não pode ser entendida unicamente como enriquecimento. Além da dimensão da mobilidade material, outros elementos, como a dimensão da mobilidade do *status* formal e a dimensão da mobilidade afetiva, também são importantes na observação da mobilidade social<sup>478</sup>. Ao dialogarmos com este modelo analítico, percebemos que um dos mais significativos indícios de mobilidade social de africanos e afrodescendentes na estrutura hierárquica da América portuguesa era a mudança de condição jurídica. A conquista da alforria no *continuum* escravidão-liberdade deve ser considerada um marco. No primeiro capítulo desta tese já discutimos os principais aspectos relacionados à manumissão e sua relação intrínseca com o tráfico e a sociedade escravista. Nas linhas que seguem deteremos a análise nas estratégias de sucesso mundano (riqueza e influência política) e de conquista de prestígio social, duas importantes dimensões da mobilidade social.

Larissa Viana avalia que na América portuguesa havia um “sistema de exclusão” de africanos e afrodescendentes, o qual se disseminou nas instâncias religiosas, militares e administrativas. Havia impedimentos para atuar nas Câmaras. A Santa Casa de Misericórdia restringia a entrada de “mulatos livres”. Os postos do governo e administração também resguardavam impedimentos em relação a este grupo. E as ordens religiosas foram ora flexíveis, ora rígidas em relação às dispensas a estes indivíduos. Contudo, assegura a autora, em todas estas instituições havia possibilidades de dispensas, as quais estavam relacionadas à posição social e ao grau de afastamento de determinado indivíduo em relação ao cativeiro ancestral. Vários “mulatos” foram indicados para as ordens militares (Henrique Dias, Manuel Dória, João Fernandes Vieira e Bernardo Ravasco). Ademais, as dispensas sempre dependiam de condições específicas. Até nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, ser negro ou “mulato” era impedimento para o sacerdócio. Mas havia exceções, de acordo com as alianças ou posições sociais dos indivíduos<sup>479</sup>. O que se compreende a partir da análise de Viana é que, apesar de diversas interdições impostas ao grupo de africanos e

<sup>478</sup> KOPYTOFF, Igor; MIERS, Suzanne (org.). *Slavery in Africa: Historical and Antropological Perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1979, p. 28-29.

<sup>479</sup> VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 52-77.

afrodescendentes livres e libertos terem se estabelecido na América portuguesa, em diversas situações estes impedimentos receberam dispensas. Enfim, apesar das restrições havia um horizonte de oportunidades para o grupo social que estamos estudando, o que possibilitava sua inserção em instituições que lhe proporcionassem conquistar diferentes dimensões de mobilidade social.

### *Dimensão de mobilidade material*

Em relação ao sucesso mundano, esta dimensão compreende tanto a influência política quanto o enriquecimento. Percebe-se que a influência política de africanos e afrodescendentes foi mais limitada do que a caracterização de suas estratégias de enriquecimento por parte deste grupo. Em diferentes espaços do império português, principalmente nas colônias, era possível, conforme os interesses e circunstâncias conjunturais, que provimentos de ordem administrativo-jurídica fossem realizados com a habilitação de indivíduos provenientes de grupos sociais de nível mais baixo, como ocorreu com africanos e afrodescendentes nas figurações de São Tomé, Cabo Verde e mesmo na América portuguesa. A falta de homens brancos para os provimentos e a alta porcentagem de população de origem africana frequentemente foram justificativas para o processo de nomeação de africanos e afrodescendentes para tais funções<sup>480</sup>. No entanto, devemos ponderar que, além das necessidades estruturais e conjunturais de suprimento destas funções, havia o interesse, e muitas vezes o esforço, do indivíduo empossado, além do processo mais amplo, coletivo, de mudança de *status* do grupo social.

Em relação às conquistas materiais, percebe-se que houve africanos e afrodescendentes que chegaram ao topo do ideal de enriquecimento desta sociedade, estabelecendo-se como senhores de engenhos e de escravos. Estes casos foram mais escassos. Alguns dos indivíduos que se estabeleceram com abundância de bens foram filhos legítimos ou ilegítimos gerados a partir de casamentos mistos, onde o progenitor era abastado e deixara herança para seus descendentes. A grande maioria destes homens, no entanto, dedicou-se a atividades que lhes proporcionaram condições mínimas de sobrevivência. Guedes aponta que

---

<sup>480</sup> FIGUEIRÔA-RÊGO, João de; OLIVAL, Fernanda. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). **Tempo**, v. 30, 2011, p. 120-125; RUSSELL-WOOD, 2005, p. 130-137.

o trabalho foi uma das estratégias utilizadas por africanos e afrodescendentes para obter sucesso material, e acrescenta que

a escravidão não inviabilizou o trabalho de homens livres, nem tampouco desqualificou, por si mesma, as concepções de trabalho. Não era o trabalho tido como atributo de escravo, que o tornava depreciado socialmente, mas o não ter possibilidades de manutenção de *status*, de mudança de condição social ou de relativa autonomia através dele.<sup>481</sup>

Em relação às estratégias dos milicianos africanos e afrodescendentes livres e libertos da Bahia e do Rio de Janeiro, podemos afirmar que eles buscavam rendas em diversas atividades, mesmo antes de se inserirem nas milícias. Esta situação se repetiu em outras capitanias da América portuguesa, como verificou Souza em sua análise sobre os milicianos pardos de São Paulo<sup>482</sup>.

Como já ressaltou Guedes, a ideia de que o defeito mecânico impôs um lugar social e um estigma social aos trabalhadores precisa ser matizada. Em contraposição, o autor afirma que o trabalho proporcionava espaços de mobilidade social<sup>483</sup>. A literatura que aborda a formação das milícias na América portuguesa tende a classificar os homens que nelas se alistavam como pessoas marginalizadas, vadias e desqualificadas. Esta tese apresenta um contraponto, demonstrando, a partir de informações acerca dos milicianos africanos e afrodescendentes livres e libertos, que muitos dos arregimentados estavam envolvidos nas mais diversas atividades econômicas da América portuguesa.

Em sua pesquisa sobre os milicianos pardos de São Paulo (1810-1830), Souza percebeu, a partir dos registros do Livro Mestre do Regimento, que enquanto a maioria dos soldados era composta por lavradores, a maioria dos oficiais era por artesãos<sup>484</sup>. Além disso, observou que “uma parcela significativa de oficiais e soldados surgiu nas listas nominativas associados a mais de um ofício ou intercambiando atividades ao longo dos anos”<sup>485</sup>. Inclusive, alguns milicianos transitavam entre oficinas artesanais e pequenos estabelecimentos comerciais. Kraay, ao traçar o perfil sócio-profissional dos oficiais baianos dos regimentos de

<sup>481</sup> GUEDES, Roberto. **Egressos do cativeiro**: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008, p. 112-113.

<sup>482</sup> SOUZA, 2018, p. 254.

<sup>483</sup> GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (sécs. XVII-XIX). **Topoi**, v. 7, n. 13, jul./dez. 2006, p. 379.

<sup>484</sup> SOUZA, Fernando Prestes de. **Pardos livres em um campo de tensões**: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831). Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017, p. 257-258.

<sup>485</sup> SOUZA, 2018, p. 267.

homens pretos e pardos, no final do século XVIII e começo do XIX, também percebeu que a maioria deles estava ligada ao artesanato<sup>486</sup>. Os dados que levantamos, assim como a pesquisa de Kraay, referem-se exclusivamente aos oficiais das milícias de homens pretos e pardos nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro. Um estudo mais geral, que analise a composição sócio-profissional de soldados e oficiais da América portuguesa, ainda está por ser feito.

Em nossa análise não conseguimos detectar as atividades a que a maioria dos soldados pardos e pretos se dedicavam. Em uma lista da Companhia dos henriques do Recôncavo baiano, do ano de 1757<sup>487</sup>, alguns soldados foram arrolados como “prontos”, outros como “ausentes” e outros “fora sem licença”; no entanto, o critério que mais nos chamou a atenção era o que enunciava que o soldado estava “no engenho ocupado”. Mesmo usufruindo a condição jurídica de livres e libertos, os soldados Ignácio Rodrigues e Francisco da Xaga, ocupados “no engenho”, se encontravam solteiros e no escalão mais baixo da companhia. Isto nos alerta que nem todos que ingressavam na milícia estavam em condições de obter sucesso material e influência política. Muitos permaneceram se ocupando de funções que lhes davam nada mais que a subsistência.

A amostragem da tabela 17, que analisaremos adiante em pormenor, representa apenas alguns oficiais das companhias de pretos e pardos da Bahia e do Rio de Janeiro, homens que chegaram aos postos de capitão, alferes e cabo de esquadra.

---

<sup>486</sup> KRAAY, 2011, p. 145.

<sup>487</sup> Carta do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha ao rei D. José remetendo os mapas e listas de todas as companhias de Ordenança e Terços de Auxiliares da Bahia. AHU – BA, Avulsos, cx. 133, doc. 10380. Bahia, 3 de novembro de 1757. Ver folha 149 com a lista da companhia de Henrique Dias de que é capitão João de Brito.

**TABELA 18 - OCUPAÇÕES SÓCIO-PROFISSIONAIS DE OFICIAIS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES LIVRES E LIBERTOS**

<b>Oficiais do Terço de Henrique Dias - BA</b>	<b>Ocupação</b>
João Fernandes (capitão em 1640)	Não declarada
Miguel Telles de Menezes (capitão em 1711)	Não declarada
Lourenço Rodrigues Duarte (capitão em 1735)	Carpinteiro
Arcangelo Benedito de São Francisco (capitão em 1749)	Serieiro
<b>Oficiais das companhias de homens pardos – BA</b>	
Miguel Mendes de Vasconcelos (capitão em 1706)	Procurador de causas auditoriais
Cosme Pires de Vasconcelos (capitão em 1764)	Lavrador de canas
<b>Cabo de esquadra da companhia de homens pretos – RJ</b>	
Bento Godinho (cabo de esquadra em 1703)	Alfaiate
<b>Oficiais das companhias de homens pardos – RJ</b>	
João Arias Maldonado (capitão em 1725)	Senhor de engenho
Ignácio de Gouveia (capitão em 1706)	Não declarada
Fernando de Souza (capitão em 1709)	Pescador
Manoel Correia Lisboa (alferes depois de 1703)	Não declarada
João Francisco Muzzi (capitão em 1763)	Fabricante de anil

Fontes: Consulta do Conselho Ultramarino sobre João Fernandes, o Anjo, homem preto, natural do Brasil, que pede a S. Magde., o mande tirar da galé onde está há cinco anos, acusado de sair à campanha sem licença, pede para ser levado a sua terra, onde servia de capitão de uma companhia de cem homens da sua cor. AHU - BA - Luisa da Fonseca. Lisboa, 28 de novembro de 1648. cx. 11, doc. 1314. APEB. Secção Judiciária. *Inventários e testamentos*, 1767-1774, class. 03/1206/1675/03. APEB. Secção Judiciária. *Inventários e testamentos*, 1749, class. 04/1577/2046/03. Requerimento do capitão Miguel Mendes de Vasconcelos e de seu filho ao rei [D. João V] solicitando provisão para servirem de procuradores de causas nos auditórios da cidade da Bahia, sem embargo de serem pardos. AHU – BA, Avulsos, cx. 85, doc. 33. Bahia, 23 de setembro de 1743. Requerimento de Cosme Pires de Vasconcelos ao rei [D. José] solicitando confirmação de Carta patente do posto de capitão da ordenança da companhia dos pardos do regimento da vila de São Francisco de Sergipe do Conde. AHU – BA – Avulsos, cx. 7, doc. 70. Bahia, 3 de novembro de 1764. ACMRJ. Habilitações Matrimoniais. Doc. 72939, cx. 3013. 1710. Cód. AN-2ON-29, 01/12/1720. “Escritura de instituição de patrimônio que faz o Coronel Miguel

Árias Maldonado a seu filho Licenciado João Árias Maldonado, para ordenar-se sacerdote do hábito de São Pedro – Faz seu patrimônio de 400\$000 em um engenho que possui, de fazer açúcar, moente e corrente, de invocação São José, sito no recôncavo da freguesia de São Gonçalo, na paragem onde chamam Guaxandiba, com 500 braças de testada e meia légua de sertão, e mais 150 braças místicas com quinhentas de sertão, partindo umas e outras pela testada com terras do Capitão-mor Clemente Pereira e pelo sertão com terras de Dona Maria Pereira, partindo de uma banda com terras do Reverendo Licenciado Manoel Correia de Araújo, havido por título de compra que fez à sua mãe Dona Isabel Tenreira da Cunha, já falecida”. In: ABREU, Maurício. **Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara, séculos XVII e XVIII**, s/d. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br>>. Acesso em: 08 jul. 2019. ACMRJ. Habilitação Matrimonial. Doc. 55662 cx. 2595 (1754). CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 305.

Para as capitânicas da Bahia e do Rio de Janeiro nenhum documento semelhante ao Livro Mestre do Regimento de Pardos de São Paulo foi encontrado. As informações sobre a situação profissional dos milicianos nesta pesquisa foram compiladas a partir do cruzamento de fontes. Habilitações matrimoniais, testamentos, inventários, registros de imóveis e cartas patentes foram os documentos que forneceram alguma informação sobre os milicianos baianos e fluminenses. A amostragem foi bem pequena: doze oficiais. Seis destes atuaram nas milícias baianas, sendo quatro oficiais das companhias de homens pretos e dois capitães de companhias de pardos. Na amostragem do Rio de Janeiro, também de seis oficiais, quatro eram capitães e um alferes das companhias de pardos e apenas um era cabo de esquadra, portanto oficial menor, de uma companhia dos homens pretos. No entanto, qualitativamente, estes dados permitem compreender como alguns milicianos inseriram-se no mundo profissional da América portuguesa, como detalharemos adiante.

As informações que conseguimos referentes ao século XVII sobre os milicianos baianos demonstram que, no *continuum* escravidão-liberdade, aqueles se encontravam muito mais próximos do extremo da escravidão. No próprio processo de gênese social das milícias, como já observamos no segundo capítulo, alguns se inseriram nas tropas ainda na condição de escravos, no contexto das batalhas travadas contra os holandeses, e posteriormente conseguiram suas alforrias. Além disso, são frequentes os relatos que constataam a pobreza dos milicianos, que suplicavam à Corte benefícios referentes a soldos, fardas e alimento, muitas vezes sem serem atendidos<sup>488</sup>.

No começo do século XVIII ainda encontramos relatos de milicianos que viviam em situação de penúria. O trecho do requerimento a seguir demonstra as reais necessidades de muitos deles:

---

<sup>488</sup> Ver seção “Fardas e soldos” no capítulo 3.

Dizem o capitão-mor, oficiais e soldados da gente preta intitulados henriques da praça (...) recorreram ao excelentíssimo Vice-Rei atual, o conde das Galveias, para que na atenção de seu merecimento lhes livrasse algum soldo para a sua sustentação e melhor subsistência respeitando a nimia pobreza de suas pessoas inibidos para por meio algum poderem remediar-se pelas continuadas distâncias do Real Serviço de Vossa Majestade a que não faltam pois é muito para reparar que havendo na mesma praça Terços pagos, sejam os miseráveis suplicantes alimentados somente de calamidade os que supram todo o serviço (...) por não *interpor recursos* ou *empreender* requerem, ou pelo dismantelo da cor, que parece suprime a natureza do esperar congratulações ainda quando chegam mais merecer, mas como a experiência tem mostrado que os acidentes não privam o esforço dos suplicantes (...).<sup>489</sup>

Este relato nos dá a ideia de que nem todos conseguiram “interpor recursos” ou “empreender”, pois muitos viviam em situação de extrema pobreza. No entanto, ao longo do século XVIII, conforme se consolidava o processo de institucionalização das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos nas capitânicas da Bahia e do Rio de Janeiro, mas também na medida em que o próprio grupo social formado por africanos e afrodescendentes livres e libertos aumentava e se enraizava socialmente, podemos perceber que houve maiores possibilidades para que alguns milicianos caminhassem para mais perto da extremidade da liberdade no *continuum* que estamos destacando. A maioria das trajetórias representadas na próxima seção demonstra que, pelo menos entre a oficialidade, houve um leque maior de possibilidades de inserção no mundo do trabalho e em outros espaços de sociabilidades.

A dimensão do trabalho permitiu a africanos e afrodescendentes inserirem-se em diferentes atividades econômicas: alguns se ligaram à agricultura, como proprietários de terra ou lavradores de gêneros para subsistência; outros praticaram o comércio, e um grupo significativo dedicou-se aos mais diversos ofícios mecânicos. Porém, a busca por subsistência ou enriquecimento não deve encerrar as questões relacionadas à mobilidade social de africanos e afrodescendentes. Outras dimensões devem ser consideradas.

### *Dimensão da mobilidade afetiva*

Vários foram os mecanismos utilizados por africanos e afrodescendentes para que fossem mais estimados e prestigiados na sociedade. A participação em irmandades,

<sup>489</sup> Requerimento do capitão-mor, oficiais e soldados do Terço da gente preta, intitulados Henriques Dias da praça da Bahia ao rei (D. João V) a pedirem contribuição dos soldos aquartelados. AHU – BA, Avulsos, cx. 64, doc. 5431. Bahia, 17 de fevereiro de 1739.



casamentos com pessoas bem-sucedidas, apadrinhamentos e o estabelecimento de outras sociabilidades foram tentativas de maior enraizamento e aceitação por parte de integrantes deste grupo. Mas outras estratégias também se ligavam a esta dimensão de mobilidade social.

A ânsia pela mobilidade na hierarquia milicianiana às vezes parecia ultrapassar o limite do razoável: em 1747, o alferes Inácio Baltazar dos Reis, de 38 anos, “crioulo forro”, o qual já servia no terço de Henrique Dias há nove anos, solicitava um “alvará de suplemento” para ocupar qualquer posto de capitão que vagasse<sup>490</sup>. Este tipo de documento não era comumente emitido; de fato, não encontramos nenhum similar ao longo da pesquisa. Podemos interpretar o requerimento do miliciano como expressão de manobras existentes nas competições pelas funções mais prestigiosas das tropas. Como observamos no terceiro capítulo, era recorrente que o suprimento dos postos ocorresse num efeito cascata. Caso o posto de capitão de uma companhia ficasse vago, quem o ocupava seria imediatamente o alferes da própria companhia. Inácio Baltazar dos Reis era alferes da companhia do capitão Inácio Xavier do Socorro e, no entanto, solicitava o “alvará de suplemento” para ocupar a função de capitão em qualquer companhia em que vagasse este posto. Reis solicitava que este posto lhe fosse imputado “por ser superior entre os mais oficiais dele, o de maior graduação, estimação, tanto no seu bom procedimento como no trato da sua pessoa”. Este caso demonstra o quanto a mobilidade na hierarquia era visada, competitiva e passível dos mais diversos manejos.

Nem sempre “a posse de bens era um pré-requisito para o oficialato”<sup>491</sup>, como destacaram alguns estudos das milícias com referência à segunda metade do século XVIII. Em nossa análise, percebemos que a caminhada para alcançar a oficialidade variou bastante. Há os casos de dois capitães de pardos no Rio de Janeiro que eram filhos dos *principais da terra*, sendo que um deles, João Arias Maldonado, chegou a ser senhor de engenho<sup>492</sup>. Mas também há casos de oficiais que se inseriram nas milícias em condições de extrema pobreza,

<sup>490</sup> Requerimento do alferes de uma das companhias do Regimento dos homens pretos da cidade da Bahia Inácio de Baltazar dos Reis ao rei (D. João V) solicitando alvará de suplemento para poder passar de alferes a capitão na primeira companhia que vagar ou se achar vaga. AHU – BA – Avulsos. Bahia, 20 de fevereiro de 1747, cx. 88, doc. 7203.

<sup>491</sup> KRAAY, 2011, p. 141.

<sup>492</sup> Cód. AN-2ON-29, 01/12/1720. “Escritura de instituição de patrimônio que faz o Coronel Miguel Árias Maldonado a seu filho Licenciado João Árias Maldonado, para ordenar-se sacerdote do hábito de São Pedro – Faz seu patrimônio de 400\$000 em um engenho que possui, de fazer açúcar, moente e corrente, de invocação São José, sito no recôncavo da freguesia de São Gonçalo, na paragem onde chamam Guaxandiba, com 500 braças de testada e meia légua de sertão, e mais 150 braças místicas com quinhentas de sertão, partindo umas e outras pela testada com terras do Capitão-mor Clemente Pereira e pelo sertão com terras de Dona Maria Pereira, partindo de uma banda com terras do Reverendo Licenciado Manoel Correia de Araújo, havido por título de compra que fez à sua mãe Dona Isabel Tenreira da Cunha, já falecida”. In: ABREU, Maurício. **Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara, séculos XVII e XVIII**, s/d. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br>>.

como o capitão dos henriques baianos Arcangelo Benedito de São Francisco, que ao longo da vida passou a exercer um ofício mecânico que lhe proporcionava o sustento<sup>493</sup>. Isto demonstra que o prestígio social conseguido pela conquista de uma patente nem sempre estava em consonância com as conquistas materiais.

O serviço régio era também um instrumento para aumentar o prestígio social. A partir da prática monárquica da concessão de graças e mercês, muitos indivíduos foram inseridos em diferentes instâncias da organização colonial. Além das patentes militares, da obtenção de hábitos eclesiásticos ou do enquadramento em funções administrativas, havia outros artifícios que proporcionavam nobilitações e constituíam outras estratégias para a mobilidade social dos indivíduos e grupos sociais do império português, tais como as habilitações nas Ordens Militares.

Os estatutos destas ordens eram muito rígidos em relação à pureza de sangue. No entanto, a herança africana não era apresentada como um impedimento desta categoria, pois a “pureza de sangue” fazia referência a uma ancestralidade que não estivesse ligada a judeus e muçulmanos. Os entraves destas nobilitações estavam ligados à falta de qualidade, característica daqueles que tinham relações com o trabalho manual. E embora o “defeito de qualidade” fosse considerado um impedimento, ele era frequentemente dispensado pelo Rei, “especialmente se os serviços que estivessem sendo recompensados fossem importantes”<sup>494</sup>. Francis Dutra contabilizou um total de 27 indivíduos agraciados com os títulos de Cavaleiros das Ordens Militares Portuguesas de Cristo, Santiago e Avis, ao longo do século XVII até o ano de 1731, cujos pais ou avós foram “mulatos” ou descendiam de escravos africanos.

Os milicianos que atuaram nas tropas de africanos ou afrodescendentes livres e libertos nas figurações da Bahia e do Rio de Janeiro, ao longo do período balizado por esta pesquisa, não chegaram a nobilitar-se em nenhuma destas três ordens. No entanto, este tipo de nobilitação estava no horizonte de expectativas<sup>495</sup> deste grupo. A trajetória de Antônio Fernandes Passos, quarto capitão-mor do terço de Henrique Dias da cidade de Salvador, é exemplar neste sentido.

<sup>493</sup> APEB. Seção Judiciária. Inventários e testamentos, 1749, class. 04/1577/2046/03.

<sup>494</sup> DUTRA, Francis A. Ser mulato em Portugal nos primórdios da época moderna. **Tempo**, v. 11, n. 30, jul. 2011, p. 105. Apesar da “falta de qualidade” ou “defeito mecânico” causar alguns entraves para as nobilitações, este atributo não era impedimento para a mobilidade social, pois possibilitava sucesso material e acúmulo de bens, como detalharemos adiante.

<sup>495</sup> KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2006, p. 305-327.

Ele matriculou-se soldado em 1674, com apenas treze anos, em Pernambuco. Em 1679 passou para o terço da Bahia. Na nova praça graduou-se sargento, alferes, ajudante de capitão, ajudante do número e de sargento maior, sargento-mor e, finalmente, capitão-mor, em 1712. Ocupou o posto de ajudante de sargento maior no mesmo ano em que seu tio, Matheus Fernandes, tornou-se capitão-mor. E, apesar de existir um capitão mais velho que ele no terço – Miguel de Souza e Castro –, Passos foi o escolhido. É preciso notar que ele vinha de uma família onde muitos lutaram contra os holandeses, inclusive seu pai, Antônio Fernandes. A influência e as relações de seus familiares dentro da milícia podem ser percebidas como um propulsor da sua escalada e também como indícios da permanência de gerações da mesma família dentro da instituição<sup>496</sup>.

Ainda é preciso ressaltar que os “Fernandes” também utilizaram outras estratégias para alcançar diferentes dimensões da mobilidade social. Em 1689, Matheus Fernandes recorreu ao rei (D. Pedro II) pedindo “soldo e farda da mesma forma que se dava aos capitães de infantaria brancos”<sup>497</sup>. No entanto, na Bahia, os oficiais permaneceriam ainda por décadas sem tal mercê. Tão somente na década de 1740 o terço de Henrique Dias conseguiu soldo permanente para seus oficiais, como vimos no terceiro capítulo<sup>498</sup>.

Antônio Passos Fernandes também recorreu a D. João V, em 1720, mas, diferente de seu tio, sua causa foi individual. Ele requeria tanto a tença<sup>499</sup> quanto um dos três hábitos militares. Para tanto, coletou documentos e certidões assinadas por membros proeminentes da sociedade baiana. Atestaram a dignidade de Passos o Escrivão da Fazenda Real do Estado do Brasil e das Matrículas e Contador da Gente de Guerra do Exército, João Antunes Moreira; o capitão-mor dos henriques à época, Gaspar dos Reis Bezerra, e os governadores gerais do Estado do Brasil, Dom João de Lencastro e Dom Rodrigo da Costa.

A solicitação de hábitos militares foi recorrente tanto entre brancos quanto entre afrodescendentes. Os principais grupos que receberam hábitos foram mercadores, nobres,

<sup>496</sup> Requerimento do Sargento-mor Antônio Fernandes Passos, homem preto, ao Rei [D. João V], pedindo um dos hábitos das três ordens militares, com tenças efetivas, e de outro valor de tença nas obras pias. AHU - PE, cx. 29, doc. 2572, Pernambuco, 7 de Janeiro de 1720.

<sup>497</sup> Carta de Sua Majestade sobre o Capitão Mateus Fernandes, homem preto. D.H. Lisboa, 16 de Março de 1689, v. 68, p. 198.

<sup>498</sup> Carta do [vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil] André de Melo e Castro, [conde das Galveias] ao rei [D. João V] sobre a contribuição dos soldos aquartelados de que pedem o capitão-Mor, oficiais e soldados do Terço da gente preta intitulados Henriques Dias da praça da Bahia. AHU - BA, cx. 68, doc. 38, Bahia, 28 de setembro de 1739.

<sup>499</sup> Renda em dinheiro em prêmio a algum serviço. BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Português e Latino. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, p. 92.

militares, membros da burocracia real, habitantes das fortalezas do norte da África, diretores de instituições lisboetas, afazendados e assentistas<sup>500</sup>. Para a realidade brasileira, a maioria dos hábitos foi destinada a membros da açucarocracia, militares de carreira e comerciantes<sup>501</sup>. O primeiro baiano afrodescendente a receber a Ordem de Santiago foi o herói da guerra luso-holandesa de 1624/25, Manuel Gonçalves Dória<sup>502</sup>.

No entanto, nem todos os que solicitavam os hábitos eram agraciados. Diversos eram os impedimentos para a concessão: os suplicantes podiam estar abaixo ou acima da idade estipulada, podiam faltar-lhes comprovações da sua ancestralidade, podiam ter cometido crime de lesa-majestade e assim por diante. Outro agravante era a onerosidade deste trâmite.

Isto nos ajuda a pensar os motivos de Antônio Fernandes Passos ter solicitado uma das três ordens e seu tio, Matheus Fernandes, não. Enquanto Passos alegava ter participado na entrada a mocambos, Matheus Fernandes era herói de guerra, assim como Dória, pois tinha lutado na Restauração de Pernambuco contra os holandeses. Krause ponderou que, a partir da década de 1680, com D. Pedro II ascendendo ao trono e consolidada a dinastia bragantina no poder, os requerimentos basearam-se muito mais nas guerras contra índios e quilombolas do que na “guerra viva” contra os holandeses. E estes novos serviços eram “muito menos valorizados pelo centro político”<sup>503</sup>.

Algumas pesquisas têm alertado para a importância do olhar geracional que acompanha a mobilidade social, demonstrando que gerações posteriores de africanos e afrodescendentes livres e libertos experimentaram conquistas materiais ou de prestígio que suas predecessoras não tiveram<sup>504</sup>. Uma das possíveis explicações para este fato pode ser observada a partir do sucesso material e geracional destas duas gerações. Matheus Fernandes provavelmente era ex-escravo e não havia conseguido o sucesso material que possivelmente seu sobrinho obteve. O próprio Henrique Dias pediu à Rainha recursos para pagar as taxas inerentes ao pedido formal de seu hábito<sup>505</sup>.

---

<sup>500</sup> OLIVAL, Fernanda. An Elit? The meaning of Knighthood in the Portuguese Military Orders of the seventeenth and eighteenth century. *Mediterranean Studies*, v. 15, 2006, p. 122-126.

<sup>501</sup> KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. São Paulo: Annablume, 2012.

<sup>502</sup> DUTRA, Francis. Ser mulato em Portugal nos primórdios da época moderna. *Tempo*, v. 15, n. 30, jul. 2011. p. 101-114.

<sup>503</sup> KRAUSE, 2012, p. 18.

<sup>504</sup> GUEDES, 2006, p. 400.

<sup>505</sup> RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: Mulatos no Brasil e em Portugal (c.1640-1750). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 699-723, jul./dez. 2012, p. 713.

O processo de petição de um hábito era oneroso e demorado. No momento da petição um depósito para as despesas do processo já tinha que ser feito. No conjunto da documentação deveriam constar os dados dos pais e avós do suplicante quanto aos locais de batismo e moradia. Na documentação enviada por Passos a Portugal muitos dados estavam ausentes. Os valores cobrados variavam de petição para petição, pois se baseavam nas distâncias dos locais de moradia e batismo dos pais e avós. Para termos uma ideia, em 1748 um requerente teve que depositar quarenta mil réis para seu pedido. Outro requerente teve que depositar quinhentos mil réis, pelo fato de sua mãe e avós maternos serem naturais da Sabóia. Além disso, poderia haver acrescentamentos de depósitos, tanto para os trâmites do processo quanto para contribuições para instituições<sup>506</sup>.

Não encontramos os resultados do pedido de Passos. Provavelmente ele não recebeu nem hábito e nem tença. Mas o que nos importa aqui é perceber que ele tentou. E só o fez porque se encontrava numa situação muito mais favorável materialmente que a do seu tio. E, como já destacamos, a busca por prestígio e nobilitações era possível e almejada também pelo grupo social formado por africanos e afrodescendentes livres e libertos.

Estamos defendendo nesta tese que, no quadro mais geral do império português, apesar de existir uma hierarquia institucional, esta não comportava as pessoas de forma rígida e muito menos homogênea<sup>507</sup>. Apesar de haver normativas legais e costumeiras que tentavam limitar a mobilidade social de alguns grupos, o que se observa é que a mobilidade social era possível. Não descartamos a ideia de que “o nível mais alto concentrava, evidentemente, muito mais poder que o nível mais baixo”<sup>508</sup>. A tendência era que aqueles que mais se beneficiavam nas relações instáveis de poder continuassem a ser favorecidos na maior parte do tempo. Nestas situações, por exemplo, senhores de engenho buscavam estabelecer matrimônios de seus descendentes com grupos congêneres, para que suas fortunas não fossem desmembradas. No entanto, sem desprezar a tendência mais geral, voltamos o olhar nesta pesquisa para situações nas quais indivíduos dos grupos de níveis mais baixos da sociedade conseguiram se estabelecer em situações de vida próximas àquelas dos indivíduos que estavam nos níveis mais altos. As trajetórias destes indivíduos não estabelecem regras e

---

<sup>506</sup> VAQUINHAS, Nelson. A informação na concessão de hábitos das Ordens Militares. Trâmites, Circuitos e Tipologias Documentais. **Anais CONTECSI**. São Paulo: USP, 2016. Documento eletrônico.

<sup>507</sup> GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (sécs. XVII-XIX). **Topoi**, v. 7, n. 13, jul./dez. 2006, p. 384; MONTEIRO, Rodrigo Bentes et al. **Raízes do Privilégio: hierarquias sociais no mundo ibérico do Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

<sup>508</sup> SILVA, 2015, p. 60.

padrões de mobilidade social: apresentam, no entanto, exemplos de que, mesmo de forma rarefeita, esta mobilidade foi possível.

Podemos afirmar que o diferencial na retenção de poder dos diferentes grupos sociais da América portuguesa foi agravado pelo escravismo. O vínculo anterior com o cativo gerava marginalização, estigmatização, impedimentos ligados ao “defeito mecânico”, entre outras interdições. No entanto, o processo histórico desta figuração social ocorreu de tal forma que o grupo de africanos e afrodescendentes livres e libertos tornou-se indispensável para a defesa e o desenvolvimento econômico da colônia, a ponto de transpor as interdições correntes. Em última instância, o escravismo gerou entraves; no entanto, paradoxalmente, a ligação ancestral com o cativo não foi uma barreira intransponível para a mobilidade social.

#### 4.2 Relações entre indivíduos e a sociedade: trajetórias individuais e sociabilidades

Nesta seção analisamos trajetórias individuais de uma amostra de milicianos da Bahia e do Rio de Janeiro. Sem cair na ilusão de tratar a vida de um indivíduo como uma história coerente, com uma “sequência de acontecimentos com significado e direção”<sup>509</sup>, temos um objetivo claro ao representar a trajetória destes homens a partir das oportunidades e conflitos que lhes ocorreram. Esta opção nos remete a um tratamento teórico e metodológico que relaciona indivíduo e sociedade pelo viés das interdependências que os indivíduos estabelecem com outros indivíduos, nas suas diferentes figurações sociais e institucionais<sup>510</sup>, sem perder de vista as pressões sociais e os conflitos vividos por eles. Entendemos os estudos de trajetórias como uma ferramenta para atingir a realidade social e as interações entre o indivíduo e seus pares em diferentes sociedades. Enfim, esta metodologia visa, em última instância, compreender as possibilidades e entraves da mobilidade social dos indivíduos analisados.

Assim, pretendemos perceber, no *continuum* intergeracional escravidão-liberdade que enviesa a trajetória de vida destes milicianos, como as gerações mais distantes do tráfico e do cativo parecem ter sido mais favorecidas na redução de sua marginalidade. Enquanto a

<sup>509</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 185.

<sup>510</sup> Uma tentativa teórico-metodológica semelhante foi realizada por Luiz Geraldo Silva em seu artigo sobre a função social do Mestre de Campo em diferentes espaços do mundo atlântico, com destaque para a trajetória do Mestre de Campo Brás de Brito e Souto e suas relações com diversas figurações sociais e institucionais. SILVA, 2017.

maioria dos pais dos milicianos, de gerações mais próximas ao tráfico, permaneceu cativa ao longo da vida, as gerações posteriores passaram por sucessivas dimensões de mobilidade social que reduziram sua marginalidade. Além disso, demonstraremos que a simples inserção nas milícias não era a única via de mobilidade social. De forma muito mais complexa, os milicianos - de diferentes períodos da trajetória institucional das milícias de pretos e pardos nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro - precisaram se inserir em diferentes espaços de sociabilidade e buscar outras alternativas para diminuir as interdições que a sociedade lhes impunha.

#### 4.2.1 Bahia: Trajetórias de milicianos africanos e afrodescendentes

##### *Oficiais das companhias dos homens pretos*

Os relatos referentes aos milicianos que atuaram no século XVII são mais escassos em comparação àqueles que viveram no século XVIII. No entanto, foi possível em nossa pesquisa representar alguns momentos da vida de João Fernandes, miliciano que vivenciou o processo de gênese das tropas de africanos e afrodescendentes na Bahia. Sua trajetória demonstra a busca de enraizamento social de egressos do cativeiro no período de *sociogênese* das companhias de homens pretos. A vida de João Fernandes também demonstra o quanto a inserção na milícia podia representar, para este grupo social, o alcance de algumas dimensões de mobilidade social. Este miliciano, conhecido como “o Anjo”, nasceu por volta de 1613 em Angola<sup>511</sup>. Homem alto, apresentava sinais de feridas na testa, as quais podem ter sido marcas de batalhas nas quais se envolveu. “Nariz escarrapachado” e orelhas pequenas e furadas. Na década de 1640, fazia parte das fileiras dos homens de Henrique Dias, na Bahia. Mais do que um simples soldado, alcançara para si a patente de capitão e comandava cem homens.

---

<sup>511</sup> Na notação produzida pelo arquivista do Arquivo Histórico Ultramarino há a informação equivocada de que João Fernandes havia nascido no Brasil; no entanto, as informações contidas nos documentos anexos referentes a este personagem demonstram que ele, de fato, nasceu em Angola. Consulta do Conselho Ultramarino sobre João Fernandes, o Anjo, homem preto, natural do Brasil, que pede a S. Magde., o mande tirar da galé onde está há cinco anos, acusado de sair à campanha sem licença, pede para ser levado a sua terra, onde servia de capitão de uma companhia de cem homens da sua cor. AHU - BA - Luisa da Fonseca. Lisboa, 28 de novembro de 1648. cx. 11, doc. 1314.



No entanto, em certa ocasião, por volta de 1643, ainda no contexto das guerras holandesas, saíra em campanha sem licença superior, desobedecendo assim um Bando que proibia tal procedimento. As autoridades o condenaram por “levantamento”. Possivelmente temiam que o capitão pudesse aliar-se aos holandeses ou mesmo desertar. Muitos dos que assim procediam eram condenados à morte. Esta também foi a primeira sentença dada a João Fernandes. No entanto, por “consideração a ter bem servido” a Sua Majestade, a pena foi comutada para dez anos nas galés.

Desde 1638 os forçados às galés eram trocados de embarcações de tempos em tempos. O cotidiano ali era permeado pelo cheiro fétido, falta de espaço, sujeira, remos pesados, feridas de correntes, esforço físico e constantes perigos do alto mar<sup>512</sup>. Em 1648, o “Anjo” requereu à Coroa que sua pena fosse abreviada, visto que estava na galé “há cinco anos padecendo as incomodidades daquele degredo, podendo ser de préstimo naquele Estado a serviço de Vossa Majestade”. Para tanto, estava disposto a servir “no posto que se lhe der, até acabar a vida nele”.

No momento de seu requerimento, Angola, sua terra natal, acabara de ser reconquistada pelos homens de Salvador Correia de Sá. Soldados experientes eram ali bem-vindos, principalmente para servir nas expedições punitivas contra os *sobas*<sup>513</sup> que haviam se aliado aos holandeses (1641-1648). No entanto, em sua petição, João solicitou o retorno para o Brasil. O que estava em jogo possivelmente eram as condições sociais da Bahia, as quais poderiam proporcionar um *status* diferenciado para este indivíduo. Nasceu em Angola, passou pelo degredo, mas não quis voltar à terra natal. Ele almejava retornar à Bahia, inserir-se novamente nas fileiras das companhias de Henrique Dias e, quem sabe, ascender a posições de maior *status* na corporação. Além do prestígio que ganharia aos olhos da sociedade. O parecer do Conselho Ultramarino foi favorável a João Fernandes, pois ele poderia “ser de préstimo ao Brasil”. É bem possível que tenha voltado para a América. Ademais, ainda havia guerra contra os holandeses e quanto mais soldados experientes, melhor.

Diversas trajetórias de africanos e afrodescendentes que tiveram a oportunidade de retorno à África e optaram por viver nas Américas já foram analisadas pela historiografia. Paul Gilroy estudou o caso de Martin Robson Delany. Este, filho de um escravo com uma liberta, viveu no século XIX e ocupou diferentes posições sociais: foi “jornalista, editor,

<sup>512</sup> BRAGA, Paulo Drumond. Os forçados das galés, percursos de um grupo marginalizado. In: ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, *In Memoriam*. v. 1, Porto: Universidade do Porto, 1999, p. 190.

<sup>513</sup> *Sobas* eram os chefes nativos de vários grupos étnicos africanos (BOXER, 1973, p. 287).

médico, cientista, juiz, soldado, inventor, fiscal de alfândega, orador, político e romancista”<sup>514</sup>. Delany viveu por algum tempo na Libéria, para onde partiu com objetivos civilizacionais, mas não chegou a se fixar na África e, depois que a deixou, nunca mais retornou. Dentre os muitos planos que empreendeu, Delany desenvolveu um projeto “sionista”, mas para ele nenhum país africano estava no rol de lugares onde uma colonização negra poderia ser empreendida. Neste projeto, a Nicarágua foi eleita como lugar privilegiado para o empreendimento. Gilroy analisa a recusa da África por parte de Delany a partir de sua estrutura emocional, e avalia que seus sentimentos oscilaram do entusiasmo à melancolia, em relação ao continente africano.

O que faltou à análise de Gilroy foi observar as escolhas de Delany através das estruturas sociais dos diferentes contextos em que este viveu. É preciso considerar as difíceis condições de vida que estes homens encontravam na África. Outra análise que evidencia uma “somatória de circunstâncias particulares vivenciadas”<sup>515</sup> por um indivíduo foi desenvolvida por Reis, Gomes e Carvalho. Trata-se da trajetória do alufá Rufino, ex-cativo que havia se engajado no tráfico ilegal de escravos e viajado por várias partes do mundo atlântico, inclusive com uma estadia em Serra Leoa. No entanto, Rufino decidiu voltar ao Brasil e aqui se fixar<sup>516</sup>.

Quando analisamos a trajetória de indivíduos que se enquadravam no *continuum* de escravidão-liberdade, como foi o caso de João Fernandes, Delany e Rufino, mesmo que em contextos diferentes, percebemos que as opções que estes indivíduos fizeram de permanecer na América e não na África guardam relações estreitas com as condições sociais vivenciadas por eles. Não se trata somente de escolhas pautadas em sentimentos e decisões estritamente individuais. Na América se desenvolvia processualmente um sistema de integração de africanos e afrodescendentes que os chamava a permanecer aqui. O tráfico atlântico e as taxas de alforria cada vez maiores foram elementos que oportunizaram ao grupo de africanos e afrodescendentes livres e libertos uma redução de sua marginalidade. A inserção nas milícias, nos ofícios mecânicos e em outros espaços revela algumas dimensões destas oportunidades de mobilidade social.

<sup>514</sup> GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p. 65.

<sup>515</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. Nas malhas do tráfico negreiro. Alufá Rufino e o Atlântico Sul do século 19. **Folha de São Paulo**. Ilustríssima, São Paulo, p. 5, 14 dez. 2010.

<sup>516</sup> REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. **O alufá Rufino**: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Ao adentrar o século XVIII, encontramos mais vestígios referentes aos milicianos africanos e afrodescendentes. Miguel Telles de Menezes<sup>517</sup>, por exemplo, era “crioulo forro”, nascido, portanto, na América portuguesa. Morador dos Sertões de Inhambupe, recebeu em 1711 patente de capitão de uma companhia de homens pretos agregada ao terço de Henrique Dias. Esta companhia abrangia, em sua jurisdição, a extensão que ia dos distritos de Inhambupe até a vila do Lagarto, em Sergipe del-Rei<sup>518</sup>. Não sabemos quanto tempo esta companhia permaneceu sob o comando de Menezes. Tudo indica que mais tarde ele tenha se mudado para o Recôncavo baiano, onde permaneceu com a família e acumulou bens. Em seu testamento, percebemos que juntou patrimônio suficiente para repartir entre seus herdeiros, filhos legítimos dele com Mariana do Nascimento. Este documento encontra-se incompleto, por isso não conseguimos mensurar seu patrimônio. Outro dado importante é que suas filhas constituíram casamentos com pessoas de prestígio. Dona Maria de Menezes casou-se com o alferes João Pereira Guimarães, e dona Izabel dos Reis e Menezes casou-se com Paulo José Ferreira de Vasconcelos, “homem branco igual a sua pessoa [Izabel]”<sup>519</sup>. Além do grau de prestígio e do suposto sucesso econômico do capitão Miguel Telles de Menezes, podemos perceber que a dimensão do “branqueamento” rondava a busca de prestígio das gerações representadas por seus filhos. O fato de sua filha Izabel ter frisado ser branca, assim como seu cônjuge, era uma tentativa de se desvincular do passado estigmatizado que a ligava à escravidão vivida pelo pai. Guedes, em seus estudos, tem alertado que, em alguns casos, a mobilidade social podia levar à mudança de cor do afrodescendente, pois esta podia ser socialmente definida<sup>520</sup>. Nesta trajetória, percebemos que a inserção na milícia e os vínculos conquistados nos arranjos matrimoniais das filhas deste miliciano proporcionaram a ele e a sua descendência a redução da marginalidade imposta pelo vínculo ancestral com a escravidão.

Por sua vez, o escravo Lourenço Rodrigues Duarte nasceu em Salvador e foi batizado na freguesia de Santo Antônio do Além do Carmo. Era filho de André e Esperança. Comprou sua alforria por 200 mil réis de sua senhora Agueda Rodrigues. As datas de seu

<sup>517</sup> A julgar pelo sobrenome, é bem possível que Miguel fosse ex-escravo do “clã” dos senhores de engenho Teles de Menezes, do Recôncavo baiano, ou quiçá filho ilegítimo de algum senhor desta família com uma escrava. SCHWARTZ, 1988, p. 227.

<sup>518</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 15 de abril de 1711, maço 337, f. 129v.-130.

<sup>519</sup> APEB. Seção Judiciária. *Inventários e testamentos*, 1767-1774, class. 03/1206/1675/03.

<sup>520</sup> GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de mobilidade social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org.). **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 345.

nascimento e de sua alforria não constam em seu testamento. Nunca se casou, mas ao longo da primeira metade do século XVIII teve dois filhos ilegítimos, Manoel Rodrigues Santiago, o qual nomeou como seu testamenteiro, e Agostinho, o qual era filho de Damiana, sua escrava. Os bens materiais que conseguiu juntar ao longo da vida foram os materiais utilizados em seu ofício de carpinteiro, outros utensílios de menor valor e sua escrava. Souza, ao analisar os milicianos pardos de São Paulo, constatou que apenas uma pequena porcentagem destes possuíam escravos; no entanto, aqueles que se tornaram senhores acumularam para si poder material e simbólico. Uma das casas onde Duarte residiu era alugada das propriedades da Santa Casa da Misericórdia, sita na Rua do Tijolo, região central de Salvador. Em seu testamento percebemos que sabia assinar seu nome de próprio punho. Além de nomear seu filho como testamenteiro, Duarte também nomeou outros oficiais do terço de Henrique Dias, com os quais possivelmente tinha estreitas relações. Eram eles o capitão Antônio de Pádua de Oliveira, o capitão Luiz Pereira da Fonseca e o alferes Antônio Fernandes. Os capitães declinaram da nomeação por se acharem ocupados em outros afazeres e, como o filho Manoel não estava na cidade, quem se encarregou da incumbência foi o alferes, membro da companhia de que o próprio Duarte era capitão<sup>521</sup>. Embora não tenhamos informações sobre a data de nascimento deste miliciano, nem o ano em que ingressou no terço de Henrique Dias, sabemos que sua patente de capitão foi emitida em 1735<sup>522</sup>. Além do prestigioso posto de capitão, Duarte também podia se gabar de possuir seu próprio empreendimento como carpinteiro, com ferramentas próprias e aprendizes. Alguns africanos e afrodescendentes se estabeleceram como mestres de algum ofício mecânico, no entanto, muitos deles permaneciam como ajudantes, aprendizes ou diaristas. Apesar de pouco lucrativo, o ofício era um meio garantido de subsistência<sup>523</sup>. Neste contexto, Duarte não só conseguiu adquirir as ferramentas necessárias como também ensinava a seu filho Agostinho o ofício mecânico, deixando-lhe todos os instrumentos como parte de sua herança<sup>524</sup>. Neste caso, percebemos que a inserção no mundo do trabalho, com o ofício mecânico, proporcionou ao miliciano a conquista de outras dimensões da mobilidade social, bem como um notório enraizamento social.

---

<sup>521</sup> APEB. Secção Judiciária. *Inventários e testamentos*, 1749, class. 04/1577/2046/03.

<sup>522</sup> APEB. Secção Colonial. Bahia, 7 de novembro de 1735, maço 354, folha 180.

<sup>523</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 92-93.

<sup>524</sup> APEB. Secção Judiciária. *Inventários e testamentos*, 1749, class. 04/1577/2046/03.

Por seu turno, Arcangelo Benedito de São Francisco ingressou como soldado no terço de Henrique Dias da cidade de Salvador no ano de 1740<sup>525</sup> e faleceu em 1761<sup>526</sup>. Na corporação o miliciano foi ascendendo até chegar a capitão. No ano de 1754 recebeu o título de sargento-mor *ad honorem*, o qual pertencia anteriormente a Luiz Marinho Lima<sup>527</sup>. *Ad honorem*, do latim “por honra”, era um título sobretudo simbólico. Ao que parece, Arcangelo o recebeu por algum serviço prestado, mas na prática ele continuou na função de capitão, sendo o sargento-mor, à época de sua condecoração, Pedro do Carmo de Heredia<sup>528</sup>. Em 1759, o rei D. José I ordenou que a patente de Sargento-mor *ad-honorem* de Arcangelo fosse recolhida, pois denunciava que tal posto já havia sido anulado desde a época de seu antecessor Luiz Marinho Lima<sup>529</sup>. Este fato demonstra que muitos dos benefícios alcançados pelos africanos e afrodescendentes eram instáveis, podendo ser revogados a qualquer momento. Ademais, podemos perceber na trajetória de Arcangelo que, pouco tempo após seu ingresso na companhia dos henriques, em 1743, sua condição cotidiana estava precária: além de já estar casado, vivia em estado “de pobreza e fome”. Diante de tal situação, o então ajudante do número solicitava ao monarca Dom João V “soldo, farinha, fardas branca e de cor”<sup>530</sup>. Alguns anos depois, paralelamente à sua mobilidade na milícia, ele passou a exercer uma profissão rentável que lhe garantia o sustento, estabelecendo-se na cidade de Salvador como serieiro. Dedicava-se ao ofício mecânico de produção de cera, destinada à confecção de velas para o uso cotidiano ou para outros eventos, como funerais<sup>531</sup>. Como referimos acima, no funeral do capitão dos henriques Lourenço Rodrigues Duarte o responsável pelos gastos do evento era o alferes da companhia do falecido, Antônio Fernandes, o qual comprou do capitão Arcangelo Benedito de São Francisco a cera necessária para as exéquias. Podemos perceber nestas interações que as relações dos milicianos se expandiam para além das atividades no terço. É possível que houvesse até mesmo um protecionismo econômico entre os milicianos, com as compras de itens básicos para o dia a dia sendo realizadas com os colegas milicianos que os produzissem.

<sup>525</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 11 de Outubro de 1746, maço 357, f. 48v.

<sup>526</sup> APEB. Seção Colonial, 7 de agosto de 1761, maço 360, f. 252v.

<sup>527</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 5 de junho de 1754, maço 358, f. 99.

<sup>528</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 14 de dezembro de 1746, maço 357, f. 73v.

<sup>529</sup> Carta do (vice-rei e governador-geral do Brasil, Conde dos Arcos) Marcos de Noronha ao rei (D. José) sobre execução da provisão que ordena verificação da patente de sargento-mor *ad honorem* pertencente a Arcangelo Benedito de São Francisco. AHU – BA – Avulsos. cx. 140, doc. 10839. Bahia, 14 de maio de 1759.

<sup>530</sup> Requerimento dos ajudantes do número e supra do Terço de Henrique Dias da gente preta da guarnição da praça da Bahia Arcanjo Benedito de São Francisco, Antônio de Pádua, Aleixo das Neves, e Antônio de Cristo ao rei (D. João V) solicitando um soldo de 1240 réis mensais, uma quarta de farinha a cada dez dias e fardas brancas e de cor. AHU – BA – Avulsos. Bahia, 25 de junho de 1743, cx. 76, doc. 6328.

<sup>531</sup> Esta informação encontramos nos recibos do funeral do capitão Lourenço Rodrigues Duarte. APEB. Seção Judiciária. *Inventários e testamentos*, 1749, class. 04/1577/2046/03.

Das trajetórias dos quatro capitães das companhias de homens pretos da capitania da Bahia, conseguimos identificar a condição sócio-profissional de apenas dois deles: Lourenço Rodrigues Duarte era carpinteiro, e Arcangelo Benedito de São Francisco, serieiro. Percebe-se que estes oficiais ligavam-se ao artesanato urbano, visto que ambos residiam em Salvador. Em relação aos arranjos matrimoniais, dos quatro oficiais, dois eram casados e tinham filhos. Estes perfis demonstram que estes oficiais estabeleceram laços de sociabilidade com diferentes grupos da sociedade, oferecendo seus serviços, participando de eventos e rituais religiosos, dentre outras ações.

### *Oficiais das companhias de homens pardos*

Os oficiais das companhias de homens pardos, assim como os de homens pretos na Bahia, demonstraram um processo de enraizamento muito mais visível a partir do século XVIII, em um contexto de diversas conquistas institucionais para as tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Miguel Mendes de Vasconcelos foi capitão de uma companhia de homens pardos dos distritos de Santo Amaro do Sergipe do Conde desde 1706<sup>532</sup> até 1750<sup>533</sup>. Era casado, pai, e provavelmente com muitas posses, pelo menos o suficiente para suprir seus soldados com roupas e munições em algumas ocasiões. Além de miliciano, exercia a função de “procurador de causas nos auditórios” e era atuante nos tribunais<sup>534</sup>, o que indica que era letrado e entendia de leis. Pela experiência que tinha em solicitações, inúmeras vezes Vasconcelos enviou missivas à Coroa requerendo direitos e mercês para si e para os demais milicianos. Em 1726, o capitão solicitou a D. João V que os sargentos da tropa paga de Salvador recebessem suspensão por tratarem os capitães pardos com descortesia<sup>535</sup>. Em outra ocasião, solicitou que os soldados de sua companhia não fossem

---

<sup>532</sup> Patente de capitão de Infantaria da Ordenança dos homens pardos, concedida a Miguel Mendes de Vasconcelos. D.H. Bahia, 10 de novembro de 1706, v. 34, p. 377.

<sup>533</sup> APEB. Ordens Régias. Microfilmes. Carta do Rei de Portugal para o Conde de Atouguia, Vice-Rei e Capitão-General de mar e terra do Estado do Brasil sobre a representação que fez João da Silva Guimarães, requerendo do meu Conselho Ultramarino, a confirmação da patente do posto de capitão de sua Companhia e Infantaria da Ordenança dos Homens Pardos do Arrebalde dessa Cidade da Bahia, por se achar impossibilitado, o capitão Miguel Mendes de Vasconcelos. Ordena o Rei confirmação de patente. v. 71. Doc. 12. Lisboa, 20 de dezembro de 1750.

<sup>534</sup> SILVA, 2015, p. 606.

<sup>535</sup> Requerimento do capitão atual de Infantaria da Ordenança da Companhia dos Homens Pardos da Bahia, Miguel Mendes de Vasconcelos ao rei [D. João V] solicitando suspensão pelo desprezo e descortesia praticados



obrigados a sentar praça nas companhias de infantaria do regimento pago<sup>536</sup>. Em resposta a estas solicitações, o Rei ordenou ao governador da Bahia que as devidas providências fossem tomadas a favor dos requerimentos de Vasconcelos<sup>537</sup>.

Em 1729, os capitães, alferes e demais oficiais das companhias de homens pardos solicitaram que, assim como havia se institucionalizado o terço de Henrique Dias, eles constituíssem um regimento dos homens pardos, sendo nomeado como seu coronel Miguel Mendes de Vasconcelos; no entanto, este pedido não foi atendido antes das reformas militares da segunda metade do século XVIII, como já discutimos em outros capítulos<sup>538</sup>. Tal solicitação demonstra o alto grau de prestígio que Vasconcelos detinha diante dos milicianos pardos da Bahia. Mesmo quando ele e seu filho foram impedidos de exercer a função de procuradores de causas do auditório por serem pardos, o capitão requereu de D. João V provisão para que continuassem a exercer o cargo<sup>539</sup>. A historiografia tem apontado que nas funções administrativas, executivas e sacerdotais, em geral, as portas se fechavam para africanos e afrodescendentes livres e libertos, devido aos impedimentos ligados à relação ancestral com a escravidão<sup>540</sup>. O fato de ocupar uma função social de prestígio, como a de procurador, não isentava Vasconcelos dos conflitos e relações de poder existentes nas figurações sociais em que estava inserido. Havia um equilíbrio assimétrico entre a posição

---

dos sargentos pagos da Infantaria da cidade da Bahia. AHU – BA, Avulsos, cx. 23, doc. 50, Bahia, 28 de junho de 1726.

<sup>536</sup> Requerimento do capitão atual de Infantaria de Ordenança do Regimento da Bahia, Miguel Mendes de Vasconcelos ao rei [D. João V] solicitando não obriguem os soldados da companhia assentarem praça de soldados pagos. AHU – BA, Avulsos, cx. 27, doc. 2433. Bahia, 25 de junho de 1726.

<sup>537</sup> APEB. Ordens Régias. Microfilmes. Carta do Rei de Portugal ao Governador da Bahia a respeito da representação de Miguel Mendes de Vasconcelos, Capitão de Infantaria da Ordenança dos Homens Pardos do Regimento de que foi Coronel Joseph Telles Bezerra Peixoto, sobre estar com sua companhia ocupando nos trabalhos da Fortaleza do Barbalho, vestindo e fornecendo pólvora a seus soldados para a ocasião necessária ao serviço de S. M., por sua própria conta e não obstante seus esforços em exercitá-los no serviço militar, etc., são presos e obrigados a sentar praça de soldados pagos e artilheiros, tendo por isto sua companhia reduzida de 30 homens, quando era de 50. Ordena o Rei providências do Governo nesse sentido. Lisboa, 29 de junho de 1726. Vol. 21. Doc. 38. APEB. Ordens Régias. Microfilmes. Carta do Rei de Portugal sobre a representação de Miguel Mendes de Vasconcelos, Capitão de Infantaria da Ordenança dos Homens Pardos, queixando-se da falta de atenção dos sargentos da Infantaria Paga; negando-lhe e aos demais capitães pardos as devidas saudações apesar de ocupar o referido posto por Carta patente de S. M., ordena o Rei faça o Governo as devidas correções, para que desses coronéis recebam o tratamento devido a seus postos. Lisboa, 28 de junho de 1726. v. 21. doc. 39.

<sup>538</sup> APEB. Ordens Régias. Microfilmes. Carta do Rei de Portugal ao Vice-Rei do Brasil pedindo informações e parecer sobre uma petição dos Capitães, Alferes e mais oficiais de Infantaria da Ordenança das Companhias dos Homens Pardos Livres, dos Regimentos da Cidade da Bahia, que solicitam separação das suas Companhias dos Regimentos aos quais se acham agregados, fazendo-lhes um regimento separado na forma que relatam na dita petição, melhor e mais conveniente ao Serviço Real, e mandando passar Patente de Coronel do mesmo regimento ao Capitão Miguel Mendes de Vasconcelos. Lisboa, 22 de março de 1729. v. 25. Doc. 33.

<sup>539</sup> Requerimento do capitão Miguel Mendes de Vasconcelos e de seu filho ao rei [D. João V] solicitando provisão para servirem de procuradores de causas nos auditórios da cidade da Bahia, sem embargo de serem pardos. AHU – BA, Avulsos, cx. 85, doc. 33. Bahia, 23 de setembro de 1743.

<sup>540</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 288; SILVA, 2015, p. 606; SOUZA, 2017, p. 55-60.



social e as funções sociais de prestígio vivenciadas por africanos e afrodescendentes livres e libertos<sup>541</sup>. Neste caso, os grupos sociais do mais alto nível, e com maior retenção de poder, tentavam cercear as conquistas de mobilidade social de livres e libertos.

Por sua vez, Cosme Pires de Vasconcelos era ex-escravo de Salvador Pires de Carvalho<sup>542</sup>. Em 1764 ele se tornou capitão das ordenanças da companhia dos pardos do regimento da Vila de São Francisco de Sergipe do Conde, cujo capitão-mor era Ignácio de Serqueiro Vilas-Boas, do distrito da freguesia de São Sebastião. Na carta patente de Cosme os motivos de sua escolha eram os seguintes: “por ter muito bom procedimento, lavrador de canas, tratar-se com asseio, e ser abundante de bens, e por esperar que nas obrigações deste emprego se haverá conforme a confiança que dele fazemos”<sup>543</sup>. Além de tratar-se com asseio e dos bens abundantes, o que nos chama atenção nas características do capitão era o fato de ser lavrador de canas. Esta categoria de agricultores, além de ser parte importante da economia açucareira, também era considerada parte da elite dos lavradores, e muitos deles eram senhores de engenho em potencial. Schwartz alerta que até o século XVIII os lavradores eram invariavelmente brancos, sendo que o número de afrodescendentes exercendo esta atividade avolumou-se somente no final do século<sup>544</sup>. Cosme Pires de Vasconcelos conquistou espaços nesta sociedade que não eram comuns a afrodescendentes. Acreditamos que africanos e afrodescendentes esforçaram-se para conquistar espaços sociais de prestígio na sociedade colonial. O aumento das alforrias e as gerações que estavam cada vez mais longe das primeiras levas do tráfico se inseriam processualmente nestes espaços.

Os exemplos supracitados demonstram o perfil de alguns milicianos pertencentes às tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos da Bahia, os quais conseguiram, fosse no meio urbano, fosse no meio rural, alcançar diferentes dimensões da mobilidade social. Uns conquistaram espaços significativos como artesãos. Outros tiveram sucesso material por meio da agricultura. Sem contar o prestígio inerente à função social de miliciano que exerciam.

Enquanto encontramos os oficiais das companhias de homens pretos mais ligados aos ofícios mecânicos, podemos perceber que os oficiais pardos se inseriram em outros setores.

---

<sup>541</sup> SILVA, 2017, p. 194.

<sup>542</sup> MOTA, Célio de Souza. **A face parda da “conspiração dos alfaiates”**: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2010, p. 37.

<sup>543</sup> Requerimento de Cosme Pires de Vasconcelos ao rei [D. José] solicitando confirmação de Carta patente do posto de capitão da ordenança da companhia dos pardos do regimento da vila de São Francisco de Sergipe do Conde. AHU – BA – Avulsos, cx. 7, doc. 70. Bahia, 3 de novembro de 1764.

<sup>544</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 247-248; 255.

Um deles atuou como procurador de causas auditoriais e outro como lavrador de canas, condição de muito prestígio no contexto em que exerceu esta atividade.

Kraay desenvolveu um estudo acerca das milícias de pardos e pretos na Bahia no período de 1790 a 1850. De modo semelhante aos casos que encontramos, o autor, que também só analisou o perfil de oficiais, percebeu que a maioria destes exercia atividades artesanais<sup>545</sup>. Souza, ao analisar a composição do Regimento dos Úteis (1820-1831), composto por pardos, verificou que, entre os soldados, a maioria era composta de lavradores (66,5%) e a segunda atividade mais praticada era o artesanato (29%). Entre os oficiais, somente 12% eram lavradores, enquanto a grande maioria (70%) estava ligada aos ofícios mecânicos. Souza avalia que, “sob tais parâmetros, pode-se dizer que o Regimento dos pardos estava estruturado no equilíbrio existente entre soldados agricultores e oficiais artesãos”<sup>546</sup>. Entre os ofícios identificados havia alfaiates, sapateiros e carpinteiros. Embora o trabalho no artesanato não fosse uma das atividades econômicas mais rentáveis, possibilitava aos artesãos uma vida modesta e que os distinguia dos demais africanos e afrodescendentes livres e libertos. Já nos Batalhões que não eram de pardos a oficialidade era composta majoritariamente por comerciantes e agricultores<sup>547</sup>. Em relação à amostragem de nossa pesquisa, podemos afirmar que, por ser pequena, não pode ser considerada como representativa para todo o conjunto de milicianos africanos e afrodescendentes livres e libertos; no entanto, os dados encontrados são muito semelhantes aos de outras pesquisas, em que os oficiais deste grupo social estavam ligados, principalmente, às atividades artesanais.

A trajetória do capitão de pardos Pires de Vasconcelos, escolhido, dentre outras qualidades, pelas riquezas que possuía, é representativa dos critérios de escolha de oficiais na segunda metade do século XVIII, como bem apontaram Kraay e Morton<sup>548</sup>. No entanto, a posse de bens não foi a regra seguida para a escolha da oficialidade das companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos durante a baliza temporal de nossa pesquisa. Muitos milicianos alcançaram processualmente bens materiais e a subida na hierarquia miliciana.

---

<sup>545</sup> KRAAY, Hendrik. **Política racial, Estado e Forças Armadas na Época da Independência**: Bahia, 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 124-145.

<sup>546</sup> SOUZA, 2018, p. 259.

<sup>547</sup> Ibid., p. 259-263.

<sup>548</sup> KRAAY, 2011, p. 142; MORTON, F. W. O. The Military and Society in Bahia, 1800-1821. **Journal of Latin American Studies**, v. 7, n. 2, nov. 1975. p. 264.

#### 4.2.2 Rio de Janeiro: Trajetórias de milicianos africanos e afrodescendentes

##### *Oficiais das companhias de homens pretos e pardos*

Dada a escassez de material empírico para o caso dos homens pretos do Rio de Janeiro, trataremos nesta seção de milicianos das companhias de homens pretos e pardos conjuntamente. Desde a *sociogênese* das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos, ainda no século XVII, percebemos que o peso dos pardos em comparação aos pretos sempre foi maior nesta capitania.

Bento Godinho era filho legítimo de Miguel Coelho, homem preto, e Paula Godinho. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro e foi batizado na Sé. Morava na freguesia de Nossa Senhora da Candelária. Seu pai era proprietário de casas na rua da Quitanda do Marisco, perto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sendo que Bento herdou uma delas<sup>549</sup>. Bento Godinho ingressou na companhia dos pretos forros como soldado e em 1703 ocupava a função de cabo de esquadra. Casou-se, em 1710, com Madalena Pires, “crioula natural de Pernambuco”, escrava de Gonçalves José Pires Santiago e que obteve alforria “pelos bons serviços” prestados. Godinho assinou seu nome de próprio punho como fiador dos banhos de sua noiva quando fez seu pedido de habilitação matrimonial. A atividade econômica exercida por este miliciano era o ofício de alfaiate<sup>550</sup>. Bento Godinho foi um miliciano que não alcançou bens materiais substanciais; no entanto, sua condição social de “crioulo forro”, cabo de esquadra das milícias, casado, proprietário de sua residência e artesão, encontrava-se muito mais próxima do polo da liberdade, no *continuum* escravidão-liberdade, do que estiveram seus pais ou muitos de seus pares.

Procedente da África Ocidental, Joana de Jesus, “preta da Guiné”, concebeu três filhos de seu senhor, Miguel Arias Maldonado (1653-1732). Eram eles Vidal Arias Maldonado (1688), João Arias Maldonado (1691) e Isabel Tenreira de Azeredo (1694). Miguel Arias Maldonado fazia parte da elite senhorial fluminense, descendente dos conquistadores, dono de engenhos, escravos e terras, além de ser oficial das milícias. Ao longo de sua vida, Joana conquistou sua alforria e a de seus filhos, os quais foram

---

<sup>549</sup> Cod. AN-20N-27, p.?, 27/10/1718. In: ABREU, Maurício. **Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara, séculos XVII e XVIII**, s/d. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br>>.

<sup>550</sup> ACMRJ. Habilitações Matrimoniais. Doc. 72939, cx. 3013. 1710.

aparentemente bem assistidos por Miguel Arias Maldonado. Todos eles tiveram importantes inserções sociais em suas trajetórias pessoais: Vidal Arias Maldonado foi ordenado vigário e Isabel Tenreira de Azevedo, possuidora de um bom dote, casou-se com João de Almeida Telles. Mas é no segundo filho desta relação entre senhor e escrava – João Arias Maldonado – que focaremos a análise, pois sua participação nas milícias demonstra como este indivíduo, nos matizes do *continuum* escravidão-liberdade, buscou a redução de sua marginalidade e do estigma a ele designados pela sociedade da época<sup>551</sup>.

Em 1720, o coronel Miguel Arias Maldonado havia instituído para seu filho João Arias Maldonado um patrimônio de 400 mil réis em um engenho localizado em São Gonçalo<sup>552</sup>. A intenção deste ato era que o filho fosse ordenado sacerdote do hábito de São Pedro, sendo a descrição do patrimônio uma das etapas do trâmite de habilitação de um sacerdote<sup>553</sup>. No entanto, essa tentativa de inserção na vida sacerdotal não teve continuidade, visto que posteriormente João Arias Maldonado entrou para a milícia e se casou. É possível que a cor parda e a ligação ancestral com o cativo ter influenciado em sua inabilitação. Desde o século XVII, leis que estabeleciam impedimentos a pardos começaram a ser promulgadas em Portugal. No entanto, estas políticas não foram homogêneas nas dimensões espaço-temporais do império português; as interdições mudavam de acordo com o contexto e os interesses que estavam em jogo em diferentes situações, como já apontamos. Alguns sacerdotes foram obstados momentaneamente do sacerdócio ou foram impedidos de acessar posições mais elevadas na hierarquia religiosa por serem pardos; no entanto, muitos conseguiram estas inserções, como foi o caso do irmão mais velho de João Arias Maldonado<sup>554</sup>.

<sup>551</sup> AGUIAR, Julia Ribeiro. **As práticas de reprodução social das elites senhoriais da freguesia de São Gonçalo**: um estudo de caso da família Arias Maldonado. Séculos XVII-XVIII. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 60 e 71.

<sup>552</sup> Cód. AN-2ON-29, 01/12/1720. “Escritura de instituição de patrimônio que faz o Coronel Miguel Árias Maldonado a seu filho Licenciado João Árias Maldonado, para ordenar-se sacerdote do hábito de São Pedro – Faz seu patrimônio de 400\$000 em um engenho que possui, de fazer açúcar, moente e corrente, de invocação São José, sito no recôncavo da freguesia de São Gonçalo, na paragem onde chamam Guaxandiba, com 500 braças de testada e meia légua de sertão, e mais 150 braças místicas com quinhentas de sertão, partindo umas e outras pela testada com terras do Capitão-mor Clemente Pereira e pelo sertão com terras de Dona Maria Pereira, partindo de uma banda com terras do Reverendo Licenciado Manoel Correia de Araújo, havido por título de compra que fez à sua mãe Dona Isabel Tenreira da Cunha, já falecida”. In: ABREU, Maurício. **Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara, séculos XVII e XVIII**, s/d. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br>>.

<sup>553</sup> RODRIGUES, Aldais Carlos. Os processos de habilitação: fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro. **Revista Fontes-UNIFESP**, v. 1, 2014, p. 28.

<sup>554</sup> SOUZA, Priscila de Lima. “Sem que lhes obste a diferença de cor”: a habilitação dos pardos livres na América portuguesa e no Caribe espanhol (c.1750-1808). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 55-60.

A tentativa de inserção na esfera militar foi mais bem sucedida. Em 8 de maio de 1725 foi passada a patente de capitão da recém criada companhia dos pardos dos distritos de Itambi e Vila de Santo Antônio de Sá<sup>555</sup> a João Arias Maldonado. O coronel do regimento era seu pai. A justificativa para a criação da nova companhia era que na companhia de pardos já existente, na região de São Gonçalo, havia muitos soldados espalhados em regiões distantes; portanto, seria conveniente dividir a companhia e reagrupá-los em duas unidades, pelo critério de proximidade da residência dos milicianos. Dessa forma, os exercícios militares e a prontidão dos soldados seriam mais eficazes:

Atendendo a se achar a companhia dos pardos do Regimento do Coronel João de Abreu Pereira com mais de 140 soldados por compreender vários distritos não só do dito Regimento, como também do Coronel Miguel Arias Maldonado, e por este me representar que os pardos moradores no Distrito de Itambí e na Vila de Santo Antônio de Sá, e seu termo ficam mui distantes dos mais da dita companhia, causa porque se lhes dificultava acudir aos exercícios militares, e que era conveniente ao serviço de Sua Majestade que Deus Guarde, para a melhor disciplina haver mais oficiais, que dividam uma das companhias.<sup>556</sup>

Como capitão de uma companhia de ordenanças, João Arias Maldonado não recebia soldos mensais, como ficou registrado em sua patente; no entanto, poderia desfrutar do prestígio da oficialidade, além de todas as honras, privilégios e liberdades a ela inerentes. Em 1728, o miliciano deslocou-se de uma tropa de terceira linha para outra de segunda, e passou a receber soldo mensal. Apesar da conquista do soldo, a mudança de companhia também pode estar atrelada à rejeição de oficiais brancos a servirem junto a um afrodescendente no mesmo regimento. Em 1732, quando do falecimento de seu pai, o capitão herdou engenho, escravos e demais bens, conforme se registrou no testamento do coronel Miguel Arias Maldonado<sup>557</sup>.

Além do sucesso material de João Arias Maldonado, é perceptível a dimensão de conquistas afetivas na trajetória do miliciano. Não descobrimos quando ocorreu seu matrimônio, mas em 1735 João estava casado com Inês da Cruz, filha do capitão José da Costa Freire<sup>558</sup>. O casamento com a filha de um oficial branco demonstra um maior grau de

<sup>555</sup> Região que corresponde hoje à cidade de Itaboraí, próxima a São Gonçalo.

<sup>556</sup> ANRJ. Cód. 128, v. 2. p. 27. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1725.

<sup>557</sup> AGUIAR, 2012, p. 76.

<sup>558</sup> Cód. AN-10N-99, 07/02/1735. “Escritura de venda de uma morada de casas que fazem o Capitão Jos? da Costa Freire e seus herdeiros Jo?o Aires Maldonado (genro) e sua mulher In?s(?) da Cruz a Jo?o Tom?s Brum - de sobrado, sita na rua que vai para a Miseric?rdia, partindo de uma banda com ... e de outra com o Capit?o Jos? Batista Velho, casa j? arretada em 4/5/1734 por 400\$000, herdada de seu sogro Pedro da Costa Freire e de sua m?e J?lia da Cruz. Fazem agora a venda total por mais 750\$000”. In: ABREU, Maurício. **Banco de Dados da**

aceitação deste afrodescendente por parte da sociedade, e também o diferencia da maioria dos casos que analisamos nesta seção.

A tentativa de inserção de João Arias Maldonado no sacerdócio e depois nas milícias, o casamento com a filha de um capitão e os bens adquiridos ao longo da vida são demonstrativos de que a manumissão, por si só, não garantia ao afrodescendente equiparação com seus pares sociais. A conquista de uma dimensão jurídica diferente da escravidão não garantia ao liberto a diminuição de sua marginalidade. Ele precisava galgar outras dimensões, como a conquista material, que no caso de João Maldonado veio por meio de seus soldos como capitão, mas também com a generosa herança de seu pai, ainda que fosse um filho ilegítimo. A conquista de uma patente como oficial das ordenanças e depois das milícias também aumentava o grau de prestígio deste indivíduo no seio desta sociedade.

Caso semelhante ao de João Arias Maldonado foi o do pardo Ignácio de Gouveia. Ele também era filho ilegítimo de um dos “homens principais” da terra, cujo nome não conseguimos localizar nesta pesquisa<sup>559</sup>. Ignácio Gouveia se inseriu na companhia dos pardos de São Gonçalo, no momento de sua criação, em 1694. Alistou-se como soldado, mas ascendeu a cabo de esquadra da tropa, sargento do número e em 1706 já ocupava o posto de capitão<sup>560</sup>.

Em 1764, ao relatar a situação das milícias na capitania do Rio de Janeiro, o vice-rei conde da Cunha, comunicava à secretaria do Estado da Marinha e Ultramar que “as tropas eram compostas em sua maioria por ilhéus pescadores e alguns mulatos enjeitados na Santa Casa de Misericórdia”<sup>561</sup>. Estudos têm apontado que muitas crianças abandonadas nas rodas dos expostos eram filhos indesejados das elites<sup>562</sup>. Num primeiro momento, a percepção da recorrência de filhos ilegítimos da elite senhorial protegidos pelos seus pais e inseridos nas

---

**Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara, séculos XVII e XVIII, s/d.** Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br>>.

<sup>559</sup> ANRJ. Códice 78, Livro 7. 16 de setembro de 1715, p. 53.

<sup>560</sup> ANRJ. Códice 78, Livro 7. 16 de setembro de 1715, p. 53.

<sup>561</sup> Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando as grandes dificuldades para o recrutamento de tropas para os Regimentos da praça do Rio de Janeiro, visto que muitos gozavam de privilégios como o da bula da Cruzada, da Santíssima Trindade, de Santo Antônio e das funções eclesiásticas, além dos baixos soldos, que não estimulavam o serviço militar, para o qual os brasileiros pareciam ter pouca propensão, mencionando ainda, que as tropas eram compostas em sua maioria por ilhéus pescadores e alguns mulatos enjeitados na Santa Casa de Misericórdia, sugerindo a reorganização das guarnições e o aumento de soldos. AHU – RJ. Cx. 72, doc. 6607. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1764.

<sup>562</sup> FARIA, 1998, p. 76.

milícias pode nos levar, enganosamente, à explicação da existência de “Corpos de Infantaria e Ordenanças de Pardos e Bastardos”<sup>563</sup> em diversas capitanias da América portuguesa.

No entanto, se recorrermos aos historiadores do mundo antigo greco-romano, percebemos que vários termos utilizados na Antiguidade foram transpostos para o mundo moderno. O termo “bastardo”, por exemplo, ganha um sentido diferente no caso da formação destas companhias. Segundo Finley, na Atenas antiga, os filhos de um ex-escravo eram definidos como “bastardos”<sup>564</sup>. A recorrência desta nomenclatura nas milícias da América portuguesa torna-se muito mais próxima de africanos e afrodescendentes ligados ao cativeiro ancestral do que de filhos concebidos fora do matrimônio. A designação “bastardos” era, enfim, um estigma da ligação ancestral com o cativeiro que estes indivíduos tinham.

No entanto, nem todos aqueles que ingressavam nas milícias eram filhos ilegítimos de abastados senhores da elite colonial. Havia um grupo expressivo de homens que, de forma concomitante ao ofício das armas, exerciam as mais variadas funções e viviam de forma mais modesta. Fernando de Souza foi um miliciano que, antes de inserir-se nas ordenanças, precisou passar por um importante marco jurídico em sua trajetória. Ele conquistou a dimensão de liberto ao comprar sua alforria em 1694 de seu senhor Custódio Coelho Madeira<sup>565</sup>. Por este mesmo tempo se criava a companhia dos homens pardos da cidade do Rio de Janeiro, e é bem provável que ele tenha nela ingressado como soldado. Em 1703, ele já ocupava a função de cabo de esquadra<sup>566</sup> da companhia de homens pardos da cidade, no regimento de Crispim da Cunha Tenreiro. Seis anos depois, Fernando era promovido a capitão de uma companhia de pardos no distrito de Irajá<sup>567</sup>.

Ao longo de sua vida, Fernando de Souza foi padrinho de inocente e testemunha de matrimônio<sup>568</sup>. Em julho de 1703, Fernando de Souza apadrinhou a “inocente Anna”, filha de

---

<sup>563</sup> APEB. Ordens Régias. Microfilmes. Carta do Rei de Portugal ao Vice-Rei do Brasil sobre a inconveniência dos Corpos de Infantaria e Ordenanças de Pardos e Bastardos serem separados. Lisboa, 13 de janeiro de 1731. v. 27, doc. 16.

<sup>564</sup> FINLEY, Moses. **Formas de exploração do trabalho e relações sociais na Antiguidade clássica**. Lisboa: Estampa, 1978, p. 96.

<sup>565</sup> AGCRJ. Códice 42.4.89; Maço 62, f. 18, 1694.

<sup>566</sup> Mapa da Guarnição do Rio de Janeiro. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 14, doc. 2760-2772. Lisboa, 2 de setembro de 1704.

<sup>567</sup> ANRJ. Cód 77, v. 21. Nº 18, p. 10. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1709. ACMRJ. Habilitações Matrimoniais. Doc. 55662, cx. 2595. 1754.

<sup>568</sup> ACMRJ. Livro de Batizados e Casamentos de São Cristóvão (1635-1745); f. 58v.; f. 79v.; Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Freguesia de Santo Antonio da Jacutinga. Livro de Batismos e Matrimônios de escravos (1686-1721), f. 50v., 03/10/1686.



Úrsula forra e seu marido<sup>569</sup>. Em outubro de 1686, Fernando de Souza foi testemunha do casamento de Pedro e Antônio na Igreja de Santo Antônio da Jacutinga. Os nubentes eram “gentios da Guiné” e escravos de Manoel de Maris<sup>570</sup>. Casou-se com Ignácia de Jesus, escrava do Colégio dos Jesuítas. Teve filho apadrinhado em 1705 por outro capitão da companhia dos homens pardos de São Gonçalo, Bartholomeu Dias. Além de não ter conseguido alforriar sua esposa, pelo menos durante a maior parte de sua vida juntos, seu filho alega em sua Habilitação Matrimonial que, além de viver de sua pescaria, “o suplicante é muito pobre”. De fato, ocupações como a pesca permitiam uma vida “precária” a libertos de ascendência africana<sup>571</sup>. No entanto, apesar de não ter sido bem sucedido na dimensão material da mobilidade social, Fernando de Souza inseriu-se em outros espaços, constituiu família e firmou redes de sociabilidades para além das milícias.

Manoel Correia Lisboa era natural do Rio de Janeiro, filho de Antônio Correia Lisboa e Inácia Barreto. Ingressou na companhia dos homens pardos da cidade do Rio de Janeiro como soldado; em 1703 havia conquistado a função de sargento do número e, mais tarde, ascendeu a alferes. Contraiu matrimônio com Isabel da Costa, mas não tiveram filhos. Em 1708 comprou um terreno na Rua das Violas no valor de 82 mil réis<sup>572</sup>. Em 1715 comprou uma residência na Rua dos Pescadores no valor de 300 mil réis. Lisboa também declarou em seu testamento ter possuído, pelo menos, nove escravos. Inseria-se, dessa forma, no seletivo grupo de oficiais africanos e afrodescendentes livres e libertos que se tornaram senhores de escravos. Além da inserção nas milícias, Lisboa era membro da Irmandade da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, conhecida Irmandade de pardos da cidade do Rio de Janeiro. Ademais, suas redes de sociabilidade iam além das milícias e das agremiações religiosas. É bem provável que o miliciano desenvolvesse algum ofício que lhe rendesse lucros, visto que nas ordenanças não recebia soldo e, não obstante, seus bens eram bem avolumados. Manoel possuía escravos e duas propriedades, além de ser credor de muitas pessoas, como se percebe em seu testamento de 1737, ano de seu falecimento:

declaro que na minha mão se acha um crédito de Pedro Nunes Viana, morador em Paquetá pelo qual me é devedor o Capitão Antônio da Mota da importância que eles constarem a qual quantia da minha parte lhe perdoo e peço a minha mulher herdeira

<sup>569</sup> ACMRJ. Livro de Batizados de São Cristóvão (1635-1745); f.58V.

<sup>570</sup> Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Freguesia de Santo Antonio da Jacutinga. Livro de Batismos e Matrimônios de escravos (1686-1721), f. 50V, 03/10/1686.

<sup>571</sup> RUSSELL-WOOD, 2005, p. 98.

<sup>572</sup> Cód. NA-10N-76-p.78v, 05/07/1708. In: ABREU, Maurício. **Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara, séculos XVII e XVIII**, s/d. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br>>.

e testamenteira faça o mesmo pelo amor de Deus por se achar o dito devedor impossibilitado. Declaro que nas Minas me é devedor Brás da Mota da quantia de oitenta e tantos mil réis ou que na verdade constar do seu crédito da fiança que por ele paguei ao Capitão Antônio Rodrigues de Amorim. Declaro mais que me é devedor Carlos de Azevedo Coutinho da importância de 150\$360 réis procedidos de uns cavalos que o dito me vendeu e recebeu o dinheiro. Declaro que me é devedor Manoel Dias escravo do Capitão Mor Clemente Pereira a quantia de 72\$000 réis a qual dívida seu senhor deu consentimento a ela as quais dívidas aqui declaradas com créditos e sem eles meus testamenteiros porão em arrecadação.<sup>573</sup>

Não conseguimos localizar a qual atividade econômica Lisboa estava ligado. Pode ser que comercializasse peixes, já que morava na Rua dos Pescadores. Talvez comercializasse cavalos, visto que havia, entre os seus devedores, um que lhe devia pela venda dos animais. Deixemos de lado as suposições e nos concentremos nas problematizações sociais da vida deste miliciano. Ao contrário do que a historiografia tem afirmado há tempo, a inserção na milícia não era uma via para a mobilidade social. O miliciano precisava se inserir em outros espaços de sociabilidades e desenvolver outros tipos de atividades que lhe garantissem rendimentos e prestígio social<sup>574</sup>.

João Francisco Muzzi tornou-se capitão dos homens pardos do regimento de Artilharia em 1763<sup>575</sup>. Seu pai, homônimo, pardo de procedência italiana, era homem de negócios e casado com Micaela da Conceição, também parda. João, além de oficial da Artilharia, também era pintor e desenhista. Suas ilustrações estão presentes na *Flora Fluminense* do botânico frei Conceição Veloso. Era membro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos homens pardos e possuía uma chácara no Engenho Velho, onde fabricava anil<sup>576</sup>. Depois das reformas militares, num período que extrapola as balizas desta pesquisa, João Francisco Muzzi tornou-se coronel de um regimento de pardos. Sua trajetória demonstra, assim como outras apontadas na análise, que ele precisou desenvolver outras atividades além da miliciania e inserir-se em outros espaços de sociabilidade para conquistar maior prestígio e diminuir a marginalidade a que era submetido pela ascendência ancestral ligada à escravidão.

Observamos indivíduos que estiveram vinculados à condição jurídica de escravos, seja intra ou intergeracionalmente. Alguns deles crioulos, nascidos na América e, portanto, teoricamente mais integrados à sociedade local do que o escravo recém-chegado. A partir da

<sup>573</sup> Cód. NA-10N-76-p.78v, 05/07/1708. In: ABREU, Maurício. **Banco de Dados...**

<sup>574</sup> KLEIN, 1978, p. 3-27.

<sup>575</sup> ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 183v. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.

<sup>576</sup> CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 305.

observação da inserção profissional de alguns milicianos baianos e fluminenses, percebe-se que nem todos alcançaram o *status* de lavradores de cana ou senhores de engenho. A maioria inseriu-se como artesãos ou com outros afazeres menos prestigiados.

Apesar de considerarmos na análise as três dimensões de mobilidade social apontadas por Miers e Kopytoff, quais sejam, a do *status* formal, a afetiva e a material, percebemos que a interação entre estas dimensões nem sempre é conciliatória. Silva aponta para “o problema do equilíbrio pendular, simétrico e assimétrico, entre posição social e função social de prestígio”<sup>577</sup>. Nestas disputas de poder, percebemos que, por vezes, a posição social conquistada pela dimensão da mobilidade do *status* social de um africano ou afrodescendente livre ou liberto conflita com a função social de prestígio alcançada a partir da mobilidade afetiva ou material. Exemplo disso foi a situação dos oficiais das companhias de pardos da Bahia, que, apesar de possuírem uma função social de prestígio no interior de uma instituição miliciana, não recebiam as devidas continências dos sargentos das tropas pagas, possivelmente pela posição social que ocupavam, vinculada a uma experiência anterior com o cativo.

A historiografia já tem demonstrado que as gerações que se encontravam mais afastadas do tráfico foram favorecidas nos processos de alforria<sup>578</sup>. Dos doze oficiais analisados nesta seção, conseguimos localizar o lugar de nascimento de oito. Somente um, Antônio Fernandes, que viveu no século XVII, havia nascido na África. Os outros sete eram todos crioulos, ou seja, nascidos no Brasil e, portanto, pelo menos uma geração distantes do tráfico. Estes dados reiteram os enunciados de Kopytoff, o qual definiu a escravidão como um processo de mudança de *status*<sup>579</sup>, em que a perspectiva geracional é fundamental para se compreender a mobilidade social do grupo de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Como destacou Guedes, “a mobilidade é entendida não só pela mudança de posição na hierarquia social estamental, mas também pelo viés intergrupar”<sup>580</sup>, ou seja, a mobilidade também é geracional.

Dos doze milicianos analisados, pelo menos metade casou-se. Lourenço Rodrigues Duarte, apesar de não ser casado, teve um relacionamento com sua escrava, a qual lhe deu um herdeiro. Alguns casaram-se com mulheres que estavam muito próximas da escravidão: Bento

<sup>577</sup> SILVA, 2017, p. 194.

<sup>578</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*, n. 74, mar. 2006, p. 109.

<sup>579</sup> KOPYTOFF, I. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, v. 11, 1982, p. 207-230.

<sup>580</sup> GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008, p. 19.

Godinho casou-se com Madalena Pires, recém-alforriada; Fernando de Souza casou e teve filhos com uma escrava do Colégio dos Jesuítas. Casamentos mistos, ou seja, entre livres e escravos, foram analisados por Goldschmidt para o caso de São Paulo colonial. A pesquisadora explica que “estes homens não estavam submetidos à escravidão, mas viam no casamento com cativa uma possibilidade de sobrevivência”<sup>581</sup>. A autora ainda analisa o fato de a maioria destes homens serem pobres; ao se casarem com escravas, isentavam-se do sustento e de outras obrigações para com a esposa e os filhos<sup>582</sup>.

Muitos foram os artifícios que afastaram, neste *continuum*, africanos e afrodescendentes livres e libertos do polo da escravidão e os aproximaram do polo da liberdade. A conquista de funções sociais de prestígio, a aquisição de terras e de escravos, entre outros aspectos, forneciam a este grupo uma equiparação cada vez maior com o grupo social de homens brancos e livres. Fernando de Souza, ao analisar o caso dos milicianos pardos de São Paulo no século XIX, constatou que cerca de 7% dos milicianos do Regimento possuíam escravos. Pode-se perceber que este não era o caso da maioria, no entanto, “a posse de escravos representava aos proprietários concentração de poder tanto do ponto de vista material quanto simbólico”<sup>583</sup>. Ainda que estas conquistas não fossem a regra e estivessem permeadas de conflitos, como já destacamos, a mobilidade social era desejada pelo grupo formado por africanos e afrodescendentes livres e libertos nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro.

A análise deste grupo específico é um eixo que permite entender a sociedade na qual eles estavam inseridos. A sociedade de Antigo Regime, apesar de fornecer-lhes possibilidades de conquistar dimensões de mobilidade social, também lhes impunha barreiras ligadas imprescindivelmente à ancestralidade cativa. Um exemplo pode ser visualizado na trajetória de João Arias Maldonado, o qual, apesar de ser filho de Miguel Arias Maldonado, que representava a nobreza de sua época, também era egresso do cativo, filho de uma escrava. Isto lhe obstou, por exemplo, a entrada na vida sacerdotal, assim como sua inserção como oficial de uma tropa de homens brancos, como seu pai. A barreira que se levantava nestes casos era, assim, o da ancestralidade cativa.

---

<sup>581</sup> GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. **Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo colonial**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004, p. 114.

<sup>582</sup> Ibid., p. 103-125.

<sup>583</sup> SOUZA, 2018, p. 277.

### 4.3 Milícias e a sociedade: entre prestígios e conflitos

Na noite de 19 de agosto de 1763, o soldado do terço de Henrique Dias da Bahia, Gonçalo Serqueira de Amorim, estava sentado à porta de sua casa. No entanto, a ronda noturna que por ali passava o levou preso e, na madrugada do dia seguinte, Amorim foi açoitado no pelourinho. O motivo? O soldado portava um pau<sup>584</sup>.

Segundo o mandatário do castigo, Fernando José da Cunha Pereira, ouvidor geral do crime da Bahia, havia um Bando cujo conteúdo prescrevia que se algum “preto” fosse achado com pau de noite, fosse logo açoitado no pelourinho no dia seguinte. Não tivemos acesso ao referido Bando, muito menos a suas motivações. Por que um “preto” não poderia portar um pau à noite? E ainda, porque isto era razão para prisão e açoitamento? Por muitas vezes esta sociedade representou, de forma estigmatizante, o africano ou afrodescendente como criminoso e desordeiro. Talvez o simples porte de um pau referenciasse o indivíduo como propenso a um ato violento ou de desordem, no imaginário popular. O ouvidor também alegou desconhecer o fato de Amorim ser soldado, pois o achara à noite já “em vestia”<sup>585</sup>, uma espécie de vestidura masculina com mangas que chegava até o comprimento dos joelhos.

O fato repercutiu de variadas formas entre os integrantes do terço, pois, enquanto alguns soldados ameaçaram dar baixa ou ausentar-se da Praça, o capitão-mor, o sargento-mor e os demais capitães recorreram a Dom José I para que alguma providência fosse tomada. A resposta veio de Lisboa, com ordens para que o dito ouvidor fosse repreendido e que o evento não se repetisse. E, caso o Bando referido ainda vigorasse, dele deveriam se excluir os soldados de Henrique Dias. Tal medida também foi registrada na Relação da Bahia como Provisão de Sua Majestade para que “não fossem açoitados no Pelourinho os soldados do terço de Henrique Dias, sendo achados de noite com pau, ficando assim isentos do Bando que há a esse respeito”<sup>586</sup>.

O soldado Gonçalo Serqueira de Amorim era apenas um indivíduo na figuração social de Salvador; no entanto, foi a corporação do terço de Henrique Dias que o representou diante

<sup>584</sup> Carta do chanceler da Relação da Bahia, José Carvalho de Andrade, ao rei [D. José] sobre a queixa apresentada pelo capitão-mor, sargento-mor e mais capitães do Terço dos homens pretos e livres designados por Henrique Dias da mesma capitania, contra as violências praticadas pelo desembargador Fernando José da Cunha Pereira, enquanto exerceu o lugar de ouvidor-geral do crime da Bahia, e pela prisão de alguns dos seus soldados na noite de 1 de agosto de 1763 e açoitamento no pelourinho da cidade. AHU - BA – Avulsos, cx. 153, doc. 11686. Bahia, 5 de julho de 1764.

<sup>585</sup> Dicionário Raphael Bluteau. *Vocabulário português e latino*. v. 2, Ano de 1728, p. 175.

<sup>586</sup> ANRJ. Relação da Bahia. Códice 542. v. 2. p. 61v.-62v.

das autoridades, o que revela o quanto a instituição poderia favorecer ou auxiliar um de seus membros na busca por justiça. E não podemos perder de vista que o crime cometido contra o miliciano está intrinsecamente ligado ao processo de mudança de *status* do grupo de africanos e afrodescendentes livres e libertos, os quais se encontravam num *continuum* dinâmico entre a escravidão e a liberdade.

Também é preciso lançar luz sobre a forma de castigo que fora aplicada a Amorim: o açoite. Segundo Patterson, “não se conhece sociedade com escravo em que o chicote não tenha sido considerado um instrumento indispensável”<sup>587</sup>. Ao mesmo tempo em que tal recurso era usado como punição, também servia para lembrar o indivíduo que ele era escravo. No caso do soldado, ele era liberto, mas a sociedade fazia questão de lembrar, por diversos recursos e interdições, que havia um estigma que o marcava pela experiência ancestral com a escravidão.

O “caso do pau” representa apenas um exemplo das relações que se estabeleciam entre o grupo social de africanos e afrodescendentes livres e libertos e os demais grupos sociais na América portuguesa. Uma escala maior destas relações conflituosas pode ser percebida quando as próprias corporações formadas por este grupo foram alvo de interdições.

As funções exercidas pelos milicianos foram diversas, fosse em tempos de guerra, fosse em tempos de paz. Na Bahia eles foram convocados para funções policiaiscas. Aprisionavam grupos que praticavam *lundus*<sup>588</sup> e perseguiam ladrões. Na noite do dia 20 de novembro de 1735, a Igreja de Santo Antônio Além do Carmo, Soledade e Barbalho foi roubada. No dia seguinte, o capitão-mor dos henriques foi solicitado a nomear alguns oficiais de confiança com mais vinte soldados para percorrerem matos, roças e quintais na vizinhança da dita igreja, “para ver se acham alguma terra movida ou outro indício em que se possa presumir se enterrasse ou ocultasse o furto que se fez”<sup>589</sup>. Caso encontrassem alguma coisa que pertencesse ao furto, seriam premiados e remunerados. Em fevereiro de 1718, oito

<sup>587</sup> PATTERSON, 2008, p. 23.

<sup>588</sup> Portaria para o Capitão-mor do Terço da gente preta. DH. v. 76, p. 307. Bahia, 13 de outubro de 1735. De origem banto, etimologicamente, o termo *lundu* ou *calundu* tem, pelo menos, dois significados. Primeiramente pode se referir a *amuo*, que está relacionado a mau humor ou às caretas de aspecto carrancudo e as performances corporais daquele que está em transe. O outro significado diz respeito a uma dança praticada de par solto, acompanhada de canto. Enfim, o *calundu* pode ser caracterizado como uma gama variada de práticas que ia desde as danças até os rituais mágico-religiosos. SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; SOUZA, Laura de Mello e. **Revisitando o calundu**. São Paulo: 2002. Disponível em: [http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CALUNDU\\_0.pdf](http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CALUNDU_0.pdf). Acesso em: fev. 2013.

<sup>589</sup> Portaria para o Capitão-mor do Terço da gente preta. Bahia, 21 de novembro de 1735. D.H. v. 76, p. 254-255.



“mulatos” invadiram a casa de João de Brito Lima e levaram alguns escravos, inclusive mulheres e crianças com as quais tinham parentesco. Na tentativa de resgate, o capitão-mor das entradas Alberto dos Santos Machado e seus homens foram feridos a tiros pelos ditos mulatos. Como o capitão das entradas não obteve sucesso na empreitada, solicitou-se a Inácio de Souza, capitão do “Terço da gente preta”, juntamente com os demais oficiais e soldados de sua companhia, que fossem à busca dos fugitivos<sup>590</sup>.

Tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro os milicianos faziam a faxina de fortes, fortalezas e praias<sup>591</sup>. Apesar de existirem os Correios Assistentes desde 1662 nas capitanias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro<sup>592</sup>, no século XVIII encontramos soldados africanos e afrodescendentes envolvidos com o serviço postal. Em 1719, Manuel Nobre, cabo de esquadra, e Antônio Teixeira, ambos milicianos dos henriques, receberam vinte patacas cada um para irem de Salvador a Jacobina entregar cartas escritas pelo Conde de Vimieiro. A região destinatária das cartas caracterizava-se por intensa circulação de mineradores e exploradores; em 1722, a região foi estabelecida como vila de Santo Antônio da Jacobina, fundada pelo Coronel Pedro Barbosa Leal, um dos agentes da colonização portuguesa no interior baiano. O intuito era, sobretudo, maior controle dos que para lá se dirigiam, no que diz respeito à arrecadação do quinto e cobrança de impostos<sup>593</sup>. Outra função exercida com afínco pelos milicianos afrodescendentes ao longo do século XVIII foi a de comboio dos bois da mais importante feira baiana, localizada em Capoame, a cinco léguas de Salvador, a qual acontecia todas as quartas-feiras. Em Capoame se comercializava o gado que vinha dos sertões e era consumido em Salvador e seu Recôncavo. Desde 1705 a Câmara nomeava um superintendente da feira, o qual administrava a compra, venda e registro do gado e supervisionava o abastecimento de carne, para tanto requerendo das ordenanças o serviço de seus soldados. Estes recebiam da Câmara 100 réis por dia trabalhado<sup>594</sup>. Outra empreitada na qual os milicianos se destacaram foi no comboio do ouro que ia para as casas de fundição. Era

<sup>590</sup> Ordem que levou o capitão Inácio de Sousa para se fazer a diligência em prender os mulatos criminosos e pertencente a João de Brito Lima. Bahia, 8 de fevereiro de 1718. D.H. v. 54, p. 325-326.

<sup>591</sup> Portaria para o Provedor-mor mandar alimpar o Forte de Santo Antônio do Carmo. Bahia, 8 de agosto de 1718. D.H. v. 55, p. 74.

<sup>592</sup> MOURÃO, Maria da Graça Menezes. O cerceamento da comunicação na “Capitania de todos os negócios”. **Cadernos de História**, v. 13, n. 18, 2012, p. 19.

<sup>593</sup> Portaria para o Provedor-mor mandar dar vinte patacas a cada um dos soldados de Henrique Dias. Bahia, 31 de janeiro de 1719. D.H. v. 55, p. 194; Portaria para o Provedor-mor da Fazenda Real mandar dar dezesseis mil em dinheiro por conta da Fazenda Real. Bahia, 13 de abril de 1719. D.H. v. 55, p. 224; CONCEIÇÃO, Héli da Santos. Pedro Barbosa Leal e a colonização do Sertão da Bahia no século XVIII. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013.

<sup>594</sup> SOUZA, Avante Pereira. **Poder local e cotidiano: A Câmara de Salvador no século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, p. 151-152.



muito incerto e arriscado atuar como comboieiro no circuito que envolvia o despacho do ouro, pois “se para os contratadores um dos riscos inerentes ao seu negócio era o descaminho e a fraude, para os ‘mineiros’ as distâncias e a violência cotidiana nos sertões eram, sem dúvida, os principais desafios a serem superados”. Era uma função de muito risco, na qual os comboieiros poderiam ser abordados e ter suas cargas furtadas<sup>595</sup>. Muitas destas funções conferiram ora prestígio e reconhecimento para os milicianos, ora situações de conflitos.

Diversos governadores, vice-reis, conselheiros do Conselho Ultramarino, mestres de campo de terços pagos e outras autoridades teceram elogios às atividades desempenhadas pelos milicianos, enquanto muitos outros disseram o contrário. Neste caso, partimos do pressuposto de que nas figurações analisadas existia um grande diferencial de retenção de poder. Em decorrência disto, percebemos também situações de tensão e desprestígio pelas quais passaram os milicianos.

À medida que as tropas de africanos e afrodescendentes foram se institucionalizando e se representando como grupo que reivindicava direitos e privilégios, cuja voz ecoava para o além-mar, elas ganhavam notoriedade. As graças e mercês alcançadas por diversas vezes geraram incômodos em outros grupos da população. A visibilidade que este grupo obteve, a partir das diferentes inserções que tiveram no cenário colonial, também despertou a hostilidade de seus contemporâneos. Muitos se expuseram publicamente com suas fardas e patentes. Diligências por eles praticadas eram elogiadas. Além disso, a quantidade de companhias que foram se formando ao longo das décadas não passava despercebida, principalmente porque sua presença não estava somente nos espaços urbanos, mas espalhada por recôncavos e sertões. Sem contar que, como vimos anteriormente, muitos milicianos também obtiveram prestígio em outras atividades e sociabilidades. Na medida em que as relações de poder favoreciam o grupo formado por africanos e afrodescendentes livres e libertos, os demais grupos que se viam prejudicados ou confrontados formularam várias ações para extinguir estas corporações.

Uma das primeiras e mais bruscas tentativas neste sentido ocorreu ainda no século XVII, quando muitas conquistas institucionais, como o soldo fixo, ainda estavam longe do horizonte miliciano. Em 1682, as companhias de pardos da Bahia foram temporariamente

---

<sup>595</sup> SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. **A Misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013, p. 271.

extintas<sup>596</sup>. Nesta ocasião, os soldados alistados nas companhias de pardos foram vinculados a companhias distritais cujos capitães eram homens brancos. No entanto, é possível que as determinações de extinção tivessem sido revogadas na década seguinte, pois percebemos companhias de pardos atuando no cenário baiano novamente a partir de 1695<sup>597</sup>.

No século seguinte, uma querela com ramificações em todo o Estado do Brasil tentou novamente pôr fim às tropas formadas por homens pardos. Ela inicia-se com a Carta Régia de 1731, a qual apresentava o seguinte conteúdo:

Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e de Algarves daquém e dalém mar em África Senhor da Guiné vos faço saber a vós Conde de Sabugosa Vice-Rei e Capitão Geral de mar e terra do Estado do Brasil que por parte de Antônio Telles de Albuquerque se me apresentou que o Governador das Minas D. Lourenço de Almeida o provera no posto de capitão dos pardos e bastardos da passagem do Morro e outras paragens vizinhas à vila do Carmo pedindo-me confirme-o no dito posto. Me pareceu dizer-vos que no meu Conselho Ultramarino se me passaram que neste Estado haja Corpos de Infantaria da Ordenança separados de Pardos e Bastardos o que pode ser em grande prejuízo desse Estado, em que contra a quietação e sossego de seus povos, o que se faz digno de todo o cuidado e atenção e que se entende que o mais conveniente será não separar esta gente dando-lhes oficiais e cabos que os governem separados, e que parece mais acertado que todos os moradores de um distrito sejam agregados àquela companhia ou companhia que houver naquele distrito sem que haja corpos separados de pardos e bastardos com oficiais privativos e que aí deveis executar conformando-vos com o Regimento das Ordenanças que aí o dispõem.<sup>598</sup>

Luiz Geraldo Silva, ao analisar esta missiva, ponderou que “D. João V parece ter enxergado a gota d’água na petição de Antônio Telles de Albuquerque”<sup>599</sup>. Segundo o autor, o rei e seus conselheiros pareciam não concordar com a existência de tropas militares separadas por cor. Em última instância, o objetivo do monarca era privar africanos e afrodescendentes livres e libertos de terem oficialidade e Regimentos próprios<sup>600</sup>.

O fato de estas corporações manterem postos cuja oficialidade não era preenchida por homens brancos pareceu estranho aos olhos do monarca, preocupado com “a quietação e sossego de seus povos”. Havia aí ou o temor do fortalecimento do grupo de homens pardos, e

<sup>596</sup> Portaria que se mandou ao Coronel Pedro Camelo Pereira de Aragão sobre as listas das companhias da ordenança. D.H. Bahia, 5 de junho de 1682, v. 32, p. 193.

<sup>597</sup> APEB. Seção Colonial, 1695, maço 335, folha 14.

<sup>598</sup> APEB. Ordens Régias. Microfilme. Carta do Rei de Portugal ao Vice-Rei do Brasil sobre a inconveniência dos Corpos de Infantaria e Ordenanças de Pardos e Bastardos serem separados. Lisboa, 13 de janeiro de 1731. v. 27. Doc. 16.

<sup>599</sup> SILVA, 2013, p. 131; SILVA, 2017, p. 187-188.

<sup>600</sup> SILVA, 2013, p. 131-132.

suas possíveis insurreições, ou simplesmente a preocupação de que outros grupos pudessem se sentir acuados com o fortalecimento das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Diante destes temores, que não eram somente do monarca, mas expressavam os sentimentos de parte da população, a proposta de Dom João V foi a de que estas corporações passassem por rearranjos nos quais, em vez de tropas qualificadas pela cor, estes milicianos fossem dispersos em companhias organizadas por distritos.

A resposta de conde de Sabugosa, vice-rei do Brasil, foi à primeira vista favorável à prescrição real, como se percebe na carta por ele enviada a Dom João V:

Por achar com prática quando tomei posse deste governo servirem os pardos desta capitania em companhias separadas com capitães de sua mesma cor a quem Vossa Majestade havia confirmado e não quererem os oficiais e soldados brancos concorrerem com eles sem embargo de (?) o contrário nos Terços pagos me não resolvi a alterá-lo, pela repugnância que encontrava da parte de obter notícia de algumas desordens que tinham acontecido donde não havia referida separação, porém como o mais acertado é que Vossa Majestade ordene o farei executar conformando-me com o Regimento de Ordenanças e já na Capitania e Sergipe del Rei o tinha mandado executar.<sup>601</sup>

No parecer do vice-rei, ele comunica ao monarca que, quando assumira o cargo as companhias de pardos já existiam e por medo da desordem, que ele próprio havia notado em regiões onde estas corporações não atuavam separadamente, resolveu mantê-las. No entanto, apesar de pontuar a importância e funcionalidade destas tropas, ele estava disposto a obedecer à ordem real.

Dois anos depois, outro documento real foi emitido alargando a extinção das tropas. Não só os pardos deveriam ter suas companhias extintas, mas também os homens pretos deveriam se espalhar em companhias distritais e desfazer seus agrupamentos:

Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar, em África Senhor da Guiné. Faço saber a vós Conde de Sabugosa Vice Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil que sendo me presentes os prejuízos que resultam ao meu serviço de que há corpos de Infantaria da Ordenança de pardos separados nesse Estado; e atendendo ser conveniente que se divida pela companhia dos brancos, sou servido ordenar por resolução de 15 de dezembro do

---

<sup>601</sup> APEB. Ordens Régias. Microfilme. Carta do Vice-Rei do Brasil, Conde de Sabugosa, ao Rei de Portugal, em resposta, prometendo fazer observar as ordens sobre não haver Corpos de Infantaria e Ordenanças dos Pardos e Bastardos separados. Bahia, 10 de junho de 1731. v. 27. Doc. 16A.

ano passado em Consulta do meu Conselho Ultramarino que a (?) as Companhias dos pardos (?) vagando se não provam mais por ser escusada esta separação, e companhias dos pardos me sirvam com brancos (...)

Hei por bem se extinguir os Corpos de Infantaria da Ordenança dos pretos na mesma forma que mando praticar com os pardos, ficando os negros forros alistados em companhias sujeitas aos Capitães Mores das freguesias e aos Coronéis das Ordenanças onde não houver Capitães Mores.<sup>602</sup>

A resposta do vice-rei, conde de Sabugosa, foi sucinta e categórica. Tão logo a carta lhe caiu nas mãos, ele respondeu: “com as companhias dos pardos e com as companhias dos pretos forros praticarei o que Vossa Majestade me ordene”<sup>603</sup>. Mas o que tudo indica é que a letra ficou parcialmente morta. No que concerne às companhias dos pardos, não encontramos no intervalo de 1731 (promulgação da Carta Régia) a 1738 nenhuma diligência sendo executada por estes milicianos, muito menos patentes de capitães ou alferes sendo emitidas. No entanto, o terço de Henrique Dias baiano não foi extinto, apesar da promessa feita pelo vice-rei ao monarca.

A resposta do Conde de Sabugosa fora escrita em abril de 1733, mas, no mês seguinte, identificamos o terço de Henrique Dias baiano em pleno funcionamento. Em maio de 1733, Domingos de Aguiar estava sendo patenteado no posto de ajudante do número de sargento maior, no lugar de Manuel de Moura, o qual havia sido promovido a capitão<sup>604</sup>. Em 1735, Lourenço Rodrigues Duarte ocupou o lugar do capitão Amador Borges, o qual havia recebido baixa de seu posto<sup>605</sup>. Pelas nomeações, podemos observar que as companhias dos henriques da Bahia continuaram em plena atividade. No entanto, é possível que pressões de todos os lados ainda visassem o fechamento da corporação. Não é à toa que, no ano de 1735, os oficiais e soldados do terço de Henrique Dias da Bahia emitiram uma petição ao novo vice-rei, André de Melo e Castro, conde de Galveias, suplicando a continuidade do terço. O conteúdo do documento era minucioso e incisivo:

<sup>602</sup> Carta do Rei de Portugal ao Vice-Rei do Brasil ordenando em vista dos prejuízos que resultam ao serviço Real a separação dos corpos da Infantaria da Ordenança dos homens pardos que se divida pelas Companhias dos homens brancos, os pardos que estejam servindo; não sejam mais providos pardos; se extingam os corpos de Infantaria da Ordenança dos pretos, ficando os negros forros alistados em Companhias subordinados a Capitães-Mores das Freguesias ou aos Coronéis das Ordenanças onde não houver Capitães-Mor. D.H. Lisboa, 12 de janeiro de 1733. v. 29. Doc. 62.

<sup>603</sup> APEB. Ordens Régias. Microfilmes. Carta do Vice-Rei do Brasil ao Rei de Portugal prometendo cumprir as determinações a respeito de como praticar com as Companhias dos homens pardos e pretos forros. Bahia, 13 de Abril de 1733. v. 29. Doc. 62A.

<sup>604</sup> APEB. Seção Colonial. Bahia, 9 de maio de 1733, maço 353, folha 90.

<sup>605</sup> APEB. Seção Colonial, Bahia, 7 de novembro de 1735, maço 354, folha 180.

Petição que fizeram os oficiais do terço da gente preta desta cidade ao excelentíssimo senhor conde vice-rei

Excelentíssimo senhor. Dizem os oficiais do terço da gente preta da guarnição desta praça, de que foi Mestre de Campo governador Henrique Dias ora capitão-mor Miguel de Sousa Crasto, que eles suplicantes se viram quase excluídos do real serviço por ordem de Sua Majestade, que Deus guarde, ex-vida que pela ordem recorreram eles suplicantes a Vossa Excelência pedindo a conservação de seu terço e foi servido mandar por seu retíssimo despacho conservar e continuar o serviço militar, e para bem de seus requerimentos querem fazer os suplicantes registrar nos livros da secretaria deste Estado, portanto pedem a vossa Excelência lhes faça mercê mandar registrar a petição que junto oferecem, e seu despacho. E.R.M.

#### Primeiro Despacho

Como pede. Bahia e abril 4 de 1735. Rubrica do Excelentíssimo Senhor Conde Vice-rei.

Excelentíssimo Senhor. Dizem os oficiais e soldados do terço da gente preta da guarnição desta praça, de que foi Mestre de Campo Henrique Dias, ora existe por capitão mor Miguel de Sousa de Crasto que eles suplicantes haverá noventa e sete anos que se acham no presídio desta cidade servindo a Sua Majestade, que Deus guarde, eles e seus antepassados, como consta da certidão da casa da matrícula que junto oferece, desde o tempo em que a cidade de Olinda, capitania de Pernambuco, se achava invadida pelos holandeses, donde seus progenitores derramaram tanto sangue, dando a vida com tanto valor, como consta das crônicas escritas daquele tempo, até que passaram a esta cidade em companhia e guarnição do senhor governador Francisco Barreto, a ajudar com a força de seu braço e indústria militar a restaurar esta cidade que também se achava invadida daqueles inimigos, e daquele tempo até o presente sempre continuaram no real serviço como consta de algumas certidões que também juntas oferecem e sendo necessário o farão por justificação desta república, fazendo as faxinas em todos os fortes como é público, executando todas as ordens como consta das portarias que a esta se ajuntam levando cartas do real serviço a Pernambuco, Minas Novas, Jacobina, vila da Mocha, comboiando os quintos reais, e a seus ombros conduziram os petrechos para a casa de fundição, prendendo os desertores das naus de guerra e da Índia pelos recôncavos vizinhos esta cidade, acudindo aos rebates, como constou do que se tocou nesta cidade para a prisão dos soldados acudindo prontos, guarneendo ruas, a casa de pólvora, e do trem onde estiverem guarda pelo excelentíssimo senhor conde de Sabugosa, assim lhes ordenar, assistindo aos exercícios, fazendo prender aos rebeldes às Justiças de Sua Majestade e havendo levante na fortaleza do Morro foram nomeados junto com o mestre de campo João de Araújo e Azevedo para aquelas prisões, dando inteiro cumprimento às ordens de todos os senhores governadores, e vice-reis que tem governado este Estado, e alguns anos assistiram na feira para conduzir gado que pagam os quintos de Sua Majestade, que Deus guarde, e porque o dito senhor foi servido mandar extinguir este terço como consta da cópia que junto se oferece sem os suplicantes delinquirem em coisa alguma como se mostra e tem declarado, não obstante real mandado, querem os suplicantes existir no real serviço oferecendo novamente as vidas como fiéis vassalos que sempre souberam ser, recorrem a piedade, e inteligência de Vossa Excelência para que revendo com os olhos de piedade e justiça todo o seu referido que parece justo, como a razão, lhes defira, com a justiça que costuma. Portanto, pedem a Vossa Excelência para que atendendo o referido e à vontade com que se oferecem e querem servir a Sua Majestade, que Deus guarde, o dito regimento, seja servido mandar continuar no exercício militar, como de seu principio até que sendo necessário humildes recorram aos meritísimos e reais pés de Sua Majestade, que Deus guarde. E. R. M.<sup>606</sup>

<sup>606</sup> Petição que fizeram os oficiais do Terço da gente preta desta cidade ao excelentíssimo senhor conde vice-rei. Bahia, 4 de abril de 1735. D.H. v. 76. p. 345-348.

Em resposta à petição, o vice-rei enviou, juntamente com o despacho acima, a seguinte informação a Dom João V:

A experiência me tem mostrado que os suplicantes se ocupam com toda a satisfação nas diligências do serviço de Sua Majestade mais importantes, e trabalhosas, imitando fielmente aos seus antepassados no zelo e atividade com qual se acreditaram em várias ocasiões, por cuja causa e respeitando a conjuntura presente os mandei continuar no exercício militar, conservando o seu terço na mesma forma em que se achava antes de Sua Majestade o mandar extinguir e isto mesmo se observará enquanto o dito senhor não mandar o contrário, depois de lhe ser presente a informação que determino por na sua real presença sobre este particular. Bahia, 18 de fevereiro de 1736.<sup>607</sup>

Meses depois, ainda em defesa dos oficiais e soldados do terço de Henrique Dias baiano, o vice-rei interveio novamente, enviando ao rei uma descrição mais longa e elogiosa favorecendo a continuidade do terço:

Senhor. Por Provisão de doze de mil setecentos e trinta e três, cuja cópia é inclusa, foi Vossa Majestade servido ordenar ao Conde de Sabugosa meu antecessor pelas causas nela expressadas que se extinguissem as companhias dos homens pardos e que os negros forros fossem alistados e sujeitos aos capitães mores das freguesias ou coronéis em conformidade o que mandou executar por os efeitos que tem produzido esta resolução e o que a experiência mostra me obriga a por na presença de Sua Majestade que de nenhuma maneira convém ao seu Real Serviço que os mulatos forros se anexem as companhias dos brancos, porque estes os não querem admitir nem servir com eles por cuja causa os separaram os governadores meus antecessores em companhias com oficiais da mesma cor, e assim serviram sempre sujeitos aos coronéis da ordenança com boa satisfação sem haver as desordens que a (?) e presentemente se tem observado, nem estes homens podem servir com gosto reconhecendo o desprezo que lhes fazem os brancos, isto é, quanto aos mulatos, em que pertence aos negros forros, devo representar a Vossa Majestade que eles são os melhores soldados que tem o Brasil para as diligências mais importantes e trabalhos como são as do (?) em que se ocupam, não só por ordem dos governadores senão também a requerimento de partes e dos Ministros de Justiça para auxiliarem as execuções desta fazendo as faxinas necessárias sem despesa alguma da Fazenda Real, imitando fielmente aos seus antepassados que na Restauração de Pernambuco foram os que mais acreditaram o seu valor e fidelidade cuja lembrança os fez desgostar de sorte que achei quase extinto o Terço que se compunha de mais de quatrocentos homens espalhando-a pelo Recôncavo e Sertão e por outras muitas distâncias, tomando por pretexto que se lhe dificultavam como a seguiam aos brancos as ocasiões de avultarem e os seus provimentos de que muito se desvanecem e da mesma sorte os mulatos e como uns, outros são próprios e naturais para o trabalho e mais que tudo para as diligências do mato do que se cabe esta Praça pela parte de terra por donde (?) ataque, não havendo quem antes atalhe o (?) a qual nação inimiga que (?) para cujo ofício não há soldados mais prontos nem capazes que os negros que são acostumados do mato há andar nele descalços e nesta

<sup>607</sup> Petição que fizeram os oficiais do Terço da gente preta desta cidade ao excelentíssimo senhor conde vice-rei. Bahia, 4 de abril de 1735. D.H. v. 76. p. 348.



consideração e respeitando a conjuntura presente, tomei o expediente de os mandar conservar na mesma forma em que estavam antes da Ordem de Vossa Majestade e em atenção ao seu Real serviço lhe dou eu esta conta para que resolva o que for servido.<sup>608</sup>

É notório o empenho do Conde de Galveias para a conservação das companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos no território baiano. No entanto, nem todos os governadores receberam a ordem real de extinção das tropas da mesma forma, como analisaremos adiante. O próprio Conde de Sabugosa, seu antecessor, havia se alinhado à determinação real. A insistência dos milicianos e a cumplicidade reiterada do vice-rei despertaram no monarca a percepção de que a extinção destas tropas precisava ser revista. Diante deste cenário, a seguinte prescrição foi enviada por Dom João às capitanias da América portuguesa:

Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África Senhor da Guiné. Faço saber a vós Conde de Galveias Vice Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil que havendo visto a conta que me deste em carta de vinte de junho do ano passado em que me expunhas que por provisão de doze de Janeiro de 1733 fora servido ordenar se extinguir as companhias dos homens pardos e que negros forros fossem alistados (?) aos capitães das freguesias, (?) Coronéis, porém que vendo-se os efeitos que produzira esta Resolução vos obrigava representar-me que de nenhuma maneira convém a meu serviço que os mulatos forros se (?) companhias dos brancos porque estes não os querem admitir nem servir com eles por cuja causa os representam os Governadores nossos antecessores em companhias do (?) da mesma cor. Assim servirão sempre sujeitos aos Coronéis das Ordenanças com boa satisfação sem haver desordem que antes se experimentava de presentemente se tinham observado que da mesma sorte me servia os pretos forros cujo préstimo e fidelidade de uns outros (?) Era norma e por este motivo e mais razões (?) me insinuastes vos resolvereis a tomar o expediente de os mandar conservar na mesma forma em que estavam antes da minha ordem ao que entendendo me pareceu (?) Vos que pelas razões e considerações sou servido por resolução minha de dez do presente mês e ano e pela Consulta do meu Conselho Ultramarino que se conservem em corpos de pardos e mulatos e negros aprovando vos o que obrastes.<sup>609</sup>

Se por um lado os motivos para a conservação das tropas baianas de africanos e afrodescendentes livres e libertos eram as recusas dos oficiais brancos a incorporá-los a suas

<sup>608</sup> ABNRJ. Cartas de matéria nova escrita a S. Majestade e do Conselho Ultramarino na frota do ano de 1736 – Sobre as Companhias dos Homens pardos, do Terço dos negros forros intitulados de Henrique Dias. Bahia, 20 de junho de 1736. I 31, 29, 65 – MS 512(94) D10.

<sup>609</sup> APEB. Ordens Régias. Microfilmes. Carta do Rei de Portugal ao Vice-Rei do Brasil sobre a extinção das Companhias dos homens pardos e que os negros forros fossem alistados; ordena S. Maj. se conservarem em corpos separados os mulatos e negros aprovando as determinações do Vice-Rei sobre a matéria. Lisboa, 8 de abril de 1737. v. 40. Doc. 54.



companhias, por outro os méritos destes milicianos também pesaram na balança. A longevidade e utilidade que estas tropas tinham no cenário baiano fizeram com que tanto os oficiais e soldados quanto as próprias autoridades coloniais cerrassem fileiras para a conservação da corporação. Estas tropas tinham uma função social bem delineada e necessária à ordem colonial. Como já ressaltou Silva, a manutenção de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos em diversas capitanias estava ligada, dentre outros fatores, à busca de controle social da população livre (*psicogênese*). Além disso, a conservação da ordem dependia da atuação dos próprios oficiais, que, dentro de sua configuração social particular, mantinham a subordinação de seus pares e evitavam tensões decorrentes de seu não pertencimento formal a outras corporações de tipo antigo<sup>610</sup>. Ademais, não foi só a ação favorável dos governantes que manteve as tropas atuando; o empenho dos milicianos, a partir de seus requerimentos e súplicas, foi fundamental para esta manutenção.

A instrução da Carta Régia de 13 de janeiro de 1731 foi aplicada inicialmente em Minas Gerais e, depois, juntamente com a ordem de 1733, disseminada para o resto da América portuguesa. Souza mapeou a chegada desta missiva às capitanias de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo<sup>611</sup>. É possível perceber como cada capitania reagiu de forma diferente: “diante desta medida, as atitudes de cada governador variaram de acordo com seu grau de compreensão do jogo que se processava em suas respectivas capitanias ou no conjunto do Estado do Brasil”<sup>612</sup>.

As capitanias do Rio de Janeiro e Pernambuco optaram por obedecer às prescrições e reestruturaram seus regimentos. Na Capitania do Rio de Janeiro a ordem foi seguida por algum tempo, pois há uma carta de 1737 de Gomes Freire de Andrade, então governador, comunicando a D. João V a nomeação de pessoas para ocuparem o posto de capitão de uma companhia de terço auxiliar, o qual antes era ocupado por Manoel da Cunha Tenreiro. Tal nomeação se fez “em cumprimento das reais ordens de Vossa Majestade, que proíbe haver distintas Companhias de Mulatos a fez repartir pelas mais e formar de novo” com homens brancos nos postos de oficialato, os quais pareciam ser “as pessoas mais capazes”<sup>613</sup>. Assim como no Rio de Janeiro, o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, também seguiu

<sup>610</sup> SILVA, 2013, p. 121-122 e 136.

<sup>611</sup> SOUZA, 2018, p. 305-307.

<sup>612</sup> SILVA, 2013, p. 132.

<sup>613</sup> Carta do [governador do Rio de Janeiro e Minas], Gomes Freire de Andrade, ao rei [D. João V], sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão de uma Companhia de Terço Auxiliar, de que foi capitão Manoel da Cunha Tenreiro. AHU - RJ, cx. 30, doc. 3139, Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1737.

à risca as determinações de extinção das tropas<sup>614</sup>. Observa-se, assim, que enquanto nas capitanias do Rio de Janeiro e de Pernambuco se retirou a oficialidade e se suspenderam as atividades de suas companhias de milicianos africanos e afrodescendentes livres e libertos, na Bahia as atividades dos milicianos do terço de Henrique Dias continuaram sem interrupção.

Podemos refletir sobre os motivos que levaram às diferentes reações das capitanias em relação às ordens de extinção. Silva aponta que as relações entre o governo e os milicianos na Bahia pareciam ser menos conflituosas; Sabugosa havia se inserido “numa *função social*, a qual, por sua vez, estava conectada de forma interdependente a outras funções sociais exercidas por indivíduos de uma configuração específica”<sup>615</sup>.

Acreditamos que a trajetória social deste grupo está ligada às suas posturas reivindicatórias em relação à conservação de suas corporações, e que o tráfico negreiro e o enraizamento de afrodescendentes livres e libertos na Bahia foram mais complexos em relação ao Rio de Janeiro. Desta forma, enquanto as tropas privativas estavam em vias de consolidação no Rio de Janeiro, na Bahia esta experiência era muito mais antiga. Os baianos, na década da medida administrativa de 1730, já estavam quase comemorando o centenário do primeiro corpo de africanos e afrodescendentes livres e libertos daquela capitania. Enfim, dotados da memória das guerras holandesas e de uma constituição muito mais consolidada e institucionalizada, os baianos resistiram de forma mais categórica do que os homens da capitania do Rio de Janeiro, os quais, ainda em processo de institucionalização, não tinham um enraizamento semelhante.

É necessário ainda observar que a conquista da continuidade das companhias teve como marco o uso que os milicianos fizeram da escrita. Este era um contexto em que a maior parte da população era iletrada e, no entanto, muitos dos milicianos sabiam assinar seus nomes, como se percebe em inúmeros alistamentos conduzidos pelos capitães das companhias, bem como nos requerimentos feitos pelos milicianos ao longo do processo de institucionalização das tropas.

Souza destaca que a extinção das tropas formadas por pardos e pretos e a descaracterização de suas oficialidades “revelaram-se medidas inviáveis na América portuguesa”, pois “o Estado necessitava do serviço militar que esses homens podiam

---

<sup>614</sup> SILVA, 2013, p. 134; SILVA, 2017, p. 187-188; SOUZA, 2018, p. 307.

<sup>615</sup> SILVA, 2013, p. 134.

oferecer”<sup>616</sup>. A necessidade da atuação destas corporações fez surgir, assim, pressões por sua continuidade.

Vários foram os momentos de tensão pelos quais passaram os africanos e afrodescendentes ao longo do processo de institucionalização de suas tropas. Estes estão ligados às relações de poder que se estabeleciam nestas figurações, pois as conquistas relacionadas às patentes dadas a este grupo social, o aumento no número de companhias e a visibilidade que estes homens tinham ao atuarem em diligências significativas para a manutenção da ordem geraram situações de conflito com aqueles que viam nas milícias de africanos e afrodescendentes uma ameaça ao *status quo*.

#### **4.4 A Carta Régia de 22 de março de 1766: expressão de um contexto em mudança**

A segunda metade do século XVIII foi marcada globalmente por inúmeras mudanças impulsionadas por crises, conflitos bélicos e insurreições. O império português, a partir de 1750, presenciou transformações drásticas, como a morte de D. João V; a ascensão de D. José I e Pombal; o estancamento do ouro do Brasil; a flutuação do preço do açúcar; as disputas territoriais e as novas delimitações das fronteiras coloniais<sup>617</sup>.

A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) foi um marco importante deste contexto. Os combates envolveram principalmente britânicos e franceses. No entanto, apesar de Portugal e Espanha tentarem se manter neutros a maior parte do tempo, na fase final dos conflitos alianças foram estabelecidas com os ibéricos. A Espanha aliou-se à França em 1761, e tal coalizão ocupou algumas regiões do Império português. Portugal, que se encontrava com seu sistema de defesa debilitado, uniu-se à Grã-Bretanha para enfrentar as ocupações. Logo as disputas prolongaram-se para suas colônias. Em 1762 ocorreu a Queda de Havana, com perda territorial para a América espanhola. Na América portuguesa houve a ocupação da Colônia do Sacramento e dos fortes de São Miguel e Santa Tereza, sob a liderança de D. Pedro de Cevallos. Com o fim da guerra, o contexto ainda era de crise. Reformas fiscais, manutenções e ampliação da defesa foram pautas que entraram nas ações dos governantes, com muitas semelhanças nos impérios espanhol e português. Ademais, houve a promoção de reformas por parte dos estados europeus que, por conseguinte, atingiram suas colônias.

---

<sup>616</sup> SOUZA, 2018, p. 308.

<sup>617</sup> BOXER, 2000, p. 309.

Para Portugal e seus domínios, a historiografia tem alertado que as reformas iluministas empreendidas podem ser consideradas um “reformismo ilustrado”, pois o forte catolicismo do país ibérico buscou conciliar sua tradição religiosa com o racionalismo que se desenvolvia à época<sup>618</sup>. Nesta esteira aconteceram muitas ações empreendidas sob o comando de Sebastião José de Carvalho e Melo, o qual recebera o título de Marquês de Pombal em 1769, aos 71 anos. Pombal esteve no governo de Portugal, de 1750 a 1777, a convite de Dom José I<sup>619</sup>.

A atuação de Pombal em Portugal ocorreu num contexto de modificações da inserção econômica do reino no comércio internacional, associadas à retração de sua parceria comercial com a Inglaterra. É sobretudo nos anos sessenta do século XVIII que muitos indicadores de crise em Portugal podem ser apontados. Um deles foi a queda no preço e na quantidade do açúcar brasileiro. Sem contar a progressiva redução da extração e remessa de ouro e diamantes da colônia americana<sup>620</sup>.

Diante destas mudanças conjunturais, e somando-se a incorporação de ideias iluministas já no pós-1750, percebe-se na política conduzida por Pombal e Dom José uma intensa atividade legislativa. A modernização do Exército português aparece ao lado da reforma educacional e da redução do poder da Inquisição<sup>621</sup>. Estes governantes também estimularam empreendimentos industriais e empresariais e criaram Companhias de Comércio. No âmbito das reformas educacionais, questionou-se a influência da Companhia de Jesus, cujos métodos escolásticos eram tidos como inadequados à “Idade da Razão”. No entanto, ao mesmo tempo em que se refutou a pedagogia jesuíta, outras ordens, como a dos oratorianos, ajudaram a propagar as novas ideias na porção lusa da Península Ibérica e nos seus domínios no Ultramar.

No império espanhol ocorreram as reformas borbônicas, também conhecidas como *carolinas*, por terem se efetuado no reinado de Carlos III. Visavam fortalecer tanto militarmente como economicamente suas possessões, de forma muito semelhante ao que se empreendeu em Portugal. O alcance destas reformas para a América espanhola, no âmbito

<sup>618</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura**: Usos do Livro na América Portuguesa. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

<sup>619</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>620</sup> MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Souza Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil Colonial**: 1720-1821. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 111-156.

<sup>621</sup> Há que se destacar que, ao mesmo tempo que Pombal reduziu o poder da Inquisição, criou a Real Mesa Conciliatória, que atuava de forma semelhante à instituição religiosa. Este é um dos paradoxos do Marquês.

militar, foi no sentido de proporcionar forças milicianas em escala continental ao serviço do rei<sup>622</sup>. Um documento importante para compreender esta reforma é o *Reglamento para las Milicias de infanteria y caballeria de La isla de Cuba*, de 1769.

Esta legislação prescreveu a reorganização dos regimentos de pardos e morenos, com um refinamento de seus componentes. Previu soldo para seus oficiais, presença de capelães e cirurgiões nos batalhões e descreveu modelos de uniformes a serem usados. Nota-se ainda que este documento serviu de modelo para os vice-reinados do Peru, Nova Granada e Nova Espanha<sup>623</sup>. Um dos grandes entraves para a implementação do *Reglamento* em Cuba foi a falta de preparo de seus oficiais<sup>624</sup>. Ademais, os impérios ibéricos não se encontravam em condições de sustentar um Exército profissional na totalidade de suas colônias. Uma das saídas para este impasse foi o investimento em tropas de segunda e terceira linha nestes territórios.

De forma semelhante ao que aconteceu nas reformas carolinas, aquelas empreendidas por Pombal também olharam com zelo para as demandas referentes à organização militar, tanto na metrópole quanto nas possessões ultramarinas. Com a intenção de reorganizar a estrutura militar de Portugal, uma das primeiras medidas de Pombal foi a contratação de Wilhem Graf Von Shaumbourg Lippe, o Conde de Lippe, militar “ilustrado”, veterano da Coroa britânica, que passou a exercer a função de marechal-general do Exército português<sup>625</sup>.

Lippe, além de reorganizar e tentar uniformizar a estrutura militar, escreveu vários tratados militares, entre eles as *Instruções Gerais relativas a várias partes essenciais do serviço diário para o Exército de Sua Majestade fidelíssima*, publicadas em 1762. Uma de suas prescrições era que os sargentos-mores ficariam “encarregados particularmente da disciplina dos regimentos, do exercício, da limpeza, da boa ordem, e da polícia de Campo”<sup>626</sup>. Também cabia aos capitães e oficiais subalternos “estabelecer nas companhias a mais exata subordinação; a mais perfeita harmonia, e a melhor disciplina”<sup>627</sup>. Outra orientação era para que todas as ordens e leis que tratassem da disciplina das tropas fossem lidas mensalmente,

---

<sup>622</sup> MORELLI, Federica. Disciplinadas o republicanas? El modelo ilustrado de milicias y su aplicación en los territorios americanos (1750-1826). In: IBÁÑEZ, José Javier Ruiz (coord.). **Las milicias Del Rey de España: Sociedad, política e identidad em las Monarquias Ibéricas**. Madrid: FCE, RedColumnaria, 2009.

<sup>623</sup> PAULA, 2012, p. 46.

<sup>624</sup> MORELLI, 2009, p. 426.

<sup>625</sup> PAULA, 2012, p. 42.

<sup>626</sup> LIPPE, Conde de. **Instruções Geraes relativas a várias partes essenciais do serviço diário para o Exército de Sua Majestade fidelíssima**. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1762, p. 10.

<sup>627</sup> Ibid., p. 17.

para que soldados e oficiais não as descumprissem sob o pretexto de ignorância. Aponta-se que, com tais reformas, criou-se em Portugal “um corpo militar, ultrapassando o bando’, além de códigos de hierarquias, patentes e funções, sistemas de representações através de galões e atributos de comandos e fardamentos regulares”<sup>628</sup>.

As medidas de Pombal, iniciadas em Portugal, também reestruturaram administrativamente a América portuguesa. Oficiais que haviam servido sob as ordens de Lippe na Europa foram enviados à colônia, entre eles Johann Böhm, Jacques Funck, o Morgado de Mateus e o Marquês do Lavradio<sup>629</sup>. O objetivo era empreender uma reestruturação da defesa. Em 1767, Böhm foi encarregado da inspeção geral de todas as tropas do Estado do Brasil, enquanto Funck se encarregou do projeto, reparo e construção de fortificações<sup>630</sup>.

Além de homens experimentados na arte da guerra, missivas determinantes também cruzaram o Atlântico visando a reorganização militar da colônia. Um importante documento, de inspiração ilustrada e produzido no bojo das reformas pombalinas, foi a Carta Régia de 22 de março de 1766. Escrita no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda por Dom José I, foi destinada ao vice-rei Conde da Cunha (1763-1767) e aos governadores e capitães-gerais do Brasil<sup>631</sup>. O rei, informado da irregularidade e falta de disciplina das companhias de ordenanças e auxiliares da colônia, escreveu no intento de que estes corpos fossem regulados e disciplinados a fim de defender o Brasil. Com tal ordem, estes dois tipos de arregimentação ganharam grande importância estratégica na defesa do território colonial, e o impacto da legislação atuou como um esforço para se ampliar a atuação militar na sociedade colonial.

Quando, nas *Instruções* do Conde de Lippe, de 1762, se faz referência à regularidade das tropas, o sentido está atrelado à quantidade e constância de combatentes no seu interior. Segundo as *Instruções*, caberia ao sargento-mor, quando a tropa estivesse em campo, mandar

todos os dias de madrugada o mapa diário do seu Regimento ao Quartel General (...). Esses mapas virão assinados por eles, e fechados, pois devem ser em todo o sentido responsáveis da sua regularidade, e exatidão; porque se faltasse um só

<sup>628</sup> PAULA; SILVA; SOUZA, 2007, p. 68.

<sup>629</sup> Tanto o Morgado de Mateus quanto o Marquês do Lavradio foram importantes personagens políticas deste contexto. O primeiro foi escolhido como capitão-geral da recém-estabelecida capitania de São Paulo, em 1765, enquanto o segundo foi vice-rei do Estado do Brasil.

<sup>630</sup> BICALHO, 2003, p. 81-93.

<sup>631</sup> Carta Régia dirigida ao Governador e Capitão-Geral da Bahia, sobre a reorganização das tropas auxiliares. AHU – BA, Castro e Almeida, cx. 73, doc. 14013. Lisboa, 22 de março de 1766.

homem no número efetivo dos combatentes das armas, o Senhor Marechal General lho deve dar em culpa.<sup>632</sup>

Na Carta Régia, as medidas previstas para tal “regularidade” eram que, primeiramente, se alistassem todos os moradores em condição de servir, “sem exceção de Nobres, Plebeus, Mestiços, Pretos, Ingênuos e Libertos”. Além disso, um corpo de oficiais também deveria ser formado. Ademais, o objetivo da Carta era também aumentar os corpos de auxiliares e ordenanças. Para disciplinar cada um dos terços formados, o rei prescreveu que se nomeasse um sargento-mor, escolhido das tropas pagas de primeira linha. E o soldo deste oficial seria o mesmo vencido pelos sargentos-mores das tropas regulares. Neste trecho da carta é perceptível o quanto as reformas empreendidas na colônia haviam se apropriado de ideias iluministas formuladas por Lippe, tanto em seus escritos quanto em sua prática militar.

A chamada para que os corpos fossem disciplinados pode ser entendida por, ao menos, duas categorias. A primeira diz respeito à possível falta de constância na prática dos exercícios, que exigiam que soldados e oficiais dividissem seu tempo com suas atividades cotidianas, além de demandar gastos por parte da Fazenda Real, que deveria suprir balas, pólvora e outros materiais para os exercícios. A segunda diz respeito tanto à influência das reformas ilustradas quanto a um contexto beligerante, que demandava tropas cada vez mais organizadas e disciplinadas.

Segundo se declarava na Carta Régia, o pagamento do soldo dos sargentos-mores deveria ser realizado com os rendimentos das Câmaras distritais. Frente a esta demanda, há um ofício que explicita a distância entre as exigências da lei e a realidade das Câmaras, que se encontravam sem recursos para o pagamento destes soldos. Praticamente um ano após a escrita da Carta Régia, o Conde da Cunha sugeria ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado<sup>633</sup>, que se cobrassem novos impostos da população para o pagamento dos ditos oficiais<sup>634</sup>. Quatro meses depois, Furtado respondeu ao Conde determinando que os soldos fossem pagos provisoriamente pela Fazenda Real, até que se averiguassem as reais condições das Câmaras<sup>635</sup>.

---

<sup>632</sup> LIPPE, 1762, p. 15.

<sup>633</sup> Furtado era irmão de Pombal e estava em sintonia com a atuação do Marquês. Ocupou esta função de 1760 a 1769 e seu sucessor foi Martinho de Mello e Castro (MONTEIRO, 2014).

<sup>634</sup> Ofício do Vice-Rei a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU - RJ, cx. 85, doc. 24. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1767.

<sup>635</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Marquês de Pombal e o Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, p. 17.



Tilly já apontou que, no segundo milênio da era cristã, os gastos militares constituíram a maior parcela das despesas dos estados europeus. A curto prazo, o dinheiro para as guerras vinha de empréstimos, mas, a longo prazo, provinha de tributações<sup>636</sup>. No contexto das reformas pombalinas, foi no plano militar que se concentrou a maior parte dos recursos do vice-reinado do Brasil, despesa esta “justificada pela situação de tensão quase permanente no sul da América”<sup>637</sup>. Assim, as despesas militares eram o principal encargo das capitanias do Brasil. A carga tributária no império espanhol tornou-se tão pesada que provocou rebeliões de grande escala, uma delas ocorrida em Lambayeque, no Peru, em 1779. Os revoltosos, em sua maioria milicianos africanos e afrodescendentes livres e libertos, se manifestavam contra o cancelamento da isenção de taxas cobradas pela coroa espanhola<sup>638</sup>.

Outra nuance da Carta Régia de 1766 diz respeito ao fardamento de oficiais e soldados. A carta trazia detalhamentos de como deveriam ser confeccionados as roupas e ornamentos dos milicianos. As divisas e cairéis dos oficiais poderiam ser de ouro ou prata, e as dos soldados, de lã. As primeiras pranchas encontradas descrevendo iconograficamente os fardamentos dos oficiais datam da década de 1780.



**Diferentes uniformes das tropas auxiliares, 1786**

Prancha “Terços Auxiliares”

Fonte: Arquivo Histórico do Exército<sup>639</sup>

<sup>636</sup> TILLY, 1999, p. 131, 149-150.

<sup>637</sup> MONTEIRO, 2014, p. 133.

<sup>638</sup> CAMPBELL, Leon G. Black Power in Colonial Peru: The 1779 Tax Rebellion of Lambayeque. *Phylon* (1960-), v. 33, n. 2. (2nd Qtr., 1972), p. 140-152.

<sup>639</sup> MARTA, 2013, p. 51.

Também constava na Carta a determinação de que todos os soldados e oficiais deveriam ter, à sua própria custa, espada e armamento. Aqueles que pertencessem à cavalaria deveriam ter seu próprio cavalo e um escravo para cuidar dele. Algumas das orientações presentes na Carta já existiam desde a Provisão que criara os corpos de ordenanças, em 15 de maio de 1547. Conforme este documento, os recrutados deveriam ter suas próprias armas e cavalos e comparecer a exercícios aos domingos e dias santos<sup>640</sup>. No entanto, Mello afirma que “era flagrante a ausência de recursos dos moradores para a aquisição de armas”<sup>641</sup>. Ademais, o uso de armas e fardas era uma forma de distinguir-se socialmente, principalmente para aqueles que se vinculavam a um estigma ancestral ligado à escravidão, como no caso das companhias de auxiliares e ordenanças formadas por africanos e afrodescendentes livres e libertos.

Como já vimos, companhias de pardos e pretos existiam em algumas capitanias brasileiras desde o século XVII, mas é importante frisar que, com a Carta Régia de 1766, estas companhias se multiplicaram, ao ponto de formarem terços constituídos de pretos e pardos. O sistema de terços havia sido introduzido na Espanha durante o império de Carlos V, no século XVI. Um *Tercio* espanhol deveria ter 3.000 soldados, divididos em dez companhias. Mais tarde (1632), estes *Tercios* passaram a ser divididos em 15 companhias. Aos poucos o sistema de terços foi sendo incorporado em outros espaços, como em Portugal, durante a União Ibérica<sup>642</sup>.

O primeiro terço de pardos criado no Rio de Janeiro foi consequência da Carta Régia de 1766<sup>643</sup>. A criação de um terço que agregava várias companhias mostra a tentativa de se dar regularidade a estas tropas. No entanto, Marta afirma que, nesta capitania, a organização dos terços não foi imediata à solicitação da Carta, detalhando que, sob o governo do Conde da Cunha e nos primeiros anos do Conde de Azambuja, não existia um terço de pretos ou pardos, apenas companhias esparsas. A primeira indicação de um terço é de 1777 e aponta que, entre 1771 e 1777, sob o comando do Marquês do Lavradio, formaram-se companhias suficientes para a constituição de um terço. Este primeiro terço, formado, a princípio, por seis

---

<sup>640</sup> GOMES, 2009, p. 58.

<sup>641</sup> MELLO, 2009, p. 149.

<sup>642</sup> SILVA, Luiz Geraldo. **Africanos e afrodescendentes na América portuguesa**: entre a escravidão e a liberdade (Pernambuco, séculos XVI ao XIX). Tese (Professor Titular) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018, p. 308-309; BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino ... oferecido a El Rey de Portugal Dom João V**, pelo Padre D. Raphael Bluteau. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

<sup>643</sup> MELLO, 2009, p. 152.

companhias, tinha um capitão comandante crioulo, assim como a maioria dos demais capitães<sup>644</sup>.

Em março de 1767, Cunha escreveu acerca da dificuldade de constituir terços separados a partir das “classes” descritas na Carta Régia. Ele aponta empecilhos tanto para a formação de um terço de pardos quanto para a formação de um terço de pretos. No caso dos pardos, alega a impossibilidade de doutrinar e regular um terço constituído por companhias tão dispersas pela extensão total do território. E no caso dos pretos, alegou ser o número destes tão diminuído que sequer formariam duas companhias<sup>645</sup>. Esta informação confronta os dados obtidos por Lara<sup>646</sup>, que afirma existir uma massa cada vez maior de negros na segunda metade do século XVIII, o que acabava por impactar as relações sociais e políticas daquela sociedade. Por isso, autores como Marta trabalham com a hipótese de que houve certa má-vontade por parte de Cunha e Azambuja em multiplicar as companhias de pretos e pardos no Rio de Janeiro<sup>647</sup>.

A Bahia se diferenciava do Rio de Janeiro quanto à composição das companhias formadas por pretos e pardos. Na década de 1750, antes mesmo da promulgação da Carta Régia, cada vila do Recôncavo baiano já tinha sua companhia de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Observa-se para a Bahia que, no pós-1766, houve grande aumento do número de pedidos de confirmação de patentes, tanto para funções nas tropas de ordenanças quanto para as tropas de auxiliares. A concessão de novas patentes indica um aumento no número de postos, em decorrência do aumento do número de companhias de auxiliares e ordenanças na capitania baiana.

Ademais, na Bahia já havia se institucionalizado o terço de toda gente preta, também conhecido como terço de Henrique Dias, como já apontamos neste trabalho. No entanto, não há indicação de que existisse um terço de pardos antes da Carta Régia de 1766. A primeira referência a um terço constituído por pardos é de 1772<sup>648</sup>; um pouco mais tarde, em 1774,

---

<sup>644</sup> MARTA, 2013, p. 65. Segundo Schwartz (1988), o termo *crioulo* refere-se a escravos e seus descendentes que nasceram na América Portuguesa. No decorrer do tempo, o termo passou a abranger também outros itens provenientes da colônia.

<sup>645</sup> MENDONÇA, 1960, p. 142.

<sup>646</sup> LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 21.

<sup>647</sup> MARTA, 2013, p. 46.

<sup>648</sup> Requerimento de José Mendes de Moraes ao rei (D. José) solicitando que se lhe passe Carta patente de confirmação do posto de capitão-mor do Terço dos homens pardos denominados Henrique Dias. AHU - BA, cx. 171, doc. 34. Bahia, 31 de julho de 1772.

encontra-se referência à nona companhia do regimento auxiliar de artilharia dos homens pardos da Bahia<sup>649</sup>.

É importante refletir sobre o aspecto do entrelaçamento da disseminação dos ideais iluministas e das condições que conformavam os Estados na segunda metade do século XVIII. Kosselleck é enfático ao afirmar que o Iluminismo foi um “aliado” na formatação da Revolução Francesa<sup>650</sup>. Isso porque tais ideias caíram como uma luva para criticar um Estado que perdia prestígio e poder diante da ascensão da burguesia. Ideias estas que foram somadas a condições concretas para fomentar mudanças. Desse modo, é preciso destacar que as reformas pelas quais passaram os terços de auxiliares e ordenanças não foram fruto somente de uma onda de modernidade que contaminava o pensamento europeu, mas também de necessidades conjunturais.

Enfim, apesar das dificuldades para o cumprimento de todas as prerrogativas da Carta Régia de 1766, como aquelas relacionadas ao pagamento de soldo por parte das Câmaras ou a morosidade para a formação de novas companhias em algumas capitanias, podemos concluir que, no contexto da segunda metade do século XVIII, um novo quadro foi se delineando. Houve um aumento significativo de companhias de segunda e terceira linhas, formaram-se novos terços e regimentos que contemplavam africanos e afrodescendentes em suas oficialidades e, conseqüentemente, surgiram novas oportunidades de mobilidade social para este grupo. E, apesar de muitos governadores e homens ilustrados do Estado terem criticado a Carta Régia de 1766, principalmente por proliferarem companhias formadas majoritariamente por africanos e afrodescendentes livres e libertos, estes indivíduos continuaram se inserindo tanto nas milícias quanto em outros espaços de visibilidade no intento de reduzirem sua marginalidade e conquistarem melhores condições de existência e prestígio social.

---

<sup>649</sup> Requerimento do capitão Miguel Rodrigues de Deus Serqueira ao rei (D. José), solicitando que se lhe passe Carta patente de confirmação, do posto a que foi provido de capitão da Nona Companhia do Regimento Auxiliar de Artilharia, dos Homens Pardos da Bahia. AHU – BA, cx. 173, doc. 59. Bahia, 19 de outubro de 1774.

<sup>650</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999, p. 12.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar o processo de *sociogênese* e institucionalização de tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos na sua relação com o processo de mudança de *status* de africanos e afrodescendentes em duas capitanias da América portuguesa: Bahia e Rio de Janeiro. A formação destas milícias aconteceu, primordialmente, como consequência da existência social de um grupo de indivíduos egressos do cativeiro para constituir estes corpos. A este fator fundamental juntaram-se outros elementos, os quais compuseram as condições para que as tropas fossem gestadas e consolidadas ao longo dos séculos XVII e XVIII. Os contextos belicosos e o temor quase constante de invasões territoriais na costa brasileira foram ao mesmo tempo a faísca e a lenha que alimentaram a gênese e institucionalização destas tropas.

A partir do conceito eliasiano de *sociogênese*, demonstramos que muitos elementos estruturais se relacionam para o surgimento de um fenômeno ou instituição social. No caso específico das tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos, os principais elementos foram aqueles inerentes à própria formação deste grupo social, mesmo antes de sua entrada nas milícias. A sociedade escravista, o tráfico e os processos de manumissão foram a base desta formação, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro. Além da ocorrência desta categoria de milícia nas capitanias em tela, percebemos que estas formações estiveram presentes em diversos pontos do mundo atlântico e em diferentes impérios coloniais. Tal observação reforça a ideia de que tais fenômenos não foram únicos e exclusivos das capitanias estudadas.

A relação estabelecida entre o tráfico de escravos e os processos de alforria foi fundamental para entendermos o processo de formação do grupo de africanos e afrodescendentes livres e libertos em ambas as capitanias. O que percebemos foi que, quanto maior o afluxo de escravos trazidos pelo tráfico, maiores eram as oportunidades de alforria. O olhar para a formação processual deste grupo foi fundamental para compreendermos as condições de formação das tropas. A Bahia, quando comparada ao Rio de Janeiro, por receber mais escravos ao longo do século XVII, possuía um grupo mais expressivo de livres e libertos, o que favoreceu a formação de suas tropas de pretos e pardos já na primeira metade do século. Na virada do XVII para o XVIII, o Rio de Janeiro passou a ser privilegiado pelo tráfico, o que favoreceu, por sua vez, a formação de suas companhias.

Houve algumas diferenças substanciais entre o caso baiano e o fluminense. Uma delas foram os marcos cronológicos, estritamente ligados às singularidades do desenvolvimento social de cada figuração. Tais singularidades estiveram presentes na maneira como cada sociedade se estruturou, bem como nas relações estabelecidas com Portugal. A Bahia, capitania real, foi o primeiro centro político da colônia e apresentou desenvolvimento social e econômico mais dinâmico, em relação ao Rio de Janeiro, ao longo do século XVII. Consequências deste dinamismo foram o desenvolvimento de uma economia de *plantation* mais abrangente e o recebimento de um volume maior de escravizados. Ademais, a capitania apresentava condições geográficas e climáticas que se somaram ao seu perfil agrário, com latifúndios de milhares de hectares. A rápida transição da mão-de-obra escrava indígena para a africana foi mais um fator que favoreceu um número cada vez mais maior de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Como sede do governo-geral, a Bahia comportava as principais instituições administrativas da América portuguesa; esta configuração também facilitou o acesso dos milicianos africanos e afrodescendentes livres e libertos, em ocasiões em que fizeram requerimentos ou denunciaram injustiças às autoridades.

Nesta mesma lógica, após a descoberta de ouro em Minas Gerais e o desenrolar de situações de conflito na região platina, o Rio de Janeiro, que já apresentava um desenvolvimento social importante ao longo do século XVII, viu suas estruturas sociais, culturais e econômicas dinamizarem-se ainda mais ao longo do século XVIII. Este contexto de mudanças e o aumento do número de escravos, que gerava maiores condições de alforrias, oportunizaram à capitania fluminense a formação de suas primeiras milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos.

Constatamos também uma diferença fundamental no perfil dos primeiros oficiais destas companhias, ainda no contexto de sua *sociogênese*. Na Bahia, os relatos coevos apresentam estes milicianos como africanos ou crioulos, muitos deles egressos das guerras contra os holandeses. No Rio de Janeiro, a maioria dos primeiros oficiais era de europeus e com experiência militar nas tropas pagas.

Os descompassos temporais entre as capitanias estiveram presentes tanto no momento de gênese quanto nos (des)caminhos da institucionalização das milícias. As corporações baianas, por apresentarem uma história e uma memória mais longevas e consolidadas, obtiveram conquistas institucionais mais significativas do que suas congêneres fluminenses. A proximidade espacial com as principais instituições administrativas da colônia



também favoreceu este processo, pois havia na Bahia, enquanto vice-reino, uma maior facilidade de circulação e comunicação com as autoridades mais centrais da América portuguesa, as quais por diversos momentos favoreceram os milicianos baianos em seus requerimentos. Na Bahia houve a constituição de um terço do mestre de campo Henrique Dias, com maiores e mais prestigiosas possibilidades de mobilidade hierárquica no interior desta estrutura milicianiana. Os milicianos buscaram, por meio de diversos requerimentos, a consolidação de soldos para alguns oficiais de ordenanças ao longo do século XVIII. Além de se posicionarem contra interdições impostas à instituição, como no contexto de 1730 em que o rei D. João V pretendia extinguir os regimentos de pretos e pardos e suas oficialidades. Já no Rio de Janeiro, as condições de inserção e mobilidade nas milícias de africanos e afrodescendentes foram mais limitadas.

A mudança de *status* do grupo social de africanos e afrodescendentes, que acontecia no *continuum* existente entre as posições sociais de escravidão e liberdade, tornou possível a redução da marginalidade e a mobilidade social de africanos e afrodescendentes. Mas, neste mesmo *continuum*, este grupo foi frequentemente lembrado e marcado por seu vínculo ancestral com o cativo. Uma das linhas mestras deste trabalho foi a análise da atuação dos africanos e afrodescendentes livres e libertos que compuseram as fileiras das milícias baianas e fluminenses em diferentes situações. Mesmo antes da gênese das milícias, africanos e afrodescendentes haviam atuado como “negros conquistadores”, mostrando ímpeto e vontade de inserção como homens de armas. Na conquista de suas alforrias, na inserção em tropas de ordenanças e auxiliares, nos requerimentos que escreveram às autoridades, nas atividades econômicas, nas sociabilidades estabelecidas, estes indivíduos se mostraram atuantes e repletos de vontade de se diferenciarem socialmente.

No entanto, as conquistas angariadas pelos milicianos e as relações estabelecidas entre eles próprios e com outros grupos sociais não foram isentas de conflitos. As relações pendulares de poder, inerentes às relações sociais, estiveram presentes nas disputas por posições de prestígio e reconhecimento social vivenciadas por estes indivíduos. O estigma ancestral do cativo é fundamental para entendermos estas relações de conflito. O que se observou, em última instância, é que, enquanto os milicianos se esforçaram para conquistar elementos condizentes com as dimensões de um homem livre, alguns grupos sociais empenharam-se em reforçar o vínculo que eles tinham com a escravidão.



Apesar de todas as pressões e interdições, entendemos que a milícia se revelou para este grupo como um *locus* importante na redução de sua marginalidade. A milícia, por si só, não proporcionou mobilidade social; no entanto, ela viabilizou o ingresso a outras dimensões de mobilidade, que provavelmente muitos destes indivíduos não teriam acessado se estivessem fora da corporação. Para alcançarem mais dimensões da mobilidade social, os milicianos precisaram se inserir em outros espaços e sociabilidades. Dentre estes espaços, as Irmandades de homens pretos e pardos têm lugar de destaque, tanto nas dinâmicas religiosas quanto por se configurarem como instituições que procuraram valorizar as representações identitárias dos diversos núcleos que compunham este grupo.

Sem desprezar as tendências mais gerais da sociedade, mostramos neste trabalho que muitos indivíduos dos níveis mais baixos da sociedade conseguiram se estabelecer em situações existenciais muito próximas daqueles que se localizavam nos níveis sociais mais altos. Este foi o caso de João Arias Maldonado, o qual nasceu escravo e poderia ter permanecido nesta condição ao longo de sua existência. Seu pai, Miguel Arias Maldonado, senhor de engenho, senhor de escravos, coronel das milícias e influente em muitas outras áreas da sociedade alforriou o filho, deixou-lhe herança substancial e o inseriu nas milícias. Neste panorama percebemos, neste caso pontual, um afrodescendente que desfrutou das três modalidades da mobilidade social que guiaram a análise deste trabalho. João Arias Maldonado vivenciou a dimensão da mobilidade do *status* formal, a dimensão da mobilidade material e a dimensão da mobilidade afetiva. O fato de ter tido um pai abastado e compassivo em muito ajudou a mobilidade social de João Arias Maldonado, no entanto, sua ligação ancestral fez com que ele vivenciasse situações de conflito e interdições na sociedade em que viveu. Foi rejeitado para o sacerdócio. Sua companhia foi extinta no contexto das determinações da década de 1730. Possivelmente foi obstado de frequentar ambientes exclusivos de brancos, como a oficialidade de tropas pagas, irmandades de brancos, dentre outros espaços.

Ademais, o grupo de africanos e afrodescendentes que se estabeleceu nas milícias, quando comparado com o quadro geral da estrutura militar ou mesmo com a população total, representou uma parcela numericamente muito pequena. Isto indica que a entrada na milícia e em outros espaços era uma brecha de mobilidade social, no entanto, pouco abrangente, onde um reduzido número de indivíduos conseguiu se inserir. Também percebemos que os espaços privilegiados para a constituição deste tipo de milícia foram os urbanos, áreas públicas sob a tutela mais direta do Estado.

Outra questão relevante foi perceber o peso da instituição na vida do indivíduo. Isto se demonstra quando questões que tiveram relevância e acolhida quando realizadas em nome da instituição, provavelmente não teriam a mesma repercussão se tivessem sido feitas de forma individualizada. Um caso exemplar disso foi o caso do soldado Gonçalo Serqueira de Amorim, o qual foi preso e açoitado no Pelourinho por portar um pau no horário noturno. A queixa deste evento chegou às mãos de D. João V, o qual repreendeu os responsáveis pelo castigo do miliciano. Neste caso, o peso institucional de pertencimento ao Terço de Henrique Dias foi fundamental na posição do governante. Talvez se Amorim tivesse emitido a queixa sem referir-se ao seu pertencimento à instituição, o desfecho fosse outro.

Enfim, resta sublinhar que tanto as possibilidades quanto as impossibilidades de mobilidade social experimentadas pelos milicianos estavam intrinsecamente ligadas à estrutura social de regime antigo na qual estavam imersos. O império colonial português destacou-se pela concessão de honras e mercês aos súditos que prestassem bons serviços à Coroa. Não havia, entretanto, uma regra que ditasse como tais concessões e favorecimentos seriam realizados. Em diferentes contextos espaço-temporais, houve tanto benesses quanto interdições por parte das autoridades em relação ao grupo de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Como lembra Norbert Elias, as relações sociais muitas vezes se apresentam como jogos, nos quais estão presentes tanto regras quanto situações imprevisíveis. Desta forma, o entrelaçamento da ação individual, das normas jurídicas e consuetudinárias e dos imprevistos do jogo social, foram fatores que, de forma dinâmica, possibilitaram o processo de gênese e institucionalização das milícias colocadas em tela neste estudo. A partir daí, indivíduos que poderiam ter permanecido em situações de extrema marginalidade conquistaram diferentes dimensões de mobilidade social.

## GLOSSÁRIO<sup>651</sup>

**Auxiliar:** terço ou regimento miliciano de segunda linha, institucionalizado ao longo do século XVII.

**Carta de Doação:** documento que concedia uma capitania a um donatário.

**Carta patente:** documento emitido pelo rei vigente confirmando a patente pela qual um miliciano foi nomeado.

**Crioulo:** afrodescendente nascido no Estado do Brasil.

**Casaca:** Vestidura com mangas e abas grandes.

**Coartado:** escravo em processo de liberdade e manumitido sob condições. Nesta modalidade o escravo tinha um prazo para finalizar o pagamento de sua alforria, fosse em dinheiro contado, fosse em fazendas.

**Erário Régio:** instituição criada em 1761 com o intuito de gerir as contas públicas.

**Faxina:** Feixes de ramos verdes utilizados para entulhar fossos ou entrincheirar praias. Estratégia militar de defesa.

**Fazenda:** Riqueza, dinheiro, cabedais.

**Freguesia:** divisão espacial, rural ou urbana, baseada na jurisdição eclesiástica. Este espaço comporta os seus fregueses.

**Habilitação matrimonial:** requerimento de habilitação para o casamento seguido de documentos comprobatórios, nos quais ambos os nubentes encontram-se desimpedidos para o sacramento.

**Ingênuo:** indivíduo que é filho de pais livres.

**Magano:** homem de qualquer qualidade, que pratica ações baixas e indignas.

**Mestre de campo:** patente máxima da hierarquia militar de terços ou regimentos.

---

<sup>651</sup> Lista de termos elaborada tendo como suporte: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia deJesu, 1712-1728. 8v.

**Mina:** denominação dada aos escravos provenientes da região da Costa da Mina ou África Ocidental.

**Ordenança:** estrutura miliciana de terceira linha, institucionalizada ao longo do século XVI.

**Piaçaba:** fibras extraídas de palmeiras para confecção de artesanato.

**Pícaro:** baixo, vil, patife.

**Prelazia:** jurisdição eclesiástica subordinada ao Arcebispado.

**Rebate:** sinal sonoro, geralmente feito com sinos ou tiros de canhões, com intuito de juntar os homens de armas para exercício militar ou defesa do território.

**Recôncavo:** espaço de terra que forma uma barriga côncava.

**Registro das Abóboras:** posto de fiscalização, arrecadação e registros na região conhecida como Abóboras, em Minas Gerais.

**Serieiro:** oficial mecânico dedicado à produção de ceras e velas.

**Soldo:** remuneração de milicianos e militares.

**Tença:** renda destinada pelo monarca a alguém, como prêmio por algum serviço importante prestado à Coroa.

**Terço:** Sistema de organização militar introduzido na Espanha durante o império de Carlos V, no século XVI. Um *Tercio* espanhol deveria ter 3.000 soldados divididos em dez companhias. Por volta de 1632 estes *Tercios* passaram a ser divididos em 15 companhias. Aos poucos o sistema de Terços foi sendo incorporado em outros espaços. Portugal, durante a união ibérica, fortaleceu o sistema de terços em seus territórios.

**Vedoria:** estrutura administrativa responsável por registros, pagamentos e manutenção do Exército.

**Véstia:** vestidura masculina com mangas e que chegava até o cumprimento do joelho.

## FONTES

### ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

- ABNRJ. Portaria para o desembargador provedor-mor da Fazenda sobre entregar ao furriel do Terço de Henrique Dias, uma clavina das castelhanas. Bahia, 23 de maio de 1724, v.18, p. 29V.
- ABNRJ. Cartas de matéria nova escrita a S. Majestade e do Conselho Ultramarino na frota do ano de 1736 – Sobre as Companhias dos Homens pardos, do Terço dos negros forros intitulados de Henrique Dias. Bahia, 20 de junho de 1736. I 31, 29, 65 – MS 512(94) D10.
- ABNRJ. MIRALES, José de. **História Militar do Brasil**. Desde o ano de mil quinhentos e quarenta e nove, em que teve principio a fundação da cidade de Salvador Bahia de Todos os Santos. 1762, v. 22.

### ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

- ACMRJ. Livro de Batizados e Casamentos de São Critóvão (1635-1745); f.58V; f.79V; Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Freguesia de Santo Antonio da Jacutinga. Livro de Batismos e Matrimônios de escravos (1686-1721), f. 50V, 03/10/1686.
- ACMRJ. Livro de casamentos da Freguesia da Candelária. AP 0788. Livro 2º, p. 4v. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1700.
- ACMRJ. Testamento. AP 0798. Antônio da Cruz. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1706.
- ACMRJ. Habilitações Matrimoniais. Doc. 72939, cx. 3013. 1710.
- ACMRJ. Habilitação Matrimonial. Doc. 55662, cx. 2595. Rio de Janeiro, 1754.
- ACMRJ. Livro de Batizados e Casamentos de São Cristóvão (1635-1745), p. 87v. Rio de Janeiro, 7 de junho de 1723.
- ACMRJ. Livro de Batizados e Casamentos de São Cristóvão (1635-1745); f. 114. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1738.

### ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

- AGCRJ. Códice 42.4.89; Maço 62, f.18, 1694.

- AGCRJ. Códice 42.3.56; Maço 45, f.99.

## ARQUIVO NACIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- ANRJ. Cód. 77, v. 4, p. 74v. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1694.
- ANRJ. Cód.78, v.12, p. 54. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1694.
- ANRJ. Cód. 77, v. 4. p. 75. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1694.
- ANRJ. Cód. 77, v. 4. p. 124. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1694.
- ANRJ. Fundo 86. Cód. 952. v. 7, p. 229. Lisboa, 5 de novembro de 1695.
- ANRJ. Cód. 77, v. 5. p. 81v. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1695.
- ANRJ. Cód. 77. v. 4. p. 236. Rio de Janeiro, 15 de março de 1698.
- ANRJ. Cód.78, v. 12, p. 145. Rio de Janeiro, 15 de março de 1698.
- ANRJ. Cód. 77, v. 4, p. 321. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1699.
- ANRJ. Cód.78, v. 12, p. 188. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1699.
- ANRJ. Cód.77, v. 10. p. 51. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1699.
- ANRJ. Cód. 77, v. 8. p. 100. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1700.
- ANRJ. Cód.78. v. 13. p. 38. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1700.
- ANRJ. Cód. 77, v. 8. p. 109. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1700.
- ANRJ. Cód.77, v. 10. p. 185v. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1702.
- ANRJ. Cód.77, v. 15, p.55. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1702.
- ANRJ. Cód. 77, v. 16, p. 493v. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1705.
- ANRJ. Cód.77, v. 21, p.10. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1709.
- ANRJ. Cód. 77, v. 21. Nº 18, p. 20-21. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1709.
- ANRJ. Cód. 77, v. 21. Nº 18, p. 64. Rio de Janeiro, 4 de julho de 1710.
- ANRJ. Cód. 78, Livro 7, p.53. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1715.
- ANRJ. Cód.78, v.7. Nº 11, p. 58v. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1715.
- ANRJ. Cód. 128, v. 1. p. 50. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1720.
- ANRJ. Cód. 128, v. 1. p. 102. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1721.
- ANRJ. Cód. 128, v. 1. p. 154V. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1723.
- ANRJ. Cód. 128, v. 1. p. 155. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1723.
- ANRJ. Cód. 128, v. 2. p. 5. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1724.
- ANRJ. Cód. 128, v. 2. p. 5. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1724.
- ANRJ. Cód. 128, v. 2. p. 9. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1724.
- ANRJ. Cód. 128, v. 2. p. 10. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1725.

- ANRJ. Cód. 128, v. 2. p. 23. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1725.
- ANRJ. Cód. 128, v. 2. p. 27. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1725.
- ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 24. Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1726.
- ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 43, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1726.
- ANRJ. Cód. 128, v. 3, p. 26. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1726.
- ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 64. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1726.
- ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 120. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1728.
- ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 124. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1728.
- ANRJ. Cód. 128. v. 3, p. 128. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1728.
- ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 154. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1729.
- ANRJ. Cód. 128, v. 3. p. 158. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1729.
- ANRJ. Cód. 128, v. 5. p. 158. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1735.
- ANRJ. Cód. 128, v. 5. p. 139. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1736.
- ANRJ. Cód. 87, v. 19, p. 37-38. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1762.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 53. Rio de Janeiro, 18 de março de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 95. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 96. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 98. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 100. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 101. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 105. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 107. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 109V. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 183V. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 106v. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 108. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 128. v. 16, p. 110V. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1763.
- ANRJ. Cód. 87, Livros 1 ao 19. 1725-1763 – Registros originais de correspondências dos Governadores do Rio de Janeiro, destes com outros e com diversas autoridades. Portarias, Ordens, Bandos, etc. – “Livro que há de servir na Secretaria do Rio de Janeiro.” As portarias demonstram as ordens dadas pelos governadores a outros subordinados para diversas diligências.
- ANRJ. Relação da Bahia. Códice 542. Vol. 2. p.61V-62V.



## ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

- APEB. Secção Judiciária. Inventários e testamentos, 1749, class. 04/1577/2046/03.
- APEB. Secção Judiciária. Inventários e testamentos, 1767-1774, class. 03/1206/1675/03.
- APEB, Ordens Régias. Microfilme. Vol.7, doc. 120 e 210. Lisboa, 15 de setembro de 1703.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol.7. Doc. 210. Lisboa, 5 de setembro de 1704.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol. 21. Doc. 38. Lisboa, 29 de junho de 1726.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol. 24. Doc. 41. Lisboa, 23 de março de 1729.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol.24. Doc. 41 A. Bahia, 15 de julho de 1729.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol.27. Doc. 16. Lisboa, 13 de janeiro de 1731.
- APEB. Ordens Régias. Microfilmes. Vol. 42. Doc. 98 e 98 A. Lisboa, 25 de junho de 1744.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol. 55. Doc. 18. Lisboa, 5 de abril de 1756.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol. 21 doc. 39. Lisboa, 28 de junho de 1726.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol.25. Doc. 33. Lisboa, 22 de março de 1729.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol.27. Doc. 16 A. Bahia, 10 de junho de 1731.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol. 29. Doc. 62 A. Bahia, 13 de Abril de 1733.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol. 40. Doc. 54. Lisboa, 8 de abril de 1737.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol. 71. Doc. 12. Lisboa, 20 de dezembro de 1750.
- APEB. Ordens Régias. Microfilme. Vol. 58. Doc. 14. 14<sup>a</sup> e 14 B. Lisboa, 11 de maio de 1757.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 1695, maço 335, folha 14.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 1695, maço 335, folha 14v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 18 de julho de 1696, maço 335, folha 18.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 2 de janeiro de 1697, maço 335, folha 27.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 1697, maço 336, folha 28.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 30 de março de 1697, maço 336, folha 31.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 12 de julho de 1697, maço 336, folha 45.
- APEB. Seção Colonial, Bahia, 9 de novembro de 1697, maço 335, folha 69v.
- APEB. Seção Colonial, Bahia, 18 de novembro de 1697, maço 335, folha 68v.
- APEB. Seção Colonial, Bahia, 12 de março de 1698, maço 335, folha 78.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 13 de abril de 1698, maço 335, folha 125.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 28 de julho de 1698, maço 335, folha 97.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 9 de agosto de 1698, maço 336, folha 64v.

- APEB. Seção Colonial. Bahia, 17 de dezembro de 1699, maço 336, folha 117v.
- APEB. Seção Colonial, Bahia, s/d, maço 335, folha 86v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 1702, maço 335, folha 308.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 20 de maio de 1702, maço 336, folha 239.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, Julho de 1703, maço 335, folha ?.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 7 de janeiro de 1704, maço 337, folha 7v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 7 de abril de 1705, maço 337, folha 30v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 18 de abril de 1705, maço 337, folha 33.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 15 de abril de 1709, maço 337, folha 129v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 15 de maio de 1709, maço 337, folha 104.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 03 de junho de 1709, maço 337, folha 105.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 02 de setembro de 1709, maço 337, folha 112.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 15 de abril de 1711, maço 337, folhas 129V-130.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 13 de janeiro de 1712, maço 338, folha 31.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, janeiro de 1712, maço 337, folha 172.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 23 de maio de 1713, maço 338, folha 44.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 8 de outubro de 1713, maço 338, folha 90.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 7 de outubro de 1714, maço 338, folha 100.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 26 de outubro de 1714, maço 338, folha 95.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 30 de janeiro de 1715, maço 338, folha 111.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 19 de outubro de 1717, maço 339, folha 116v.
- APEB. Seção Colonial, Bahia, 1718, maço 339, folha 216.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 18 de março de 1718, maço 339, folha 178v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 22 de abril de 1718, maço 339, folha 197v.
- APEB. Seção Colonial, junho de 1718, maço 339, folha 226v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, setembro de 1718, maço 340, folha 44.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 12 de julho de 1719, maço 340, folha 165.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 11 de dezembro de 1719, maço 342, folha 71v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 12 de abril de 1720, maço 342, folha 156v.
- APEB. Seção Colonial, Bahia, 21 de março de 1721, maço 345, folha 15.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 1723, maço 346, folha 70v.
- APEB. Seção Colonial, Bahia, 14 de agosto de 1729, maço 462.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 27 de dezembro de 1729, maço 349, folha 118v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 12 de dezembro de 173?, maço 352, folha 39.

- APEB. Seção Colonial. Bahia, 26 de maio de 1730. Maço 462.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 14 de julho de 1731. Maço 462.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 11 de setembro de 1731, maço 350, folha 104.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 9 de maio de 1733, maço 353, folha 90.
- APEB. Seção Colonial, Bahia, 7 de novembro de 1735, maço 354, folha 180.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 6 de novembro de 1736, maço 355, folha 68.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 9 de dezembro de 1738, maço 356, folha 10-11.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 15 de dezembro de 1738, maço 356, folha 14.
- APEB. Seção Colonial, Bahia, 8 de janeiro de 1739, maço 356, folha 15v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 14 de outubro de 1743, maço 356, folha 256V-257.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 1743, maço 356, folha 225.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 3 de fevereiro de 1745, maço 356, folha 278v-279.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 11 de fevereiro de 1745, maço 356, folha 285v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 3 de abril de 1745, maço 356, folha 283v-284.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 6 de julho de 1745, maço 357, folha 4.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 26 de agosto de 1746, maço 357, folha 37.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 22 de setembro de 1746, maço 357, folha 43v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 11 de outubro de 1746, maço 357, folha 48v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 18 de outubro de 1746, maço 357, folha 58v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 14 de dezembro de 1746, maço 357, folha 73v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 14 de junho de 1748, maço 357, folha 144.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 3 de outubro de 1748, maço 357, folha 138v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 1 de janeiro de 1750, maço 357, folha 323.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 2 de março de 1750, maço 357, folha 267v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 31 de janeiro de 1752, maço 361, folha 168.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 8 de outubro de 1752, maço 360, Folha 9.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 2 de maio de 1753, maço 358, folha 56v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 21 de maio de 1753, maço 358, folha 58v.
- APEB. Seção Colonial, 20 de dezembro de 1753, maço 358, folha 80v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 5 de junho de 1754, maço 358, folha 99.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 20 de novembro de 1754, maço 358, folha 139.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 26 de agosto de 1759, maço 360, folha 125v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 7 de agosto de 1761, maço 360, folha 252V.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, agosto de 1761, maço 360, folha 253.

- APEB. Seção Colonial. Bahia, 18 de junho de 1761, maço 360, folha 241v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 7 de agosto de 1761, maço 360, folha 252v.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, agosto de 1761, maço 360, folha 253.
- APEB. Seção Colonial. Bahia, 22 de janeiro de 1762, maço 360, folha 259v.

#### ARQUIVO NACIONAL DA TORE DO TOMBO

- ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 17, f. 327. Lisboa, 20 de novembro de 1762.

#### AHU – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

- Consulta do Conselho Ultramarino sobre João Fernandes, o Anjo, homem preto, natural do Brasil, que pede a S. Magde., o mande tirar da galé onde está há cinco anos, acusado de sair à campanha sem licença, pede para ser levado a sua terra, onde servia de capitão de uma companhia de cem homens da sua cor. AHU – BA, Luisa da Fonseca, cx.11, doc. 1314. Lisboa, 28 de novembro de 1648.
- Lista da mostra que se passou a toda a infantaria dos dois terços dos presídios e guarnição da Praça da Bahia. AHU – BA - Avulsos. cx. 13, doc. 1580. Bahia, 19 de janeiro de 1655.
- Consulta do Conselho Ultramarino sobre as informações que enviara o governador Antônio Paes de Sande sobre a insuficiência da guarnição militar, a incapacidade dos oficiais e a necessidade de haver naquela Capitania um engenheiro. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 10, doc. 1811. Lisboa, 22 de novembro de 1692.
- Carta do governador Antônio Paes de Sande, sobre o préstimo, comportamento e serviços dos oficiais da guarnição militar. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 10, doc. 1934. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1694.
- Carta régia para que se determina, entre outras coisas, que os soldados de cavalo poderiam requerer como se fossem pagos. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 13, doc. 2701. Lisboa, 22 de setembro de 1699.
- Relação das fortalezas da Praça do Rio de Janeiro, e das peças de artilharia e dos artilheiros que as guarnecem. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 14, doc. 2765. Lisboa, 2 de setembro de 1704.
- Mapa da Guarnição do Rio de Janeiro. AHU – RJ – Eduardo de Castro e Almeida. cx. 14, doc. 2760-2772. Lisboa, 2 de setembro de 1704.

- Requerimento do sargento-mor Antônio Fernandes Passos, homem preto, ao Rei [D. João V], pedindo um dos hábitos das três ordens militares, com tenças efetivas, e de outro valor de tença nas obras pias. AHU – PE. Cx. 29, doc. 2572. s/l, 7 de janeiro de 1720.
- Requerimento do sargento-mor do terço de infantaria da ordenança dos Homens Pretos da Praça da Bahia Miguel de Sousa Crasto ao rei [D. João V] sobre confirmação de patente. AHU – BA - Avulsos. Cx.13, doc. 1116. Bahia, 12 de março de 1720.
- Requerimento de José Mendes de Moraes ao rei (D. José) solicitando que se lhe passe Carta Patente de confirmação do posto de capitão-mor do terço dos homens pardos denominados Henrique Dias. AHU - BA, cx.171, doc. 34. Bahia, 31 de julho de 1772.
- Requerimento do capitão atual de Infantaria de Ordenança do Regimento da Bahia, Miguel Mendes de Vasconcelos ao rei [D. João V] solicitando não obriguem os soldados da companhia assentarem praça de soldados pagos. AHU - BA, Avulsos, cx. 27, doc. 2433. Bahia, 25 de junho de 1726.
- Requerimento do capitão atual de Infantaria da Ordenança da Companhia dos Homens Pardos da Bahia, Miguel Mendes de Vasconcelos ao rei [D. João V] solicitando suspensão pelo desprezo e descortesia praticados dos sargentos pagos da Infantaria da cidade da Bahia. AHU - BA, Avulsos, cx. 23, doc. 50, Bahia, 28 de junho de 1726.
- Consulta do Conselho Ultramarino e informação do Governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro; em que se ordena a dissolução de todos os corpos de Infantaria formados por pardos e bastardos. AHU - RJ. cx. 55, doc. 12947-12948. Lisboa, 13 de janeiro de 1731.
- Carta do [governador interino do Rio de Janeiro] Mestre-de-Campo, Manoel de Freitas da Fonseca, ao rei [D. João V], remetendo listas das Companhias de Infantaria, Cavalaria, Auxiliares e de Ordenanças existentes no Rio de Janeiro. AHU- Rio de Janeiro. cx. 25, doc. 2633. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1732.
- Carta do [governador do Rio de Janeiro e Minas], Gomes Freire de Andrade, ao rei [D. João V], sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão de uma Companhia de Terço Auxiliar, de que foi capitão Manoel da Cunha Tenreiro. AHU - RJ, cx.30, doc. 3139, Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1737.
- Requerimento de Caetano Rodrigues Pinheiro ao rei [D. João V] solicitando confirmação de Carta Patente de sargento-mor do Terço dos homens pretos da cidade da Bahia. AHU – BA – Avulsos. Cx. 61, doc. 5203. Bahia, 2 de abril de 1738.
- Requerimento do capitão-mor, oficiais e soldados do terço da gente preta, intitulados Henrique Dias da Praça da Bahia ao rei [D. João V] a pedirem contribuição dos soldos

aquartelados. AHU - BA – Avulsos. Cx. 64, doc. 5431. Bahia, anterior a 17 de fevereiro de 1739.

- Requerimento do capitão-mor, oficiais e soldados do terço da gente preta, intitulados Henriques Dias da praça da Bahia ao rei (D. João V) a pedirem contribuição dos soldos aquartelados. AHU - BA – Avulsos, cx. 64, doc. 5431. Bahia, 17 de fevereiro de 1739.

- Carta do [Vice-rei e Capitão-general do Estado do Brasil] André de Mello e Castro, [Conde das Galveias] ao rei [D. João V] sobre a contribuição dos soldos aquartelados de que pedem o capitão-mor, oficiais e soldados do terço da gente preta intitulados Henrique Dias da Praça da Bahia. AHU - BA – Avulsos. Cx. 66, doc. 5583. Bahia, 28 de setembro de 1739.

- Requerimento dos ajudantes do número e supra do Terço de Henrique Dias da gente preta da guarnição da Praça da Bahia Arcanjo Benedito de São Francisco, Antônio de Pádua, Aleixo das Neves e Antônio de Cristo ao rei [D. João V] solicitando um soldo de 1240 réis mensais, uma quarta de farinha a cada dez dias e fardas brancas e de cor. AHU- BA. cx. 76, doc. 6328. Bahia, 25 de junho de 1743.

- Requerimento do capitão Miguel Mendes de Vasconcelos e de seu filho ao rei [D. João V] solicitando provisão para servirem de procuradores de causas nos auditórios da cidade da Bahia, sem embargo de serem pardos. AHU–BA, Avulsos, cx. 85, doc. 33. Bahia, 23 de setembro de 1743.

- Requerimento de Luis Tavares Terra ao rei (D. João V) solicitando patente do posto de capitão da companhia dos homens pretos do distrito da vila de São Francisco do Sergipe do Conde. AHU- BA - Avulsos. cx. 79, doc. 6560. Bahia, 20 de junho de 1744.

- Requerimento dos pardos forros da cidade do Rio de Janeiro e seu recôncavo no Brasil, nos quais pedem para formarem um novo regimento de tropas auxiliares de cavalo. AHU – RJ. cx. 55, doc. 12.945-12.949. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1745.

- Consulta do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do pardo Antônio Pereira da Conceição, em que pede a confirmação da patente do dito posto de capitão da ordenança do regimento dos homens pardos da Praça da Bahia. AHU- BA - Avulsos. cx. 83, doc. 6804. Lisboa, 15 de julho de 1745.

- Requerimento de Antônio Rodrigues Garcia ao rei D. João V solicitando confirmação de patente de capitão da ordenança dos homens pardos da Praça da Bahia. AHU - BA, cx.89, doc. 34. Bahia, 22 de setembro de 1745.

- Requerimento do alferes de uma das companhias do Regimento dos homens pretos da cidade da Bahia Inácio de Baltazar dos Reis ao rei (D. João V) solicitando alvará de

suplemento para poder passar de alferes a capitão na primeira companhia que vagar ou se achar vaga. AHU - BA, Avulsos, cx. 88, doc. 7203. Bahia, 20 de fevereiro de 1747.

- Requerimento do ex-sargento-mor da cidade da Bahia, o preto Domingos de Aguiar ao rei [D. João V] solicitando sua carta de Mestre de Campo na forma do estilo. AHU – BA - Avulsos. cx. 98, doc.10. Bahia, 13 de setembro de 1747.

- Carta do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], Gomes Freire de Andrade, ao rei (D. João V), remetendo o mapa das Companhias de Infantaria paga, Auxiliares, Ordenanças e Cavalaria do Rio de Janeiro. AHU – RJ – Avulsos. cx. 43, doc. 4409. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1750.

- Carta do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], Gomes Freire de Andrade, ao rei [D. João V], remetendo o mapa dos oficiais, soldados, infantes e artilheiros das Companhias de Infantaria paga, Auxiliares, Ordenanças e os regimentos de Sousa, Alpoim e Azambuja. AHU – RJ – Avulsos. cx. 44, doc. 1751. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1751.

- Aviso do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real ao presidente do Conselho Ultramarino, marquês de Penalva, ordenando que se consulte o que parecer da solicitação dos capitães e mais oficiais do terço dos Henriques da guarnição da praça da cidade da Bahia para que não provenha homem nos postos daqueles regimentos se não aos crioulos nacionais. AHU - BA, cx. 137, doc. 77. Paço de Belém, 30 de dezembro de 1756.

- Lista da companhia dos homens pardos do regimento do capitão-mor José Pires de Carvalho. AHU - BA - Avulsos. cx. 132, doc. 10278. Bahia, 3 de agosto de 1757.

- Carta do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha ao rei D. José remetendo os mapas e listas de todas as companhias de ordenança e terços de auxiliares da Bahia. AHU – BA - Avulsos. cx. 133, doc. 10380. Bahia, 3 de novembro de 1757.

- Carta do (vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos arcos), Marcos de Noronha ao rei (D. José) sobre execução da provisão que ordena verificação da patente de sargento-mor ad honorem pertencente a Arcangelo Benedito de São Francisco. AHU – BA – Avulsos. cx. 140, doc. 10839. Bahia, 14 de maio de 1759.

- Requerimento de Domingos de Aguiar ao rei (D. José) solicitando que se lhe passe Carta Patente de confirmação do posto de capitão-mor do Terço de Henrique Dias. AHU - BA – Avulsos. Cx.149, doc. 11466. Bahia, 23 de outubro de 1762.



- Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando conta do estado em que encontrou o governo do Rio de Janeiro, as tropas, as fortalezas, os armazéns, os cofres da Fazenda Real, bem como a soma dos soldos devidos aos soldados dos Regimentos naquela praça. AHU – RJ – Avulsos. cx. 70, doc. 6443. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1763.
- Mapa assinado pelo [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], demonstrando a composição dos Regimentos de Sá, de Menezes e de Alpoim, que guarneciam a Praça do Rio de Janeiro, com discriminação de todas as patentes e a quantidade do efetivo militar. AHU – RJ– Avulsos. cx. 72, doc. 6562. Rio de Janeiro, 2 de julho de 1764.
- Requerimento de Cosme Pires de Vasconcelos ao rei [D. José] solicitando confirmação de Carta Patente do posto de capitão da ordenança da companhia dos pardos do regimento da vila de São Francisco de Sergipe do Conde. AHU – BA, Avulsos, cx. 7, doc. 70. Bahia, 3 de novembro de 1764.
- Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xaxier de Mendonça Furtado, comunicando as grandes dificuldades para o recrutamento de tropas para os Regimentos da praça do Rio de Janeiro, visto que muitos gozavam de privilégios como o da bula da Cruzada, da Santíssima Trindade, de Santo Antônio e das funções eclesiásticas, além dos baixos soldos, que não estimulavam o serviço militar, para o qual os brasileiros pareciam ter pouca propensão, mencionando ainda, que as tropas eram compostas em sua maioria por ilhéus pescadores e alguns mulatos enjeitados na Santa Casa de Misericórdia, sugerindo a reorganização das guarnições e o aumento de soldos. AHU – RJ, cx. 72, doc. 6607. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1764.
- Carta do chanceler da Relação da Bahia, José Carvalho de Andrade, ao rei [D. José] sobre a queixa apresentada pelo capitão-mor, sargento-mor e mais capitães do Terço dos homens pretos e livres designados por Henrique Dias da mesma capitania, contra as violências praticadas pelo desembargador Fernando José da Cunha Pereira, enquanto exerceu o lugar de ouvidor-geral do crime da Bahia, e pela prisão de alguns dos seus soldados na noite de 1 de agosto de 1763 e açoitamento no pelourinho da cidade. AHU -BA – Avulsos, cx. 153, doc. 11686. Bahia, 5 de julho de 1764.
- Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], respondendo seus ofícios e comentando as ações do governador de Buenos Aires, D.

Pedro de Cevallos, bem como sobre as traições de alguns oficiais portugueses; refere também as negociações do embaixador de Portugal na Corte de Madri, Aires de Sá e Mello, referentes aos índios das antigas missões jesuíticas. Diz da necessidade de recrutamento de pardos e negros libertos para as guarnições da Ilha de Santa Catarina e da Nova Colônia do Sacramento, solicitando reforços de São Paulo e Minas Gerais. Anexo: ofício (cópia), relações. AHU – RJ – Avulsos. cx. 75, doc. 6784. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1765.

- Carta Régia dirigida ao Governador e Capitão-Geral da Bahia, sobre a reorganização das tropas auxiliares. AHU – BA - Castro e Almeida, cx.73, doc. 14013. Lisboa, 22 de março de 1766.

- Ofício do Vice-Rei a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU - RJ, cx. 85, doc. 24. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1767.

- Requerimento do capitão Miguel Rodrigues de Deus Serqueira ao rei [D. José], solicitando que se lhe passe Carta Patente de confirmação, do posto a que foi provido de capitão da Nona Companhia do Regimento Auxiliar de Artilharia, dos Homens Pardos da Bahia. AHU - BA, cx.173, doc. 59. Bahia, 19 de outubro de 1774.

## DOCUMENTOS HISTÓRICOS

- Sem título. *D.H.* Bahia, 19 de julho de 1549, v. 13, p. 292.

- Sem título. *D.H.* Bahia, 17 de dezembro de 1549, v.13, p.349.

- Sem título. *D.H.* Bahia, 1549, v.14, p.47.

- Sem título. *D.H.* Bahia, 21 de março de 1550, v.13, p. 472.

- Sem título. *D.H.* Bahia, 27 de outubro de 1550, v.13, p.337.

- Sem título. *D.H.* Bahia, 20 de dezembro de 1550, v.13, p.402.

- Sem título. *D.H.* Bahia, 1550, v.13, p. 286.

- Sem título. *D.H.* Bahia, 1553, v. 14, p.331.

- Carta patente de capitão da gente parda e mais mestiços da freguesia de Paraguassú em Antônio da Câmara Bitancor. *D.H.* Bahia, 24 de julho de 1653, v. 31, p. 134.

Patente de uma companhia de homens pardos que vagou de Estevão Gonçalves provida em Diogo Rodrigues Caldeira. *D.H.* Bahia, 14 de Julho de 1655, v.31, p.170.

- Ordem para o cabo, que vae aos Mocambos da Capitania de Sergipe Del-Rei, da gente que se lhe dar para isso, e do que há de seguir. *D.H.* Bahia, 22 de janeiro de 1662, v. 17, p.69-70.

- Portaria para o ajudante do terço que foi de Henrique Dias, Antônio do Souto, para entrar nos mocambos de que se tem notícias. *D.H. Bahia*, 16 de maio de 1664, v.7, p. 147-148.
- Patente de capitão de todos os pretos do Terço que foi de Henrique Dias provido no ajudante Matheus Fernandes. *D.H. Bahia*, 1667, v. 31, p.380-382.
- Patente de cabo de todos os soldados pretos do terço que foi do Mestre de Campo Henrique Dias provido na pessoa de capitão Antônio de Souto. *D.H. Bahia*, 28 de julho de 1667, v. 25, p. 379-381.
- Portaria que se passou para ir o Alferes Miguel Corrêa de Sande com a mais gente que leva em sua companhia, em seguimento dos negros que fugiram aos moradores Pirajuhia. *D.H. Bahia*, 18 de novembro de 1667, v. 7. p. 335-336.
- Registro de Patente do capitão Manuel Gonçalves Doira. *D.H. Bahia*, 13 de janeiro de 1668, v.11, p. 36-38.
- Portaria para o Provedor Mor da Fazenda Real mandar fazer caderno em que se alistem os soldados pretos forros. *D.H. Bahia*, 14 de janeiro de 1668, v.7, p.347.
- Carta patente do posto de capitão de uma das companhias de gente preta e livre que governa Antônio de Souto provido na pessoa de Agostinho da Silva. *D.H. Bahia*, 24 de janeiro de 1668, v. 31, p.442.
- Carta patente do posto de capitão de uma das duas companhias da gente preta e livre que governa Antônio de Souto na pessoa de Agostinho da Silva. *D.H. Bahia*, 26 de janeiro de 1668, v.31, p.443.
- Carta patente do posto de capitão da companhia da gente preta livre, que se mandou formar na ocasião do aviso da armada holandesa provida em João Barbosa. *D.H. Bahia*, 27 de setembro de 1668, v.11, p. 454.
- Ordem que levou o ajudante dos soldados pretos. *D.H. Bahia*, setembro de 1668, v.4, p.191.
- Alvará pelo qual se proveu o posto de alferes da companhia da gente forra, de que é capitão João Barbosa, provido na pessoa de Luis Gonçalves Fagardo. *D.H. Bahia*, 11 de novembro de 1668, v. 12, p.11.
- Portaria que se passou para Agostinho da Silva da gente preta para ir à Capitania de Sergipe Del-Rei ao mocambo. *D.H. Bahia*, 20 de dezembro de 1668, v.7, p. 385-386.
- Regimento que levou Fernão Carrilho que foi por capitão para fazer entradas aos mocambos de Geremoabo. *D.H. Bahia*, 21 de maio de 1669, v. 4, p.192-193.
- Ordem que levaram os capitães pretos forros Agostinho da Silva Bezerra, e Matheus Fernandes para ajuntarem a gente da suas Companhias e a tirarem donde estiverem. *D.H. Bahia*, 22 de maio de 1669, v.4, p.155.

- Portaria que se passou para se dar farinha e barris para pólvora á gente que vae á entrada do mocambo. *D.H. Bahia*, 14 de junho de 1669, v.7, p. 408.
- Alvará de alferes da companhia de homens pardos que ora se formou na vila de Camamu, de que é capitão Athanásio Pereira provido na pessoa de Urbano Dias. *D.H. Bahia*, 13 de setembro de 1669, v.12, p.55-56.
- Patente de capitão da companhia dos homens pardos da Capitania de Sergipe del Rei provida na pessoa de Francisco de Barros. *D.H.* 18 de dezembro de 1674, v.12, p.342.
- Portaria que se mandou ao Coronel Pedro Camelo Pereira de Aragão sobre as listas das companhias da ordenança. *D.H. Bahia*, 5 de junho de 1682, v. 32, p.193.
- Carta de Sua Majestade sobre o capitão João Fernandes Mascarenhas. *D.H. Lisboa*, 16 de março de 1689, v. 68, p.197.
- Carta de Sua Majestade sobre o capitão Matheus Fernandes, homem preto. *D.H. Lisboa*, 16 de março de 1689, v. 68, p.198.
- Carta de Sua Majestade sobre o capitão Francisco Borges, homem preto. *D.H. Lisboa*, 16 de março de 1689, v. 68, p.199.
- Carta para o Provedor da Fazenda Real da Capitania dos Ilhéus, André Viegas Pereira, sobre dar conta se os moradores daquela Vila, ou o donatário contribuem com alguma coisa para as fortificações dela, ou se a Fazenda de Sua Majestade, e sobre várias coisas pertencentes à mesma fortificação. *D.H. Bahia*, 11 de dezembro de 1704, v. 270, p.261-263.
- Patente de capitão de infantaria da ordenança dos homens pardos concedida a Miguel Mendes de Vasconcelos. *D.H. Bahia*, 10 de novembro de 1706, v. 34, p.377.
- Ordem para Antônio Fernandes Passos capitão-mor da gente preta reconduzir os homens pretos forros que houver no Recôncavo para sentar praça. *D.H. Bahia*, 11 de março de 1712, v. 53, p.148.
- Carta para o Coronel Egas Muniz Barreto, mandar cem negros de seu Regimento trabalhar na faxina. *D.H. Bahia*, 17 de janeiro de 1713, v. 42, p.96-97.
- Portaria para o provedor-mor mandar dar pederneiras ao sargento do Terço dos homens pretos. *D.H. Bahia*, 28 de setembro de 1713, v. 53. p. 239.
- Ordem que levou o capitão Inácio de Sousa para se fazer a diligência em prender os mulatos criminosos e pertencente a João de Brito Lima. Bahia, 8 de fevereiro de 1718. *D.H. Vol.54*, p. 325-326.
- Portaria para o Provedor-mor mandar alimpar o Forte de Santo Antônio do Carmo. Bahia, 8 de agosto de 1718. *D.H. Vol. 55*. p.74

- Portaria para o provedor-mor mandar dar vinte patacas a cada um dos soldados de Henrique Dias. *D.H. Bahia*, 31 de janeiro de 1719, v. 55, p.159.
- Carta que se escreveu ao Coronel Sebastião da Rocha Pitta sobre as listas que mandou e faltarem em algumas das companhias no seu regimento cabos de esquadra e sargentos. *D.H. Bahia*, 15 de março de 1719, v.43, p.51.
- Portaria para o provedor-mor ordenar ao almoxarife das armas excute o que nela se lhe ordena, sobre as que tem e hão de levar os dois Soldados expressados. *D.H. Bahia*, 3 de abril de 1719, v. 55, p. 224.
- Patente do posto de capitão da companhia de Infantaria da ordenança dos homens pardos do Regimento do Coronel José Felis Bezerra Peixoto provido na pessoa de Miguel Mendes de Vasconcelos. *D.H. Bahia*, 5 de setembro de 1719, v. 43, p.251.
- Ordem para o capitão-mor do Terço da gente preta desta Praça sobre (sic). *D.H. Bahia*, 27 de Janeiro de 1725, v. 18, p.115.
- Provisão de Sua Majestade pela qual se manda dar baixa de artilheiro e alta no posto de capitão da ordenança a Tiburcio de Távora Serqueiro. *D.H. Bahia*, 3 de junho de 1726, v.74, p.128.
- Patente de confirmação por Sua Majestade, que Deus guarde, concedida a Antônio Cardoso Garcia, ao posto de capitão de infantaria da ordenança dos homens pardos. *D.H. Bahia*, 20 de janeiro de 1727, v.74, p.189.
- Carta do Rei de Portugal ao Vice-Rei do Brasil ordenando em vista dos prejuízos que resultam ao serviço Real a separação dos corpos da Infantaria da Ordenança dos homens pardos que se divida pelas Companhias dos homens brancos, os pardos que estejam servindo; não sejam mais providos pardos; se extingam os corpos de Infantaria da Ordenança dos pretos, ficando os negros forros alistados em Companhias subordinados a Capitães-Mores das Freguesias ou aos Coronéis das Ordenanças onde não houver Capitães-Mor. *D.H. Lisboa*, 12 de janeiro de 1733. Vol. 29. p. 62.
- Portaria para se prenderem um negro calunduzeiro e uma negra no Rio Vermelho. *D.H. Bahia*, 27 de agosto de 1733, v.75, p.211-212.
- Portaria para o capitão do terço de Henrique Dias Manuel Gonçalves de Moura. *D.H. Bahia*, 16 de março de 1735, v.76. p. 78.
- Petição que fizeram os oficiais do Terço da gente preta desta cidade ao excelentíssimo senhor conde vice-rei. *D.H. Bahia*, 4 de abril de 1735. Vol. 76. p. 348.
- Portaria para o provedor-mor da Fazenda. *D.H. Bahia*, 28 de setembro de 1735, v. 76, p. 223.

- Portaria para o capitão-mor do terço da gente preta. *D.H.* Bahia, 28 de setembro de 1735, v. 76, p. 223.
- Portaria para o Capitão-mor do Terço da gente preta. *DH.* Bahia, 13 de outubro de 1735. Vol.76, p.307.
- Portaria para o Capitão-mor do Terço da gente preta. Bahia, 21 de novembro de 1735. *D.H.* Vol.76, p.254-255.
- Portaria para o capitão-mor do terço da gente preta. *D.H.* Bahia, 28 de maio de 1736, v. 77, p. 23.

## BASE DE DADOS

### TRANS-ATLANTIC SLAVERY TRADE DATABASE (TSTD)

Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

ABREU, Maurício. BANCO DE DADOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO RECÔNCAVO DA GUANABARA, SÉCULOS XVII E XVIII, S/D.

Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br>>.

- Cód. NA-10N-76-p.78v, 05/07/1708.
- Cód. NA-10N-76-p.78v, 05/07/1708.
- Cod. AN-20N-27, p.?, 27/10/1718.
- Cód. AN-20N-29, 01/12/1720.
- Cód. AN-10N-99, 07/02/1735.

## DICIONÁRIO

- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino ...oferecido a El Rey de Portugal Dom João V**, pelo Padre D. Raphael Bluteau. (Vol. 7). Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

## FONTES IMPRESSAS

- CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**. 1ª parte. Lisboa: Paolo Craesbeeck, 1648.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia de M. Barreto, 1855.
- FROGER, François. **Relation d'un voyage fait en 1695-96 & 97 aux côtes d'Afrique, dedroit de Magellan, Brésil, Cayenne & isles Antilles, par un escadre de vaisseaux du Roy, commandée par M. de Gennes**. Paris: Michel Brunet, 1698. Disponível em: [gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France](http://gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France).
- LIPPE, Conde de. **Instruções Geraes relativas a várias partes essenciais do serviço diário para o Exército de Sua Magestade fidelíssima**. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1762.
- MATOS, Gregório de. **Poemas escolhidos**/Gregório de Matos, seleção e organização José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 111.

## MEMÓRIAS

- COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século XVII**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.
- COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. v. 3. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Julia Ribeiro. **As práticas de reprodução social das elites senhoriais da freguesia de São Gonçalo**: um estudo de caso da família Arias Maldonado. Séculos XVII-XVIII. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ABREU, Mauricio de Almeida. Um quebra cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona, v. 10, n. 218 (32), ago. 2006.

ABRIL, Victor Hugo. **Governadores interinos**: cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro (1705-1750). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

AGUIAR, Julia Ribeiro. **As práticas de reprodução social das elites senhoriais da freguesia de São Gonçalo**: um estudo de caso da família Arias Maldonado. Séculos XVII-XVIII. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História Geral das guerras Sul-Atlânticas: o episódio de Palmares. In.: GOMES, Flávio (org.). **Mocambos de Palmares**. História, historiografia e fontes. Rio de Janeiro: 7Letras editora / FAPERJ, 2009.

ARAÚJO, Antônio Luiz de. **Rio colonial**. Histórias e Costumes. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2006.

ARAÚJO, Érica Lôpo de. **De golpe a golpe**: política e administração nas relações entre Bahia e Portugal (1641-1667). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. A redenção dos pardos: a festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. JANCÓS, István; KANTOR, Iris. **Festa**: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapeso: Imprensa Oficial, 2001.

ARMITAGE, David. Tres conceptos de historia atlântica. **Revista de Occidente**, n. 281, 2004, p.7-28.

BAILYN, Bernard. **Atlantic History: concepts and contours**. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada – Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**. Campinas, v. 13, p.7-21, 2007.

BRAGA, Paulo Drumond. Os forçados das galés, percursos de um grupo marginalizado. In.: ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, **In Memoriam**. v.1, Porto: Universidade do Porto, 1999.

BETHENCOURT, Francisco. A administração da Coroa. In: BETHENCOURT, F. e CHAUDHURI, Kirt (dirs.). **História da Expansão Portuguesa**. v. 1. Navarra: Temas, Debates e Autores, 1988.

BEHRENS, Ricardo. **Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625**. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

BERLIN, Ira. **Gerações de cativo**. Uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo**. Do barroco ao moderno (1942-1800). Rio de Janeiro: Record, 2003.

BLOCH, March. Comparação. In: **História e Historiadores**. Lisboa: teorema, 1998, p.111-118.

BLOCH, March. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: **História e Historiadores**. Lisboa: teorema, 1998, p.119-150.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino ...oferecido a El Rey de Portugal Dom João V**, pelo Padre D. Raphael Bluteau. (Vol. 7). Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOXER, Charles R. **Os holandeses no Brasil**. 1624-1634. São Paulo: Brasiliana, 1961.

BOXER, Charles R. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola**. 1602-1686. São Paulo: Ed.Nacional / Edusp, 1973.

BOXER, Charles R. **A idade de ouro no Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Coords.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRAUDEL, Fernand. As divisões do espaço e do tempo na Europa. In.: **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma História Social da Mídia**. De Gutemberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**. 1ª parte. Lisboa: Paolo Craesbeeck, 1648.

CAMPBELL, Leon G. Black Power in Colonial Peru: The 1779 Tax Rebellion of Lambayeque. **Phylon** (1960-), vol.33, No.2. (2nd Qtr., 1972), p.140-152.

CANDIDO, Mariana P. South Atlantic Exchanges. The Role of Brazilian-Borns Agents in Benguela, 1650-18501. **Luso-Brazilian Review**, v. 50, n. 1, 2013, p.53-82.

CARRARA, Angelo Alves. A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica. **Tempo**, v. 20, 2014.

CARVALHO, Alfredo de. O corsário James Lancaster em Pernambuco – 1595. In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**. v. 13, n. 17, Março de 1908.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. O comércio de escravos novos no Rio Setecentista. In.: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século XVII**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. v. 3. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia de M. Barreto, 1855.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. Pedro Barbosa Leal e a colonização do Sertão da Bahia no século XVIII. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013.

COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681. **TOPOI**. Rio de Janeiro, v.16, n. 31, jul. / dez. 2005, p. 515-543.

COSTA, André Alexandre da Silva. La Milicia, El Rey, y La Guerra: La corona de Portugal y el caso del Brasil meridional (siglos XVI-XVIII). In.: IBÁÑEZ, José Javier Ruiz (coord.). **Las milicias Del Rey de España: Sociedad, política e identidad em lãs Monarquias Ibéricas**. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2009.

COTTA, Francis. **Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

CRISPIN, Ana Carolina Teixeira. **Além do acidente pardo: os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766-1809)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

DORÉ, Andréa Carla, SILVÉRIO, Luís Felipe, SILVA, Luiz Geraldo (Orgs.). **Facetas do Império na história: conceitos e métodos**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

DEMETRIO, Denise Vieira. **Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques. Rio de Janeiro, c.1697-c.1702**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

DUTRA, Francis A. A Hard-Fought Struggle for Recognition: Manuel Gonçalves Dória, First Afro-Brazilian to Become a Knight of Santiago. **The Americas**, v. 56. n. 1, jul. 1999, p.91-113.

DUTRA, Francis A. Ser mulato nos primórdios da modernidade portuguesa. **Tempo**, Niterói, n. 30, 2011, p. 101-114.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização**. V. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e distanciamento**. Estudos sobre a sociologia do conhecimento. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios**; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FAGE, John D. A primeira fase do impacto e do comércio mundial na África tropical: o comércio e a exportação de escravos. In.: **História da África**. Lisboa: Edições, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. Aspectos demográficos da alforria no Rio de Janeiro e em São João Del Rey entre 1700 e 1850. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais as Desigualdades Sóciodemográficas e os Direitos Humanos no Brasil. Disponível em: <[www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008\\_1431.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008_1431.pdf)> Acesso em: 23/02/2018.

FERNANDÉZ, Juan Marchena (coord.). **El Ejército de América antes de la independência**. Ejército regular y milicias americanas, 1750-1815. Hojas de servicio y uniformes. **Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2005**.

FERREIRA, Roquinaldo. O Brasil e a arte da guerra em Angola (séculos XVII e XVIII). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 9, jan. / jun. 2007, p.3-23.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João de; OLIVAL, Fernanda. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). **Tempo**, vol. 30, 2011, p. 115-145.

FINLEY, Moses. **Formas de exploração do trabalho e relações sociais na Antiguidade clássica**. Lisboa: Editora Estampa, 1978.

FLEXOR, Maria Helena. Ofícios, manufaturas e comércio. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). **História Econômica do período colonial**. São Paulo: ABPHE/HUCITEC, 1996, p. 173-194.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Os ofícios mecânicos e o negro no espaço urbano de Salvador. **Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano**, 2006.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (século XVIII e XIX). **Afro-Ásia**, V. 31, 2004, p.83-126.

FRAGOSO, J. L.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. (orgs.). **O antigo regime nos trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In.: FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de (orgs.). **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz, forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **TOPOI**, v. 11, n. 21, 2010, p. 74-106.

FRAGOSO, João. Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII. In.: FRAGOSO, J. L. R. GOUVÊA, M. de F. **O Brasil Colonial**. v. 3 (ca. 1720 - ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRANCO, Renato. **Pobreza e Caridade leiga** - as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FROGER, François. **Relation d'un voyage fait en 1695-96 & 97 aux côtes d'Afrique, dedroit de Magellan, Brésil, Cayenne & isles Antilles, par un escadre de vaisseaux du Roy, commandée par M. de Gennes**. Paris: Michel Brunet, 1698. Disponível em: gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France.

GAMES, Alison. Atlantic history: definitions, challenges and opportunities. **The American Historical Review**, v.111, n. 3, 2006, p.741-757.

GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. **Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo colonial**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed.34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As milícias d'El Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GOMES, Flávio. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). **Afro-Ásia**, n.17. Salvador: CEAO/UFBA, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP / Ed. Polis, 2005.

GOUVEIA, António Camões; MONTEIRO, Nuno G. A milícia. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. v. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, a macaca e a centaura: a “História Cultural” no novo milênio. In: **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003, p.321-342.

GUADALAJARA, Juan Carlos Ruiz. “...a su costa e minsión...” El papel de los particulares en la conquista, pacificación y conservación de la Nueva España. In.: IBÁÑEZ, José Javier Ruiz (coord.). **Las milícias Del Rey de España: Sociedad, política e identidad em lãs Monarquias Ibéricas**. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2009.

GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (sécs. XVII-XIX). **Topoi**. V.7, n.13, jul. / dez. 2006, p. 379-423.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-1850)**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

HEMMING, John. **Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2007.

HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame: Pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.



HESPANHA, Antônio Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Tempo**. 2006, v.11, n. 21, p. 121-143.

HESPANHA, Antonio Manuel. Depois do Leviathan. **Almanack brasiliense**, v. 5, mai/2007, p. 55-66.

HOORNAERT, Eduardo. La iglesia católica en el Brasil colonial. In.: BETHELL, Leslie (Ed.). **História de América Latina**. Vol 2. America latina colonial en los siglos XVI, XVII e XVIII. Barcelona: Editorial Critica, 1990, p.208-220.

IBÁÑEZ, José Javier Ruiz (coord.). **Las milícias Del Rey de España: Sociedad, política e identidad em lãs Monarquias Ibéricas**. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2009.

IZECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros. In.: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**. v. 3 (ca. 1720 - ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KLEIN, Herbert S. The colored militia of Cuba: 1568-1868. **Caribbean Studies**, v. 6, n. 2, 1969, p. 17-27.

KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na Sociedade Escravista Brasileira. In.: **DADOS**, Rio de Janeiro, n.17, 1978, p. 3-27.

KOPYTOFF, Igor. MIERS, Suzanne (orgs.). **Slavery in África: Historical and Antropological Perspectives**. Madison: University of Wisconsin Press, 1979, p. 28-29.

KOPYTOFF, Igor. Slavery. **Annual Review of Anthropology**, v. 11, 1982, p. 207-230.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

KRAAY, Hendrik. **Race, state, and armed forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840**. California: Stanford University Press, 2001.

KRAAY, Hendrik. **Política racial, Estado e Forças Armadas na Época da Independência: Bahia, 1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2011.

KRAAY, Hendrik. Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques. In.: JANCSÓ, Istvan (org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo-Ijuí: Ed. Hucitec/ Ed. Unijuí, 2003.

KRAUSE, Thiago Nascimento. **A Formação de uma Nobreza Ultramarina**: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2015.

KUETHE, Allan James. **The Military Reform in the Viceroyalty of New Granada**, 1773-1796. Gainesville: University of Florida, 1967.

KUETHE, Allan James. "The status of the Free Pardo in the Disciplined Militia of New Granada". **The journal of negro History**, v. 56, n. 2. 1971.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Trabalho, negócios e escravidão**: Artífices na cidade do Rio de Janeiro (c. 1790-1808). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

LIPPE, Conde de. **Instruções Geraes relativas a várias partes essenciais do serviço diário para o Exército de Sua Magestade fidelíssima**. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1762.

LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, n. 74, mar. 2006, p.107-123.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Nas malhas do tráfico negreiro. Alufá Rufino e o Atlântico Sul do século 19. Folha de São Paulo. Ilustríssima, São Paulo, p. 5, 14 dez. 2010.

MARTA, Michel Mendes. **Em busca de honras, isenções e liberdades**: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do XIX). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MATOS, Gregório de. **Poemas escolhidos**/Gregório de Matos, seleção e organização José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MATTOS, Hebe. “Guerra Preta”: culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATTOS, Hebe. Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português. In: Ronaldo Vainfas et al. (org.) **Retratos do Império**. Trajetórias Individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói: EDUFF, 2006.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRA, Mario. **A Câmara Municipal do Rio de Janeiro, das invasões corsárias ao governo de Luis Vahia Monteiro (1710-1732): uma história de conflitos pelo uso do território colonial**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo: 2010.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. **História: Questões e Debates**. Curitiba: Ed.UFPR. Ano 24; n.45; jul/dez, 2006, p.29-56.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. **Forças Militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII**. Rio de Janeiro: e-papers, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Editora 34, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. **O Brasil Holandês (1630-1654)**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, Isabele de Matos Pereira de. **Administração, justiça e poder: os ouvidores-gerais e suas correições na cidade do Rio de Janeiro (1624-1696)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MELLO, Isabele de Matos Pereira de. **Magistrados a serviço do rei: a administração da justiça e os ouvidores na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura/ Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Marquês de Pombal e o Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

MONTEIRO, John Manuel. As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: transformação e resistência. In: PAULINO, Francisco Faria (Org.). **Nas vésperas do mundo moderno**: Brasil. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.

MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Souza Coutinho. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial 1720-1821**. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 111-156.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. (et. all.). **Raízes do Privilégio: hierarquias sociais no mundo ibérico do Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Uma visão panorâmica das fortalezas do Rio de Janeiro, no século XVII. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n.5, 2011, p.49-63.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. **Os ofícios superiores e inferiores da tropa paga (ou de 1ª linha) na capitania do Rio de Janeiro, 1640-1652**: Lógica social, circulação e a *governança* da terra. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MORELLI, Federica. Disciplinadas o republicanas? El modelo ilustrado de milícias y suaplicación em los territorios americanos (1750-1826). In.: IBÁÑEZ, José Javier Ruiz (coord.). **Las milícias Del Rey de España**: Sociedad, política e identidad em lãs Monarquias Ibéricas.Madrid: FCE, RedColumnaria, 2009.

MORTON, F. W. O. The Military and Society in Bahia, 1800-1821. **Journal of Latin American Stududies**. Vol. 7, n. 2, nov/1975, p.249-269.

MOTA, Célio de Souza. **A face parda da “conspiração dos alfaiates”**: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2010.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

MOURÃO, Maria da Graça Menezes. O cerceamento da comunicação na “Capitania de todos os negócios”. **Cadernos de História**, v.13, n. 18, 2012, p.9-31.

OLIVAL, Fernanda. An Elit? The meaning of Knighthood in the Portuguese Military Orders of the Seventeenth and eighteenth century. **Mediterranean Studies**. v. 15, 2006.

OLIVEIRA, José Machado de. Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos. **TOPOI**, v. 7, n. 12, jan. / jun. 2006, p.60-115.

OTT, Carlos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. **Afroásia**, v. 6/7, 1968, p.119-126.

PALMER, Robert R. **The Age of Democratic Revolution**: a political history of Europe and America, 1760-1800. Princeton: Princeton University Press, 2014 [1959].

PAULA, Leandro Francisco de. **Negros no campo das armas: homens de cor nos corpos militares das minas setecentistas (1709-1800)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social**: um estudo comparativo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

QUARLES, Benjamin. The colonial militia and negro manpower. **The Mississippi Valley Historical Review**, v. 45, n. 4, 1959, p. 643-652.

RAMINELLI, Ronald. FEITLER, Bruno. Apresentação. **Tempo**. v.11, n. 30, jul/2011, p.13-19.

- RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: Mulatos no Brasil e em Portugal (c.1640-1750). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 699-723, jul./dez. 2012.
- REGINALDO, Lucilene. **Os rosários dos Angolas:** Irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2005.
- REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **TEMPO**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, p.7-33.
- REIS, João José. Magia Jeje na Bahia: a invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, mar. / ago. 1988, p. 57-81.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. **O alufá Rufino:** tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- REIS, João José. De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. **Rev. hist.** São Paulo, n. 174, jan. / jun. 2016, p. 15-68.
- RESTALL, Matthew. Black conquistadors: Armed africans in early Spanish America. **The Americas**, v. 57, n. 2, out. 2000, p.171-205.
- RODRIGUES, Aldais Carlos. Os processos de habilitação: fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro. **Revista Fontes-UNIFESP**, v.1, 2014.
- RODRIGUES, Jaime E. The Emancipation of America. **The American Historical Review**, v. 105, n. 1, Feb. 2000, p.131-152.
- RIBEIRO, Alexandre Vieira. The Transatlantic Slave Trade to Bahia, 1582-1851. In.: ELTIS, David; DAVID, Richardson. **Extending The Frontiers:** Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database. New Haven, CT: Yale University Press, 2008.
- RODRIGUES, José Honório. Visitantes do Brasil no século XVII. **Revista de História**, v. 18, n. 17. São Paulo, 1959.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e filantropos:** a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

- RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. 1500-1627. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750). **Topoi**, Rio de Janeiro, v.4, n.7, jul. / dez. 2003, p.276-312.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império**. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro. (c. 1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, Cativo e Liberdade**. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTANA, Tânia de. O culto a Santos Católicos e a Escravidão na Bahia Colonial. In.: BELLOTTI, Karina K. VALÉRIO, Mairon Scorsi. (org.). **Dossiê Religião**, n. 4. abr. /jul. 2007.
- SANTOS, Lara de Melo dos. **Resistência indígena e escrava em Camamu no século XVII**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. **História Digital**. Brasília: UnB, 2007.
- SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. **A Misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- SANTOS, Raphael Freitas. **Minas com Bahia: Mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.



SCHAMA, Simon. **O desconforto da riqueza**. A cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARTZ, Stuart B. The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640. **The America Historical Review**, v. 96, n. 2, June 1991, p.735-762.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751. São Paulo: Editora perspectiva, 1979.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. "**Nas solidões vastas e assustadoras**": os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, Luiz Geraldo. Religião e identidade étnica: africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa. **Cahiers des Ameriques Latines**, Paris, v. 44, n. 3, 2003, p. 77-96.

SILVA, Luiz Geraldo. Da festa barroca à intolerância ilustrada. Irmandades Católicas e religiosidade negra na América portuguesa (1750-1815). In.: SALLES-REESE, Verônica. **Repensando el pasado: recuperando el futuro**. Nuevos aportes interdisciplinarios para el estudio de la America Colonial. Bogotá: Editorial Pontificia Universidade Javeriana, 2005, p.270-287.

SILVA, Luiz Geraldo. Soldado de pé descalço. **Revista de História**. 2006

SILVA, Luiz Geraldo. SOUZA, Fernando Prestes de. PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: DORÉ, A. SANTOS, A. C. de A. **Temas setecentistas: governos e população no Império português**. Curitiba: UFPR/SCHLA/Fundação Araucária, 2009.

SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a “etnia crioula”: o Terço dos henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, R. P., GONÇALVES, A.

L. e CHAVES, C. M. das G. (org.). **Administrando impérios**. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 71-96.

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. **Revista de História**. São Paulo, n.169, jul. / dez. 2013, p.111-144.

SILVA, Luiz Geraldo. Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa. Mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750-1840). **Almanack**. Guarulhos, n.11, dez. 2015, p.571-632.

SILVA, Luiz Geraldo. Indivíduo e Sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias de afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa. **Tempo**, v. 23, n. 2, maio / ago. 2017, p.175-203.

SILVA, Luis Geraldo. SOUZA, Priscila de Lima. “Sem a nota de libertos”: mudanças nas petições de afrodescendentes livres da América portuguesa ao longo do século XVIII. **Talles de la Historia**, n. 9, 2017, p.28-56.

SILVA, Luiz Geraldo. **Africanos e afrodescendentes na América portuguesa: entre a escravidão e a liberdade. (Pernambuco, séculos XVI ao XIX)**. Tese de professor Titular. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck, **História Militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. **TOPOI**, v. 3, n. 4, mar. 2002, p.59-83.

SOUZA, Avanete Pereira. **Poder local e cotidiano: A Câmara de Salvador no século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

SOUZA, Fernando Prestes de. **Milicianos Pardos em São Paulo: Cor, Identidade e Política (1765-1831)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SOUZA, Fernando Prestes de. **Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Poder local entre *ora et labora*: a casa beneditina nas tramas do Rio de Janeiro. **TEMPO**, v. 18, n. 32. 2012, p. 69-94.

SOUZA, Laura de Mello e. Religiosidade popular na colônia. In.: \_\_\_\_\_. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. **Revisitando o calandu**. São Paulo: 2002. Disponível em [http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CALUNDU\\_0.pdf](http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CALUNDU_0.pdf). Acessado em fevereiro/2013.

SOUZA, Mônica Dias de. **Escrava Anastácia**: construção de um símbolo e a re-construção da memória e identidade dos membros da Irmandade do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SOUZA, Priscila de Lima. **“Sem que lhes obste a diferença de cor”**: a habilitação dos pardos livres na América portuguesa e no Caribe espanhol (c.1750-1808). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

STABEN, Ana Emília. **Negócios dos escravos**. O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701-1759). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 115, 2011.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus** (990-1992). São Paulo: Edusp, 1996.

TOMICH, Dale. Atlantic History and World Economy: Concepts and Constructions. **Proto Sociology**, v. 20, 2004, p.102-121.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Cativos do Reino**: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19. São Paulo: Alameda, 2012.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**: as irmandades de pardos na América portuguesa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa.** Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

VINSON III, Ben. **Bearing arms for his majesty:** the free-colored militia in Colonial Mexico. California: Stanford University Press, 2001.

VINSON III, Ben. Articular el espacio: el establecimiento militar de gente de color libre en el México Colonial de la conquista hasta la independencia. **Callaloo**, v. 27, n. 1, 2004, p.331-354.

VOELZ, Peter M. **Slave and Soldier.** The Military Impact of Blacks in the Colonial Americas. Nova York: Garland Publishing, 1993.